



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1529

Quinta-feira - 17 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	3
Anchieta	34
Antônio Carlos	35
Bela Vista do Toldo	35
Bom Jesus do Oeste	36
Bom Retiro	37
Braço do Trombudo	40
Brusque	58
Caçador	62
Camboriú	71
Campo Alegre	75
Campos Novos	115
Canoinhas	138
Capinzal	139
Catanduvas	143
Concórdia	159
Cordilheira Alta	161
Coronel Freitas	162
Correia Pinto	162
Corupá	169
Doutor Pedrinho	170
Ermo	172
Erval Velho	173
Forquilha	175
Fraiburgo	179
Garopaba	215
Garuva	216
Gaspar	217
Grão Pará	218
Guaramirim	220
Guarujá do Sul	221
Herval d'Oeste	222
Ibiam	224
Ilhota	254
Imbituba	254
Ipumirim	274
Irineópolis	312
Itá	313
Itaiópolis	316
Itapoá	317
Ituporanga	318
Jacinto Machado	325
Joaçaba	326
Lages	358
Lauro Muller	363
Lebon Régis	363
Leoberto Leal	364
Luzerna	369

Macieira	403
Mafra	404
Massaranduba	404
Meleiro	406
Modelo	428
Navegantes	429
Nova Trento	441
Novo Horizonte	441
Orleans	442
Ouro	448
Paial	449
Palhoça	449
Papanduva	456
Paulo Lopes	458
Penha	460
Pinheiro Preto	468
Pomerode	469
Porto Belo	470
Porto União	474
Rio do Sul	474
Salto Veloso	476
São Bento do Sul	477
São Carlos	479
São José	480
São Lourenço do Oeste	495
São Pedro de Alcântara	496
Schroeder	496
Sombrio	514
Timbó	514
Três Barras	516
Treze Tílias	517
Tunápolis	517
Turvo	518
Vargeão	578
Videira	578
Vitor Meireles	588
Xavantina	589

Consórcios

AGIR	599
CIMCATARINA	602
CISAM	602

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

Processo 105/2014 PP 93/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 105/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 93/2014

Objeto: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIGILANCIA, SEGURANÇA E SOM AMBIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 01/08/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Processo 106/2014 PP 94/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 106/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 94/2014

Objeto: FORNECIMENTO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS NATALINOS CONFORME DESCRIÇÃO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 01/08/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Processo 103/2014 PP 91/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 91/2014

Objeto: FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MOVEIS SOB MEDIDA E PERSONALIZADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 31/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura

Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Processo 104/2014 PP 92/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 104/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 92/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORNAMENTAÇÃO EXTERNA DO PREDIO A PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 31/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Processo 107/2014 PP 95/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 107/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 95/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA MECANIZADAS NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 04/08/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria	Luciano Hermes
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Resumo da Execução Orçamentaria 3º Bimestre 2014

Betha Sistemas

Exercício de 2014

3º bimestre

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 04/2014	Bimestre Mai/Jun/2014	Total até Jun/2014
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.880.775,00	664.695,01	230.132,36	894.827,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	199.500,00	67.667,55	32.394,60	100.062,15
RECEITA PATRIMONIAL	28.300,00	61.396,52	43.407,22	104.803,74
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.500,00	16.040,72	8.324,41	24.365,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.982.409,05	5.574.915,31	2.747.047,45	8.321.962,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.582,50	54.522,06	19.225,89	73.747,95
ALIENAÇÃO DE BENS	53.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	513.000,00	25.881,87	333.526,02	359.407,89
TOTAL DA RECEITA :	18.720.066,55	6.465.119,04	3.414.057,95	9.879.176,99

DESPESAS

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

GABINETE DO PREFEITO E VICE	687.092,00	173.590,29	78.942,30	252.532,59
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.594.235,99	948.365,26	455.184,12	1.403.549,38
DEPARTAMENT DE AGRICULTURA	388.000,00	256.349,50	100.661,91	357.011,41
DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.030.190,57	1.952.663,94	989.950,15	2.942.614,09
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	192.330,00	0,00	0,00	0,00
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	1.386.885,00	394.960,60	200.465,30	595.425,90
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES	90.378,55	4.914,20	20.781,88	25.696,08
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	188.330,01	13,75	0,00	13,75
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BASICO	68.000,00	7,40	0,00	7,40
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MUNICIPI	40.000,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA CIVIL	152.400,00	39.644,65	24.411,11	64.055,76
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.868.550,00	476.456,06	543.029,74	1.019.485,80
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	619.575,00	230.467,38	123.504,59	353.971,97
DEPARTAMENTO DE CULTURA	205.620,00	28.497,86	14.038,93	42.536,79
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇ	53.355,00	13.060,94	8.514,34	21.575,28
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	250.820,00	86.824,30	45.310,61	132.134,91
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	12.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
DEPARTAMENTO DE TURISMO	432.610,00	104.187,58	53.622,34	157.809,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	15.310.372,12	4.710.003,71	2.663.417,32	7.373.421,03
TOTAL DA DESPESA :	15.310.372,12	4.710.003,71	2.663.417,32	7.373.421,03

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Município de AGUA DOCE - SC

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/8MESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	RECEITAS CORRENTES	21.357.676,55	20.940.286,67	3.672.995,12	17,54	10.839.597,32	51,76	10.100.689,35
	RECEITA TRIBUTÁRIA	20.214.076,55	19.796.686,67	3.324.469,10	16,79	10.450.189,43	52,79	9.346.497,24
	IMPOSTOS	1.915.465,00	1.498.075,12	231.345,96	15,44	927.427,25	61,91	570.647,87
	TAXAS	1.522.455,00	1.105.065,12	200.285,55	18,12	802.003,49	72,58	303.061,63
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	378.010,00	378.010,00	24.989,87	6,61	119.353,22	31,57	258.656,78
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	6.070,54	40,47	6.070,54	40,47	8.929,46
	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	312.752,39	312.752,39	50.488,98	16,14	154.070,77	49,26	158.681,62
	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	113.252,39	113.252,39	18.094,38	15,98	54.008,62	47,69	59.243,77
	RECEITA PATRIMONIAL	199.500,00	199.500,00	32.394,60	16,24	100.062,15	50,16	99.437,85
	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	115.140,90	115.140,90	68.174,61	59,21	169.383,49	147,11	-54.242,59
	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	113.640,90	113.640,90	68.174,61	59,99	169.383,49	149,05	-55.742,59
	Outras Receitas Agropecuárias	10.500,00	10.500,00	8.324,41	79,28	24.365,13	232,05	-13.865,13
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.500,00	10.500,00	8.324,41	79,28	24.365,13	232,05	-13.865,13
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.745.210,05	17.745.210,05	2.939.968,80	16,57	9.072.502,32	51,13	8.672.707,73
	Transf. de Conv.	17.152.510,05	17.152.510,05	2.846.084,95	16,59	8.854.905,87	51,62	8.297.604,18
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	592.700,00	592.700,00	93.883,85	15,84	217.596,45	36,71	375.103,55
	Multas e Juros de Mora	115.008,21	115.008,21	26.166,34	22,75	102.440,47	89,07	12.567,74
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.236,00	11.236,00	4.334,25	38,57	12.501,36	111,26	-1.265,36
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	66.706,71	66.706,71	7.343,46	11,01	37.283,04	55,89	29.423,67
	RECEITAS DIVERSAS	10.502,50	10.502,50	5.832,71	55,54	28.000,88	266,61	-17.498,38
	RECEITAS DE CAPITAL	26.563,00	26.563,00	8.655,92	32,59	24.655,19	92,82	1.907,81
	ALIENAÇÃO DE BENS	1.143.600,00	1.143.600,00	348.526,02	30,48	389.407,89	34,05	754.192,11
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	74.200,00	74.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.200,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	74.200,00	74.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.200,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.069.400,00	1.069.400,00	348.526,02	32,59	389.407,89	36,41	679.992,11	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	108.480,00	18.028,18	16,62	53.728,20	49,53	54.751,80	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	108.480,00	108.480,00	18.028,18	16,62	53.728,20	49,53	54.751,80	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.480,00	108.480,00	18.028,18	16,62	53.728,20	49,53	54.751,80	
Contribuições Sociais	108.480,00	108.480,00	18.028,18	16,62	53.728,20	49,53	54.751,80	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.691.023,30	17,54	10.893.325,52	51,75	10.155.441,15	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.691.023,30	17,54	10.893.325,52	51,75
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.691.023,30	17,54	10.893.325,52	51,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.873.582,45	—	—	632.536,72	—
Superávit Financeiro	—	1.873.582,45	—	—	632.536,72	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.357.676,55	3.183.596,39	24.541.272,94	3.766.801,29	10.388.062,85	2.987.228,78	8.641.262,29	35,21
DESPESAS CORRENTES	18.847.477,54	1.517.013,24	20.364.490,78	2.777.510,65	9.084.017,70	2.888.960,12	8.429.886,29	41,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.877.866,52	165.143,22	11.043.009,74	1.587.888,89	4.889.336,03	1.587.963,88	4.888.716,03	44,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	46.510,00	6.844,97	53.354,97	9.113,21	25.452,53	9.113,21	25.452,53	47,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.923.101,02	1.345.025,05	9.268.126,07	1.180.508,55	4.169.229,14	1.291.883,03	3.515.717,73	37,93
DESPESAS DE CAPITAL	2.452.199,01	1.666.583,15	4.118.782,16	989.290,64	1.304.045,15	98.268,66	211.376,00	5,13
INVESTIMENTOS	2.136.188,01	1.665.815,15	3.801.983,16	929.794,59	1.152.205,36	38.772,61	59.536,21	1,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	316.031,00	768,00	316.799,00	59.496,05	151.839,79	59.496,05	151.839,79	47,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	108.480,00	23.000,00	131.480,00	18.028,18	53.728,20	18.028,18	53.728,20	40,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.480,00	23.000,00	131.480,00	18.028,18	53.728,20	18.028,18	53.728,20	40,86

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	108.480,00	23.000,00	131.480,00	18.028,18	53.728,20	18.028,18	53.728,20	40,86
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	21.466.156,55	3.206.596,39	24.672.752,94	3.784.829,47	10.441.791,05	3.005.256,96	8.694.990,49	35,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.466.156,55	3.206.596,39	24.672.752,94	3.784.829,47	10.441.791,05	3.005.256,96	8.694.990,49	35,24
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.198.335,03	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.466.156,55	3.206.596,39	24.672.752,94	3.784.829,47	10.441.791,05	3.005.256,96	10.893.325,52	35,24

FONTE:

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R. TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	-------------------------------------	--

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea e-“)							R\$ 1,00		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.357.676,55	24.541.272,94	3.766.801,29	10.388.062,85	2.987.228,78	8.641.262,29	99,38	35,21	15.900.010,65
	Legislativa	784.915,00	784.915,00	195.683,30	44.530,06	195.683,30	2,25	24,93	589.231,70
Ação Legislativa	784.915,00	784.915,00	44.530,06	195.683,30	44.530,06	195.683,30	2,25	24,93	589.231,70
Administração	1.884.522,00	2.000.917,00	303.313,52	984.735,07	290.406,71	850.530,61	9,78	42,51	1.150.386,39
Administração Geral	1.884.522,00	2.000.917,00	303.313,52	984.735,07	290.406,71	850.530,61	9,78	42,51	1.150.386,39
Segurança Pública	165.780,00	214.943,11	24.461,47	68.184,15	20.044,11	60.951,33	0,70	28,36	153.991,78
Policimento	14.080,00	28.547,04	162,97	4.578,39	162,97	4.578,39	0,05	16,04	23.968,65
Defesa Civil	151.700,00	186.396,07	24.298,50	63.605,76	19.881,14	56.372,94	0,65	30,24	130.023,13
Assistência Social	913.245,55	1.084.013,46	108.617,24	337.080,96	126.967,98	305.615,76	3,51	28,19	778.397,70
Assistência ao Portador de Deficiência	3.260,00	3.442,40	364,80	1.094,40	364,80	1.094,40	0,01	31,79	2.348,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	90.378,55	204.950,89	20.781,88	25.696,08	15.675,38	18.453,58	0,21	9,00	186.497,31
Assistência Comunitária	819.607,00	875.620,17	87.470,56	310.290,48	110.927,80	286.067,78	3,29	32,67	589.552,39
Saude	4.785.342,43	5.848.024,21	1.032.315,31	2.686.805,89	640.579,87	1.876.481,13	21,58	32,09	3.971.543,08
Atenção Básica	3.970.449,43	4.564.583,63	974.492,37	2.089.651,41	509.868,41	1.494.283,69	17,19	32,74	3.070.299,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	190.800,00	417.000,00	0,00	416.880,00	69.480,00	208.440,00	2,40	49,99	208.560,00
Suporte Profilático e Terapêutico	501.990,00	690.313,04	55.261,45	158.481,12	55.261,45	158.481,12	1,82	22,96	531.831,92
Vigilância Sanitária	73.508,00	79.399,18	2.240,64	6.144,10	2.440,64	6.044,10	0,07	7,61	73.355,08
Vigilância Epidemiológica	48.595,00	96.728,36	320,85	15.649,26	3.529,37	9.232,22	0,11	9,54	87.496,14
Educação	5.983.990,57	6.271.167,25	983.585,73	2.924.529,08	990.527,03	2.885.793,00	33,19	46,02	3.385.374,25
Alimentação e Nutrição	169.600,00	169.600,00	32.520,79	77.383,75	32.848,76	76.987,12	0,89	45,39	92.612,88
Ensino Fundamental	4.734.218,57	4.926.046,21	744.572,24	2.218.852,80	737.287,94	2.185.388,54	25,13	44,36	2.740.657,67
Ensino Médio	67.750,00	83.460,90	3.642,63	23.053,76	15.642,63	23.053,76	0,27	27,62	60.407,14
Ensino Superior	147.600,00	147.600,00	30.559,88	66.725,98	30.559,88	66.725,98	0,77	45,21	80.874,02
Educação Infantil	853.822,00	933.460,14	172.290,19	538.512,79	174.187,82	533.637,60	6,14	57,17	399.822,54
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Cultura	203.500,00	205.810,00	14.038,93	42.536,79	14.073,05	34.459,86	0,40	16,74	171.350,14
Difusão Cultural	203.500,00	205.810,00	14.038,93	42.536,79	14.073,05	34.459,86	0,40	16,74	171.350,14
Urbanismo	1.850.230,00	2.699.377,04	542.132,53	1.012.845,30	243.655,57	625.626,30	7,20	23,18	2.073.750,74
Infra-Estrutura Urbana	342.000,00	642.000,00	292.900,15	308.489,45	24.538,47	39.796,27	0,46	6,20	602.203,73
Serviços Urbanos	1.508.230,00	2.057.377,04	249.232,38	704.355,85	219.117,10	585.830,03	6,74	28,47	1.471.547,01

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.357.676,55	24.541.272,94	3.766.801,29	10.388.062,85	2.987.228,78	8.641.262,29	15.900.010,65
Habilitação	186.000,01	186.000,01	0,00	13,75	0,00	13,75	185.986,26
Habilitação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habilitação Urbana	176.000,01	176.000,01	0,00	13,75	0,00	13,75	175.986,26
Saneamento	68.000,00	72.116,90	0,00	7,40	0,00	7,40	72.109,50
Saneamento Básico Urbano	68.000,00	72.116,90	0,00	7,40	0,00	7,40	72.109,50
Gestão Ambiental	12.000,00	12.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	12.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	12.000,00	12.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	12.000,00
Agricultura	1.001.440,00	1.595.635,00	223.391,65	708.762,54	128.222,73	410.042,16	1.175.592,84
Vigilância Sanitária	64.600,00	65.755,00	7.171,83	22.398,01	7.171,83	22.398,01	43.356,99
Extensão Rural	916.840,00	1.499.880,00	215.015,24	681.861,95	119.312,96	383.141,57	1.116.738,43
Promoção da Produção Agropecuária	20.000,00	20.000,00	1.204,58	4.502,58	1.737,94	4.502,58	15.497,42
Indústria	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00
Promoção Industrial	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00
Comércio e Serviços	52.355,00	53.510,00	8.514,34	21.575,28	8.216,56	21.028,33	32.481,67
Turismo	52.355,00	53.510,00	8.514,34	21.575,28	8.216,56	21.028,33	32.481,67
Comunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	182,78	0,00	182,78	9.817,22
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	182,78	0,00	182,78	9.817,22
Transporte	1.375.740,00	1.396.530,00	198.757,68	590.096,67	199.163,52	582.394,49	814.135,51
Transporte Rodoviário	1.375.740,00	1.396.530,00	198.757,68	590.096,67	199.163,52	582.394,49	814.135,51
Desporto e Lazer	425.720,00	453.805,00	52.881,38	155.524,87	55.080,14	148.953,07	304.851,93
Desporto Comunitário	425.720,00	453.805,00	52.881,38	155.524,87	55.080,14	148.953,07	304.851,93
Encargos Especiais	1.374.895,99	1.392.508,96	225.261,45	654.499,02	225.761,45	643.499,02	739.009,94
Previdência Básica	770.694,99	770.694,99	117.390,42	352.171,26	117.390,42	352.171,26	418.523,73
Serviço da Dívida Interna	362.541,00	370.153,97	68.609,26	177.292,32	68.609,26	177.292,32	192.861,65
Outros Encargos Especiais	241.660,00	241.660,00	39.261,77	125.035,44	39.761,77	114.035,44	127.624,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	131.480,00	18.028,18	53.728,20	18.028,18	53.728,20	77.751,80
Administração	11.910,00	34.910,00	5.551,45	16.665,10	5.551,45	16.665,10	18.244,90
Administração Geral	11.910,00	34.910,00	5.551,45	16.665,10	5.551,45	16.665,10	18.244,90

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	131.480,00	18.028,18	53.728,20	18.028,18	53.728,20	0,62	40,86
Segurança Pública	700,00	700,00	112,61	450,00	112,61	450,00	0,01	64,29
Defesa Civil	700,00	700,00	112,61	450,00	112,61	450,00	0,01	64,29
Assistência Social	1.820,00	1.820,00	477,88	1.404,00	477,88	1.404,00	0,02	77,14
Assistência Comunitária	1.820,00	1.820,00	477,88	1.404,00	477,88	1.404,00	0,02	77,14
Saúde	11.660,00	11.660,00	1.564,15	5.226,86	1.564,15	5.226,86	0,06	44,83
Atenção Básica	11.660,00	11.660,00	1.564,15	5.226,86	1.564,15	5.226,86	0,06	44,83
Educação	46.200,00	46.200,00	6.364,42	18.085,01	6.364,42	18.085,01	0,21	39,15
Ensino Fundamental	43.550,00	43.550,00	5.972,44	16.355,08	5.972,44	16.355,08	0,19	37,55
Educação Infantil	2.650,00	2.650,00	391,98	1.729,93	391,98	1.729,93	0,02	65,28
Cultura	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	4.240,00	4.240,00	734,24	2.062,11	734,24	2.062,11	0,02	48,63
Serviços Urbanos	4.240,00	4.240,00	734,24	2.062,11	734,24	2.062,11	0,02	48,63
Habitação	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	6.135,00	6.135,00	774,85	2.220,84	774,85	2.220,84	0,03	36,20
Vigilância Sanitária	1.335,00	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	4.800,00	4.800,00	774,85	2.220,84	774,85	2.220,84	0,03	46,27
Indústria	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	11.145,00	11.145,00	1.707,62	5.329,23	1.707,62	5.329,23	0,06	47,82
Transporte Rodoviário	11.145,00	11.145,00	1.707,62	5.329,23	1.707,62	5.329,23	0,06	47,82

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	131.480,00	18.028,18	53.728,20	18.028,18	53.728,20	0,62	40,86
Desporto e Lazer	6.890,00	6.890,00	740,96	2.285,05	740,96	2.285,05	0,03	33,16
Desporto Comunitário	6.890,00	6.890,00	740,96	2.285,05	740,96	2.285,05	0,03	33,16
TOTAL (III) = (I + II)	21.466.156,55	24.672.752,94	3.784.829,47	10.441.791,05	3.005.256,96	8.694.990,49	100,00	35,24

FONTE:

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	------------------------------------	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDENCIA 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Jun/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
	RECEITAS CORRENTES (I)	1.576.232,37	1.716.126,67	1.858.467,21	1.953.252,32	1.979.649,42	2.093.016,05	2.059.696,07	2.053.288,52	2.036.862,64	2.017.396,93	2.099.313,27	1.764.426,91	23.787.738,38
	RECEITA TRIBUTÁRIA	60.264,37	53.163,18	96.889,21	65.365,75	98.519,94	495.331,60	98.529,90	138.548,69	357.167,64	101.908,34	141.795,02	89.846,65	1.915.465,00
	I.P.T.U.	2.282,88	596,51	834,71	516,40	3.181,34	1.341,06	7.430,19	40.067,84	138.475,51	11.430,31	1.375,38	1.185,15	208.716,28
	I.R.R.F.	22.942,70	23.698,46	22.246,47	21.978,18	22.910,59	49.399,48	23.419,21	23.170,69	14.352,40	23.295,06	23.996,97	23.814,18	295.224,39
	I.S.S.	23.646,00	15.811,22	52.640,29	26.353,18	40.612,12	429.736,84	46.385,82	30.889,06	165.688,38	50.298,47	38.808,64	29.735,66	950.305,68
	I.T.B.I.	8.718,01	6.700,00	12.300,00	9.050,00	28.368,00	6.050,00	9.657,00	10.778,00	3.880,00	2.600,00	60.619,57	20.950,00	80.865,00
	Outras Recetas Tributárias	2.874,78	6.357,99	8.887,74	7.487,99	3.447,89	8.804,22	11.637,68	33.643,10	34.871,35	14.284,50	17.194,46	14.160,66	163.412,36
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.218,97	22.388,13	24.414,35	23.866,00	24.990,05	26.150,07	26.557,45	25.401,98	25.847,45	25.774,79	25.150,66	25.338,32	299.199,34
	RECEITA PATRIMONIAL	7.902,75	58.639,84	2.743,03	16.216,78	7.861,13	51.282,23	14.752,65	38.181,03	16.862,97	30.153,79	24.821,83	39.655,36	310.074,29
	RECEITA AGROPECUÁRIA	2.216,49	3.553,70	3.194,39	5.801,74	7.106,38	4.371,72	3.848,01	3.475,00	1.899,33	6.818,38	6.862,99	2.261,42	50.009,55
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.469.891,37	1.570.076,16	1.716.654,16	1.824.861,16	1.830.936,64	2.078.495,55	1.891.138,07	1.835.374,70	1.607.409,12	1.840.320,62	1.845.135,37	1.617.507,22	21.127.800,14
	Cota-Parte do F.P.M.	325.915,62	426.128,77	352.678,29	352.883,71	480.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	541.655,35	461.480,05	428.779,99	5.727.807,81
	Cota-Parte do I.C.M.S.	661.406,18	693.467,05	736.798,69	716.344,19	797.097,49	794.430,22	757.286,23	717.054,80	723.886,34	709.286,15	722.011,55	727.943,23	8.755.771,12
	Cota-Parte do I.P.V.A.	57.857,13	52.844,84	52.637,32	68.976,88	24.659,59	16.213,84	25.407,99	32.073,95	59.515,88	65.349,47	64.859,64	65.775,59	586.172,12
	Cota-Parte do ITR	5.028,32	691,41	50.552,70	198.997,43	51.621,99	31.131,20	29.703,21	1.689,99	302,39	482,41	516,23	474,19	371.171,47
	Outras Transferências Correntes	214.738,10	176.106,31	302.520,41	271.857,63	224.446,93	253.712,00	218.622,55	191.612,66	211.519,49	283.294,43	332.779,19	143.946,87	2.825.026,57
	Transferências da LC 61/1989	10.618,47	11.361,83	10.335,05	11.048,24	11.899,09	13.541,63	11.863,44	10.043,87	9.814,17	10.682,33	11.618,79	11.066,28	133.806,19
	Transferências da LC 87/1996	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.134,95	3.134,95	0,00	3.134,95	3.134,95	3.134,95	35.211,05
	Transferências do FUNDEB	191.071,30	206.218,90	207.875,65	201.997,03	227.379,62	226.206,21	250.109,34	244.591,58	225.775,56	227.485,53	248.734,97	235.386,12	2.682.833,81
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.738,42	8.304,66	14.571,17	17.040,89	10.235,28	37.394,88	24.869,87	11.307,12	27.676,13	12.421,01	16.347,40	9.818,94	202.715,77
	DEDUÇÕES (II)	223.043,01	244.662,82	251.015,75	278.617,19	284.244,45	282.711,11	283.580,92	288.716,91	243.015,79	252.305,61	283.990,17	256.778,00	3.162.685,73
	Contribuição do Associado	10.244,44	7.128,89	9.784,67	8.509,61	8.439,36	9.855,69	9.158,85	8.997,56	8.997,56	8.848,38	8.944,29	9.150,09	107.971,28
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	212.798,57	237.533,93	241.231,08	270.107,58	275.805,09	272.855,42	284.422,07	279.807,46	234.022,23	247.457,23	275.045,88	247.627,91	3.074.714,45
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.353.189,36	1.471.463,85	1.600.451,46	1.674.635,13	1.695.404,97	2.410.304,94	1.766.115,15	1.764.571,61	1.793.842,85	1.765.091,32	1.775.323,10	1.527.648,91	20.605.042,65
	NOTES:													

FONTE:

AGUA DOCE - 16/07/2014

NOVELLI SGANZERIA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA PINICETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICAS PRIVADAS 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE , 16/07/2014

 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

 JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contadora

 CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
 Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.118.782,16	211.376,00	0,00	3.907.406,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.118.782,16	211.376,00	0,00	3.907.406,16
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.118.782,16	-211.376,00		-3.907.406,16

FONTE:

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 3º BIMESTRE

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.541.467,50	1.124.077,62	206.196,47	827.808,76	73,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	721.530,00	304.140,12	6.993,38	218.800,91	71,94
1.1.1- IPTU	704.565,00	287.175,12	2.560,53	201.220,67	70,07
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	123,76	400,03	75,48
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.505,00	8.505,00	2.492,67	13.001,76	152,87
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.930,00	7.930,00	1.816,42	5.434,74	68,53
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	(1.256,29)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	80.865,00	80.865,00	81.569,57	108.484,57	134,16
1.2.1- ITBI	80.865,00	80.865,00	81.569,57	108.484,57	134,16
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	527.017,50	527.017,50	69.824,37	368.474,77	69,92
1.3.1- ISS	524.970,00	524.970,00	68.615,06	361.776,79	68,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	274,20	362,72	34,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	997,50	997,50	895,20	5.519,69	553,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	310,67	1.086,33	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(270,76)	(270,76)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.055,00	212.055,00	47.811,15	132.048,51	62,27
1.4.1- IRRF	212.055,00	212.055,00	47.811,15	132.048,51	62,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.784.051,55	14.784.051,55	2.613.404,69	7.822.854,81	52,91
2.1- Cota-Parte FPM	5.342.201,55	5.342.201,55	1.002.869,29	3.039.732,94	56,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.342.201,55	5.342.201,55	1.002.869,29	3.039.732,94	56,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.415.000,00	8.415.000,00	1.449.954,78	4.356.227,30	51,77
2.3- ICMS-Desoneração od. C. nº87/1996	40.500,00	40.500,00	6.269,90	15.674,75	38,70
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	153.000,00	153.000,00	22.685,07	65.088,88	42,54
2.5- Cota-Parte ITR	254.100,00	254.100,00	990,42	33.148,42	13,05
2.6- Cota-Parte IPVA	579.250,00	579.250,00	130.635,23	312.982,52	54,03
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.325.519,05	15.908.129,17	2.819.603,16	8.650.663,57	54,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	404.300,00	404.300,00	65.235,92	218.570,18	54,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	235.200,00	235.200,00	45.932,04	153.216,24	65,14
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	67.600,00	67.600,00	8.484,40	33.937,60	50,20
5.4- Transferências Diretas - PNATE	101.500,00	101.500,00	10.169,21	30.507,63	30,06
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	650,27	908,71	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-0,00	0,00	14.359,84	338.039.697.500,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	404.300,00	404.300,00	65.235,92	232.930,02	57,61
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.958.370,00	2.958.370,00	522.673,79	1.564.382,78	52,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.1.1)	1.070.000,00	1.070.000,00	200.573,82	607.946,43	56,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.2)	1.683.000,00	1.683.000,00	289.990,79	871.244,94	51,77
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.3)	8.100,00	8.100,00	1.253,98	3.134,95	38,70
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.4)	30.600,00	30.600,00	4.537,02	13.017,80	42,54
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB α(20% de (1.5 + 2.5))	50.820,00	50.820,00	191,30	6.570,90	12,93
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.6)	115.850,00	115.850,00	26.126,88	62.467,76	53,92
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	486.901,26	1.437.088,16	53,78
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	484.121,09	1.432.085,10	53,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	2.780,17	5.003,06	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 α(0))	-286.370,00	-286.370,00	-38.552,70	-132.297,68	46,20
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.672.000,00	2.718.405,36	410.254,30	1.232.282,53	45,33
13.1- Com Educação Infantil	444.020,00	444.020,00	100.351,43	306.832,64	69,10
13.2- Com Ensino Fundamental	2.227.980,00	2.274.385,36	309.902,87	925.449,89	40,69
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.672.000,00	2.718.405,36	410.254,30	1.232.282,53	45,33
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
16.1 - FUNDEB 60%					-
16.2 - FUNDEB 40%					-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.232.282,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					85,75
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					14,25
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 αRECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					46.405,36
21 αDESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					46.405,36
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.081.379,76	3.977.032,29	704.900,79	2.162.665,89	54,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	885.522,00	941.807,00	181.379,63	549.246,95	58,32
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.131.868,57	4.283.005,93	569.496,62	1.894.523,16	44,23
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.227.980,00	2.274.385,36	309.902,87	925.449,89	40,69
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.903.888,57	2.008.620,57	259.593,75	969.073,27	48,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.017.390,57	5.224.812,93	750.876,25	2.443.770,11	46,77
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-132.297,68
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					5.003,06
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.405,36
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					260,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-80.629,26
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) α(37))					2.524.399,37
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,18
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	235.200,00	261.456,38	40.870,78	174.327,48	66,68
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	449.250,00	463.747,94	142.861,84	154.772,43	33,37
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	684.450,00	725.204,32	183.732,62	329.099,91	45,38
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.701.840,57	5.950.017,25	934.608,87	2.772.870,02	46,60

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	12.935,61	260,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	12.935,61	260,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	46.758,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.432.085,10	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.235.995,47	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.235.642,35	0,00
49.2 Restos a Pagar	353,12	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.003,06	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	247.851,17	0,00

AGUA DOCE, 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA	JOSELI A.S.M.R.TRENTO	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Prefeito Municipal	Contadora	Coordenadora Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.405,36, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		1.541.467,50	1.124.077,62	828.079,52	73,67	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		704.585,00	287.175,12	199.964,38	69,63	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		80.865,00	80.865,00	108.484,57	134,16	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		524.970,00	524.970,00	361.776,79	68,91	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		212.055,00	212.055,00	132.048,51	62,27	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		1.580,00	1.580,00	762,75	48,28	
Dívida Ativa dos Impostos		9.502,50	9.502,50	18.521,45	194,91	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		7.930,00	7.930,00	6.521,07	82,23	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		14.784.051,55	14.784.051,55	7.822.854,81	52,91	
Cota-Parte FPM		5.342.201,55	5.342.201,55	3.039.732,94	56,90	
Cota-Parte ITR		254.100,00	254.100,00	33.148,42	13,05	
Cota-Parte IPVA		579.250,00	579.250,00	312.982,52	54,03	
Cota-Parte ICMS		8.415.000,00	8.415.000,00	4.356.227,30	51,77	
Cota-Parte IP-Estorteação		153.000,00	153.000,00	65.088,88	42,54	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		40.500,00	40.500,00	15.674,75	38,70	
Desoneração ICMS (LC 87/96)		40.500,00	40.500,00	15.674,75	38,70	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		16.325.519,05	15.908.129,17	8.650.934,33	54,38	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		4.167.002,43	4.922.606,06	2.210.957,02	44,91	1.878.449,99	38,16
Pessoal e Encargos Sociais		2.413.607,00	2.528.144,86	1.033.201,52	40,87	1.033.201,52	40,87
Outras Despesas Correntes		1.753.395,43	2.394.461,20	1.177.755,50	49,19	845.248,47	35,30
DESPESAS DE CAPITAL		627.000,00	934.078,15	481.075,73	51,50	3.258,00	0,35
Investimentos		627.000,00	934.078,15	481.075,73	51,50	3.258,00	0,35

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	627.000,00	934.078,15	481.075,73	51,50	3.258,00	0,35
Investimentos	627.000,00	934.078,15	481.075,73	51,50	3.258,00	0,35
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.794.002,43	5.856.684,21	2.692.032,75	45,97	1.881.707,99	32,13
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.211.464,00	2.866.288,47	984.591,92	36,57	542.972,95	28,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.550.617,00	1.919.314,27	782.440,94	29,07	347.239,01	18,45
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	660.847,00	946.954,20	202.150,98	7,51	195.733,94	10,40
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.211.464,00	2.866.288,47	984.591,92	36,57	542.972,95	28,86
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.582.538,43	2.990.415,74	1.707.440,83	9,39	1.338.735,04	3,27
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						15,48
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] 6						
						41.094,89

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	0,00	1.137,49	5.046,00	-5.046,00	0,00			
TOTAL	0,00	1.137,49	5.046,00	-5.046,00	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
1.137,49		0,00		1.137,49				
1.137,49		0,00		1.137,49				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)		Até Bimestre (m)		
				%		%		
				(l/Total l)*100		(m/Total m)*100		
Atenção Básica	3.982.109,43	4.576.243,63	2.094.878,27	77,82	1.499.510,55	79,69		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	190.800,00	417.000,00	416.880,00	15,49	208.440,00	11,08		
Suporte Profilático e Terapêutico	501.990,00	690.313,04	158.481,12	5,89	158.481,12	8,42		
Vigilância Sanitária	73.508,00	79.399,18	6.144,10	0,23	6.044,10	0,32		
Vigilância Epidemiológica	48.595,00	96.728,36	15.649,26	0,58	9.232,22	0,49		
TOTAL	4.797.002,43	5.859.684,21	2.692.032,75	100,00	1.881.707,99	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante a execução, essa valor poderá variar a movimentação registrada no art. 22 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

^ Judicare o exercício esse valor. Servirá para o município anterior previsto no art. 23 da L.C. 14.11.2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(n+1) - (15 \times IIIb)/100$

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELIA S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA PNICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)			R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					Continua 1/4

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	------------------------------------	--

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	661.886,98	540.086,95	480.590,90
DEDUÇÕES (II)	5.080.740,83	6.377.507,26	6.839.570,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.092.090,87	6.613.658,37	7.083.298,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.350,04	236.151,11	243.727,52
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.418.853,85	-5.837.420,31	-6.358.979,84
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.418.853,85	-5.837.420,31	-6.358.979,84

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-521.559,53	-1.940.125,99

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.791.525,77	3.274.322,67	10.334.534,14	9.162.926,35
Receita Tributária	1.498.075,12	231.345,96	927.427,25	801.504,20
I.P.T.U.	287.175,12	2.560,53	199.964,38	188.912,59
I.S.S.	524.970,00	68.344,30	361.506,03	233.061,79
I.T.B.I.	80.865,00	81.569,57	108.484,57	104.025,24
I.R.R.F.	212.055,00	47.811,15	132.048,51	133.080,14
Outras Receitas Tributárias	393.010,00	31.060,41	125.423,76	142.424,44
Receita de Contribuição	421.232,39	68.517,16	207.798,97	198.448,86
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	421.232,39	68.517,16	207.798,97	198.448,86
Receita Patrimonial Líquida	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	115.140,90	68.174,61	169.383,49	69.216,21
(-) Aplicações Financeiras	113.640,90	68.174,61	169.383,49	69.216,21
Transferências Correntes	17.745.210,05	2.939.968,80	9.072.502,32	8.068.646,58
F.P.M.	4.272.201,55	690.686,22	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	6.732.000,00	1.159.963,99	3.484.982,36	3.243.042,25
Convênios	592.700,00	93.883,85	217.596,45	181.664,63
Outras Transferências Correntes	6.148.308,50	995.434,74	2.938.137,00	2.387.264,59
Demais Receitas Correntes	125.508,21	34.490,75	126.805,60	94.326,71
Dívida Ativa	10.502,50	5.832,71	28.000,88	10.409,98
Diversas Receitas Correntes	115.005,71	28.658,04	98.804,72	83.916,73
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.143.600,00	348.526,02	389.407,89	355.996,11
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	97.731,59
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	74.200,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.069.400,00	348.526,02	389.407,89	258.264,52
Convênios	1.069.400,00	348.526,02	389.407,89	258.264,52
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.069.400,00	348.526,02	389.407,89	258.264,52
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.860.925,77	3.622.848,69	10.723.942,03	9.421.190,87

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.495.970,78	2.906.988,30	8.483.614,49	8.050.923,36
Pessoal e Encargos Sociais	11.174.489,74	1.605.992,06	4.942.444,23	4.821.264,91
Juros e Encargos da Dívida (IX)	53.354,97	9.113,21	25.452,53	46.446,01
Outras Despesas Correntes	9.268.126,07	1.291.883,03	3.515.717,73	3.183.212,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	20.442.615,81	2.897.875,09	8.458.161,96	8.004.477,35
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.118.782,16	98.268,66	211.376,00	596.132,20
Investimentos	3.801.983,16	38.772,61	59.536,21	433.019,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	316.799,00	59.496,05	151.839,79	163.112,81
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.801.983,16	38.772,61	59.536,21	433.019,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	24.302.598,97	2.936.647,70	8.517.698,17	8.437.496,74
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.441.673,20	686.200,99	2.206.243,86	983.694,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	632.536,72	0,00
Superávit Financeiro	-	-	632.536,72	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ORGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	11.350,04	-	-	11.350,04	374.106,60	374.106,60	18.836,79
EXECUTIVO	0,00	11.350,04	0,00	0,00	11.350,04	373.361,11	373.361,11	18.592,28
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	369,56	0,00	0,00	369,56	5.288,48	5.288,48	29,31
DEFESA CIVIL	0,00	1.804,02	0,00	0,00	1.804,02	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.177,00	4.177,00	0,00
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	910,72	910,72	245,99
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.471,27	7.471,27	5.128,73
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.487,34	3.487,34	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	2.459,00	0,00	0,00	2.459,00	11.288,73	11.288,73	3.981,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ÁGUA DOCE	0,00	244,69	0,00	0,00	244,69	23.532,05	23.532,05	3.050,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.013,88	0,00	0,00	4.013,88	99.182,20	99.182,20	1.787,36
SEC RETARIA DA INDUSTRIA COMERCIO E URBANISI	0,00	413,47	0,00	0,00	413,47	9.958,07	9.958,07	2.230,52
SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	37,09	0,00	0,00	37,09	133.526,30	133.526,30	45,08
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	1.741,99	0,00	0,00	1.741,99	65.065,82	65.065,82	2.083,99
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	97,49	0,00	0,00	97,49	369,13	369,13	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	168,85	0,00	0,00	168,85	9.103,00	9.103,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTUF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745,49	745,49	1.254,51
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745,49	745,49	1.254,51
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	11.350,04	0,00	0,00	11.350,04	374.106,60	374.106,60	18.836,79

FONTE:

AGUA DOCE 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLIA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora

CARMEN LUCIA PNICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		-	21.466.156,55	
Previsão Atualizada		-	21.048.766,67	
Receitas Realizadas		3.691.023,30	10.893.325,52	
Déficit Orçamentário		-	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-	632.536,72	
DESPESAS				
Dotação Inicial		-	21.466.156,55	
Créditos Adicionais		-	3.206.596,39	
Dotação Atualizada		-	24.672.752,94	
Despesas Empenhadas		3.784.829,47	10.441.791,05	
Despesas Liquidadas		3.005.256,96	8.694.990,49	
Superavit Orçamentário		-	2.198.335,03	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.784.829,47	10.441.791,05	
Despesas Liquidadas		3.005.256,96	8.694.990,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			20.605.042,65	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.940.125,99	0,00
Resultado Primário		0,00	2.206.243,86	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	785.704,80	19.836,79	374.106,60	391.761,41
EXECUTIVO	569.875,53	18.582,28	373.361,11	177.932,14
LEGISLATIVO	2.000,00	1.254,51	745,49	0,00
EXECUTIVO	213.829,27	0,00	0,00	213.829,27
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.350,04	0,00	11.350,04	0,00
EXECUTIVO	11.350,04	0,00	11.350,04	0,00
TOTAL:	797.054,84	19.836,79	385.456,64	391.761,41
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.524.399,37	25%	29,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.232.282,53	60%	85,75
Liquidadas		1.232.282,53		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			211.376,00	3.907.406,16
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	74.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	51.200,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.338.735,04	15,00	15,48
Liquidadas		1.338.735,04		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS 3º BIMESTRE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	74.200,00	0,00	74.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	74.200,00	0,00	74.200,00
TOTAL	74.200,00	0,00	74.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00
Investimentos	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00
TOTAL	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 16/07/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Anchieta

PREFEITURA

Extrato Publicação TP 003-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 003/2014.

O Prefeito Municipal em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público de acordo com a Lei 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, do Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia para execução de revitalização da iluminação pública da Avenida Anchieta, em regime de empreitada global com o fornecimento de materiais e mão de obra necessários para a revitalização da iluminação, (Instalação de postes no centro da Avenida, Luminárias de LED, condutores de rede, chaves de iluminação) na Avenida, em conformidade com o projeto básico, memorial descritivo e o convenio Nº.2014TR0002303 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira/SC. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 15/08/2014. Maiores informações das 07:45 as 11:45 e das 13:30 as 17:30 no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 16 de julho de 2014.
PAULO FUSIEGER
Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº003/2014

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2014
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, NO EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no Processo n.: PCP 13/00323601, emitiu parecer prévio recomendando a APROVAÇÃO das contas prestadas pela Prefeita Municipal de Anchieta, no exercício de 2012, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, § 1º, 59, da Constituição Estadual e art. 50 da Lei Complementar n. 101/2000, acompanhando o Parecer Prévio TCE nº0180/2013, sessão do dia 16/12/2013 e parecer da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta - SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o seguinte Decreto Legislativo que:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Município de Anchieta, exercício 2012, com a ressalva a existência de obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2012 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de recursos ordinários e recursos vinculados para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto despesas ordinárias no montante de R\$ 315.725,02 e despesas vinculadas às Fontes de Recursos (FR

24 - R\$ 30.073,82; FR 70 - R\$ 11.088,73 e FR 71 - R\$ 7.490,00), no montante de R\$ 48.652,55, evidenciando o descumprimento do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 (item 9.1.1 Relatório DMU).

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento de cópia do presente Decreto ao Tribunal de Contas do Estado e ao Prefeito Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta, 16 de julho de 2014.

EDUARDO RAFAEL SCHNEIDER

Presidente Em Exercício da Câmara de Vereadores de Anchieta - SC

Antônio Carlos**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 141/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 141/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 072/2014 - Tomada de Preço nº 006/2014; Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO CARLOS - IPREANCARLOS; Contratada: SMI PRIME - CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA; Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, automação no preenchimento da apr (documento exigido pelo ministério da previdência) disponibilizando o referido documento em ambiente web privativo ao instituto, execução de atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, análise da rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, bem como, o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da resolução do cmn 3.922/2010, na portaria mps 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela portaria mps 170 de 25 de abril de 2012 e pela portaria mps 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência deste contrato; Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); Vigência: 12 meses.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2014.

AURINEIDE BESEN

Diretora Executiva Ipreancarlos

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 10/2014-Exonera A Pedido****PORTARIA 10/2014**

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

O Sr. DOUGLAS CLASEN, brasileiro, casado, CPF 024.875.639-74, RG 3.329.992, residente e domiciliado à Rua Leopoldo Freiburger - Louro - Antônio Carlos - SC, do cargo de "ASSESSOR JURÍDICO" da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos, com efeitos a partir desta data.

Antônio Carlos, 16 de Julho de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Rua Saul Antônio Scherer, nº 07, sala 06, Centro

Fone/Fax: (48) 3272.1613 e 3272-1154

CEP: 88180-000 HYPERLINK "<http://www.cmac.sc.gov.br/>" www.cmac.sc.gov.br

HYPERLINK "<mailto:camara@cmac.sc.gov.br>" camara@cmac.sc.gov.br

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Termo de Posse****Termo de Posse**

Dia primeiro (1º) de janeiro (1º) do ano de dois mil e treze (2013), às nove horas, no recinto do centro de eventos Oscar Pereira, sito a rua Augusto kucheler s/n, na sede do Município de bela Vista do Toldo, após apresentar os documentos exigidos por Lei e fazerem seus juramentos, tomaram posse os Agentes Políticos, eleitos em três de outubro de dois mil e doze (2012). Assim a saber.

Vereadores

----- Antônio Alberti-PSDB
----- Antônio de Lima-PSDB
----- Cirineu Iarrocheski-PMDB
----- Ezequiel krull - PR
----- Elcio Vieira Magalhães - PSDB
----- Mariza Schiessl - PP
----- Osni Cristiano Niedzielski -PMDB
----- Osni Alberti - PSDB
----- Siomara Izabel Stelzner Damaso da Silveira

VICE-PREFEITO E PREFEITO

----- Eraldo Schiessl - PP- Vice-Prefeito
----- Gilberto Damaso da Silveira - PMDB Prefeito

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Contrato Nº 58/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 058/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TRANSTOZETTO TRANSPORTES DE CARGAS LTDA.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2823/2014
Objeto: Serviços de confecção de silagem

Valor: r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Vigência: 11 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 11 de julho de 2014.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Contrato Nº 59/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 59/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC.
Objeto: Prestação de serviços em curso de aperfeiçoamento para Professores da Educação Básica do Município.

Valor: r\$ 6.950,67 (Seis mil novecentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos).

Vigência: 15 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 15 de julho de 2014.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Resolução Nº109/2014 Concede Licença ao Vereador Ivaldo Defendi Ribeiro, Para Tratar de Assuntos Particulares.

RESOLUÇÃO Nº109/2014 de 15/07/2014.
CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR IVALDO DEFENDI RIBEIRO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

Eu, CLAIR DOS SANTOS SERPA, Vice - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores em exercício da Presidência de Bom Jesus do Oeste Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença, ao Vereador IVALDO DEFENDI

RIBEIRO, para tratar de assuntos particulares, sem remuneração, pelo prazo de 30 (Trinta) dias, pelo período de 01 (primeiro) de agosto á 30 (trinta) de agosto de 2014, de conformidade com o disposto no artigo 95, inciso I da Resolução nº 003/97 de 15 de setembro de 1997 - Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 15 de Julho do ano de 2014.

Clair dos Santos Serpa
Vice -Presidente da Câmara
No Exercício da Presidência

Leisi Rauber Wandscheer
1º Secretária

Bom Retiro

PREFEITURA

057.14 - Decreto Desmembramento Jose A. Melo

Decreto Nº 057/14 de 14.07.14

Autoriza o desmembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Conforme requerimento nº 280/2014, que esta Prefeitura aprovou através de decreto o desmembramento do imóvel de propriedade de JOSÉ ALVÍCIO MELO, CPF nº 345.528.559-72, Inscrição Imobiliária nº 01.01.142.0240.001, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 5.295, lote nº 03 da Quadra Q, da área 01 medindo 455,00m² de uma área total de 897,75m², restando à área 02, área remanescente medindo 442,75m², que será anexado ao lote extremante, também de propriedade do contribuinte acima citado.

Art. 2º O imóvel fica situado na Rua Frontino Vieira de Souza, Bairro: Loteamento Bela Vista, Bom Retiro, Santa Catarina. As medidas e confrontações estão descritas e caracterizadas no memorial descritivo e mapas em anexo, visados por este órgão. O levantamento topográfico foi efetuado pelo técnico em agrimensura, Ângelo José Guizoni, CREA-SC 027620-6.

Art. 3º O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica, iluminação pública, canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências, meio fio e calçamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 14 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

640.07.14 - P. Férias Alzira M. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 640/14 de 15.07.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a Funcionária Alzira Moretti Neckel, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do

Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 14 de julho com término no dia 12 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

641.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Daniela M. Goulart

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 641/14 de 15.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 11 de julho de 2014, a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

642.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Maria E. N. Bianchi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 642/14 de 15.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico no dia 11 de julho de 2014, a funcionária Maria Eliza Nunes Bianchi, Ocupante do cargo de Fiscal de Tributos - Padrão I - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

643.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Willian S. Rezende

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 643/14 de 16.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de Saúde nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2014, ao funcionário Willian Sena Rezende, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escolas do Campo São Francisco e Vereador Anísio Gonçalves de Lins.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

644.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Izabel Michels

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 644/14 de 16.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de Saúde a contar do dia 15 de julho com término no dia 24 de julho de 2014, a funcionária de Izabel Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambará Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

645.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Joelma J. Farias

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 645/14 de 16.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições

legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de julho de 2014, a funcionária Joelma Josyane Farias, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

646.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Jair P. Lima

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 646/14 de 16.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de Saúde nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2014, ao funcionário Jair Prudente de Lima, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

647.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Iara Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 647/14 de 16.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de julho de 2014, a funcionária Iara Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro

de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

648.07.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Neide M. Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 648/14 de 16.07.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde (tratamento cirúrgico) a contar do dia 14 de julho com término no dia 12 de agosto de 2014, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

649.07.14 - P.Des. Prof. Patricia Cunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 649/14 de 16.07.14
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Patrícia da Cunha, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 16 de julho com término no dia 12 de agosto de 2014, em virtude de sua classificação em 14º lugar no Processo Seletivo 01/2013 para Contratação de Professor ACT, Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Neide Maria Silveira que se encontra em licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

650.07.14 - P.Des. Prof. Juliana S. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 650/14 de 16.07.14
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Juliana Souza Cruz, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 16 de julho com término no dia 12 de agosto de 2014, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Chamada Pública 01/2014 para Contratação de Professor ACT, Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Alzira Moretti Neckel que se encontra em férias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 0125/2014

PORTARIA 0125/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

RESOLVE:

Art.1º Nomear Guilherme Adelino Neu, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Obras/Estr./Serv.Urb. e Agropecuários, a partir de 16 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008.

Braço do Trombudo, 16 de julho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Portaria 0126//2014

PORTARIA 0126/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gilson Junior da Silva, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, a partir de 16 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008.

Braço do Trombudo, 16 de julho de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 35 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2013

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 35/2013		Data do Registro: 17/10/2013		Válido até: 17/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Materiais de Copa/Cozinha e Eletrodomésticos para a Sociedade Esportiva, Recreativa Tiradentes do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mesa em aço inox produzida totalmente em aço inox de alta qualidade e resistência com suporte paneleiro em perfil de 53 mm em aço inox, dimensões: Altura 850mm, Largura 900mm, comprimento 1.900mm. (11935)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INNAL	0	844,0000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ATHENAS	0	844,9700	2
2	Pia produzida totalmente em aço inox de alta qualidade e resistência com duas cubas, dimensões: Pia 1.500mm x 700mm, Cuba 600mm x 500mm x 300mm. (11936)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HGA	0	3.205,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	paninox	0	3.209,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	IMECA	0	3.214,0800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GHELPUS	0	3.214,0800	4
3	Fogão industrial 4 bocas com forno em aço inox de alta qualidade e resistência, gambiarra 1, cromada, registro apis pequeno, grelha reforçada em ferro fundido, queimadores palmatória 300gr/h e 1 queimador duplo 600gr/h em ferro fundido lastro, forno em ferro zincado, queimador totalmente reforçado em aço inox, dimensões: Comprimento 800mm, largura 900mm, altura 800mm. (11937)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	VENANCIO	0	874,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	cemaf	0	874,5000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	venancio	0	878,6100	3
4	Fritadeira elétrica com duas cubas com estrutura em aço inox, 220 volts, com dois cestos para as cubas, kit gás de alta pressão, dimensões: altura 280mm, largura 500mm, comprimento 430mm, área de fritura 200mm x 300mm, capacidade de óleo em cada cuba 5,5 litros, consumo médio de gás 0,700 kg/hora. (11938)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	VENANCIO	0	636,0000	1
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	cotherm	0	637,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2013

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 35/2013			Data do Registro: 17/10/2013		Válido até: 17/10/2014		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Materiais de Copa/Cozinha e Eletrodomésticos para a Sociedade Esportiva, Recreativa Tiradentes do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Prensa sanduicheira com chapa, modelo a gás de baixa pressão, queimador com sistema de gaveta para facilitar o acendimento, controle individual dos queimadores, corpo externo em aço inox, chapa superior estampada em aço carbono, copo coletor de resíduos em alumínio, prensa que regula a altura conforme o alimento, dimensões: Altura 200mm, comprimento 980mm, largura 380mm. (11939)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VENANCIO	0	639,0000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	progás	0	639,0000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CADENCE	0	639,9600	5
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	VENANCIO	0	320,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	venancio	0	323,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VENANCIO	0	328,0000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NKS	0	330,7600	4
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	venancio	0	330,7600	5
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	electrolux	0	947,0000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ELECTROLUX	0	947,8000	2
6	Refrigerador na cor branca com porta de abertura única, controle de temperatura, gaveta extrafria, porta-latas, gavetão transparente para frutas e legumes, puxador externo ergonômico, porta ovos, prateleiras aramadas removíveis com altura regulável, prateleira funda na porta do refrigerador, pés deslizantes, niveladores frontais e traseiros, iluminação interna, capacidade líquida do congelador 26 litros, capacidade líquida do refrigerador 214 litros, dimensões: Altura 1.416mm, largura 550mm, profundidade 655mm, tensão 127/220 volts, frequência 60Hz. (11940)		BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	electrolux	0	947,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	CONSUL	0	947,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2013

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 35/2013		Data do Registro: 17/10/2013		Válido até: 17/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Materiais de Copa/Cozinha e Eletrodomésticos para a Sociedade Esportiva, Recreativa Tiradentes do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Sandro Vilmar Pires ME (9007)				consul	0	947,8000	4
7	Freezer vertical na cor branca com cestos removíveis, pés niveladores, puxador externo ergonômico, teca liga/desliga, compartimento com tampa basculante, 6 gavetas, capacidade líquida 173, altura 1.519, largura 550mm, profundidade 645mm, tensão 127/220 volts, frequência 60Hz. (11941)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	ELECTROLUX	0	1.267,7000	1
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)				electrolux	0	1.268,0000	2
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)				ELETROLUX	0	1.268,5000	3
8	Depurador de ar na cor branca, com 3 velocidades, lâmpada e filtro com dupla filtragem, com manta substituível, silencioso, sem saída de ar externa, motor biturbo, capacidade de sucção de 222 m3/h, potência 87 watts, 127/220 volts, consumo aproximado de energia 0,087 kw/h, dimensões: 800mm x 128mm x 530mm. (11942)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COLORMAQ	0	249,0000	1
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)				safanelli	0	250,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2013

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 35/2013		Data do Registro: 17/10/2013		Válido até: 17/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Materiais de Copa/Cozinha e Eletrodomésticos para a Sociedade Esportiva, Recreativa Tiradentes do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 35/2013

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 35/2013		Data do Registro: 17/10/2013		Válido até: 17/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Materiais de Copa/Cozinha e Eletrodomésticos para a Sociedade Esportiva, Recreativa Tiradentes do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2013

PROCESSO Nº 65/2013

- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8622) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
- (8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (9007) - Sandro Vilmar Pires ME

Braço do Trombudo, 17 de Outubro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 17 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 1/9

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	CPU DUAL CORE LGA 1155, 2.90Ghz, Núcleo Duplo, 3MB, cachê, DMI 5GT/s, 55W potência, 22nm, 4GB de memória DDR3 1333MHz, Placa mãe socket 1155, com 4 Slt de memória suportando o máximo de 32 GB DDR3 1600/1333, Dual Channel, Slots de expansão: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x 16x, 1024MB DDR5, com suporte a saída d vídeo VGA: HDMI/RGB, Rede onboard 10/100/1000, Placa de som onboard com 8 canais de áudio, 1 x saída optical SPDIF, 4 portas USB 3.0 (2 portas integradas na placa, 2 portas no painel traseiro) 10 portas USB 2.0/1, 1 (6 portas integradas na placa, 4 portas no painel traseiro), 2 X PORTAS satã 6.0Gb/s, 4 x portas SATA 3.0 GB/s, suporte raid 0,1,5,10, 1 x porta OS/2 para teclado/mouse, 1x porta com, HD SATA III 500GB 7200RPM, Gravadora de DVD satã Gabinete na cor preto com 4 baís, entrada de USB frontal, fonte de 450W/ATTS, Mouse OS/2 ou USB óptico preto, Teclado OS/2 ou USB preto, Caixa de som amplificadas com alimentação pela porta USB, (3755)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	BRPC	0	1.372,0000	1
2	MONITOR (Tela de LED WIDE - Formato 16:9, Pixel Pitch 0.30mm x 0.30mm, Tamanho de tela 18,5", resolução máxima 1360 x 768, tempo de resposta 5 ms, Contraste 5.000.000:1, frequência Vertical 56 - 75 Hz, frequência Horizontal 30 - 61 KHz, conector D-Sub (VGA), Cor Black Plano, Injeção VESA, brilho 200 cd/m2, revestimento da Tela Anti-reflexiva, anti-estática, acessórios Cabo D-Sub, Power Cord e manual de usuário, garantia de 1 ano, arguio de visão (horizontal / vertical) 90° (H) 65° (V), tipo de alimentação Fonte interna. (3756)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	samsung	0	452,8000	1
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	SPACEBR	0	1.372,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pauta	0	1.373,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	QBEX	0	1.373,5000	4
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	VOC	0	1.375,0000	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SPACEBR	0	1.375,0000	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)				
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	AOC	0	453,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	AOC	0	455,5000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	AOC	0	456,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 2/9

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LG	0	456,0000	5
3	NOTEBOOK CORE I3 (Notebook com processador 2.1GHz, núcleo duplo, 3MB de cache, 35w de potência, 32nm, DMI 5GT/s, 4GB de memória DDR3 1333MHz, placa de vídeo com memória dedicada de 128MB, 3 x USB, 1 x VGA, 1 x HDMI, leitor de cartões 5x1, web cam integrada HD 720p, rede 10/100/1000Mbps, WI-FI 802.11b/g/n, tela de 14" LED-backlit TFT LCD com resolução de 1366 x 768 , HD sata 500GB, áudio high-definition audio suport, 2 alto-falantes e microfone integrados, entrada para fone de ouvido e microfone, bateria de 6 células lítium ion com duração de aproximadamente 4 horas, teclado padrão português ABNT2, Sistema Operacional Windows 7 64 bits português original, garantia do fabricante de 1 ano.) (3757)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LENOVO	0	1.672,0000	1
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	VOC	0	1.673,0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	DEXCOM	0	1.674,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	Positivo	0	1.674,6700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	itaitec	0	1.674,6700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4	CAMERA DIGITAL (Fotográfica Digital, 14.1 megapixels, monitor LCD (") 2,7" - LCD TFT - Clear Photo LCD, zoom Óptico 5x, zoom Digital 10x, memória interna de aproximadamente 28 MB, memória expansível por cartões de até 32Gb, cartões de memória compatíveis Memory Stick Duo, Memory Stick PRO Duo, Memory Stick PRO-HG Duo, Cartão de Memória SD, Cartão de Memória SDHC, Cartão de Memória SDXC, modos do Flash Auto / On / Off / Slow Syncro, alcance do Flash ISO Auto: Aprox. 0.5 - Aprox. 3.0m, estabilizador de imagem SteadyShot, sensibilidade (ISO) Auto 100 / 200 / 400 / 800 / 1600 / 3200, Face Detection, Smile Shutter, Macro, Foto Panorâmica 2D: 360 Sweep Panorama, Redutor de olhos vermelhos Auto / On / Off, Modo Slide Show, 10 modos de cena disponíveis (Alta Sensibilidade / Crepusculo / Retrato Crepusculo / Paisagem / Foto Suave / Pele Suave / Praia / Neve / Gourmet / Animal de Estimação), Extensão do arquivo da foto JPEG, Tamanhos das imagens (pixels) 14M / 10M / 5M / VGAModo 16:9 - 11M (4.320 x 2.432) / 2M (1.920 x 1.080), Gravação de Áudio, Gravação de Vídeo, Resolução de Vídeo HD (1280 x 720) 30fps / VGA (640 x 480) / QVGA (320 x 240) Formatos de Vídeo AVI, Microfone Embuído Mono, Distância Focal Imagens 16:9 - 30-150mm Imagens 4:3 - 28-140mmVídeo 16:9 - 32-160mmVídeo 4:3 - 28-140mm; Abertura F 3.2 (W) - 6.5 (T), Obturador eletrônico, Velocidade do Obturador iAuto (2" - 1/1.500) / Program Auto (1" - 1/1.500), Montagem de tripé, Tempo Entre os Disparos de aproximadamente 3.0 segundos, Modo Burst, Timer Off / 10 segundos / 2 segundos / Auto-Retrato (1 pessoa) / Auto-Retrato (2 pessoas), Datador, Idiomas do menu (Inglês, Francês, Espanhol, Português, Chinês, Coreano, Persa, Árabe, Tailandês, Malaio, Indonésio, Vietnamita e Ucraniano), Guia de ajuda na câmera, 1 ano de garantia, Itens fornecidos (bateria recarregável original do fabricante, carregador de bateria, cabo de alimentação, cabo USB, cordão de mão, cartão de memória 4Gb. (3758)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nikon	0	430.0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	SONY	0	430.5000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	Sam Sung	0	430.9000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	SONY	0	431.0000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SONY	0	431.0000	5
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	LG	0	431.3300	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

5	IMPRESSORA JATO DE TINTA MULTIFUNCIONAL Funções de imprimir, copiar, digitalizar, velocidade da impressão em preto de até 5,5 ppm, rascunho de até 20 ppm, velocidade da impressão colorida de até 4 ppm, rascunho de até 16 ppm, qualidade de impressão preto (ótima) de até 600 ppp, velocidade de impressão cor (rascunho, foto 10 x 15) de 60 segundos, primeira página impressa (pronto) em preto na velocidade máxima de 21 seg. em cor na velocidade máxima de 26 segundos, ciclo de trabalho (mensal, A4) de até 1000 páginas, tecnologia de impressão jato de tinta, qualidade de impressão (melhor) em cor de até 4800 x 1200 dpi otimizados (a partir da entrada de 1200 dpi ao imprimir de um computador em papel fotográfico) em preto de até 600 ppp, conectividade USB, bandeja de entrada para 60 folhas, bandeja de saída para 25 folhas, tamanhos de mídia suportados (A4, B5, A5, A6, Envelope DL), Tipos de suportes papel (brochura, jato de tinta, normal), fotográfico, envelopes, etiquetas, cartões (saudações), transparências, gramaturas de mídia, recomendado A4: 75 a 90 g/m², Envelopes HP: 75 a 90 g/m², Cartões HP: até 200 g/m², papel fotográfico HP 10 x 15 cm: até 300 g/m², tipo de scanner com base plana, resolução de digitalização óptica de até 1200 dpi, profundidade de bits 24 bits, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, resolução de cópia (texto em preto) de até 600 dpi otimizados (a partir da entrada de 300 dpi), resolução de cópia (gráficos e texto em cores) de até 600 dpi otimizados (a partir da entrada de 300 dpi) 10 cópias no máximo, voltagem de entrada: 100 até 240 VCA (+/- 10%), 50/60 Hz (+/- 3 Hz), conteúdo da caixa (multifuncional) jato de tinta, cartucho de tinta preta, cartucho de tinta tricolor, CD do software, fonte de alimentação, cabo USB, garantia de um ano para o hardware. (3759)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	289,9000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	290,0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	291,0000	3
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	HP	0	291,4500	4
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	291,4500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Número do Registro de Preços: 17/2013 Data do Registro: 21/10/2013 Válido até: 21/10/2014
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Computador com processador de 3,20 Ghz, 4 núcleos, 6MB cachê , DMI 5GT/s, 77 W potência, 22nm, 8GB de memória DDR3 1333Mhz sendo 2 pentes de memória ligados em Dual channel. Placa mãe com 4 slot de memória suportando o máximo de 32 GB DDR3 1600/1333, Dual Channel, Slots de Expansão: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 3 x PCI, placa de vídeo onboard com suporte a saída de vídeo VGA, HD/MI/DV/IRGB, Rede onboard 10/100/1000, placa de som onboard com 8 canais de áudio, 1 x saída optical S/PDIF, 4 portas USB 3.0 (2 portas integradas na placa, 2 portas no painel traseiro) 10 portas USB 2.0/1.1 (6 portas integradas na placa, 4 portas no painel traseiro), 2 x portas sata 6.0 Gb/s, 4 x portas sata 3.0 Gb/s, suporte raid 0,1,5,10, 1 x porta PS/2 para teclado/mouse, 1 x porta com: HD sata III 1000GB 7200RPM, Gravadora de DVD Sata, Gabinete na cor preta com 4 baías, entrada de USB frontal, fonte com potência real de 450WATTs, Mouse PS/2 ou USB preto, Caixa de som amplificadas com alimentação pela porta USB, manual e CD de instalação da placa mãe. (3760)	UND	KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	DUEX	0	2.199.0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	QBEX	0	2.200.0000	2
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	VOC	0	2.202.0000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	SPACEBR	0	2.203.0000	4
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	BRPC	0	2.203.3300	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	paula	0	2.203.3300	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Número do Registro de Preços: 17/2013 Data do Registro: 21/10/2013 Válido até: 21/10/2014
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
7	Nobreak 700VA, Tensão de entrada nominal bivolt automático, , frequência de entrada 47Hz - 63Hz, faixa de tensão de entrada 95V-140V/180V-245V, subtensão 95V/180V, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 700VA/300W, potência de pico nominal 350W, tensão de saída nominal 120V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +/-0,1%, tempo de acionamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi - senoidal, bateria do tipo selada VRLA livre de manutenção, 1 bateria interna de 7Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 261 x 93,4 x 168 (mm), peso aproximado 7Kg, cabo AC plugue padrão NBR 14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +/- 5% (220V +/- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >=90% para 120V/200V ou 220V/120V, mdimento a plena carga em bateria >= 80%, desligamento no nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7min rede/50s inversor, 160%; 1 min rede/15s inversor, acionamento do inversor para subtensão e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, desligamento automático contra descarga profunda de bateria no modo inversor, desligamento programado por carga mínima na saída e ausência da rede elétrica superior a uma hora, varistores óxido metálico contra surtos de tensão. (3761)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME	(6715)	SMS	0	336,5000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME	(6622)	NHS	0	337,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME	(6712)	NHS	0	337,8000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME	(6717)	NHS	0	338,0000	4
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA	(6727)	BRATIC	0	338,3300	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 7/9

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

8	IMPRESSORA LASERJET. Tecnologia de impressão em Laser. linguagem padrão da impressora; impressão baseada em host. Volume de páginas mensais recomendadas de até 1500 páginas. Rede sem fio 802 b/g/n embutida. Recursos de impressão móvel, painel de controle; 3 LEDs indicadores (sem fio, Atenção, Pronto); 2 botões (sem fio, Cancelar), gramatura de mídia: 60 a 105 g/m² (16 a 28 lb), tipos de mídia aceitos: Papel (laser, sulfite, fotográfico, aspero, vellum), envelopes, etiquetas, cartão, transparência, cartões-postais. Tamanhos de mídia aceitos: carta, ofício, executivo, cartões-postais, envelopes (nº: 10, Monarch). Processador: Tensilica/266MHz, velocidade máxima impressão p&b (ppm): até 19 ppm, resolução de impressão - p&b: até 400 x 600 x 2 dpi de saída efetiva). Memória interna de 8MB. Ciclo de trabalho de até 5000 páginas. Cor da impressora preta. Tensão/voltagem de 110V. Bandeja de entrada para 150 folhas: 147 x 211 a 216 x 356mm (5,8 x 8,27 a 8,5 x 14 pol.). slot de alimentação prioritária: 76 x 127 a 216 x 356mm (3 x 5 pol. A 8,5 x 14 pol.), manuseio do papel com capacidade de entrada de alimentação prioritária para 10 folhas, bandeja de entrada para 150 folhas, até 150 folhas; até 15 envelopes; capacidade de saída: escaninho para 100 folhas viradas para baixo, 100 folhas, até 15 envelopes; capacidade de saída: transparências; conteúdo da embalagem: impressora Laserjet, cartucho inicial preto, cabo de alimentação, CDs com software e documentação da impressora, guia de primeiros passos, folheto de suporte, folheto de instalação inteligente, cabo de instalação USB. Garantia de 1 ano diretamente com o fornecedor. (3762)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	SAMSUNG	0	454.5000	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAMSUNG	0	454.9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 8/9

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 21/10/2013		Válido até: 21/10/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EDINA ALVES DE OLIVEIRA (6727)	HP	0	455.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 9/9

Número do Registro de Preços: 17/2013 Data do Registro: 21/10/2013 Válido até: 21/10/2014
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática para equipar a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013

PROCESSO Nº 21/2013

- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6622) - BAGATOLI COM. DE MÓVEIS/LTDA ME
- (6712) - Sandro Vilmar Pires ME
- (6715) - LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME
- (6717) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME
- (6727) - EDINA ALVES DE OLIVEIRA

Braço do Trombudo, 21 de Outubro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3 2014 FMAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de material de escritório para manutenção das atividades do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mesa de 1,20m de comprimento - 0,80m de largura - 0,75m de altura. MDF espessura de 40mm. Pés e estrutura painel em MDF de espessura 40mm, com sapata reguladora de altura. Cor ébano marone. (977)	UND	ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA. (6166)	LUNASA	0	441,0000	1
2	Extensão para mesa - 0,90m de comprimento - 0,45 de largura - 0,75m de altura. MDF espessura de 40mm. Pés e estrutura painel em MDF de espessura 40mm, com sapata reguladora de altura. Cor ébano marone (978)	UND	ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA. (6166)	LUNASA	0	192,0000	1
3	Gaveteiro volante com 1 gaveteão para pasta suspensa e 2 gavetas - altura 0,71m - largura 0,47m - profundidade 0,45m . Com 4 com rodizio nos pés e chave na lateral. Espessura do MDF: tampo e estrutura 40mm, gavetas 18mm. Cor ébano marone (979)	UND	ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA. (6166)	LUNASA	0	377,0000	1
4	Arquivo em MDF com 4 gavetas para pasta suspensa - Altura 1,25m- largura 0,47m é profundidade 0,45m, sendo: tampo em MDF 40 mm; Estrutura em MDF 18 mm; corredeira telescópica, Chave frontal que fecha todas as gavetas; Sapatas niveladoras. Cor ébano marone (980)	UND	ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA. (6166)	LUNASA	0	545,0000	1
5	Suporte para CPU em MDF na cor ébano marone (981)	UND	ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA. (6166)	LUNASA	0	63,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de material de escritório para manutenção das atividades do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Ar-Condicionado Split 7000 Btus, ciclo quente e frio, com controle remoto, Voltagem 220V, na cor branca. (982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (6155)	Eletrolux	0	1.306,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de material de escritório para manutenção das atividades do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família) do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014
PROCESSO Nº 3/2014

- (6155) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
- (6166) - ESPOMAK-COM.MATEQUIP/ESCRITORIO LTDA.

Braço do Trombudo, 16 de Julho de 2014.

Brusque

PREFEITURA

Portaria Nº 1296/2014

PORTARIA Nº 1296/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. CINTHYA MACHADO DE OLIVEIRA, matrícula nº 90161.0, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência dos atestados do dia 23/06/2014 de 03 (três) dias, do dia 30/06/2014 de 10 (dez) e do dia 11/07/2014 de 05 (cinco) dias, sendo seu afastamento no dia 13/07/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 23/06/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de junho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1362/2014

PORTARIA Nº 1362/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. FABULO DIEGO MAIDANA FERREIRA, matrícula nº 72441.6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 30/06/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 15/07/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de junho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1363/2014

PORTARIA Nº 1363/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. SANDRA OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula nº 88326.3, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 30/06/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 15/07/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de junho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1371/2014

PORTARIA Nº 1371/2014

Colocar servidor a disposição do SAMAE

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar à disposição do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, o servidor Sr. ROGÉRIO LAZAROTTO, do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, nos termos da Lei Complementar nº 147/2009, o candidato habilitado em concurso público por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 005/2014, de 20 de dezembro de 2012, homologado em 25 de abril de 2014, a partir de 01 de julho de 2014, com ônus para o SAMAE.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1372/2014

PORTARIA Nº 1372/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar

147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. DARCI MARI DE SIMAS MACHADO, matrícula nº 706.4, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/07/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da denegação do benefício previdenciário pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1373/2014

PORTARIA Nº 1373/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. CARLA FUECKNER, matrícula nº 67675.6, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 01/07/2014 de 02 (dois) dias, do dia 03/07/2014 de 05 (cinco) dias, do dia 08/07/2014 de 04 (quatro) dias, do dia 09/07/2014 de 30 (trinta), sendo seu afastamento no dia 16/07/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1395/2014

PORTARIA Nº 1395/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. THAIS MATHIAS PIVA, matrícula nº 77005.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em

Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 03/07/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 18/07/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1405/2014

PORTARIA Nº 1405/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SIDNEIA CARLA FRANÇA, matrícula nº 72049.6, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04/07/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da denegação do benefício previdenciário pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1434/2014

PORTARIA Nº 1434/2014

Remove servidor de ofício.

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, de ofício, a servidora Sra. IOMARA GEANE DE VASCONCELOS IADICOLA, matrícula nº 67540.7, ocupante de cargo de provimento efetivo Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, setor EEf Cedro Alto (20h), EEf Rio Branco (10h), EEf Pe. Luiz Gonzaga Stein (10h) para o setor E.E.F. Cedro Alto (30h) e EEf. Rio Branco (10h), a contar de 08/07/2014.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado deu-se de ofício, pelo interesse da administração, com fulcro nos arts. 46,

47 e 52 da LC 146/2009 e nos arts. 44, 50 e 51, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1435/2014

PORTARIA Nº 1435/2014
Remove servidor de ofício.

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, de ofício, o servidor Sr. EVANDRO ADEMIR FELIX, matrícula nº 50860.8, ocupante de cargo de provimento efetivo Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, setor EEFF Poço Fundo (15h), EEFF Alberto Preti (13h), EEFF Angelo Dognini (12h) para o setor E.E.F. Poço Fundo (20h) e EEFF. Albrto Preti (20h), a contar de 08/07/2014.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado deu-se de ofício, pelo interesse da administração, com fulcro nos arts. 46, 47 e 52 da LC 146/2009 e nos arts. 44, 50 e 51, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1436/2014

PORTARIA Nº 1436/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ROSELIS KRIEGER, matrícula nº 35160.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 08/07/2014.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1437/2014

PORTARIA Nº 1437/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. DIANA PATRICIA FUECHTER, matrícula nº 67771.0, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 08/07/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS -Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6063239026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1438/2014

PORTARIA Nº 1438/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Diretor de Escola a Sra. PATRICIA INES COLOMBI RISTOW, matrícula nº 864.8, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 08/07/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS -Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6065183745.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1441/2014

PORTARIA Nº 1441/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais o Sr. JOSE PEREIRA, matrícula nº 107238.2, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 09/07/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência de alta médica.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1487/2014

PORTARIA Nº 1487/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. KATIA GRACIOSA, matrícula nº 76589.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 14/07/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 1527/2014

PORTARIA Nº 1527/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. THAIS MATHIAS PIVA, matrícula nº 77005.1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade

auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 03/07/2014 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 18/07/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de julho de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Extrato Processo Licitatório Nº 032/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 032/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 032/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de agitador rápido de eixo vertical e reservatório de água em fibra. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 05 de agosto de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

Extrato Processo Licitatorio Nº 028/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2014

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO E AQ. GRUPO GERADOR

RESULTADO: Da Analise dos documentos a Comissão deliberou por a) inabilitar a empresa Correa Materiais Elétricos Ltda, por haver deixado de apresentar os documentos solicitados no edital. O representante da empresa inabilitada, abriu mão do prazo recursal; b) habilitar os demais licitantes. Em prosseguimento foi procedida a abertura dos envelopes propostas. Não houve cotação para o item 01. Sendo considerada vencedora a empresa Nema Eletrotécnica Ltda., para o item 02, com um valor global de R\$ 67.500,00; por ter atendido a todas as exigências do edital, nos termos da ata de licitação.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

16/07/2014

Silviane Studnicka

Presidente Comissão Permanente de Licitações

Caçador

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 279

LEI COMPLEMENTAR Nº 279, de 16 de julho de 2014.

Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, retenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

VI - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

VII - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares.

Art. 3º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do Poder Público, após ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico, ser considerado resíduo sólido urbano.

Seção II

Dos Princípios

Art. 4º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; e

XIII - adoção de medidas de fomento à moderação de consumo de água.

Seção III Dos Objetivos

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo Poder Público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a autosustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipais;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

X - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos;

XI - incentivar a adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água; e

XII - promover educação ambiental voltada para a economia de água pelos usuários.

Seção IV Das Diretrizes Gerais

Art. 6º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, compatibilizando-se com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares; e

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da Composição

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 8º O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 9º O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico, para efeitos desta Lei, definido como o conjunto de serviços, elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos, programas, execução, avaliação e controle que consubstanciam, organizam, coordenam, integram e articulam o planejamento e a execução das ações de saneamento no município, por meio de recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance dos objetivos da política municipal de saneamento básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com competência para dispor sobre a definição, a deliberação, o acompanhamento da execução e o controle das ações dirigidas ao saneamento no âmbito municipal, principalmente quanto à política e ao plano municipal de saneamento básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico, para efeitos desta Lei, caracteriza-se como o instrumento institucional de caráter financeiro destinado a reunir e canalizar recursos financeiros para a execução dos programas do plano municipal de saneamento básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, para efeitos desta Lei, definido como o conjunto de dados, informações, estatísticas e indicadores relativos à prestação de serviços de saneamento básico no Município.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 10. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 11. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ 1º O Plano Municipal de Saneamento Básico poderá ser elaborado com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

§ 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos, caso existam.

§ 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico será avaliado anualmente e revisado a cada quatro anos, anteriormente a elaboração do Plano Plurianual.

§ 4º A elaboração das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico e a discussão dos estudos que as fundamentem serão realizadas com a participação da sociedade e do Conselho Municipal de Saneamento Básico, sendo assegurada a ampla divulgação de seus resultados.

§ 5º A delegação de quaisquer serviços de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 6º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá englobar integralmente o território municipal.

Art. 12. No processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, a divulgação das propostas e dos estudos que

as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu conteúdo a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores - Internet e por audiência pública.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Saneamento Básico quando de sua aprovação e revisão, passa a ter efeitos a partir da publicação de Decreto, dando a sua publicidade.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 13. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com competência para dispor sobre a definição, a deliberação, o acompanhamento da execução e o controle das ações dirigidas ao saneamento no âmbito municipal, principalmente quanto à política e ao Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá caráter deliberativo em relação à gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e caráter consultivo nas demais hipóteses de sua competência.

Art. 14. Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I - monitorar o cumprimento da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;

II - acompanhar o cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - publicar o relatório da situação de salubridade sanitária do Município e gerenciar o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

IV - manifestar-se sobre a alocação de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - desobrigar a apresentação de contrapartida na transferência de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de saneamento básico;

VII - articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

VIII - elaborar, aprovar e alterar o seu regimento interno, com quórum de dois terços de seus membros e publicado na imprensa oficial;

IX - propor normas e ações relativas à formulação, implantação e acompanhamento da política municipal de saneamento básico, definindo prioridades e controlando as ações de execução, assim como a captação e aplicação de recursos;

X - propor diretrizes para a formulação de projetos e de programas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, bem como seu acompanhamento, fiscalização e controle dessa aplicação;

XI - acompanhar a execução dos Planos de Atividades da entidade reguladora;

XII - monitorar e fiscalizar a prestação dos serviços de saneamento básico;

XIII - apreciar os relatórios econômico e financeiros e de desempenho dos serviços de saneamento básico, apresentados pela entidade reguladora;

XIV - deliberar quanto ao uso, aplicação e prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico; e

XV - participar e acompanhar a elaboração, aprovação e execução do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual), de modo a assegurar que estejam contempladas no ciclo orçamentário as demais condições e exigências para alocação de recursos para a eficiente prestação do serviço público de saneamento básico.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá o prazo de até 90 (noventa) dias para se manifestar a respeito das proposições ou sugestões que forem encaminhadas para sua análise, contados da primeira reunião em que forem recebidas pelo Conselho.

Art. 15. O Conselho Municipal de Saneamento Básico será nomeado pelo Prefeito Municipal, reunir-se-á com a presença de no mínimo quatro membros, deliberará por maioria simples de votos e terá a seguinte composição:

I - órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

II - prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

III - usuários de serviços de saneamento básico; e

IV - entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Em cumprimento ao inciso I e II, do caput, participarão do Conselho Municipal de Saneamento Básico como representantes governamentais:

a) representante do Gabinete do Prefeito;

b) representante da Secretaria de Infraestrutura;

c) representante da Secretaria da Saúde;

d) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;

e) representante da empresa prestadora de serviços de saneamento no Município.

§ 2º As demais categorias de representantes e entidades elencadas nos incisos, III e IV, do caput, serão eleitas em fórum próprio, por processo democrático de escolha, a cada dois anos, por convocação do Prefeito Municipal, em conformidade com as disposições contidas no Regimento Interno.

§ 3º O mandato dos representantes do Conselho Municipal de Saneamento Básico será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 4º Os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico não receberão remuneração pelo exercício da função.

§ 5º Cada órgão ou entidade indicará seu representante e respectivo suplente para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico, os quais serão nomeados por Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 6º A presidência do Conselho Municipal de Saneamento Básico será exercida por um de seus membros, indicado pelo Conselho e nomeado por Decreto do Poder Executivo Municipal, para um mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 16. A escolha e indicação dos representantes de grupos da sociedade civil que não possuam personalidade jurídica própria deverão ser realizadas em ato oficial, lavrado em ata, que acompanhará o documento de indicação.

Art. 17. Para prestar consultoria técnica ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, o Prefeito Municipal nomeará Câmara Técnica

composta por 01 (um) representante do CREA-SC, 01 (um) representante da Associação dos Engenheiros de Caçador - ADEAC, 01 (um) representante do Município de Caçador, comprovada experiência, de no mínimo um ano, na área de Saneamento Básico.

§ 1º Os representantes do CREA-SC e da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Caçador - ADEAC, mencionados do caput deste artigo, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através da escolha em relação apresentada pelas respectivas entidades, contendo de um a três nomes indicados, após apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º Os integrantes da Câmara Técnica não receberão remuneração e não implicarão em ônus para a Prefeitura Municipal de Caçador.

§ 3º Para cada membro da Câmara Técnica, haverá um suplente.

§ 4º A nomeação dos membros da Câmara Técnica com qualidade representativa será feita pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo admitida sua recondução.

Art. 18. Ficará extinto o mandato do membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) alternadamente, no período de 1 (um) ano.

Art. 19. Declarado extinto o mandato de um membro, o Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico, oficiará ao órgão ou entidade para que apresente nova lista de indicados.

§ 1º Ficará extinto o mandato do membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) alternadamente, no período de 1 (um) ano.

§ 2º Declarado extinto o mandato de um membro, o Presidente do Conselho oficiará ao órgão ou entidade para que apresente nova lista de indicados.

Art. 20. O Conselho Municipal de Saneamento Básico reunir-se-á sempre que necessário, mas deverá realizar no mínimo 6 (seis) sessões bimestrais durante o ano civil, nos termos do seu regimento interno.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 21. O Fundo Municipal de Saneamento Básico, criado e disciplinado pela Lei Municipal nº 2.330, de 7 de junho de 2006, destina-se a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta Lei, cujos programas tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 22. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico será regulamentado em 180 dias pelo Chefe do Poder Executivo, contados da publicação desta Lei.

§ 3º Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico gerir e administrar o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 23. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da lei; e

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador dos serviços e aprovado pela agência de regulação.

Art. 24. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos da Administração Pública municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade; e

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

CAPÍTULO IV PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 25. O Município, na condição de titular dos serviços públicos de saneamento básico em seu território, poderá exercer direta ou indiretamente a prestação dos serviços de saneamento básico de interesse local.

Parágrafo único. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 26. A Administração Pública Municipal poderá delegar a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento

básico, observadas as condições impostas pela Lei nº 11.445 de 2007.

§ 1º No exercício das atividades de planejamento dos serviços, o Município poderá receber cooperação técnica de outro ente da Federação e basear-se em estudos fornecidos pelos próprios prestadores de serviços.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo a prestar quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico no Município sob as seguintes formas:

I - mediante órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista municipal, na forma da legislação; e

II - mediante empresa a que se tenha concedido os serviços, nos termos dos arts. 175 ou 241 da Constituição da República.

Art. 27. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 28. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços, total ou parcialmente.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 29. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 30. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 31. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades; e

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos e conclusão dos sistemas, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos naturais e econômicos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - possibilidade da cobrança de taxa ou tarifa pública pela prestação dos serviços, mesmo que alguma das etapas daquele serviço não esteja efetivamente implementada; e

IX - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 32. A estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 33. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 34. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, caso aplicada, deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida; e

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 35. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico deverão ser realizados a cada 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 36. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos a sociedade, o Conselho Municipal de Saneamento Básico e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 37. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá

obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 38. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

CAPÍTULO VI

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 39. A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão realizadas por órgão administrativo com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, gozando de independência decisória perante os demais órgãos da Administração Pública.

Parágrafo único. O exercício da função de regulação e fiscalização atenderão aos princípios da transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 40. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade; e

IV - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência.

Art. 41. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários

as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 42. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 43. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 45. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Ficam revogadas as disposições em contrário e, expressamente, a Lei Complementar Municipal nº 67, de 20 de julho de 2005, a Lei Municipal nº 2.361, de 25 de agosto de 2006; a Lei Municipal nº 2.531, de 12 de maio de 2008 e a Lei Municipal nº 2.675, de 17 de dezembro de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 280

LEI COMPLEMENTAR Nº 280, de 16 de julho de 2014.

Autoriza a doar áreas de terras de sua propriedade ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela Caixa Econômica Federal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias incluídas no Programa FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários e no âmbito do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a doar, nos termos do art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666 de 1993, ao FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, regido pela Lei Federal nº 10.188/2001, representado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, responsável pela gestão do fundo financeiro e operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, uma área de terreno urbano com superfície total de 25.376,29m² (vinte e cinco mil, trezentos e setenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados), constituída pelos lotes abaixo relacionados:

I - lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, e, lote 15, com 202,74m² (duzentos e dois metros e setenta e quatro decímetros quadrados), da Quadra "A", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 30.962, 30.963, 30.964, 30.965, 30.966, 30.967, 30.968, 30.969, 30.970, 30.971, 30.972, 30.973, 30.974, 30.975 e 30.976, respectivamente;

II - lote 16, com 248,80m² (duzentos e quarenta e oito metros e oitenta decímetros quadrados) e lotes 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, da Quadra "J", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 30.977, 30.978, 30.979, 30.980, 30.981, 30.982, 30.983 e 30.984, respectivamente;

III - lote 24, com 240,25m² (duzentos e quarenta metros e vinte e cinco decímetros quadrados), lotes 25, 26 e 27, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, lotes 28 e 29, com 194,64m² (cento e noventa e quatro metros e sessenta e quatro decímetros quadrados) cada, lotes 30, 31 e 32, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, lote 33, com 196,01 m² (cento e noventa e seis metros e um decímetro quadrado), lote 34, com 209,93m² (duzentos e nove metros e noventa e três decímetros quadrados), e, lote 35, com 226,34m² (duzentos e vinte e seis metros e trinta e quatro decímetros quadrados), da Quadra "B", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 30.985, 30.986, 30.987, 30.988, 30.989, 30.990, 30.991, 30.992, 30.993, 30.994, 30.995 e 30.996, respectivamente;

IV - lote 36, com 194,64m² (cento e noventa e quatro metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), lotes 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, lote 46, com 230,50m² (duzentos e trinta metros e cinquenta decímetros quadrados), lote 47, com 194,64m² (cento e noventa e quatro metros e sessenta e quatro decímetros), lotes 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, e, lote 56 com 197,52m² (cento e noventa e sete metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), da Quadra "C", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 30.997, 30.998, 30.999, 31.000, 31.001, 31.002, 31.003, 31.004, 31.005, 31.006, 31.007, 31.008, 31.009, 31.010, 31.011, 31.012, 31.013, 31.014, 31.015, 31.016 e 31.017, respectivamente;

V - lote 57, com 207,77m² (duzentos e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), lotes 58, 59 e 60, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, lotes 61 e 62, com 194,64m² (cento e noventa e quatro metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), lotes 63, 64 e 65, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, lotes 66 e 67, com 235,41 m² (duzentos e trinta e cinco metros e quarenta e um decímetros quadrados), e, lote 68, com 231,65m² (duzentos e trinta e um metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), da Quadra "D", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 31.018, 31.019, 31.020, 31.021, 31.022, 31.023, 31.024, 31.025, 31.026, 31.027, 31.028 e 31.029, respectivamente;

VI - lote 69, com 194,64m² (cento e noventa e quatro metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), lotes 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, lote 82, com 200,81m² (duzentos metros e oitenta e um decímetros quadrados), lote 83, com 200,12m² (duzentos metros e doze decímetros quadrados), lote 84, com 200,26m² (duzentos metros e vinte e seis decímetros quadrados), lote 85, com 200,94m² (duzentos metros e noventa e quatro decímetros

quadrados), lotes 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 92, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, e, lote 93, com 194,64m² (cento e noventa e quatro metros e sessenta e quatro décimos quadrados), da Quadra "E", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 31.030, 31.031, 31.032, 31.033, 31.034, 31.035, 31.036, 31.037, 31.038, 31.039, 31.040, 31.041, 31.042, 31.043, 31.044, 31.045, 31.046, 31.047, 31.048, 31.049, 31.050, 31.051, 31.052, 31.053 e 31.054, respectivamente;

VII - lote 94, com 284,30m² (duzentos e oitenta e quatro metros e trinta décimos quadrados), lote 95, com 205,18m² (duzentos e cinco metros e dezoito décimos quadrados), lote 96, com 205,30m² (duzentos e cinco metros e trinta décimos quadrados), lote 97, com 204,50m² (duzentos e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), lote 98, com 204,76m² (duzentos e quatro metros e setenta e seis décimos quadrados), lote 99, com 219,75m² (duzentos e dezenove metros e setenta e cinco décimos quadrados), lote 100, com 200,30m² (duzentos metros e trinta décimos quadrados), e, lotes 101, 102, 103 e 104, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, da Quadra "F", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 31.055, 31.056, 31.057, 31.058, 31.059, 31.060, 31.061, 31.062, 31.063, 31.064 e 31.065, respectivamente;

VIII - lote 105, com 220,96m² (duzentos e vinte metros e noventa e seis décimos quadrados), e, lotes 106, 107, 108 e 109, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, da Quadra "L", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 31.066, 31.067, 31.068, 31.069 e 31.070, respectivamente;

IX - lote 110, com 207,81m² (duzentos e sete metros e oitenta e um décimos quadrados), lotes 111, 112 e 113, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, lotes 114 e 115, com 200,89m² (duzentos metros e oitenta e nove décimos quadrados) cada, e, lotes 116, 117, 118, 119, 120 e 121, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, da Quadra "G", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 31.071, 31.072, 31.073, 31.074, 31.075, 31.076, 31.077, 31.078, 31.079, 31.080, 31.081 e 31.082, respectivamente;

X - lotes 122, 123, 124 e 125, com 200,00m² (duzentos metros quadrados) cada, da Quadra "H", do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, devidamente matriculados no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 31.083, 31.084, 31.085 e 31.086, respectivamente.

§ 1º A doação a que se refere esta Lei, destina-se a construção de 125 (cento e vinte e cinco) unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida, para a população de baixa renda que atualmente habita as margens da linha de beira de trilhos e de beira de rio, mais especificamente situados às Ruas Luiz Tortato e Fernando Machado.

§ 2º As áreas descritas neste artigo, cuja avaliação totaliza o montante de R\$ 4.125.000,00 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil reais), ficam por esta Lei desafetadas de sua natureza de bem público e passam a integrar a categoria de bens dominiais.

Art. 2º Os bens imóveis descritos no art. 1º desta Lei serão utilizados exclusivamente no âmbito do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida e constarão dos bens e direitos integrantes do patrimônio do Fundo Financeiro, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, observadas, quanto a tais bens e direitos, as seguintes restrições:

I - não integram o ativo da CAIXA;

II - não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da CAIXA;

III - não compõem a lista de bens e direitos da CAIXA, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

IV - não podem ser dados em garantia de débito de operação da CAIXA;

V - não são passíveis de execução por quaisquer credores da CAIXA, por mais privilegiados que possam ser;

VI - não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre os imóveis.

Art. 3º Os imóveis, objetos da doação ficarão isentos do recolhimento dos seguintes tributos:

I - ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência do imóvel, objeto da doação;

II - IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecerem sob a propriedade do FAR.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 3.138

LEI Nº 3.138, de 16 de julho de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.013 - Contribuições Financeiras a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.157 - Manutenção da Intendência da Taquara Verde

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 24.200

PORTARIA Nº 24.200, de 11 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário do Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de:
13192	Nadir Bica Pereira	Médico 20 horas	006	10/07/2014
13193	Nadir Bica Pereira	Médico 40 horas	006	10/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 24.214

PORTARIA Nº 24.214, de 14 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal REJANE SERAFINI do cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde, do " Grupo Ocupacional"- Comissão, referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 14 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

IPASC

Portaria N.º 730, de 10 de Julho de 2014.

PORTARIA n.º 730, de 10 de julho de 2014.

Concede Pensão a Simone Moreira Nascimento.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, §7º, do art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c inciso I, §3º, do art. 8º, inciso I, §3º do art. 38 e Parágrafo único do art. 39 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte a SIMONE MOREIRA NASCIMENTO, Matrícula 5957, na condição de companheira do Servidor Público Municipal inativo ANTONIO CARLOS MARTINS, falecido em 22/06/2014, na espécie sem paridade, com proventos integrais, correspondendo sua quota parte a 50% do valor original de benefício de aposentadoria de R\$ 3.435,74 (três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos), cuja quota parte é de R\$ 1.717,87 (um mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 23/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 23/06/2014.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 10 de julho de 2014.

Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 731, de 10 de Julho de 2014.

PORTARIA n.º 731, de 10 de julho de 2014.

Concede Pensão a Agatha Jamile Moreira Martins.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o Art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, mais o previsto no inciso I, do art. 8º, inciso I, § 3º, do art. 38, art. 39 e art. 40, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte a AGATHA JAMILE MOREIRA MARTINS, Matrícula 5958, na condição de filha do Servidor Público Municipal inativo ANTONIO CARLOS MARTINS, falecido em 22/06/2014, na espécie sem paridade, com proventos integrais, correspondendo sua quota parte a 50% do valor original de benefício de aposentadoria de R\$ 3.435,74 (três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos), cuja quota parte é de R\$ 1.717,87 (um mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 23/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 23/06/2014.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 10 de julho de 2014
Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 732, de 15 de Julho de 2014.

PORTARIA n.º 732, de 15 de julho de 2014.

Altera dispositivos da Portaria nº 426, de 01/08/2011, que concede aposentadoria a CAÇANJURÊ COELHO DE SOUZA, efetua correção do valor dos proventos e revoga Portaria nº 591, de 02/05/2013.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e tendo em vista o Processo @APE-11/00537454 do TCE/SC, com Decisão nº 1721/2014, de 14/05/2014,

RESOLVEM:

Art. 1º. Alterar o Art. 1º da Portaria nº 426, de 01/08/2011, conforme redação a seguir:

“Art. 1º. Aposentar CAÇANJURÊ COELHO DE SOUZA, portador do CPF nº 141.306.109-53, CI 326.298-7, PIS 1901665855-9, a partir de 01 de agosto de 2011, nos termos do art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal/88, com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, detentor da Matrícula nº 761, na atividade, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículo Leve, passando à Matrícula nº 3244, na inatividade.

Art. 2º. Autorizar o pagamento de proventos proporcionais de aposentadoria compulsória, correspondente a 59,31% (cinquenta e nove inteiros e trinta e um centésimos por cento) da última remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo da Lei Federal nº 10.887/2004, na espécie sem paridade, perfazendo o valor do benefício de R\$ 650,71 (seiscentos e cinquenta reais e setenta e um centavos), que será pago mensalmente pelo IPASC.”(NR)

Art. 3º. Fica corrigido o valor dos proventos do benefício de aposentadoria de CAÇANJURÊ COELHO DE SOUZA, de que tratam os artigos 1º e 2º desta Portaria, resultando o valor de benefício em R\$ 746,20 (setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos), aplicados os índices de reajuste conforme tabela a seguir:

MÊS	FUND. LEGAL	PERCENTUAL	VL. BENEF.	VL. BENEF. REAJUSTADO
JAN/2012	PORT MPS/MF 02/2012	22,29%	R\$ 650,71	R\$ 665,61
JAN/2013	PORT 563/2013	6,20%	R\$ 665,61	R\$ 706,88
JAN/2014	PORT 670/2014	5,56%	R\$ 706,88	R\$ 746,20

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 15 de julho de 2014
Alcedir Ferlin
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.883/2014

DECRETO N.º 1.883/2014

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o § 2º do artigo 4º da Lei Complementar Municipal n.º 067/2013 estabelece que a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES será feita por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES, formado por representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, na forma que segue:

I - representantes do Poder Público Municipal:

a) representantes da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM:

1. titulares: Carla Rosana Krug e Bruno Borges;
2. suplentes: Anderson Piemontez e Terezinha Dalla Rosa.

b) representante da Secretaria Municipal de Agricultura:

1. titular: Roberto Lúcio de Oliveira;
2. suplente: Francisco de Assis Mendes.

c) representante da Secretaria Municipal de Saúde:

1. titular: Claudia Vinkler;
2. suplente: Moacyr Custódio Junior.

d) representante da Secretaria Municipal de Educação:

1. titular: Sidneia Texeira Pereira;
2. suplente: Naiara Gardine.

e) representante da Secretaria Municipal de Saneamento Básico - SESB:

1. titular: Janir Francisco de Miranda;
2. suplente: Edson Jesus da Silva.

f) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

1. titular: Rodrigo Meirinho Morimoto;
2. suplente: Carlos Alberto Ghiorzi.

g) representante da Procuradoria-Geral do Município:

1. titular: Igor de Oliveira Pinho;
2. suplente: Ligia Karin Minela.

II - representantes da Sociedade Civil:

a) representantes de setores organizados da sociedade:

1. titulares: Assis Westfall e Alicécio Novais (Associação dos Catadores Recicláveis Conde Vila Verde);
2. suplentes: Reginaldo Fabiano Correia e Carlos Adriano Correia (Associação dos Catadores Recicláveis Conde Vila Verde).

b) representantes de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores:

1. titulares: Silvio Matias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú), Rodrigo Cardoso Benvenuti (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), Valdeci Pereira (Câmara de Dirigentes Logistas de Camboriú - CDL) e Jéssica Albino (União das Associações de Moradores Camboriú - UAMCA);

2. suplentes: Vanessa Andreato Matias (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú), Nícaro Olímpio Machado Filho (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), Saul Jovino da Silva (Câmara de Dirigentes Logistas de Camboriú - CDL) e Miguel Eufasino de Lima (União das Associações de Moradores Camboriú - UAMCA).

c) representante de organização não governamental criada com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente:

1. titular: Marilene Grutka (Cultura, Montanhismo, Educação e Proteção do Meio Ambiente - CMEAR);

2. suplente: Valmor Alexandre Gonçalves (Cultura, Montanhismo, Educação e Proteção do Meio Ambiente - CMEAR).

d) representante de universidades ou faculdades comprometido com a questão ambiental:

1. titular: Marcos Alexandre Heinig (Instituto Federal Catarinense de Camboriú - IFC);

2. suplente: Maria Amélia Pellizzetti (Instituto Federal Catarinense de Camboriú - IFC).

Art. 2º Os membros do COMMADES exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Complementar Municipal n.º 067/2013 e pelo Regimento Interno do seu Conselho.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 4º Os membros do COMMADES não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 5º O Conselheiro que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano, será desligado do COMMADES após 48h (quarenta e oito horas), sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de junho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.886/2014

DECRETO N.º 1.886/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Função: 17 - Saneamento

Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0015 - Gestão da Água e Saneamento

Atividade: 1.017 - Const. do Parque Linear com Bacia de Reten. do Rio Camboriú

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 09

VALOR: R\$ 100.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Básico

Função: 17 - Saneamento

Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0015 - Gestão da Água e Saneamento

Atividade: 2.051 - Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 15

VALOR: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, apurado no exercício corrente na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 02 de julho de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.885/2014

DECRETO N.º 1.885/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei

Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 227.500,00 (duzentos e vinte sete mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Órgão: 07 - Fundo Municipal dos Dir. da Criança e do Adolescente

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal dos Dir. da criança e do Adolescente

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0012 - Gestão e Apoio Incondicional a Infância e Adolescente

Atividade: 2.046 - Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Tranf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 01

VALOR: R\$ 227.500,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação a ser apurado no exercício corrente da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de julho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Ata de Registro de Preços PR 61/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 061/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 035/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MACADAME COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 12M3, INCLUINDO MANUTENÇÃO, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA

NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 16/07/2015

1ª Publicação.

EDITAL DE CHAMAMENTO 005/2014 DO CONCURSO PÚBLICO 025/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 005/2014

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 09:00 as 12:00h e das 13:30h as 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência no nome ou Declaração do proprietário do imóvel
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)
- 5.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP
- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Foto 3x4 atualizada

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico admissional saúde física

Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra)

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos)
Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos)
Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos)
Declaração de IR (se houver)
Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos)
Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (WWW. tre-sc.jus.br)
Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (WWW.tj.sc.gov.br)
Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (WWW.trf4.gov.br)

§1º - O Atestado médico admssional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 17 dias do mês de Julho de 2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS PREFEITA MUNICIPAL	MARCIO DA ROSA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
---	---

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações Na data supra

Marcio da Rosa
Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
07º CLASSIFICADO - KELLY CRISTINA MOREIRA GOMES DE SOUZA
08º CLASSIFICADO - JULIANA JOANA SIMMERMAN
CARGO: PROFESSOR ANOS INICIAIS
01º CLASSIFICADO - MIRIAN TAVARES LINHARES
02º CLASSIFICADO - CHRISTIANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS DOS REIS
03º CLASSIFICADO - ANDREA CHRISTINA PEDRO
04º CLASSIFICADO - SONIA MOURA BRIDON
05º CLASSIFICADO - TARSILLA NOEMI BERTOLI ALEXANDRINO
CARGOS: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

01º CLASSIFICADO - WAGNER LUIZ TESTA
02º CLASSIFICADO - JOSE RICARDO ANDRADE DA SILVA
03º CLASSIFICADO - CARLOS ALBERTO BARNI
04º CLASSIFICADO - IURI JOSE FERREIRA FARIAS
05º CLASSIFICADO - ROGERIO GASPARAC E SILVA
CARGO: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA
01º CLASSIFICADO - ROGERIO JOSE ZACARIAS CRUZ
02º CLASSIFICADO - DENISE FALÇÃO DOS SANTOS
03º CLASSIFICADO - REGIANE APARECIDA STEMPIEM MENDES
04º CLASSIFICADO - PATRICIA NEGRETTI ROSA
05º CLASSIFICADO - JEISON RICARDO DAROSSO
CARGO: PSICÓLOGO
04º CLASSIFICADO - VIVIAN MARTINS PIVA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.455 de 16 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.455 DE 16 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CHEFE DO SERVIÇO DE OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a partir de 16 de julho de 2014 do Cargo de Chefe do Serviço de Obras, Código 07 do Quadro de Cargos Função Gratificada FG-1, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, o servidor público Sr. JOÃO SAMUEL CUBAS, matrícula funcional nº 000384, registro no sistema sob o nº 115090.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2014

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Decreto Nº 8.456 de 16 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.456 DE 16 DE JULHO DE 2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 6º DA EC 41/03, DO ART. 79-C, INCISOS I, II, III, IV E PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.537/01, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO SAMUEL CUBAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 007/2014 nos termos do art. 6º, da EC 41/03, combinado com o artigo 79-C INCISOS I, II, III, IV e PARÁGRAFO único da Lei Municipal nº 2.537/01 de 17 de julho de 2001, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, ao Servidor Público Municipal JOÃO SAMUEL CUBAS, portador do CPF/MF nº 193.650.989-04 e do RG nº 247.061-6 da SSP/SC, detentor da Matrícula Funcional nº 000384, Registro no Sistema sob nº 115090, Pis/Pasep nº 1.058.127.296-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Nível Médio, na função de Técnico Agrícola do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo do Município de

Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade da remuneração de contribuição do Servidor Público, correspondendo o valor de R\$ 2.218,54 (dois mil, duzentos e dezoito reais, cinquenta e quatro centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo - IPRECAL

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2014

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Ata Pregão 42/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 42/2014)

Às 14:00 do dia 16/06/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliário para as escolas de Ensino Fundamental rede municipal de ensino. A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), gerenciador dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC, e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Decreto Nº 8.457 de 16 de Julho de 2014

DECRETO Nº 8.457 DE 16 DE JULHO DE 2014

AUTORIZAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a servidora pública, CRISTIANE DO ROCIO ODIA, matrícula funcional nº 000740, registro no sistema sob nº 955169, dirigir de forma eventual, os veículos da frota pública municipal abaixo descritos:

§ 1º - Gol Volkswagen Placa MKQ-7496 nº 02; Corsa Placa MLV 0526 nº 03 da Frota do Serviço de Desenvolvimento Social deste

Município.

§ 2º - Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidora Pública, em casos de necessidade quando não houver Servidor Público Municipal no cargo público exercendo a Função de Motorista, e que esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º - A servidora pública mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos descritos nos §§ 1º e 2º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2014

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Decreto Nº 8.458 de 16 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.458 DE 17 DE JULHO DE 2014
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, inciso II e Artigo 71 Inciso V da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 em seus Art. 29 e § 4º do Art. 74; Decreta:

Art.1º) Fica nomeado o Sr. JOÃO SAMUEL CUBAS, Registro no Sistema sob nº 955392, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, a partir de 17 de julho de 2014.

Art.2º) O Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, deverá na forma da Lei, optar por apenas um Subsídio Público.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária de Municipal Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/07/2014

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO 3º Bim/2014**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (D)	39.737.684,34	39.737.684,34	5.339.931,48	13,44	15.647.515,18	39,38
2	RECEITAS CORRENTES	28.621.887,76	28.621.887,76	5.290.654,43	18,48	15.243.759,24	53,26
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.411.807,94	3.411.807,94	644.225,54	18,88	1.895.594,72	55,56
4	Impostos	2.632.947,24	2.632.947,24	442.533,60	16,81	1.461.862,09	55,52
5	Taxas	735.655,87	735.655,87	200.312,01	27,23	429.237,41	58,35
6	Contribuição de Melhoria	43.204,83	43.204,83	1.379,93	3,19	4.495,22	10,40
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.479.243,36	1.479.243,36	229.279,15	15,50	700.708,24	47,37
8	Contribuições Sociais	801.017,84	801.017,84	129.068,13	16,11	382.343,84	47,73
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	678.225,52	678.225,52	100.211,02	14,78	318.364,40	46,94
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	1.412.003,05	1.412.003,05	510.673,53	36,17	1.181.994,97	83,71
12	Receitas Imobiliárias	3.224,45	3.224,45	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	1.408.778,60	1.408.778,60	510.673,53	36,25	1.181.994,97	83,90
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	1.162.607,82	1.162.607,82	176.098,01	15,15	560.530,51	48,21
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.681.314,35	20.681.314,35	3.459.703,39	16,73	10.492.570,76	50,73
30	Transferências Inter governamentais	20.322.262,21	20.322.262,21	3.394.192,65	16,70	10.363.876,65	51,00
31	Transferências de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Conventos	344.052,14	344.052,14	65.510,74	19,04	128.694,11	37,41

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										RS 1,00
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	474.911,24	474.911,24	270.674,81	56,99	412.360,04	86,83			62.551,20
37	Multas e Juros de Mora	129.042,60	129.042,60	17.901,44	13,87	52.520,33	40,70			76.522,27
38	Indenizações e Restituições	93.218,69	93.218,69	234.450,34	251,51	286.508,37	307,35			-193.289,68
39	Receita da Dívida Ativa	252.283,70	252.283,70	18.323,03	7,26	73.282,93	29,05			179.000,77
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	366,25	366,25	0,00	0,00	48,41	13,22			317,84
42	RECEITAS DE CAPITAL	11.115.796,58	11.115.796,58	49.277,05	0,44	403.755,94	3,63			10.712.040,64
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.900.231,58	5.900.231,58	0,00	0,00	0,00	0,00			5.900.231,58
44	Operações de Crédito Internas	5.900.231,58	5.900.231,58	0,00	0,00	0,00	0,00			5.900.231,58
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	1.565,00	1.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00			1.565,00
47	Alienação de Bens Móveis	1.565,00	1.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00			1.565,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.214.000,00	5.214.000,00	49.277,05	0,95	403.755,94	7,74			4.810.244,06
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	604.000,00	604.000,00	0,00	0,00	30.000,00	4,97			574.000,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	4.610.000,00	4.610.000,00	49.277,05	1,07	373.755,94	8,11			4.236.244,06
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.705.413,79	1.705.413,79	275.060,50	0,00	812.628,38	0,00			892.785,41
63	contribuições Sociais- Intra orçamentárias	1.597.413,79	1.597.413,79	258.501,85	16,18	763.660,86	47,81			833.752,93
64	Aportes periódicos para amortização de déficit aut.	108.000,00	108.000,00	16.558,65	15,33	48.967,52	45,34			59.032,48
65	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	41.443.098,13	41.443.098,13	5.614.991,98	13,55	16.460.143,56	39,72			24.982.954,57
66	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	41.443.098,13	41.443.098,13	5.614.991,98	13,55	16.460.143,56	39,72							24.982.954,57	
74	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
75	TOTAL (VII) = (V+VI)	41.443.098,13	41.443.098,13	5.614.991,98	13,55	16.460.143,56	-							-	-
76	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	1.772.196,63	-	-	-	1.130.759,54	-	-	-	-	-	-	-
77	Superávit Financeiro	-	-	1.771.196,63	-	-	-	1.129.759,54	-	-	-	-	-	-	-
78	Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	1.000,00	-	-	-	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)	
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)		% (g/f)
79	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.836.365,94	4.950.680,89	44.787.046,83	5.871.136,47	18.792.597,19	4.578.411,76	12.247.677,94	27,35	32.539.368,89
80	DESPESAS CORRENTES	25.237.587,54	1.483.042,02	26.720.629,56	4.447.219,29	16.125.617,64	4.247.008,05	11.586.332,87	43,36	15.134.296,69
81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.995.746,16	210.357,20	13.206.103,36	3.060.113,79	7.109.436,52	2.291.843,54	6.328.798,91	47,92	6.877.304,45
82	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	118.082,96	8.000,00	126.082,96	8.000,00	126.082,96	17.067,69	58.892,65	46,71	67.190,31
83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.123.758,42	1.264.684,82	13.388.443,24	1.379.105,50	8.890.098,16	1.938.096,82	5.198.641,31	38,83	8.189.801,93
84	DESPESAS DE CAPITAL	12.798.269,37	3.467.638,87	16.265.908,24	1.423.917,18	2.666.979,55	331.403,71	661.345,07	4,07	15.604.563,17
85	INVESTIMENTOS	12.212.352,29	3.743.638,87	15.955.991,16	1.423.917,18	2.357.062,51	279.750,85	506.386,50	3,17	15.449.604,66
86	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	585.917,08	-276.000,00	309.917,08	0,00	309.917,04	51.652,86	154.958,57	50,00	154.958,51
88	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	204.777,40	0,00	204.777,40	-	-	-	-	-	-
89	RESERVA DO RPPS	1.595.731,63	0,00	1.595.731,63	-	-	-	-	-	-
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.606.732,23	26.478,72	1.633.210,95	258.501,85	761.493,51	258.501,85	761.493,51	0,00	871.717,44
91	Pessoal e encargos sociais	1.606.732,23	26.478,72	1.633.210,95	258.501,85	761.493,51	258.501,85	761.493,51	46,63	871.717,44
92	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	41.443.098,17	4.977.159,61	46.420.257,78	6.129.638,32	19.554.090,70	4.836.913,61	13.009.171,45	28,02	33.411.086,33
93	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	41.443.098,17	4.977.159,61	46.420.257,78	6.129.638,32	19.554.090,70	4.836.913,61	13.009.171,45	28,02	33.411.086,33

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

INDEX	INDEX 1 (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 2685, 2686, 2687, 2688, 2689, 2690, 2691, 2692, 2693
-------	---

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
103	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	17/07/2014	Diário Oficial

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RREO ANEXO I

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.836.365,90	44.787.046,79	5.871.136,47	18.792.597,19	4.578.411,76	12.247.677,94	27,35
2	00001	Legislativa	695.000,00	695.000,00	99.431,45	285.150,77	100.239,74	267.241,19	38,45
3	01031	Ação Legislativa	695.000,00	695.000,00	99.431,45	285.150,77	100.239,74	267.241,19	38,45
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	8.038.731,58	7.837.631,58	1.270.778,30	2.412.222,31	445.086,09	1.298.042,65	9,98
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	1.944.900,00	1.995.900,00	398.292,74	1.264.328,02	300.739,73	946.305,66	7,27
14	04123	Administração Financeira	6.071.831,58	5.819.731,58	872.485,56	1.142.498,85	142.464,08	347.284,49	2,67
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	22.000,00	22.000,00	0,00	5.395,44	1.882,28	4.452,50	0,03
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	16.000,00	16.000,00	3.670,83	3.670,83	2.983,23	2.983,23	0,02
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	05182	Defesa Civil	16.000,00	16.000,00	3.670,83	3.670,83	2.983,23	2.983,23	0,02
28	00006	Segurança Pública	226.416,72	509.337,95	26.204,01	148.368,94	21.198,54	118.470,39	0,91
29	06181	Policimento	61.008,89	223.930,12	17.318,51	126.759,29	12.650,06	105.942,53	0,81
30	06182	Defesa Civil	165.407,83	285.407,83	8.885,50	21.609,65	8.548,48	12.527,86	0,10
31	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00008	Assistência Social	735.630,64	958.969,70	150.394,15	486.280,02	132.374,44	352.472,41	2,71
36	08241	Assistência ao Idoso	4.500,00	19.683,90	0,00	6.183,90	0,00	0,00	0,00
37	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	2.700,00	3.454,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	214.548,00	341.939,36	57.339,61	143.202,76	47.179,33	90.404,02	0,69

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	08244	Assistência Comunitária	513.882,64	593.891,66	93.054,54	336.893,36	85.195,11	262.068,39	2,01	44,13	331.823,27
40	00009	Previdência Social	3.546.531,63	3.546.531,63	415.841,02	995.224,03	302.789,76	852.614,84	6,55	24,04	2.693.916,79
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	3.546.531,63	3.546.531,63	415.841,02	995.224,03	302.789,76	852.614,84	6,55	24,04	2.693.916,79
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	00010	Saúde	7.024.220,55	8.201.289,23	965.662,28	4.325.268,48	1.051.378,72	2.911.589,11	22,38	35,50	5.289.700,12
46	10301	Atenção Básica	4.372.801,41	5.193.770,82	875.432,06	2.642.392,03	757.015,00	1.964.985,35	15,10	37,83	3.228.785,47
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	857.167,31	1.026.827,86	0,00	734.649,19	100.874,48	426.537,56	3,28	41,54	600.290,30
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.682.957,91	1.730.006,08	82.973,75	917.301,78	182.904,01	499.786,06	3,84	28,89	1.230.270,02
49	10304	Vigilância Sanitária	31.042,22	114.700,02	5.389,47	17.689,55	6.648,62	12.872,76	0,10	11,22	101.827,26
50	10305	Vigilância Epidemiológica	24.251,70	79.984,45	82,00	8.372,83	3.936,61	4.329,28	0,03	5,41	75.655,17
51	10306	Alimentação e Nutrição	56.000,00	56.000,00	1.785,00	4.863,10	0,00	3.078,10	0,02	5,50	52.921,90
52	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	00012	Educação	8.402.940,83	10.050.018,58	1.352.411,23	5.081.324,42	1.506.208,55	3.586.892,99	27,57	35,69	6.463.125,59
58	12361	Ensino Fundamental	4.935.131,87	5.454.705,32	751.242,53	3.270.415,13	898.150,89	2.141.555,82	16,46	39,26	3.313.149,50
59	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12365	Educação Infantil	3.129.771,16	4.132.384,26	588.692,70	1.551.277,61	557.942,48	1.361.176,45	10,46	32,94	2.771.207,81
63	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	12306	Alimentação e Nutrição	338.037,80	462.929,00	12.476,00	259.631,68	50.115,18	84.160,72	0,65	18,18	378.768,28
66	00013	Cultura	1.097.712,00	1.103.212,00	107.799,41	268.355,66	86.342,11	206.114,37	1,58	18,68	897.097,63
67	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	13392	Diffusão Cultural	1.097.712,00	1.103.212,00	107.799,41	268.355,66	86.342,11	206.114,37	1,58	18,68	897.097,63
69	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14421	Custódia e Reinserção Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	00015	Urbanismo	5.277.858,86	6.086.181,03	786.870,21	1.649.006,52	365.701,28	1.045.262,03	8,03	17,17	5.040.919,00
74	15451	Infra-Estrutura Urbana	608.225,52	818.225,52	71.204,26	266.787,77	79.516,22	191.924,47	1,48	23,46	626.301,05
75	15452	Serviços Urbanos	4.669.633,34	5.267.955,51	715.665,95	1.382.218,75	286.185,06	853.337,56	6,56	16,20	4.414.617,95
76	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	00016	Habituação	18.200,00	18.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.200,00
78	16481	Habituação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	16482	Habituação Urbana	18.200,00	18.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.200,00
80	00017	Saneamento	1.313.385,86	1.484.703,42	308.454,97	1.181.431,00	210.664,59	552.278,93	4,25	37,20	932.424,49

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Pag. 7/ 27

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")														RS 1,00
			21.300,00	21.300,00	21.300,00	2.147,03	7.463,23	2.147,03	7.463,23	2.147,03	7.463,23	0,06	35,04	13.836,77
165	00013	Cultura	21.300,00	21.300,00	21.300,00	2.147,03	7.463,23	2.147,03	7.463,23	2.147,03	7.463,23	0,06	35,04	13.836,77
166	13392	Difusão Cultural	21.300,00	21.300,00	21.300,00	2.147,03	7.463,23	2.147,03	7.463,23	2.147,03	7.463,23	0,06	35,04	13.836,77
167	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00015	Urbanismo	170.000,00	170.000,00	170.000,00	24.075,59	72.823,93	24.075,59	72.823,93	24.075,59	72.823,93	0,56	42,84	97.176,07
169	15452	Serviços Urbanos	170.000,00	170.000,00	170.000,00	24.075,59	72.823,93	24.075,59	72.823,93	24.075,59	72.823,93	0,56	42,84	97.176,07
170	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00017	Saneamento	27.100,00	27.100,00	27.100,00	5.292,24	15.704,73	5.292,24	15.704,73	5.292,24	15.704,73	0,12	57,95	11.395,27
172	17512	Saneamento Básico Urbano	27.100,00	27.100,00	27.100,00	5.292,24	15.704,73	5.292,24	15.704,73	5.292,24	15.704,73	0,12	57,95	11.395,27
173	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00020	Agricultura	45.000,00	45.000,00	45.000,00	7.480,08	20.763,87	7.480,08	20.763,87	7.480,08	20.763,87	0,16	46,14	24.236,13
176	20606	Extensão Rural	45.000,00	45.000,00	45.000,00	7.480,08	20.763,87	7.480,08	20.763,87	7.480,08	20.763,87	0,16	46,14	24.236,13
177	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00028	Energias Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	TOTAL (III) = (I + II)			41.443.098,13	46.420.257,74	6.129.638,32	19.554.090,70	4.836.913,61	13.009.171,45	100,00	73,98	0,00	33.411.086,29	

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RREO ANEXO 2

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	R\$ 1,00 Janeiro 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	2.150.350,58	2.337.995,42	2.424.154,82	2.304.318,28	2.483.086,33	3.102.910,07	2.617.936,54
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	189.274,90	269.999,46	200.310,80	232.524,01	171.484,10	299.231,37	122.475,04
3	IP TU	17.560,67	20.488,57	3.772,88	7.721,11	7.481,08	18.129,95	170,66
4	ISS	71.146,12	74.764,99	61.624,81	103.777,76	51.088,25	85.518,45	51.713,96
5	ITBI	17.891,71	99.552,80	68.800,83	21.231,56	41.618,02	83.960,89	11.370,36
6	IRRF	49.517,64	42.823,79	37.706,21	76.032,91	50.334,47	86.134,87	50.119,16
7	Outras Receitas Tributárias	33.158,76	32.369,31	28.406,07	23.760,67	20.962,28	25.487,21	9.100,90
8	Receita de Contribuições	102.614,15	115.625,85	121.171,29	114.015,57	108.741,15	165.102,04	111.461,85
9	Receita Patrimonial	65.318,84	61.869,95	103.870,48	100.279,87	124.009,81	178.373,94	108.583,14
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	92.901,84	86.929,63	85.986,84	91.892,38	85.039,50	96.395,06	87.764,95
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.560.259,94	1.771.112,67	1.851.689,00	1.733.412,92	1.970.899,72	2.328.865,55	2.159.223,76
14	Cota-Parte do FPM	434.554,46	568.173,01	621.531,99	470.244,94	654.101,18	835.494,26	793.108,49
15	Cota-Parte do ICMS	473.613,09	496.458,41	525.369,26	510.439,71	560.538,19	548.880,75	547.161,06
16	Cota-Parte do IPVA	76.033,83	85.096,92	75.541,67	56.556,29	38.514,59	36.701,88	54.215,38
17	Cota-Parte do ITR	139,04	135,50	5.296,11	30.049,73	4.449,64	4.284,80	4.243,97
18	Transferências da LC 87/1996	7.566,29	0,00	0,00	2.320,13	2.320,13	11.600,65	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	8.095,98	7.157,87	7.872,54	8.732,71	8.277,73	8.524,71
20	Transferências do FUNDEB	378.187,82	421.198,02	424.581,87	412.574,89	464.418,33	474.093,22	514.952,89
21	Outras Transferências Correntes	190.165,41	191.954,83	192.210,23	243.354,69	237.824,95	409.532,26	237.017,26
22	Outras Receitas Correntes	139.980,91	32.457,86	61.126,41	32.193,53	22.912,05	34.942,11	28.427,80
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	360.497,80	292.894,03	307.754,69	275.226,49	315.072,03	377.359,28	344.251,65
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	59.328,10	59.827,55	60.271,50	57.836,78	59.463,78	117.536,70	61.053,34
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	102.788,59	1.474,73	30.323,97	1.893,24	1.893,24	3.786,48	1.893,24
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	198.381,11	231.591,75	217.159,22	215.496,47	253.715,01	256.036,10	281.305,07
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	1.789.852,78	2.045.101,39	2.116.400,13	2.029.091,79	2.168.014,30	2.725.550,79	2.273.684,89

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maió 2014	Junho 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	-------------------	---------------	---------------	--------------	---------------	----------------------	--------------------------------

Pag. 10/ 27

	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	2.666.464,01	2.552.324,82	3.141.912,16	3.094.743,49	2.710.998,51	31.587.195,03	31.764.478,76
28	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	168.917,78	291.696,84	668.279,52	435.519,64	208.705,90	3.258.419,36	3.411.807,94
29	IPPU	2.630,73	61.528,60	379.439,76	44.238,99	39.374,61	602.537,61	972.960,00
30	ISS	58.042,43	80.868,42	62.063,63	97.156,08	83.504,84	881.269,74	834.656,56
31	ITBI	45.527,71	49.228,82	25.759,72	92.921,75	33.387,34	436.343,02	436.343,02
32	IRRF	45.935,76	46.270,68	47.898,09	48.564,11	224,44	581.562,13	379.920,42
33	Outras Receitas Tributárias	16.781,15	53.800,32	153.118,32	152.638,71	52.214,67	601.798,37	787.927,94
34	Receita de Contribuições	111.684,88	116.865,22	131.417,14	114.769,71	114.509,44	1.427.978,29	1.479.243,36
35	Receita Patrimonial	197.081,11	155.178,75	210.297,78	356.898,29	153.676,55	1.815.438,51	1.412.003,05
36	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita de Serviços	93.321,28	100.285,27	103.061,00	93.485,45	82.612,56	1.099.675,76	1.162.607,82
39	Transferências Correntes = (41+...+48)	2.029.658,86	1.858.673,93	2.071.024,20	2.071.614,55	1.903.275,10	23.249.710,20	23.823.905,33
40	Cota-Parte do FPM	846.923,86	502.391,05	573.394,80	764.119,07	573.039,99	7.637.077,10	8.539.872,06
41	Cota-Parte do ICMS	520.489,58	525.690,53	514.958,23	514.209,15	528.681,03	6.266.488,99	6.290.087,48
42	Cota-Parte do IPVA	53.457,40	72.460,01	81.912,60	86.277,02	84.894,89	801.662,48	833.532,42
43	Cota-Parte do ITR	80,43	64,88	196,21	73,26	625,21	49.638,78	39.239,33
44	Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	9.204,04	2.301,01	35.312,25	29.600,00
45	Transferências da LC 61/1989	7.518,37	7.203,45	7.843,34	8.530,92	8.125,25	87.882,87	90.074.828,82
46	Transferências do FUNDEB	503.709,96	464.966,49	468.482,06	512.242,78	484.752,29	5.524.160,62	5.607.976,66
47	Outras Transferências Correntes	97.479,26	285.897,52	364.236,96	176.958,31	220.855,43	2.847.487,11	2.393.522,58
48	Outras Receitas Correntes	65.800,10	29.624,81	17.832,52	22.455,85	248.218,96	735.972,91	474.911,24
49	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	350.400,58	286.517,11	304.333,54	343.141,52	535.118,34	4.092.567,06	3.980.499,06
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	62.591,33	64.955,32	64.675,72	64.660,49	63.407,64	796.608,25	801.017.848,48
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	62.591,33	64.955,32	64.675,72	64.660,49	63.407,64	796.608,25	801.017.848,48
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	3.996,98	1.998,49	231.177,44	383.224,89	15.000,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	285.810,76	221.561,79	235.660,84	276.482,54	239.533,26	2.912.733,92	3.164.481,22
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	2.316.063,43	2.265.807,71	2.837.578,62	2.751.601,97	2.175.880,17	27.494.627,97	27.783.979,70

R\$ 1,00

Fonte: RREO ANEXO3

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	1.856.117,84	1.856.117,84	822.474,42	1.673.906,50	627.468,46
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	1.856.117,84	1.856.117,84	822.474,42	1.673.906,50	627.468,46
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	801.017,84	801.017,84	129.068,13	382.343,84	345.664,64
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	801.017,84	801.017,84	129.068,13	382.343,84	345.664,64
5	Ativo	801.017,84	801.017,84	129.068,13	382.343,84	345.664,64
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	1.040.000,00	1.040.000,00	460.230,36	1.050.498,02	247.248,35
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	1.040.000,00	1.040.000,00	460.230,36	1.050.498,02	247.248,35
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	15.100,00	15.100,00	233.175,93	241.064,64	34.555,47
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	15.000,00	15.000,00	233.175,93	241.064,64	34.555,47
20	Demais Receitas Correntes	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.705.413,79	1.705.413,79	275.060,50	812.628,38	740.421,96
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	3.561.531,63	3.561.531,63	1.097.534,92	2.486.534,88	1.367.890,42

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	1.950.800,00	1.950.800,00	302.789,76	852.614,84	713.086,49
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	10.000,00	10.000,00	0,00	1.164,00	25.280,81
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	24.647,81
31	Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	1.164,00	633,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	1.940.800,00	1.940.800,00	302.789,76	851.450,84	687.805,68
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	1.694.000,00	1.694.000,00	281.114,99	783.956,36	687.805,68
34	Aposentadorias	1.300.000,00	1.300.000,00	217.545,93	613.645,98	514.594,19
35	Pensões	204.000,00	204.000,00	31.092,63	92.157,16	86.486,21
36	Outros Benefícios Previdenciários	190.000,00	190.000,00	32.476,43	78.153,22	86.725,28
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	246.800,00	246.800,00	21.674,77	67.494,48	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	246.800,00	246.800,00	21.674,77	67.494,48	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	15.000,00	15.000,00	1.087,34	3.231,25	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	1.965.800,00	1.965.800,00	303.877,10	855.846,09	713.086,49
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	1.595.731,63	1.595.731,63	793.657,82	1.630.688,79	654.803,93

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	217.850,87	447.868,61	144.772,33
59	INVESTIMENTOS	17.631.770,18	17.835.482,66	14.941.482,01
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	1.705.413,79	1.705.413,79	275.060,50	812.628,38	740.421,96
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	1.597.413,79	1.597.413,79	258.501,85	763.660,86	694.345,35
63	Patronal = (64+68)	1.597.413,79	1.597.413,79	258.501,85	763.660,86	694.345,35
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	1.597.413,79	1.597.413,79	258.501,85	763.660,86	694.345,35
65	Ativo	1.597.413,79	1.597.413,79	258.501,85	763.660,86	694.345,35
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	108.000,00	108.000,00	16.558,65	48.967,52	46.076,61
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	1.705.413,79	1.705.413,79	275.060,50	812.628,38	740.421,96

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	15.000,00	15.000,00	1.087,34	3.231,25	0,00
84	Despesas Correntes	15.000,00	15.000,00	1.087,34	3.231,25	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	15.000,00	15.000,00	1.087,34	3.231,25	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RREO ANEXO 4

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Abr/2014 (b)	Em. 30/Jun/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.277.383,01	1.167.759,11	1.116.106,25
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	2.967.255,04	4.262.152,40	4.119.058,62
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	3.056.852,04	4.408.629,79	4.250.276,49
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	883,03
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	89.597,00	146.477,39	132.100,90
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.689.872,03	-3.094.393,29	-3.002.952,37
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.689.872,03	-3.094.393,29	-3.002.952,37

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	91.440,92	-1.313.080,34

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Abr/2014	Em. 30/Jun/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	11.922.530,87	11.922.530,87	11.922.530,87
13	Passivo Atuarial	11.922.530,87	11.922.530,87	11.922.530,87
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	16.464.679,67	17.423.644,24	18.281.562,64
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	195.995,48	215.237,86	447.868,61
17	Investimentos	16.268.763,13	17.208.764,38	17.835.482,66
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	78,94	358,00	1.788,63
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-4.542.148,80	-5.501.113,37	-6.359.031,77

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-4.542.148,80	-5.501.113,37	-6.359.031,77

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: RREO ANEXO 5

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	28.919.522,95	5.055.050,80	14.875.629,61	12.861.788,59
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	3.411.807,94	644.225,54	1.895.594,72	1.664.325,76
3	IPTU	972.960,00	83.613,60	527.383,35	486.480,17
4	ISS	834.656,56	180.660,92	433.349,36	409.630,39
5	ITBI	436.343,02	126.309,09	258.195,70	186.917,61
6	IRRF	388.987,66	51.949,99	242.933,68	181.370,86
7	Outras Receitas Tributárias	778.860,70	201.691,94	433.732,63	399.926,73
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	3.076.657,15	487.781,00	1.464.369,10	1.350.898,71
9	Receitas Previdenciárias	2.398.431,63	387.569,98	1.146.004,70	1.040.009,99
10	Outras Receitas de Contribuições	678.225,52	100.211,02	318.364,40	310.888,72
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	4.224,45	9,40	1.236,96	533,76
12	Receita Patrimonial	1.412.003,05	510.673,53	1.181.994,97	320.117,41
13	(-) Aplicações Financeiras	1.407.778,60	510.664,13	1.180.758,01	319.583,65
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	20.681.314,35	3.459.703,39	10.492.570,76	9.059.350,02
15	FPM	6.831.897,65	1.069.727,28	3.242.381,95	3.008.900,13
16	ICMS	5.032.069,98	834.312,27	2.520.952,13	2.293.397,64
17	Convênios	344.052,14	65.510,74	128.694,11	-11.677,14
18	Outras Transferências Correntes	8.473.294,58	1.490.153,10	4.600.542,57	3.768.729,39
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	1.745.519,06	463.331,47	1.021.858,07	786.680,34
20	Dívida Ativa	252.283,70	18.323,03	73.282,93	75.398,08
21	Diversas Receitas Correntes	1.493.235,36	445.008,44	948.575,14	711.282,26
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	11.115.796,58	49.277,05	403.755,94	91.831,09
23	Operações de Crédito (III)	5.900.231,58	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	1.565,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	5.214.000,00	49.277,05	403.755,94	91.831,09
27	Convênios	4.610.000,00	49.277,05	373.755,94	91.831,09
28	Outras Transferências de Capital	604.000,00	0,00	30.000,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	5.214.000,00	49.277,05	403.755,94	91.831,09
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	34.133.522,95	5.104.327,85	15.279.385,55	12.953.619,68

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	28.353.840,51	4.505.509,90	12.347.826,38	10.918.827,56
33	Pessoal e Encargos Sociais	14.839.314,31	2.550.345,39	7.090.292,42	6.034.073,81
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	126.082,96	17.067,69	58.892,65	0,00
35	Outras Despesas Correntes	13.388.443,24	1.938.096,82	5.198.641,31	4.884.753,75
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	28.227.757,55	4.488.442,21	12.288.933,73	10.918.827,56
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	16.265.908,20	331.403,71	661.345,07	1.120.377,37
38	Investimentos	15.955.991,16	279.750,85	506.386,50	943.625,53
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	309.917,04	51.652,86	154.958,57	176.751,84
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	15.955.991,16	279.750,85	506.386,50	943.625,53
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	204.777,40	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	1.595.731,63	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	45.984.257,74	4.768.193,06	12.795.320,23	11.862.453,09
----	---	---------------	--------------	---------------	---------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-11.850.734,79	336.134,79	2.484.065,32	1.091.166,59
----	--	----------------	------------	--------------	--------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.130.759,54	0,00
----	--------------------------------	---	---	--------------	------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

Fonte: RREO ANEXO 6

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha

Contadora

CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado

Agente de Controle Interno

CPF.: 080.075.099-33

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER.ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo	
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos		Cancelados
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	87.039,54	85.769,54	0,00	1.270,00	119.711,63	729.137,07	516.824,71	515.891,51	28.773,60	304.183,59
2	EXECUTIVO	0,00	87.039,54	85.769,54	0,00	1.270,00	119.711,63	729.137,07	516.824,71	515.891,51	28.773,60	304.183,59
3	FHIS- Fundo munic habitação de interesse	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00
4	FUNREBOM- Fundo Munic de Recup da Organ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.954,54	1.428,51	1.428,51	3.318,13	3.207,90
5	Gabinete do Prefeito	0,00	8.148,53	8.148,53	0,00	0,00	0,00	1.533,33	1.127,95	1.127,95	0,00	405,38
6	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	0,00	2.499,35	2.499,35	0,00	0,00	4.660,08	4.299,65	3.284,87	3.284,87	253,26	5.421,60
7	Secretaria Municipal de Administração	0,00	1.255,29	1.255,29	0,00	0,00	0,00	12.609,04	6.006,89	5.206,89	4.053,70	3.348,45
8	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico.	0,00	1.025,10	1.025,10	0,00	0,00	0,00	7.153,31	6.969,21	6.969,21	0,00	184,10
9	Secretaria Municipal de Educação	0,00	40.866,66	40.866,66	0,00	0,00	0,00	77.205,23	52.583,83	52.450,63	17.577,08	7.177,52
10	Secretaria Municipal de Finanças	0,00	1.240,15	1.240,15	0,00	0,00	0,00	44.293,21	23.390,48	23.390,48	31,10	20.871,63
11	Secretaria Municipal de Planej. Transporte	0,00	10.007,78	8.737,78	0,00	1.270,00	104.050,33	111.027,04	115.281,39	115.281,39	0,00	99.795,98
12	Secretaria Municipal de Saude e Desenvolvimento	0,00	1.639,83	1.639,83	0,00	0,00	0,00	92.892,13	58.677,80	58.677,80	238,63	33.975,70
13	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	0,00	1.355,10	1.355,10	0,00	0,00	0,00	64.165,28	55.667,36	55.667,36	490,48	8.007,44
14	FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.355,00	9.355,00	9.355,00	0,00	0,00
15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	907,95	907,95	0,00	0,00	1.662,21	6.725,86	4.359,12	4.359,12	2.772,21	1.256,74
16	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	18.014,86	18.014,86	0,00	0,00	0,00	285.266,73	178.054,38	178.054,38	0,00	107.212,35
17	IPRUCAL-Instituto de Previdencia de Campo Alegre	0,00	78,94	78,94	0,00	0,00	39,01	4.656,72	637,92	637,92	39,01	4.018,80
18	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	2.636,40	2.636,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	EXECUTIVO	0,00	2.636,40	2.636,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Secretaria Municipal de Administração	0,00	219,10	219,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Secretaria Municipal de Educação	0,00	1.479,77	1.479,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Fundo Municipal de Saude	0,00	937,53	937,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)		R\$ 1,00										
24	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL (III) = (I +II)	0,00	89.675,94	0,00	88.405,94	0,00	1.270,00	0,00	516.824,71	0,00	28.773,60	304.183,59

Fonte: RREO ANEXO 7

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	23.649.951,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RREO

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	41.443.098,13
3	Previsão Atualizada	-	41.443.098,13
4	Receitas Realizadas	5.614.991,98	16.460.143,56
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	1.130.759,54
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	41.443.098,17
9	Créditos Adicionais	-	4.977.159,61
10	Dotação Atualizada	-	46.420.257,78
11	Despesas Empenhadas	6.129.638,32	19.554.090,70
12	Despesas Liquidadas	4.836.913,61	13.009.171,45
13	Superávit Orçamentário	-	3.450.972,11

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	6.129.638,32	19.554.090,70
15	Despesas Liquidadas	4.836.913,61	13.009.171,45

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	27.494.627,97

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	1.097.534,92	2.486.534,88
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	303.877,10	855.846,09
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	793.657,82	1.630.688,79
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	-1.313.080,34	0,00
31	Resultado Primário	0,00	2.484.065,32	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	89.675,94	0,00	88.405,94	1.270,00
33	Poder Executivo	89.675,94	0,00	88.405,94	1.270,00
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	848.848,70	28.773,60	515.891,51	304.183,59
36	Poder Executivo.	848.848,70	28.773,60	515.891,51	304.183,59
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	938.524,64	28.773,60	604.297,45	305.453,59

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	2.128.590,29	25%	23,09
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	2.120.113,97	60%	71,60
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	2.120.113,97	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.611.675,15	15,00	28,34

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071615092600703902

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

¹Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: RREO ANEXO 14

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL 1º SEM/2014-RGF

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014071616163800201353

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	15.899.979,79	0,00
2	Pessoal Ativo	14.291.357,05	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	1.608.622,74	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	1.615.200,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.615.200,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.284.779,79	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		14.284.779,79

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	27.494.627,97
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,95
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)	14.847.099,10
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	14.104.744,15
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (48,60%)	13.362.389,19

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014071616163800201353

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	17/07/2017	Diário Oficial
----	---	------------	----------------

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Fonte: RGF ANEXO 1

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014071616163800201353

R\$ 1,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL						
CAMPO	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)
1						
CAMPO						
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO						
CAMPO	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)
3						
CAMPO						
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal

Fonte:

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014071616163800201353

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	1.277.383,01	1.116.106,25
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	1.277.383,01	1.116.106,25
4	Interna	1.277.383,01	1.116.106,25
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	2.967.255,04	4.119.058,62
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	3.056.852,04	4.250.276,49
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	883,03
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	89.597,00	132.100,90
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-1.689.872,03	-3.002.952,37
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.931.844,90	27.494.627,97
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	5,12	4,06
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-6,78	-10,92
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		32.993.553,56
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%		29.694.198,21

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) = (V+VI+VII+VIII)	1.277.383,01	2.116.106,25
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	1.102.988,88	2.065.599,63
21	De Tributos	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	1.102.988,88	2.065.599,63
23	Previdenciárias	1.102.988,88	2.065.599,63
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	174.394,13	50.506,62
28	Interna.	174.394,13	50.506,62
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-
33	DEPÓSITOS	35.654,26	68.052,63
34	RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	844.152,97	6.701.541,65
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO	
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o 1º Semestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	11.922.530,87

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014071616163800201353

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

37	Passivo Atuarial	11.922.530,87	11.922.530,87
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X) ¹ = (40+41+42-43)	16.464.679,67	18.281.562,64
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	195.995,48	447.868,61
41	Investimentos	16.268.763,13	17.835.482,66
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	78,94	1.788,63
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	-4.542.148,80	-6.359.031,77

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira, das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte: RGF ANEXO 2

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha

Contadora

CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado

Agente de Controle Interno

CPF.: 080.075.099-33

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014071616163800201353

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
CAMPO	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso				Primeiro quadrimestre seguinte			
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)
1											
CAMPO											
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3											
CAMPO											
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO											
CAMPO	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso				Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)
3											
CAMPO											
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:
Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Tatiana Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 20140716163800201353

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO							
CAMPO	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente ¹	Redutor	1º	2º	3º
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

¹ O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014

CVA: 2014071616163800201353

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.931.844,90	27.494.627,97
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	5.485.005,88	6.048.818,15
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	4.936.505,29	5.443.936,34

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :		

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte: RGF- ANEXO 3

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 20140716163800201353

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.494.627,97	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014071616163800201353

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.399.140,48	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.959.226,43	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.924.623,96	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

I Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

Fonte: RGF ANEXO 4

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.749/0001-77

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 20140716163800201353

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	14.284.779,79	51,95
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	14.847.099,10	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	14.104.744,15	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-3.002.952,37	-10,92
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	32.993.553,56	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.048.818,15	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	4.399.140,48	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.924.623,96	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

Fonte:

Nota:

CAMPO ALEGRE, 16/07/2014

RUBENS BLASZKOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 379.515.489-87

MARIA ELIANE FRIEDRICH
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
CPF.: 382.609.569-34

Luana Talita Rocha
Contadora
CRC.: CRC SC 030.262/O-2

Camila Braun Machado
Agente de Controle Interno
CPF.: 080.075.099-33

Campos Novos

PREFEITURA

Extratos Contratos Mes de Junho 2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:

Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 03.377.072/0001-40

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 12/2013

Número do Processo: 114/2013

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 198/2014

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve aditar o prazo e vigência do contrato original nº 367/2013, Processo nº 114/2013, até dia 30 de junho de 2014, para execução de obra de pavimentação de passeios na Avenida Sagrado Coração de Maria e trecho da rua Coronel Farrapo, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 03/06/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/06/2014

Vigência: 03/06/2014 a 30/06/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Contratado: ARA PRODUCOES LTDA ME - ME

CNPJ: 10.803.650/0001-29

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

Número da Licitação: 7/2014

Número do Processo: 101/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 199/2014

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM O PADRE EZEQUIEL DAL POZZO, DIA 21 DE JUNHO DE 2014 ÀS 20:00 HORAS, PARA O FESTIVAL DE SÃO JOÃO, EVENTO ALUSIVO AO DIA DO PADROEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME LEI Nº 8.663/93, ARTIGO 25, INCISO III.

Data da Assinatura: 03/06/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/06/2014

Vigência: 03/06/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.000,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES**CNPJ:** 03.257.744/0001-84**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2014**Número do Processo:** 92/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 200/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VISUAL PARA UTILIZAÇÃO NOS TRABALHOS REALIZADOS PELO COMAD - CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS.**Data da Assinatura:** 05/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2014**Vigência:** 05/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.740,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA**CNPJ:** 04.489.202/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2014**Número do Processo:** 92/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 201/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE CAMISETAS SERIGRAFADAS PARA UTILIZAÇÃO NOS TRABALHOS REALIZADOS PELO COMAD - CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS.**Data da Assinatura:** 05/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2014**Vigência:** 05/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.105,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NEURO ESTAMPARIA E SERIGRAFIA LTDA - ME**CNPJ:** 79.848.735/0001-20**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2014**Número do Processo:** 92/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 202/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VISUAL PARA UTILIZAÇÃO NOS TRABALHOS REALIZADOS PELO COMAD - CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS.**Data da Assinatura:** 05/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/06/2014**Vigência:** 05/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.876,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** SABEI COMERCIO LTDA**CNPJ:** 05.886.979/0001-60**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 15/2014**Número do Processo:** 94/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 197/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE CHAPAS DE POLICARBONATO PARA SEREM UTILIZADAS NA REFORMA DOS PONTOS DE ÔNIBUS DA CIDADE DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 06/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/06/2014**Vigência:** 06/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 19.920,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**CNPJ:** 09.427.503/0001-12**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 17/2014**Número do Processo:** 104/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 203/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização d

Data da Assinatura: 06/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/06/2014**Vigência:** 06/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.840,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.**CNPJ:** 59.104.273/0001-29**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 100/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 204/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é aquisição de veículos acessíveis de transporte escolar diário de estudantes, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo, no respectivo Termo de Referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Data da Assinatura: 09/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2014**Vigência:** 09/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 270.000,00**Forma de Pagamento:** 30 dias mediante nf.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PRISCILA RIBEIRO CORREA**C.P.F.:** 088.397.539-40**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 205/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: PERMISSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL EM SALAS LOCALIZADAS EM IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, sala correspondente ao item nº 15 do Anexo I do edital de Concorrência 02/2006, visando a exploração do Box nº 01, localizado no Centro do Artesanato, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus anexos.

Data da Assinatura: 09/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2014**Vigência:** 09/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 60,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES.**CNPJ:** 11.924.851/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 35/2014**Número do Processo:** 74/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 206/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, conforme especificações.

Data da Assinatura: 09/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2014**Vigência:** 09/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 04.09 12.361.0025 1.019.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 209,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 14/2014**Número do Processo:** 91/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 207/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A RETIRADA DE JANELAS DE FERRO E EXECUÇÃO DE TIJOLO VAZADO E TIJOLO APARENTE NO GINÁSIO DE ESPORTES GENTIL CAMARGO COSTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Data da Assinatura: 09/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2014**Vigência:** 09/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.602,16**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** CONCRETIZA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 07.932.250/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 16/2014**Número do Processo:** 95/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 208/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projeto de uma praça contendo quadra poliesportiva, pista de bicicross, parque infantil, academia ao ar livre, pista de skate bem como toda a infraestrutura necessária, contendo memorial descritivo, orçamento base, projeto arquitetônico, drenagem de águas pluviais, hidro sanitário.

Data da Assinatura: 10/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/06/2014**Vigência:** 10/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.500,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JORGE CARMOZINO DIAS - ME**CNPJ:** 17.547.556/0001-03**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2014**Número do Processo:** 97/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 209/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.**Data da Assinatura:** 17/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/06/2014**Vigência:** 17/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 175.009,47**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** SETEP CONSTRUCOES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 10/2014**Número do Processo:** 83/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 210/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, SOBRE CALÇAMENTO COM DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES EM TRECHOS NAS RUAS: ANSELMO NINO GRANZOTTO, BENJAMIM CONSTANT, EXPEDICIONÁRIO E SÃO JOÃO BATISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Recursos: Orçamento Geral da União - Contrato nº 100.5511-55/2013 - Programa Planejamento Urbano/Pavimentação - Ministério das Cidades
Contrapartida - Recursos Próprios

Data da Assinatura: 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/06/2014**Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 482.734,81**Forma de Pagamento:** 30 dias mediante laudo e NF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 8/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Junho/2014.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MERCADO SANANDUVA LTDA ME**CNPJ:** 03.005.106/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 7/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 211/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTÍ GRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL. Conforme proposta padronizada.**Data da Assinatura:** 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/06/2014**Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 04.11 12.361.0026 2.012.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,10**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 212/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Aditivo de 11 Km, passando de 76 km para 82 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de alunos na linha 16, percorrendo o Assentamento 30 de Outubro, E.I. Padre Josimo Tavares e E.I. Roseli Nunes, residência do Sr. Renato, Piovesan, Antonio Pedroso, prox. residência do Sr. Boita retornando a escola, período matutino e vespertino, com veículo de no mínimo 09 lugares.**Data da Assinatura:** 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/06/2014**Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 9/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SETEP CONSTRUCOES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 86/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 213/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE CALÇAMENTO, RECAPEAMENTO E OBRAS COMPLEMENTARES EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Programa: Pacto dos Municípios - FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios -Estado de Santa Catarina

Data da Assinatura: 25/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/06/2014**Vigência:** 25/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.304.676,60**Forma de Pagamento:** MEDIANTE LAUDO E NF**Contratado:** GIOVANI PRIMIERI**CNPJ:** 09.399.025/0001-84**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2014**Número do Processo:** 105/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 214/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS PARA ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS DE DANÇA E MÚSICA NO FESTIVAL DE SÃO JOÃO, EVENTO ALUSIVO AO DIA DO PADROEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS NECESSÁRIAS.**Data da Assinatura:** 25/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/06/2014**Vigência:** 25/06/2014 a 25/06/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.750,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 03.377.072/0001-40**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 12/2013**Número do Processo:** 114/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 215/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Devido adição de R\$ 70.447,40 e supressão de R\$ 55.543,56, especificadas na planilha em anexo, o município resolve aditar a diferença no valor de R\$ 14.903,89 (quatorze mil, novecentos e três reais e oitenta e nove centavos), conforme justificativa do Departamento de Engenharia anexa a este termo, do contrato original nº 367/2013, Processo nº 114/2013, para execução de obra de pavimentação de passeios na Avenida Sagrado Coração de Maria e trecho da rua Coronel Farrapo, conforme especificações d

Data da Assinatura: 25/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/06/2014**Vigência:** 25/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 08.25 26.782.0031 1.009.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.903,89**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** ROBERTO MIGUEL ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 28/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 217/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve suprimir o valor de R\$ 6.920,55 (seis mil, novecentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos), do contrato original nº 92/2014, conforme planilha de reprogramação em anexo, para conclusão da obra de implantação de Praça Pública na área da Lagoa no Bairro Nossa Senhora Aparecida, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 27/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/06/2014**Vigência:** 27/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.920,55**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 11/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 12/2014**Número do Processo:** 99/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 218/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE RUAS PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.**Data da Assinatura:** 27/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/06/2014**Vigência:** 27/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 129.215,00**Forma de Pagamento:** 30 dias mediante nota fiscal e laudo**Contratado:** MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA - EPP**CNPJ:** 04.830.372/0001-04**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 14/2013**Número do Processo:** 153/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 216/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve aditar R\$ 2.515,96 (dois mil, quinhentos e quinze reais e noventa e seis centavos), do contrato original nº 431/2013, para implantação da rede elétrica no Loteamento Faedo no Bairro Nossa Senhora Aparecida, conforme projeto básico.**Data da Assinatura:** 27/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/06/2014**Vigência:** 27/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 08.25 26.782.0031 1.009.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.515,96**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE LAUDO E NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 12/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROBERTO MIGUEL ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2014**Número do Processo:** 65/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 240/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 158/2014, de 12 de julho de 2014 até 30 de agosto de 2014, para conclusão da obra de reforma e ampliação do Ginásio de Esportes Osni Jacomel, conforme especificações do projeto básico.

Recursos: Orçamento Geral da União - Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011-PAC II/Urbanização.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 30/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA**CNPJ:** 05.140.822/0001-91**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2012**Número do Processo:** 8/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 239/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 124/2012, até 30 de setembro de 2014, para realizar obras de infraestrutura incluindo pavimentação com pedra basalto, drenagem pluvial, sinalização e passeios, no Loteamento Faedo. Projeto PAC II - Urbanização. Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 30/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 13/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2011**Número do Processo:** 210/2011**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 238/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 37/2012, até 30 de setembro de 2014, para execução de pavimentação asfáltica, tráfego leve drenagem pluvial e obras complementares, em ruas do Bairro Nossa Senhora Aparecida, do município de Campos Novos. Termo de Compromisso Nº 352.558-78/2010 - Projeto do PAC II - Financiamento Programa Pró-Transporte.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 30/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 64/2013**Número do Processo:** 168/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 237/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 452/2013, até 30 de agosto de 2014, para execução de obra de drenagem pluvial e pavimentação das Ruas Coronel Farrapo, Caetano Carlos, Nereu Ramos e Coronel Lucidoro, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 30/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 14/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAM**CNPJ:** 86.729.324/0002-61**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 4/2014**Número do Processo:** 117/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 236/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de mobiliário e colchonetes para creches em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2013, e nos respectivos termo de referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.762,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**CNPJ:** 21.306.287/0001-52**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 4/2014**Número do Processo:** 117/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 235/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de mobiliário e colchonetes para creches em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2013, e nos respectivos termo de referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.360,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 15/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA**CNPJ:** 05.634.834/0001-72**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 234/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) nº 77, do Pregão Eletrônico nº 78/2012.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.695,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** SOLUCAO INOX COMERCIO, MANUTENCAO E LOCAÇÃO DE EQU**CNPJ:** 06.137.445/0001-02**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 233/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) nº 75, do Pregão Eletrônico nº 78/2012.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.933,20**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 16/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ML & HL COMERCIAL LTDA**CNPJ:** 14.549.147/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 232/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) nº 76 do Pregão Eletrônico nº 78/2012.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 790,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** EQUI-PORT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOTELEIROS EIRE**CNPJ:** 55.924.054/0001-35**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 231/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) nº 87 do Pregão Eletrônico nº 78/2012.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.935,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 17/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA**CNPJ:** 02.421.684/0002-01**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 230/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) nº 79 do Pregão Eletrônico nº 78/2012.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 656,96**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** BRASFILTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**CNPJ:** 53.437.406/0001-00**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 228/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) nº 82 do Pregão Eletrônico nº 78/2012.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.205,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 18/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROBERTO MISTURA ME**CNPJ:** 10.292.359/0001-33**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2014**Número do Processo:** 103/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 226/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, conforme a necessidade e de acordo com o consumo e mediante requisição prévia de cada secretaria responsável.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 44.854,75**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**CNPJ:** 11.499.653/0001-83**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2014**Número do Processo:** 103/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 225/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, conforme a necessidade e de acordo com o consumo e mediante requisição prévia de cada secretaria responsável.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.333,76**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 19/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LOJAS MAGRÃO LTDA**CNPJ:** 06.296.075/0001-48**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2014**Número do Processo:** 103/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 224/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, conforme a necessidade e de acordo com o consumo e mediante requisição prévia de cada secretaria responsável.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 174,75**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA**CNPJ:** 04.489.202/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2014**Número do Processo:** 103/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 223/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, conforme a necessidade e de acordo com o consumo e mediante requisição prévia de cada secretaria responsável.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.438,90**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 20/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** FINALIZZARE DECORAÇÕES LTDA ME**CNPJ:** 03.173.632/0001-45**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2014**Número do Processo:** 103/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 222/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, conforme a necessidade e de acordo com o consumo e mediante requisição prévia de cada secretaria responsável.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.190,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** DINAMICA PAPELARIA-ROBERTO TESSARO & CIA**CNPJ:** 85.248.680/0001-10**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2014**Número do Processo:** 103/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 221/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE JOGOS PEDAGÓGICOS E MATERIAL ESPORTIVO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, conforme a necessidade e de acordo com o consumo e mediante requisição prévia de cada secretaria responsável.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.780,07**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 21/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 17/2014**Número do Processo:** 109/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 220/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA CRECHE DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, INCLUINDO REVESTIMENTOS, ARBORIZAÇÃO, CALÇADAS E REFORMA DA CAIXA D'ÁGUA EXISTENTE, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 143.961,94**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** MANTOMAC-COM. DE PECAS E SERVICOS LTDA**CNPJ:** 79.879.318/0001-44**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 52/2014**Número do Processo:** 107/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 219/52014**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO PARA SOLOS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 200.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 22/22

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DIGI - TRON - INSTRUMENTOS DE PESAGEM LTDA**CNPJ:** 01.970.368/0001-45**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 3/2014**Número do Processo:** 116/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 229/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamento(s) para cozinhas e refeitórios escolares, visando reequipar/modernizar as escolas das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao projeto de acordo com a legislação específica vigente, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) nº 73 e 74 do Pregão Eletrônico nº 78/2012.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.436,60**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** ROBERTO MIGUEL ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 6/2014**Número do Processo:** 63/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 241/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 152/2014, de 12 de julho de 2014 até 30 de setembro de 2014, para conclusão da obra de reforma ou reconstrução de unidades habitacionais no Bairro Nossa Senhora Aparecida, conforme especificações do projeto básico.
Recursos: Orçamento Geral da União - Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011-PAC III/Urbanização.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/06/2014**Vigência:** 30/06/2014 a 30/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Nº 13/2014**

DECRETO Nº 13/2014

CONCEDE A COMENDA "JOÃO GONÇALVES DE ARAÚJO" AO SENHOR "GILBERTO ANTÔNIO SCUSSIATO".

O cidadão Rui Jorge Tomazoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Visa conceder a Comenda "João Gonçalves de Araújo" ao Senhor "GILBERTO ANTONIO SCUSSIATO", Presidente do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD do município de Campos Novos e Conselheiro Estadual de Saúde pela CNBB - Pastoral da Criança, pela sua contribuição para o crescimento e o desenvolvimento da comunidade camponovense.

Parágrafo Único: Gilberto Antônio Scussiato nasceu em Chapecó/SC em 07 de fevereiro de 1964, filho de Pedrinho Scussiato im memorian e Umilda dos Santos Scussiato. É morador em Campos Novos desde 1997. Formado em Técnico Agrícola pela Escola Agrotécnica Federal de Concórdia em 1982 e posterior estudos no Colégio Auxiliadora em 2006. Seu Gilberto é casado com Eva Kemer. É aposentado como motorista de carreta e ônibus, sendo que trabalhou como motorista por vários anos na empresa Titon Turismo, na empresa Camargo Correa - na obra da Usina Hidrelétrica de Campos Novos. Seu Gilberto passou por um grande susto, em 24 de dezembro de 2002 foi diagnosticado pela doença rara Colangite Esclerosante Primária, onde teria que ser transplantado. Daquele momento em diante, começou sua vida voluntária em Conferência de Saúde, convidado pela ex-secretária de Saúde Dona Edilamar Salvador im memorian. Depois, convidado pelo senhor José Anselmo Silva passou a integrar a Pastoral da Criança. Logo após, virou Conselheiro Municipal de Saúde pela Pastoral da Criança, e em seguida, foi convidado a ser Conselheiro do COMAD, onde com parcerias trouxeram o evento CONEN e COMADs pela primeira vez para Campos Novos, e a partir daí o financiamento do PROERD. Contribuiu ainda, para a aquisição do terreno e prédio do antigo Hospital Santa Brígida. Até hoje atua como Conselheiro Estadual de Saúde pela CNBB - Pastoral da Criança, com contribuições pelas melhorias do nosso Hospital Dr. José Athanázio, pela Saúde Municipal, com apoio e intervenção na Secretaria Estadual de Saúde para Campos Novos e região. Como Conselheiro Estadual pela CNBB contribuiu no Conselho Estadual de Assistência Social para o aumento do financiamento para a Secretaria e para a Criação da Frente Parlamentar de Assistência Social e do Fórum Estadual de Assistência Social. Como Conselheiro Municipal Antidrogas - COMAD sua contribuição foi para conseguir um local adequado para as reuniões, recursos para as ações do COMAD, parcerias como por exemplo com a ENERCAN, Câmara de Vereadores e colocando em vistas o trabalho do COMAD com a execução de caminhadas e eventos com resultados positivos para Campos Novos. Foi indicado pelo Prefeito Nelson Cruz para compor o colegiado Regional na Política Antidrogas. Participa atualmente do Conselho de Assistência e do Direito da Criança e do Adolescente, contribuindo com várias ações. É membro, já por dois mandatos, na Comissão de Educação Permanente do Conselho Nacional de Saúde pela CNBB, sempre contribuindo para a construção de um Plano Nacional de Educação Permanente.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 16 de julho de 2014.
Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Pregão Presencial N. PMC 79/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 113/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 79/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/07/2014, às 14h05min, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 31/07/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Eletrônico N. PMC 80/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 114/2014
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 80/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/08/2014, às 10h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETROELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICO E MÓVEIS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RODOLFO LINZMEYER. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 01/08/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Portaria Nº 11/Fmel/2014

PORTARIA Nº 11/FMEL/2014

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

Art.1º- Fica concedido 10 (Dez) dias de férias a BRUNA SZCZYGIEL KOHLER, comissionada no cargo de Diretora de esportes, junto a Fundação Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 2013/2014 a desfrutar no período de 14/07/2014 a 23/07/2014, conforme requerimento.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 08/07/2014.

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.132

LEI Nº 3.132, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 2.087.104,00 (dois milhões, oitenta e sete mil, cento e quatro reais), no orçamento vigente.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Capinzal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.087.104,00 (dois milhões, oitenta e sete mil, cento e quatro reais), nos seguintes créditos orçamentários:

I - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal

0501.04.122.0065.2031	MANUT SECRETA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-111	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	001	00	R\$	560.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-134	Material de consumo	001	00	R\$	100.000,00
33903900-138	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	001	00	R\$	100.000,00
	Subtotal - I			R\$	760.000,00

II - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-012	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	002	00	R\$	1.223.849,60
	Subtotal - II				1.223.849,60

III - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

1001.08.243.0175.2100	MANUTENÇÃO DO ABRIGO	FTE	DR	R\$	0,00
31717000012	Rateio pela participação em consórcios públicos	000	00	R\$	44.840,92
33717000-013	Rateio pela participação em consórcios públicos	000	00	R\$	38.326,58
44717000-016	Rateio pela participação em consórcios públicos	000	00	R\$	5.086,90
1001.08.243.0175.2102	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS FINANCEIROS A APAE	FTE	DR	R\$	0,00
33504300-025	Subvenções sociais	052	00	R\$	15.000,00
	Subtotal - III				103.254,40

Total (I+II+III)				2.087.104,00
------------------	--	--	--	--------------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto nos incisos I, II e III do art. 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 2.087.104,00 (dois milhões, oitenta e sete mil, cento e quatro reais), na forma do quadro a seguir:

Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal

0301.04.122.0025.1142	AMPLIAÇÃO, REFORMA CENTRO ADMIN MUNI-CIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-037	Obras e instalações	000	00	R\$	50.000,00
0301.24.722.0040.1098	IMPLANTAÇÃO MANUT SISTEMA DE FIBRA ÓTICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-046	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	23.200,00
33903900-047	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	024	54	R\$	82.800,00
0302.06.181.0190.2175	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	FRE	DR	R\$	0,00
31901100-061	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	000	00	R\$	75.000,00
31901300-062	Obrigações patronais	000	00	R\$	10.000,00
33903000-063	Material de consumo	000	00	R\$	2.000,00
0401.20.601.0045.1009	IMPLANT ADEQUAÇÃO CASA COLONIAL FEIRA LIVRE	FET	DR	R\$	0,00
44905100-087	Obras e instalações	000	00	R\$	60.000,00
0401.20.601.0045.1010	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PROC.PROD COL	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-088	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	34.800,00
0401.20.602.0045.2014	APOIO DO DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-095	Material de consumo	000	00	R\$	13.200,00
33903900-096	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.1031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-123	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	50.000,00

0501.12.361.0065.1101	IMPLANT E MANUTENÇÃO LABORATÓRIO DE CIÊNC	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-126	Material de consumo	019	00	R\$	12.300,00
33903900-127	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	019	00	R\$	12.300,00
44905200-128	Equipamentos e material permanente	019	00	R\$	45.000,00
0501.12.031.0065.2039	AQUIS DISTRI-BUIÇÃO UNIFORMES PARA ALUNOS	FET	DR	R\$	0,00
33903200-158	Material distribuição gratuita	001	00	R\$	86.720,00
0501.12.365.0060.1024	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO DE CENTRO MUNIC EDUC	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-173	Obras e instalações	000	00	R\$	45.000,00
44905100-174	Obras e instalações	024	55	R\$	83.520,00
0501.12.365.0060.2133	AQUISIÇÃO UNIFORMES ESCOLAR PARA EDUC INFANT	FTE	DR	R\$	0,00
33903200-194	Material de distribuição gratuita	000	00	R\$	50.000,00
0502.13.392.0095.1033	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-205	Obras e instalações	000	00	R\$	56.000,00
44905100-206	Obras e instalações	024	54	R\$	100.000,00
0502.13.392.0095.1034	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS PARA SALA DE CINEMA	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-207	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	46.400,00
44905200-208	Equipamentos e material permanente	024	54	R\$	69.600,00
0502.13.392.0095.2140	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CURSOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-226	Material de consumo	000	00	R\$	36.360,00
33903900-227	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	15.000,00
44905200-228	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	30.000,00
0502.13.392.0095.2141	LANÇAMENTO DE EDITAIS CULTURAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-229	Material de consumo	000	00	R\$	3.960,00

33903900-230	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	3.000,00
0502.13.392.0095.2142	IMPLANT POSTOS CULTURA E CONS MUNIC CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-231	Material de consumo	000	00	R\$	20.000,00
33903900-232	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	20.000,00
0502.13.392.0095.2144	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-235	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	11.600,00
0601.06.182.0105.2147	REVITALIZAÇÃO RIO CAPINZAL E ATUAL PROJETO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-254	Material de consumo	000	00	R\$	12.000,00
33903900-255	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	27.000,00
44905100-256	Obras e instalações	000	00	R\$	33.384,00
0601.15.453.0135.1053	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-304	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	222.720,00
0601.26.782.0145.1059	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-316	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	60.000,00
0601.26.782.0145.1066	AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO BRITADOR MÓVEL	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-323	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	210.000,00
0601.26.782.0145.2162	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SECRET DE INFRAESTRUT	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-329	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	83.520,00
1701.23.691.0055.1018	AMPL E REESTRUTURAÇÃO PARQUE EXPOSIÇÕES	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-390	Material de consumo	000	00	R\$	27.720,00
33903900-391	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	35.000,00
44905100-392	Obras e instalações	000	00	R\$	160.000,00
1701.23.691.0055.1020	PAVIM DOS ACESSOS VIAS INTERNAS PARQUE EXPOS	FTE	DR	R\$	0,00

44905100-393	Obras e instalações	000	00	R\$	58.000,00
	Total			R\$	2.087.104,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 16 de julho de 2014
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL
 Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.131

LEI Nº 3.131, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre o cumprimento das obrigações de oferta de moradia e alimentação pelo município aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, em atividade no município de Capinzal-SC.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar o fornecimento de moradia aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei Federal nº 12.871, por alguma das seguintes modalidades:

I - imóvel físico;

II - recurso pecuniário; ou

III - acomodação em hotel ou pousada.

§ 1º As modalidades de que tratam os incisos I e II deste artigo devem ser prioritárias nas situações em que o médico participante esteja acompanhado dos familiares.

§ 2º Na modalidade prevista no inciso I deste artigo, o imóvel poderá ser do patrimônio do município ou por ele locado e deverá ter padrão suficiente para acomodação do médico e seus familiares.

§ 3º Na modalidade de que trata o inciso II deste artigo, o município pode adotar como referência para o recurso pecuniário para locação de imóvel, em padrão suficiente para acomodar o médico e seus familiares, o valor de até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme a realidade do mercado imobiliário local, mediante comprovação do valor com 3 (três) cotações de custo no mercado imobiliário do município.

§ 4º Na modalidade prevista inciso II deste artigo o médico participante deverá comprovar que o recurso pecuniário está sendo utilizado tão somente para a finalidade de despesa com moradia, inclusive com a entrega de cópia do contrato de locação, sem prejuízo da prestação de conta exigida pela legislação vigente.

§ 5º Adotando a modalidade prevista inciso II deste artigo o município deverá informar ao médico participante e ao Ministério da Saúde o valor do recurso pecuniário, bem como o prazo e forma em que o mesmo estará disponível ao médico participante.

§ 6º Na modalidade prevista no inciso III, o município deverá disponibilizar acomodação em hotel ou pousada para os médicos participantes, mediante anuência destes, por escrito, quanto a aceitação por esta opção de moradia em detrimento daquelas previstas nos incisos I e II deste artigo.

§ 7º Circunstâncias eventuais que ensejem a alteração da moradia deverão ser deliberadas em conjunto pelo município e pelo médico participante e informada ao Ministério da Saúde.

Art. 2º A oferta de moradia pelo município aos médicos participantes

do Programa Mais Médicos para o Brasil deverá atender a condições mínimas de habitabilidade e segurança com os seguintes critérios para aferição de condições mínimas de habitabilidade:

I - infraestrutura física e sanitária do imóvel em boas condições;

II - disponibilidade de energia elétrica;

III - abastecimento de água.

§ 1º Os critérios previstos neste artigo devem ser assegurados em qualquer das modalidades de oferta de moradia de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 2º A moradia deve ser disponibilizada em plenas condições de uso para o médico participante quando da chegada deste ao município para início das atividades.

Art. 3º Circunstâncias eventuais que ensejem a alteração da moradia deverão ser deliberadas em conjunto pelo gestor e pelo médico participante.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a assegurar o fornecimento de alimentação ao médico participante, mediante:

I - recurso pecuniário; ou

II - in natura.

§ 1º Para cumprimento ao disposto neste artigo o município pagará o valor mínimo e máximo entre R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais), mensais, devendo o médico participante efetuar a prestação de conta exigida pela legislação vigente.

§ 2º Adotando a modalidade prevista inciso II deste artigo o município deverá informar ao médico participante e ao Ministério da Saúde o valor do recurso pecuniário, bem como o prazo e forma em que o mesmo estará disponível ao médico participante.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 16 de julho de 2014
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL
 Secretário da Administração e Finanças

FMAS Processo Licitatório Nº 0016/2014 - Pregão Presencial Nº 0011/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0016/2014
 Pregão Presencial Nº 0011/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de expediente para uso no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção

às 09:05 horas do dia 31/07/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8716 e 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 17 de Julho de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Licitações

FMAS Processo Licitatório Nº 0017/2014 - Pregão Eletrônico Nº 0004/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório Nº 0017/2014

Pregão eletrônico Nº 0004/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, gás de cozinha e outros materiais de consumo para a manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, Idosos e Acessuas Trabalho.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 08:45 horas, para abertura às 09:00 horas do dia 01/08/2014.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 17 de Julho de 2014.

Elisangela Bagnolin

Diretora de Compras e Licitações

PMC Processo Licitatório Nº 0118/2014 - Pregão Presencial Nº 0074/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0118/2014

Pregão Presencial Nº 0074/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos lubrificantes para manutenção da frota da municipalidade, com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 29/07/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 17 de Julho de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Catanduvas

PREFEITURA

Portaria Nº 6.139 de 21 de Maio de 2014

PORTARIA P/6139/14, de 21.05.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, ALESSANDRA ALVES RIBEIRO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) ALESSANDRA ALVES RIBEIRO, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A com 25:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5930/14.

Catanduvas, 21 de maio de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5930/14.

Portaria Nº 6.140 de 21 de Maio de 2014

PORTARIA P/ 6140/14, de 21.05.2014.

"Nomeia por concurso, GLAUCI DE MEDEIROS ANTUNES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso, GLAUCI DE MEDEIROS ANTUNES, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 21 de maio de 2014, quando o (a) nomeado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 21 de maio de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5617/13.

Portaria Nº 6.141 de 22 de Maio de 2014

PORTARIA P/6141/14, de 22.05.2014

Concede licença para tratar de interesses particulares TISSYANA BEGNINI"

Alberto Broll, Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei

Complementar nº 19/02,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a), TISSYANA BEGNINI, Licença para tratar de Interesses Particulares à Funcionário(a), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar Administrativo (a), Nível CE 41A no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, tem prazo de 02 (dois) anos.

Início da licença: 22 de maio de 2014

Término da licença: 20 de maio de 2016

Catanduvas, 22 de maio 2014.

Alberto Broll

Prefeito Municipal em Exercício

Ato Anterior: Portaria P/5152/11.

Portaria Nº 6.142 de 30 de Maio de 2014

PORTARIA P/ 6142/14, de 30.05.2014.

"Admite temporariamente, VANDERLI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VANDERLI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 17 de fevereiro de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 30 de maio de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.143 de 30 de Maio de 2014

PORTARIA P/ 6143/14, de 30.05.2014,

"Admite temporariamente, Karoline Lopes Sacchet Coratto"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Karoline Lopes Sacchet Coratto, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de março de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 30 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal
Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.144 de 30 de Maio de 2014

PORTARIA P/6144/14, de 30.05.2014

"Concede Licença-Prêmio à MARIA SALETE DA SILVA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) MARIA SALETE DA SILVA, com Efetividade, no Cargo de Agente de Copa e Higienização, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:
01 de junho 2014 a 31 de agosto de 2014

Catanduvas, 30 de maio de 2014
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal
Ao Anterior: Portaria P/4783/09.

Portaria Nº 6.145 de 02 de Junho de 2014

PORTARIA P/ 6145/14, de 02.06.2014,

"Admite temporariamente, ZELINDA DO PRADO FREITAS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ZELINDA DO PRADO FREITAS, para o Cargo de Agente de Serviço Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 02 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 02 de junho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal
Ato Anterior: P/5517/12.

Portaria Nº 6.146 de 02 de Junho de 2014

PORTARIA P/ 6146/14, de 02.06.2014.

"Admite temporariamente, DELCI DE FATIMA DOS SANTOS PEREIRA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DELCI DE FATIMA DOS SANTOS PEREIRA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 02 de junho de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 02 de junho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal
Ato Anterior: P/4219/07.

Portaria Nº 6.147 de 06 de Junho de 2014

PORTARIA P/ 6147/14, de 06.06.2014.

"Admite temporariamente, CLECIANE DOS SANTOS LIMA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CLECIANE DOS SANTOS LIMA, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de junho de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 06 de junho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal
Ato Anterior: P/5630/13.

Portaria Nº 6.148 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA P/ 6148/14, de 09.06.2014,

"Admite temporariamente, IVONE TEREZINHA CHINATO MASSON"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto

nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, IVONE TEREZINHA CHINATO MASON, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-506A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de junho de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 09 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/2909/01.

Portaria Nº 6.149 de 11 de Junho de 2014

PORTARIA P/6149/14, de 11.06.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, JUCELIA APARECIDA BATISTA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) JUCELIA APARECIDA BATISTA, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6071/14.

Catanduvas, 11 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6071/14.

Portaria Nº 6.150 de 11 de Junho de 2014

PORTARIA P/6150/14, de 11.06.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária JORGE UMINSKI MARTELLI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) JORGE UMINSKI MARTELLI, ocupante do Cargo Medico, Nível CE-111 A, com 20:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6089/14.

Catanduvas, 11 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6089/14.

Portaria Nº 6.151 de 16 de Junho de 2014

PORTARIA P/ 6151/14, de 16.06.2014.

"Admite temporariamente, JOÃO CRUZ"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JOÃO CRUZ, para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 16 de junho de 2014 a 02 de julho de 2014.

Catanduvas, 16 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.152 de 10 de Junho de 2014

PORTARIA P/6152/14, de 10.06.2014

"Exonera a pedido, TISSYANA BEGNINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), TISSYANA BEGNINI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo (a), Nível CE 41A no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

Este ato atende pedido do (a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 10 de junho de 2014

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6141/14.

Portaria Nº 6.153 de 30 de Junho de 2014

PORTARIA P/6153/14, de 30.06.2014

Prorroga licença para tratar de interesses particulares à ANDRÉA FERREIRA DA ROSA

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

PRORROGAR, atendendo pedido do(a) interessado(a), Licença para tratar de Interesses Particulares ao Funcionário(a) ANDRÉA FERREIRA DA ROSA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo prazo de mais 02 (dois)

anos.

Início da licença: 1º de julho de 2014

Término da licença: 30 de junho de 2016

Catanduvas, 30 de junho 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5520/12.

Portaria Nº 6.154 de 01 de Julho de 2014

PORTARIA P/ 6154/14, de 01.07.2014.

"Nomeia por concurso, ROSA MARIA DOS SANTOS BRITO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso ROSA MARIA DOS SANTOS BRITO, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Nível CE-41A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 01 de julho de 2014, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 01 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/4556/08.

Portaria Nº 6.155 de 01 de Julho de 2014

PORTARIA P/ 6155/14, de 01.07.2014.

"Admite temporariamente, ANTONIO SILVIO WASMANN"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ANTONIO SILVIO WASMANN, para o Cargo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE-56A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 01 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/5571/12.

Portaria Nº 6.156 de 04 de Julho de 2014

PORTARIA P/6156/14, de 04.07.2014

"Demite, antes do termo final de contratação temporária SHEILA FERRI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) SHEILA FERRI, ocupante do Cargo Farmacêutico, Nível CE-76 A, com 20:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/6092/14.

Catanduvas, 04 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6092/14.

Portaria Nº 6.157 de 11 de Julho de 2014

PORTARIA P/6157/14, de 11.07.2014

"Exonera a pedido, GLAUCI DE MEDEIROS ANTUNES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), GLAUCI DE MEDEIROS ANTUNES, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato atende pedido do (a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 11 de julho de 2014

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6140/14

CÂMARA MUNICIPAL**Relatórios de Gestão Fiscal - 1º Semestre/2014**

Página: 1 de 1
16/07/2014 10:32

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Poder Legislativo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	591.646,71	-
Pessoal Ativo	591.646,71	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	591.646,71	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIIb)		591.646,71

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	23.148.319,40
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	2,56
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6%	1.388.899,16
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,7%	1.319.454,21
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 5,4%	1.250.009,25

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 10h e 25m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Página: 1 de 1
16/07/2014 10:32

Camara Municipal de Catanduvas - SC - Poder Legislativo
Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	6.963,52	-6.963,52
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	6.963,52	-6.963,52
Recursos Ordinários	284.617,28	-	284.617,28
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	284.617,28	-	284.617,28
TOTAL (III) = (I+II)	284.617,28	6.963,52	277.653,76
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 10h e 26m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

Camara Municipal de Catanduvas - SC - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	-	-	-6.963,52	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-6.963,52	-
Recursos Ordinários	-	-	-	284.617,28	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	284.617,28	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	277.653,76	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 10h e 27m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

Página: 1 de 1
16/07/2014 10:32

Camara Municipal de Catanduvas - SC - Poder Legislativo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
1º Semestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	591.646,71	2,56
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.388.899,16	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.319.454,21	5,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 10h e 28m.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º SEMESTRE/2014

Página: 1 de 2
16/07/2014 11:12

Camara Municipal de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

R\$ 1,00									
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				%	Até o Bimestre	SALDO
			No Bimestre	%	(b/a)	(c)	(c/a)		(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	392.346,24	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	-	-	-	-	-	392.346,24	-	-	-392.346,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Camara Municipal de Catanduvas-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

R\$ 1,00									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	1.140.000,00	100.000,00	1.240.000,00	402.338,16	402.338,16	392.346,24	392.346,24	31,64	847.653,76
Despesas Correntes	920.000,00	-	920.000,00	396.233,16	396.233,16	386.241,24	386.241,24	41,98	533.758,76
Pessoal e Encargos Sociais	657.400,00	-	657.400,00	274.905,37	274.905,37	274.905,37	274.905,37	41,82	382.494,63
Outras Despesas Correntes	262.600,00	-	262.600,00	121.327,79	121.327,79	111.335,87	111.335,87	42,40	151.264,13
Despesas De Capital	220.000,00	100.000,00	320.000,00	6.105,00	6.105,00	6.105,00	6.105,00	1,91	313.895,00
Investimentos	220.000,00	100.000,00	320.000,00	6.105,00	6.105,00	6.105,00	6.105,00	1,91	313.895,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	1.140.000,00	100.000,00	1.240.000,00	402.338,16	402.338,16	392.346,24	392.346,24	31,64	847.653,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	1.140.000,00	100.000,00	1.240.000,00	402.338,16	402.338,16	392.346,24	392.346,24	31,64	847.653,76
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	1.140.000,00	100.000,00	1.240.000,00	402.338,16	402.338,16	392.346,24	392.346,24	31,64	847.653,76

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 10h e 58m.

ODAIR JOSE GABRIELI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/O-O Contadora

Página: 1 de 1
16/07/2014 11:12

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS(EXCETO INTRA Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	402.338,16	402.338,16	392.346,24	392.346,24	100,00	31,64	847.653,76	
Ação Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	402.338,16	402.338,16	392.346,24	392.346,24	100,00	31,64	847.653,76	
DESPESAS INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III)=(I+II)	1.140.000,00	1.240.000,00	402.338,16	402.338,16	392.346,24	392.346,24	100,00	31,64	847.653,76	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 10h e 59m.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Julho/2013 a Junho/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013		
	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.033.159,87	1.917.056,39	1.964.645,80	1.929.004,75	2.120.403,35	2.739.978,22		-
Receita Tributária	1.902.804,04	1.866.234,13	1.791.000,23	2.715.049,81	1.966.120,95	1.721.106,23		24.666.563,77
	44.938,56	283.726,00	106.587,82	122.387,87	132.461,23	448.158,44		
	113.456,38	126.427,65	200.440,17	1.002.988,39	221.201,26	176.405,98		2.979.179,75
IPTU	-	40.614,79	12.601,01	11.194,25	8.792,46	27.537,71		
	5.779,27	4.605,98	2.599,33	614.427,94	42.598,97	34.613,07		805.364,78
ISS	26.194,25	138.939,23	57.259,69	73.369,52	90.265,09	96.976,63		
	81.794,64	73.176,28	68.928,15	198.176,67	111.283,97	80.814,97		1.097.179,09
ITBI	-	57.942,86	16.812,22	16.603,97	14.921,07	42.342,09		
	10.661,67	16.299,50	16.444,29	19.059,46	13.579,38	23.392,24		248.058,75
IRRF	13.452,27	14.468,19	1.075,72	882,60	-	260.333,15		
	1.191,42	658,71	-	91.204,10	28.584,01	1.231,74		413.081,91
Outras Receitas Tributárias	5.292,04	31.760,93	18.839,18	20.337,53	18.482,61	20.968,86		
	14.029,38	31.687,18	112.468,40	80.120,22	25.154,93	36.353,96		415.495,22
Receita De Contribuições	34.377,65	35.502,94	34.115,45	37.434,39	41.217,85	38.785,32		
	-	39.851,28	35.528,55	45.424,02	39.083,17	40.306,80		421.627,42
Receita Patrimonial	8.681,39	7.704,65	16.011,92	4.862,02	14.436,70	63.837,87		
	17.767,38	19.831,62	12.471,69	15.192,62	21.636,11	14.765,35		217.199,32
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-		-
Receita De Serviços	3.868,65	3.827,14	2.699,35	7.422,05	907,80	5.715,16		
	1.368,63	2.337,94	889,96	398,38	5.682,63	4.767,81		39.885,50
Transferências Correntes	1.816.512,96	1.723.625,53	1.784.312,09	1.747.167,74	1.907.486,32	2.154.761,61		
	1.720.955,32	1.666.101,87	1.495.332,50	1.628.693,95	1.641.510,16	1.471.494,78		20.757.954,83
Cota-Parte do FPM	260.732,69	340.903,84	282.142,67	282.147,00	391.049,30	638.892,69		
	475.865,13	508.154,35	301.434,66	344.036,90	458.471,46	343.824,01		4.627.654,70

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Julho/2013 a Junho/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos)	Previsão Atualizada
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013		
Cota-Parte do ICMS	654.055,58	546.337,56	580.475,74	564.360,98	627.981,17	625.879,84	7.100.351,99	-
	608.932,35	576.179,31	581.509,04	569.259,20	580.306,87	585.074,35		
Cota-Parte do PVA	98.839,61	84.666,16	88.252,75	84.541,25	48.531,74	21.655,87		
	34.848,42	61.539,90	87.528,78	88.772,23	102.652,86	79.683,66	881.513,23	-
Cota-Parte do ITR	-	38,84	4.926,56	4.028,20	42,48	12,80		
	37,08	4,00	-	-	10,41	38,35	9.138,72	-
Transferências da LC 87/1996	2.565,23	2.565,23	2.565,23	2.565,23	2.565,23	2.565,23		
	2.519,05	2.519,05	-	2.519,05	2.519,05	2.519,05	27.986,63	-
Transferências da LC 61/1989	8.365,59	8.951,24	8.142,31	8.704,18	9.655,21	10.319,33		
	9.532,70	8.070,62	7.886,03	8.585,77	9.338,43	8.894,36	106.445,77	-
Transferências do FUNDEB	263.349,92	284.227,68	286.511,09	278.408,71	313.393,10	311.775,79		
	321.221,29	313.479,25	289.367,70	291.555,43	318.789,66	301.681,21	3.573.760,83	-
Outras Transferências Correntes	528.604,34	455.934,98	531.295,74	522.412,19	514.268,09	543.660,06		
	267.999,30	196.155,39	227.606,29	323.965,37	169.421,42	149.779,79	4.431.102,96	-
Outras Receitas Correntes	124.780,66	-137.329,87	20.919,17	9.730,68	23.893,45	28.719,82		
	49.256,33	11.683,77	46.337,36	22.352,45	37.007,62	13.365,51	250.716,95	-
DEDUÇÕES (II)	256.139,39	245.865,47	241.626,02	236.586,38	271.720,35	266.306,76		
	-	-	-	-	-	-	1.518.244,37	-
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	256.139,39	245.865,47	241.626,02	236.586,38	271.720,35	266.306,76		
	-	-	-	-	-	-	1.518.244,37	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.777.020,48	1.671.190,92	1.723.019,78	1.692.418,37	1.848.683,00	2.473.671,46		
	1.902.804,04	1.866.234,13	1.791.000,23	2.715.049,81	1.966.120,95	1.721.106,23	23.148.319,40	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 11h e 09m.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/O-O Contadora

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VII(LRE, Art.53, inciso V)

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013			
Não existem registros a serem impressos.										
LEGISLATIVO										
Poder Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL()	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 10h e 59m.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/O-O Contadora

Página: 1 de 2
16/07/2014 11:13

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		0,00	
Previsão Atualizada da Receita	-		0,00	
Receitas Realizadas	11.962.315,39		11.962.315,39	
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		1.140.000,00	
Créditos Adicionais	-		100.000,00	
Dotação Atualizada	-		1.240.000,00	
Despesas Empenhadas	402.338,16		402.338,16	
Despesas Liquidadas	392.346,24		392.346,24	
Superávit Orçamentário			11.569.969,15	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre	Até o bimestre	
Despesas Empenhadas	402.338,16		402.338,16	
Despesas Liquidadas	392.346,24		392.346,24	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida			23.148.319,40	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre	Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal			-184.617,28	
Resultado Primário		0,00	-392.346,24	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2 de 2
16/07/2014 11:13

Camara Municipal de Catanduvas - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	0,00	25%		
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	60%		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	6.105,00		313.895,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00		0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/Jul/2014, 11h e 00m.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
CRC/SC 22.439/0-0 Contadora

Concórdia

PREFEITURA

Chamada Pública de Patrocínio Aviso de Edital Nº 01/2014

CHAMADA PÚBLICA DE PATROCÍNIO
AVISO DE EDITAL Nº 01/2014

DO OBJETO:

Este Edital de Chamada Pública de Patrocínio objetiva promover parceria com entidades e empresas visando o patrocínio para confecção de camisetas a serem distribuídas para os atletas participantes da 1ª MEIA MARATONA e CAMINHADA ser realizada no dia 14 de setembro de 2014 nas ruas da cidade de Concórdia - SC.

DO CUSTO:

As camisetas serão confeccionadas em malha, manga curta, estampadas na frente com o nome do evento e demais espaços serão disponibilizados para patrocinadores da seguinte forma:

1 (um) na manga direita: espaço de 8cm x 8cm. Custo mínimo da estampa: R\$ 900,00

9 (nove) nas costas: espaços de 8cm x 8cm. Custo mínimo da estampa R\$ 900,00

DAS CONDIÇÕES DO PATROCÍNIO:

- Poderão participar neste processo pessoas físicas, jurídicas e entidades parceiras.

- O patrocinador poderá divulgar a sua logo marca, ou seu nome em caso de pessoa física, porém não poderá ter conteúdo que evidencie particularidades expressivas ou que não seja condizente com o evento.

- Os patrocinadores, querendo poderão expor no dia do evento um banner com a sua logomarca.

DAS PROPOSTAS DE PATROCÍNIO:

Nas propostas deverão constar espaço pretendido e o valor máximo ofertado.

Recebimento: As propostas deverão ser entregues à partir das 8hs do dia 16 de julho de 2014 e se encerrará às 16 horas do dia 31 de julho de 2014.

Local: Os interessados deverão encaminhar proposta por escrito e assinada para a Comissão Organizadora, junto ao Estádio Municipal Domingos Machado de Lima, localizado na Rua Dionísio Alberto Boff, 71 - Fundo da Rodoviária Municipal.

As propostas entregues após o dia 27 de julho até 31 de julho de 2014 deverão ser feitas na Fundação Municipal de Esportes, junto ao Parque Municipal de Exposições.

DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA:

Em caso de existir propostas em número maior do que os espaços disponibilizados, a escolha será feita usando o critério de maior oferta.

Divulgação do resultado 01 de agosto de 2014.

Os patrocinadores deverão efetuar o pagamento através de depósito bancário identificado, junto ao Banco do Brasil Ag. 5236-1 Conta 272.908-3 até o dia 20 de agosto de 2014.

Concórdia, 14 de julho de 2014.

VILMAR ANTONIO BENTZ
Superintendente

Chamada Pública de Patrocínio Aviso de Edital Nº 02/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
CHAMADA PÚBLICA DE PATROCÍNIO
AVISO DE EDITAL Nº 02/2014

DO OBJETO:

Este Edital de Chamada Pública de Patrocínio objetiva promover parceria com emissoras de rádio visando a divulgação da 1ª MEIA MARATONA e CAMINHADA ser realizada no dia 14 de setembro de 2014 nas ruas da cidade de Concórdia - SC.

DA FORMA:

A emissora deverá divulgar diariamente o evento durante as programações da mesma, no mínimo 30 dias antes da data da realização. No dia do evento a vencedora disponibilizará um profissional para coordenar o protocolo e divulgar os boletins através de inserções durante a programação da emissora. O horário do evento será das 7h30 às 12h, tendo como local a Praça Dogello Goss, local onde a emissora vencedora deverá disponibilizar infraestrutura de uma tenda e a instalação de som para o dia do evento.

DAS CONDIÇÕES DO PATROCÍNIO:

O patrocinador poderá divulgar a sua logo marca através de exposição no local e dia de um banner. Também terá espaço para estampa como patrocinador, mediante fornecimento de tela, na manga esquerda das camisetas que serão confeccionadas para o evento.

DAS PROPOSTAS DE PATROCÍNIO:

Nas propostas deverá constar o número de chamadas diárias oferecidas anteriores a data do evento.

Recebimento: As propostas deverão ser entregues à partir das 8hs do dia 16 de julho de 2014 e se encerrará às 16 horas do dia 31 de julho de 2014.

Local: Os interessados deverão encaminhar proposta por escrito e assinada para a Comissão Organizadora, junto ao Estádio Municipal Domingos Machado de Lima, localizado na Rua Dionísio Alberto Boff, 71 - Fundo da Rodoviária Municipal. As propostas entregues após o dia 27 de julho até 31 de julho de 2014 deverão ser feitas na Fundação Municipal de Esportes, junto ao Parque Municipal de Exposições.

DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA:

A escolha será feita usando o critério da proposta que oferecer maior número de chamadas diárias.

Divulgação do resultado: 01 de agosto de 2014.

Concórdia, 14 de julho de 2014.

VILMAR ANTONIO BENTZ
Superintendente

Extrato Contrato Nº 261/2014 -PMC

Contrato Nº : 261/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA (0033)

Licitação : Pregão Presencial 79/2014

Objeto : Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais ativos e inativos, com base na Lei Complementar Municipal nº 668 de 11 de abril de 2014 e Decreto nº 5.884 de 15 de abril de 2014, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 03/07/2014 Término: 03/10/2014

Assinatura : 03/07/2014

Valor R\$: 140.644,40 (Cento e Quarenta Mil, Seiscentos e Quarenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 9 - 02.001.2002.333903007000000.01000001

Dotação : 18 - 03.001.2006.333903007000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2007.333903007000000.01000001

Dotação : 37 - 05.001.2010.333903007000000.01000001

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903007000000.01010000

Dotação : 86 - 07.001.2022.333903007000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903007000000.01000001

Dotação : 132 - 09.001.2032.333903007000000.01000001

Dotação : 150 - 10.001.2036.333903007000000.01000001

Dotação : 172 - 11.001.2040.333903007000000.01000001

Dotação : 188 - 12.001.2043.333903007000000.01000001

Dotação : 262 - 16.001.2401.333903007000000.01000001

Dotação : 275 - 17.001.2451.333903007000000.01000001

Dotação : 291 - 18.001.2501.333903007000000.01000001

Dotação : 368 - 13.001.2101.333903007000000.03020000

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 9/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 9/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de estruturas metálicas, para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para cobertura, em estrutura metálica, da Rua Leonel Mosele, entre as Ruas Dr. Maruri e Marechal Deodoro, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos Básicos, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/08/2014.

Abertura: dia 19/08/2014, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 16 de julho de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 17/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2014- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO Aquisição de Material para

Artesanato visando o desenvolvimento das atividades nas oficinas socioeducativas dos CRAS I e II, Centros de Convivência e Grupo de Mulheres com recursos oriundos do PAIF, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 06/08/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 06/08/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 16 de Julho de 2014.

LAURI GARBOSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 19/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 15 de julho de 2014 para Credenciamento de clínicas prestadoras de serviços de saúde para internações de pacientes do CAPS, a favor da empresa CENTRO DE RECUPERAÇÃO REVIVER no valor estimado de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 325/2014

DECRETO Nº 325, DE 11 DE JULHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. HELVICO JOSE SABBI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 13/04/2013 a 12/04/2014, que serão gozadas a partir de 18/08/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de julho de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de julho de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

HELVICO JOSE SABBI

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N. 326/2014

DECRETO Nº 326/2014, DE 11 DE JULHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. da Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 339000 - 94

Fonte de Recursos: 01.02 - Ordinários - R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 11 de julho de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 327/2014

DECRETO Nº 327, DE 14 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. TATIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, de acordo com o atestado médico em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de julho de 2014

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 328/2014

DECRETO Nº 328, DE 15 DE JULHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir de 16/07/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de julho de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de julho de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ELIANE GRACIANI

Ciente em: ____/____/2014

Coronel Freitas**PREFEITURA****Cancelamento Carta Convite 15/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
Carta Convite Nº 15/2014

Objeto: CANCELAMENTO do processo licitatório nº 73/2014 "contratação de empresa especializada para realizar serviço de segurança monitorada 24 hrs, sendo que a empresa contratada deverá instalar central de monitoramento com sensores passivos com infra vermelho com monitoramento e atendimento 24 hrs.

Motivo: Correção e detalhamento do objeto, adequação na Carta Convite 15/2014.

Coronel Freitas (SC) 16 de Julho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****Extrato de Contrato - Processo 87/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 475.1/2013
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 87/2013
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO EM RÁDIO E ANIMAÇÃO DA FESTA DE NATAL DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, A REALIZAR-SE NO DIA 23.12.2013 CONFORME DESCRITIVO ANEXO I DO EDITAL.
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
CACIMBA COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ: 83.215.384/0001-97
VALOR R\$: 3.500,00

Correia Pinto/SC 16 de Julho de 2014
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Extrato Prorrogação Contrato - Processo 42/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 526/2013
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 42/2013
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA CELULAR E PACOTE DE DADOS COM MINI MODEM PLANO 3G, PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DESCRITO NA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 324/2013, DE 03 DE MAIO DE 2013, FICANDO AMPLIADO O PRAZO INICIALMENTE ESTABELECIDO, MANTIDO O MESMO CONTRATADO E RESPEITADAS AS CONDIÇÕES ANTERIORMENTE AJUSTADAS, CONFORME PREVISÃO LEGAL.
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
TELEFONICA BRASIL S.A
CNPJ: 02.558.157/0001-62

Correia Pinto/SC 16 de Julho de 2014
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Extrato Ata Registro de Preços - Processo 42/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 43/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2014

No dia 24 do mês de Junho do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Vario Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 43/2014, Processo Licitatório nº. 43/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL PARA A PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11163	MARCIONE NETO SCHEREDES ME	1, 2, 3, 4, 5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MARCIONE NETO SCHEREDES ME	20.153.124/0001-14	MARCIONE NETO SCHEREDES	007.830.689-21

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA EM GERAL PARA A PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11163 - MARCIONE NETO SCHEREDES ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PINTURA A OLEO - SOBRE MADEIRA 2D + FUNDO	M2		12.000,000	14,0500	168.600,00
2	MASSA ACRILICA PARA INTERIOR E EXTERIOR	M2		5.000,000	12,2300	61.150,00
3	REVESTIMENTO ACRILICO TEXTURIZADO 2 DEMÃOS	M2		4.000,000	32,3200	129.280,00
4	SELADOR ACRILICO ALVENARIA INTERNO/EXTERNO	M2		5.000,000	7,2400	36.200,00
5	PINTURA ACRILICA 2 DEMÃOS	M2		25.000,000	15,6500	391.250,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do prego registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 43/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 24 de Junho de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MARCIONE NETO SCHEREDES ME

CNPJ: 20.153.124/0001-14 _____

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 733/14

DECRETO Nº. 733/14

EXONERA A PEDIDO O SR. NILTON RICHTER, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Item VII, do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o Sr. NILTON RICHTER, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para o qual foi nomeado através do Decreto nº 575/13, de 02 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 575/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

15 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Pregão Presencial 052/14 - Registro de Preço

Pregão Presencial 052/14 - Registro de Preço

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 052/14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE TROFÉUS E MEDALHAS DESTINADOS ÀS PREMIAÇÕES DO CALENDÁRIO ESPORTIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DE CADA ITEM CONSTANTE NO ANEXO I QUE ACOMPANHA ESTE EDITAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 17/07/2014 às 09 horas do dia 29/07/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 29/07/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire

o arquivo de itens junto ao SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 17 de Julho de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Extrato de Contrato 058/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa COMERCIO E CONFECÇÕES ISABIA LTDA; ESPÉCIE: CARTA CONVITE; OBJETO: Aquisição de uniformes personalizados para as series iniciais do ensino fundamental, professores, educadores infantis e auxiliares de serviços gerais. CONTRATO Nº: 058/2014; VALOR: Valor global de R\$ 19.706,50 (dezenove mil, setecentos e seis reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: de 11/06/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 059/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA EPP; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FREI BRUNO LINDEN" E "CHAPEUZINHO VERMELHO". CONTRATO Nº: 059/2014; VALOR: Valor total de R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais). VIGÊNCIA: de 16/06/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 060/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS RUPRECHT LTDA EPP; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O NÚCLEO EDUCACIONAL "FRITZ DONNER" E PRÉ ESCOLAR. CONTRATO Nº: 060/2014; VALOR: Valor total de R\$ 13.250,00 (treze mil, duzentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: de 16/06/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Portaria 068/2014

PORTARIA no 068, de 24 de Junho de 2014.
Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o aumento temporário no número de alunos, bem como o aumento da demanda na manutenção de serviços gerais e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação;

RESOLVE:
ALTERAR

O período de contratação da servidora CRISTIANE WINTER, nas funções do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, sob regime jurídico da CLT, com carga horária de 44 horas semanais e salário de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, previsto na Portaria nº 065 de 26/06/2013, alterado pela Portaria nº 124 de 27/09/2013 e Portaria nº 155 de 09/12/2013, que passa a ser de 01/07/2013 à 19/12/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de junho de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 069/2014

PORTARIA no 069, de 24 de Junho de 2014.
Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Denise Becker) através da Portaria nº 016, de 03/02/2012, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, a ausência de outros candidatos no cadastro de aprovados, a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; RESOLVE:

ALTERAR

O período de contratação da servidora MARCELA FLORENCIO, nas funções do emprego de Auxiliar de Serviços gerais, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, previsto na Portaria nº 013 de 03/02/2014, que passa a ser de 03/02/2014 à 19/12/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de junho de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 070/2014

PORTARIA no 070, de 24 de Junho de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professora I, com carga horária ampliada (35 horas semanais) e aumento de remuneração proporcional.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a desistência de servidora ao aumento da carga horária a qual havia manifestado interesse na ampliação, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino:

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 02/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; e a previsão legal para aumento da carga horária e da remuneração até as 40 horas semanais, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino

RESOLVE:

ALTERAR

O período de contratação da servidora MARIA HELENA CIPRIANI LACH, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária de 35 horas semanais e vencimento de R\$ 1.906,74 (Hum mil novecentos e seis reais e setenta e quatro centavos) mensais, previsto na Portaria nº 015 de 04/02/2014 alterado pela Portaria nº 045 de 05/05/2014, que passa a ser de 04/02/2014 à 19/12/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de junho de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 071/2014

PORTARIA no 071, de 24 de Junho de 2014.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no emprego público de Professora I, para educação especial, com carga horária ampliada (25 horas semanais) e aumento de remuneração proporcional.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso VI do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, manutenção dos serviços públicos de educação frente à inserção de aluno portador de necessidade especial no ensino fundamental do Núcleo Educacional "Fritz

Donner";

Considerando-se a urgência na contratação de profissional auxiliar tendo-se em vista o diagnóstico de ansiedade e agravamento da necessidade de cuidados pessoais ao aluno que prejudicam o desenvolvimento regular das atividades educacionais e o atendimento dos demais estudantes;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 03/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; e a previsão legal para aumento da carga horária e da remuneração até as 40 horas semanais, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino

resolve:

ALTERAR

O período de contratação da servidora NEUSA REGINA DOS SANTOS, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária de 25 horas semanais e vencimento de R\$ 1.361,98 (Um mil trezentos e sessenta e um reais e noventa e oito centavos) mensais, previsto na Portaria nº 016 de 10/02/2014, que passa a ser de 10/02/2014 à 19/12/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de junho de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 072/2014

PORTARIA no 072, de 24 de Junho de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professora I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o afastamento da servidora titular (Marli Margaret Pegoretti) por motivo de doença (tratamento de saúde);

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 02/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais;

RESOLVE:

ALTERAR

O período de contratação da servidora CORNELIA GARCIA LINGNAU, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 1.089,58 (Um mil oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) mensais, previsto na Portaria nº 017 de 12/02/2014, que passa a ser de 12/02/2014 à 19/12/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de junho de 2014;
26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 37/2014

EXTRATO DE CONTRATO nº 37/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Klock e Citadin Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais diversos para ornamentação do natal no município no ano de 2014.

PRAZO: 15/07/2014 à 31/12/2014.

VALOR ESTIMADO: R\$ 36.940,88 (trinta e seis mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos).

Data da assinatura: 15/07/2014.

Decreto N.º 060, de 08 de Julho de 2014.

DECRETO N.º 060, de 08 de Julho de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333/13, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

4.4.90.00.00.00.00.00.0064-16 (18) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 64-16 (recursos epidemiologia).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de Julho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA M. BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Portaria Nº 088, de 14 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 088, de 14 de julho de 2014.

Reduz Carga Horária de Servidor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 32, § 7º, da Lei Nº 038, de 04 de novembro de 1997.

Considerando o pedido efetuado pela Servidora e o disposto no Art. 32, §§ 2º e 7º da Lei nº 038, de 04 de novembro de 1997 e havendo conveniência para a Administração.

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir, a pedido, a carga horária da servidora MARIANA PEREIRA POSSAMAI DELLA, ocupante do Cargo de Farmacêutica, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais efetivamente trabalhadas, com proporcional redução de sua remuneração.

Art. 2º A redução da carga horária vigorará por período à critério da Administração Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de julho de 2014

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Portaria Nº 089, de 15 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 089, de 15 de julho de 2014.

Nomeia Servidor em Caráter Temporário (ACT).

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade de uma recepcionista para atuar junto a Secretaria de Administração; e Considerando a falta de reserva de aprovados em concurso público para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CINTIA ALBINO DE OLIVEIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Recepcionista do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, I da Lei Municipal nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 15 de julho de 2014 e encerra-se em 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de julho de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO
Processo Licitatório nº 027/2014

Edital de Pregão Presencial nº 015/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 29 /07/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Decreto 1865/2014

DECRETO 1865, de 01 de julho de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autoriza da conforme Lei nº 1352 de 18 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval Velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;

ÓRGÃO - 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE - 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV. - 1.016 - Pavimentação de vias

98 - 4.4.90.00.00.00.0024-54 R\$ 245.850,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0024-54 Transferências de Convênios da União - Outros, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1866/2014

DECRETO 1866, de 10 de julho de 2014.

Homologa Resultado Final de Classificação do Processo Seletivo nº 006/2014, de que trata o Edital n. 006, de 17 de junho de 2014 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 006, de 17 de junho de 2014, homologa resultado final do Processo Seletivo nº 006/2014, destinado à contratação de Farmacêutico para o Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho,

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o disposto no Edital do Processo Seletivo n. 006/2014, de 17 de junho de 2014, homologado o resultado final de classificação da seguinte forma:

CARGO: FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome do Candidato
001	LAÍS ZANCANARO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de julho de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, 10 de julho de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1867/2014

DECRETO 1867, de 10 de julho de 2014

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 60.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 - 3.3.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas. R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas. R\$
..... 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de julho de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1868/2014

DECRETO 1868, de 10 de julho de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 25.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV - 1.016 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS
4.4..90.00.00.00.00.03.0000.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de julho de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1868 /2014, de 10 de julho de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinarios

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91

Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1847/2014	50.000,00
Decreto n.º 1851/2014	120.000,00
Decreto n.º 1853/2014	12.000,00
Decreto n.º 1856/2014	20.000,00
Decreto n.º 1862/2014	200.000,00
Decreto n.º 1868/2014	25.000,00
Saldo	952.885,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14
DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Portaria 2968/2014

PORTARIA 2968, de 09 de julho de 2014.

Exonera servidor e declara vacância do cargo em virtude de aposentadoria e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de aposentadoria por invalidez a servidora Neiva Maria Giacomini Chiamulera, conforme benefício n.163.511.567-9, e carta de concessão de aposentadoria datada de 18 de junho de 2014.

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a servidora NEIVA MARIA GIACOMINI CHIAMULERA, do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 01-A, matrícula n.330, nomeada pela Portaria n.1203/2004, de 11 de maio de 2004, lotado no Quadro de Pessoal do Município, em virtude de ter sido aposentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 09 de julho de 2014.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2969/2014

PORTARIA 2969, de 10 de julho de 2014.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica

Municipal, mais o disposto nos incisos V e XI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 005/2013, originado pelo Edital n. 005/2013, de 04 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 2867, de 13 de janeiro de 2014, que contratou a servidora Naiana Piovezan Doarte Soares, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais II, nível 01-A, até que se realize Concurso Público, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 10 de julho de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2970/2014

PORTARIA 2970, de 15 de julho de 2014.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar nº 028 de 10 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora ROSÂNGELA FERREIRA MENDES, ocupante do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar de 15 de julho de 2014, com término previsto para 12 de setembro de 2014, sem prejuízos no seu vencimento, com fundamento na alínea "E" inciso VII artigo 70 da Lei Complementar 007/2001.

Art.2º. Os vencimentos serão pagos com recursos do Município.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 15 de julho de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA**Decreto Nº. 091, de 30 de Junho de 2014.
(Republicado)**

DECRETO Nº. 091, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

COLOCA OS SERVIDORES FÁBIO VIEIRA LEANDRO A DISPOSIÇÃO DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Ficam colocados à disposição da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, para auxílio na fiscalização ambiental, os servidores FÁBIO VIEIRA LEANDRO, pertencentes ao quadro efetivo da administração direta deste município, lotados na Secretaria de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

**Ata de Registro de Preços Nº. 09/PMF/2014-
Referente Pregão Presencial Nº. 61/PMF/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/PMF/2014

(Referente Pregão Presencial nº. 61/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A., CNPJ/MF nº 45.987.005/157-05 estabelecida na Av. Manoel Delfino de Freitas, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Alexandre Rovaris Neto, brasileiro, CI 272590, CPF 224.610.609-59;

MODELO PNEUS LTDA, CNPJ/MF nº 94.510.682/0001-26 estabelecida na Mal. Humberto Castelo Branco, em Bento Gonçalves, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Igelso Ludovico Cecon, CI 501.902.703-5, CPF 102.757.970-15; JK PNEUS LTDA, CNPJ/MF nº 78.653.946/0014-69 estabelecida na Rua Ararangua, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jonas Antonio Sella, brasileiro, CI 1.330.134-3, CPF 386.358.109-10;

DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA, CNPJ/MF nº 07.262.218/0001-63 estabelecida na Rua Ernesto de Castro, em São Paulo,

doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Paulo Afonso Oliveira Nunes, brasileiro, CI 36.103.061-7, CPF 825.670.691-00;

BELLENZIER PNEUS LTDA, CNPJ/MF n.º 73.730.129/0001-29 estabelecida na Rua Aparício Borges, em Rio Grande do Sul, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Herlon Ricardo Sato, brasileiro, CI 6070250409, CPF 000.407.550-10;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 61/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de pneus, câmaras e afins, para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Somente serão aceitos produtos de fabricação nacional.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto

do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no

contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na

hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 61/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 15 de abril de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Alexandre Rovaris Neto

CPF: 224.610.609-59;

MODELO PNEUS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Igelso Ludovico Cecon

CPF: 102.757.970-15;

JK PNEUS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Jonas Antonio Sella

CPF: 386.358.109-10;

DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Paulo Afonso Oliveira Nunes

CPF: 825.670.691-00;

BELLENZIER PNEUS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Herlon Ricardo Sato

CPF: 000.407.550-10;

Extrato de Contrato FMS Nº. 62/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 62/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMATICA LTDA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 2.241,00 (dois mil duzentos e quarenta e um reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação: Tomada de Preço Nº. 154/PMF/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 154/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para construção da Escola de Educação Básica - Jardim Eldorado, localizada na Avenida dos Papagaios, Bairro Santa Líbera, Município de Forquilha/SC, conforme Projeto Espaço Educativo II do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação - FNDE.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de agosto de 2014 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 16 de julho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

Aditivo.335/2014

TERMO ADITIVO Nº 335, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 260/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI
Contratado

Aditivo.336/2014

TERMO ADITIVO Nº 336, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 290/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS
Contratado

Aditivo.337/2014

TERMO ADITIVO Nº 337, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 138/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA
Contratado

Aditivo.338/2014

TERMO ADITIVO Nº 338, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 291/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CARMEN TEREZINHA MARI
Contratado

Aditivo.339/2014

TERMO ADITIVO Nº 339, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 140/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL
Contratado

Aditivo.340/2014

TERMO ADITIVO Nº 340, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 287/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE
Contratado

Aditivo.341/2014

TERMO ADITIVO Nº 341, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 261/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARICLEIA PIROLA
Contratado

Aditivo.342/2014

TERMO ADITIVO Nº 342, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 141/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ALMERI APARECIDA KADES MORSOLETTO
Contratado

Aditivo.343/2014

TERMO ADITIVO Nº 343, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 296/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA SALETE DA SILVA LUCIANO
Contratado

Aditivo.344/2014

TERMO ADITIVO Nº 344, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 259/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARINEZ DA ROSA
Contratado

Aditivo.345/2014

TERMO ADITIVO Nº 345, DE 07 DE JULHO DE 2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 201/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/2/2013 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA
Contratado

Aditivo.346/2014

TERMO ADITIVO Nº 346, DE 07 DE JULHO DE 2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 315/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/2/2013 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA
Contratado

Aditivo.347/2014

TERMO ADITIVO Nº 347, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 137/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSE DORINI RIBEIRO
Contratado

Aditivo.348/2014

TERMO ADITIVO Nº 348, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 292/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL
Contratado

Aditivo.349/2014

TERMO ADITIVO Nº 349, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 264/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TEREZINHA FERREIRA
Contratado

Aditivo.350/2014

TERMO ADITIVO Nº 350, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 369/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA
Contratado

Aditivo.351/2014

TERMO ADITIVO Nº 351, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 370/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANGELA DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.352/2014

TERMO ADITIVO Nº 352, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 372/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 20/9/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANICE HAMMES DE SOUZA
Contratado

Aditivo.353/2014

TERMO ADITIVO Nº 353, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 288/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EVA MARISTELA TELES REZENDES
Contratado

Aditivo.354/2014

TERMO ADITIVO Nº 354, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 478/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/4/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CELIA INHAIA AMÉRICO
Contratado

Aditivo.355/2014

TERMO ADITIVO Nº 355, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 496/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 9/4/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JESSICA MUSSOLIN
Contratado

Aditivo.356./2014

TERMO ADITIVO Nº 356, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 487/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/4/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JULIANA LOPES DE SOUZA
Contratado

Aditivo.357/2014

TERMO ADITIVO Nº 357, DE 07 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 502/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/4/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 07 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ELAINE DOMINGUES GRANEMANN MUSSOLIN
Contratado

Aditivo.358/2014

TERMO ADITIVO Nº 358, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 253/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CRISTOVAO JOSE SCHNEIDER
Contratado

Aditivo.359/2014

TERMO ADITIVO Nº 359, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 254/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE
Contratado

Aditivo.360/2014

TERMO ADITIVO Nº 360, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 258/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ADRIANA APARECIDA DENARDI
Contratado

Aditivo.361/2014

TERMO ADITIVO Nº 361, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 282/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARCELO GONÇALVES DE ARAUJO
Contratado

Aditivo.362/2014

TERMO ADITIVO Nº 362, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 283/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VALCIR ALVES
Contratado

Aditivo.363/2014

TERMO ADITIVO Nº 363, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 284/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

KATIA JULIANA DE LARA
Contratado

Aditivo.364/2014

TERMO ADITIVO Nº 364, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 280/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

THAIS MAIRA DE MORAES
Contratado

Aditivo.365/2014

TERMO ADITIVO Nº 365, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 285/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MAURICIO FRANCESCATO
Contratado

Aditivo.366/2014

TERMO ADITIVO Nº 366, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 300/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANAINA ALMEIDA DA SILVA
Contratado

Aditivo.367/2014

TERMO ADITIVO Nº 367, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 299/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IVONEIDE INACIO
Contratado

Aditivo.368/2014

TERMO ADITIVO Nº 368, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 301/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GRAZIELI APARECIDA ANTON
Contratado

Aditivo.369/2014

TERMO ADITIVO Nº 369, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 139/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDREA VICENTE RIBEIRO
Contratado

Aditivo.370/2014

TERMO ADITIVO Nº 370, DE 04 DE ABRIL DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 313/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/2/2014 a 4/4/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 30/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 04 de abril de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ARI DIAS DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.371/2014

TERMO ADITIVO Nº 371, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 305/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.372/2014

TERMO ADITIVO Nº 372, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 308/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CAROLINA APARECIDA MENECHINI CHECHI
Contratado

Aditivo.373/2014

TERMO ADITIVO Nº 373, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 306/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JORGE COSTA ANDRADE
Contratado

Aditivo.374/2014

TERMO ADITIVO Nº 374, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 343/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANAINA VILMARA ORTIZ
Contratado

Aditivo.375/2014

TERMO ADITIVO Nº 375, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 337/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JEAN CARLOS LIESCH
Contratado

Aditivo.376/2014

TERMO ADITIVO Nº 376, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 379/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA DOMINGUES
Contratado

Aditivo.377/2014

TERMO ADITIVO Nº 377, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 373/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ALESSANDRA PIRES FERREIRA PORTELA
Contratado

Aditivo.378/2014

TERMO ADITIVO Nº 378, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 380/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ALEX ZANELLA
Contratado

Aditivo.379/2014

TERMO ADITIVO Nº 379, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 345/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CLEONICE DE OLIVEIRA GONÇALVES
Contratado

Aditivo.380/2014

TERMO ADITIVO Nº 380, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 378/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/9/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EMANOELI DE FATIMA GOMES DE LIMA
Contratado

Aditivo.381/2014

TERMO ADITIVO Nº 381, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 344/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DEBORA LUIZA FELICETI DE SOUZA
Contratado

Aditivo.382/2014

TERMO ADITIVO Nº 382, DE 08 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 437/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 15/9/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 08 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE MOREIRA
Contratado

Aditivo.383/2014

TERMO ADITIVO Nº 383, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 401/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SAIMON ZOLETT
Contratado

Aditivo.384/2014

TERMO ADITIVO Nº 384, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 399/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARLEI BENTO DA COSTA
Contratado

Aditivo.385/2014

TERMO ADITIVO Nº 385, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 400/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SONIA BRAZ DE OLIVEIRA
Contratado

Aditivo.386/2014

TERMO ADITIVO Nº 386, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 450/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

RAFAEL SAVIAN FERNANDES
Contratado

Aditivo.387/2014

TERMO ADITIVO Nº 387, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 456/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NAIANE REGINA DE ASSIS
Contratado

Aditivo.388/2014

TERMO ADITIVO Nº 388, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 541/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/6/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JESSICA FRANCINE CRESTANI
Contratado

Aditivo.389/2014

TERMO ADITIVO Nº 389, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 534/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/6/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

PATRICIA APARECIDA DOMINGUES DOS SANTOS TIBES
Contratado

Aditivo.390/2014

TERMO ADITIVO Nº 390, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 256/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ADRIANE FATIMA BEE
Contratado

Aditivo.391/2014

TERMO ADITIVO Nº 391, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 180/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI
Contratado

Aditivo.392/2014

TERMO ADITIVO Nº 392, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 216/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ALVINA ALVES DE SOUZA DA SILVA
Contratado

Aditivo.393/2014

TERMO ADITIVO Nº 393, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 226/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI
Contratado

Aditivo.394/2014

TERMO ADITIVO Nº 394, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 207/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANA LUCIA DE SOUZA VARELA
Contratado

Aditivo.395/2014

TERMO ADITIVO Nº 395, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 405/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES
Contratado

Aditivo.396/2014

TERMO ADITIVO Nº 396, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 451/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 17/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDREIA FERREIRA
Contratado

Aditivo.397/2014

TERMO ADITIVO Nº 397, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 175/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRESSA MATIAS
Contratado

Aditivo.398/2014

TERMO ADITIVO Nº 398, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 376/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANGELA BALESTRIN
Contratado

Aditivo.399/2014

TERMO ADITIVO Nº 399, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 212/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CAMILA POBENGA DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.400/2014

TERMO ADITIVO Nº 400, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 471/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 1/4/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CARINE APARECIDA VERONEZE
Contratado

Aditivo.401/2014

TERMO ADITIVO Nº 401, DE 10 DE JULHO DE 2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 500/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/3/2013 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CELIA ALVES
Contratado

Aditivo.402/2014

TERMO ADITIVO Nº 402, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 155/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CELIA APARECIDA CORREA DE SOUZA SANTOS
Contratado

Aditivo.403/2014

TERMO ADITIVO Nº 403, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 398/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CILA ZONTA MARTINS
Contratado

Aditivo.404/2014

TERMO ADITIVO Nº 404, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 251/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 9/9/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CLEUSA ALVES DE LIMA
Contratado

Aditivo.405/2014

TERMO ADITIVO Nº 405, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 270/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CRISTIANE MICHELON
Contratado

Aditivo.406/2014

TERMO ADITIVO Nº 406, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 316/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 6/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DEJANIRA MOREIRA
Contratado

Aditivo.407/2014

TERMO ADITIVO Nº 407, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 215/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DELAIR DA COSTA
Contratado

Aditivo.408/2014

TERMO ADITIVO Nº 408, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 269/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DELYRIA BENTO DE ANDRADE
Contratado

Aditivo.409/2014

TERMO ADITIVO Nº 409, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 214/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DENISE CAREGNATO NERES
Contratado

Aditivo.410/2014

TERMO ADITIVO Nº 410, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 331/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO
Contratado

Aditivo.411/2014

TERMO ADITIVO Nº 411, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 165/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.
Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na

presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DIVANIR BENTO DE ANDRADE DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.412/2014

TERMO ADITIVO Nº 412, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 208/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

DONIZETE APARECIDA MEIRELES
Contratado

Aditivo.413/2014

TERMO ADITIVO Nº 413, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 272/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EDIANE MOLIM
Contratado

Aditivo.414/2014

TERMO ADITIVO Nº 414, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 164/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo

determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EDIMARA PEREIRA BORBA
Contratado

Aditivo.415/2014

TERMO ADITIVO Nº 415, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 367/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES
Contratado

Aditivo.416/2014

TERMO ADITIVO Nº 416, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 336/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ELAINE NAZARIO DE ALMEIDA
Contratado

Aditivo.417/2014

TERMO ADITIVO Nº 417, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 186/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ELENICE MELLO PHILIPPUS
Contratado

Aditivo.418/2014

TERMO ADITIVO Nº 418, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 162/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ELIZANGELA RODRIGUES DE SOUZA DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.419/2014

TERMO ADITIVO Nº 419, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 364/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EVELIZE CRISTINA GARCIA
Contratado

Aditivo.420/2014

TERMO ADITIVO Nº 420, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 171/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

FABIANA DE FREITAS WEBER
Contratado

Aditivo.421/2014

TERMO ADITIVO Nº 421, DE 10 DE JULHO DE 2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 549/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/4/2013 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

FERNANDA DIAS LEIRIAS
Contratado

Aditivo.422/2014

TERMO ADITIVO Nº 422, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 278/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

FLAVIA BASTOS PRATES
Contratado

Aditivo.423/014

TERMO ADITIVO Nº 423, DE 10 DE JULHO DE 2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 199/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/2/2013 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

FRANCIELE REOLON DE MORAES
Contratado

Aditivo.424/2014

TERMO ADITIVO Nº 424, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 203/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO
Contratado

Aditivo.425/2014

TERMO ADITIVO Nº 425, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 222/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS
Contratado

Aditivo.426/2014

TERMO ADITIVO Nº 426, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 402/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GISELE LUIZE KRAMER
Contratado

Aditivo.427/2014

TERMO ADITIVO Nº 427, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 147/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GISELI DE PROENÇA DA SILVA
Contratado

Aditivo.428/2014

TERMO ADITIVO Nº 428, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 194/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GISLAINE APARECIDA BORTOLINI
Contratado

Aditivo.429/2014

TERMO ADITIVO Nº 429, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 403/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO
Contratado

Aditivo.430/2014

TERMO ADITIVO Nº 430, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 188/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IRIA LEONI BEAL
Contratado

Aditivo.431/2014

TERMO ADITIVO Nº 431, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 190/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IVANIR BENKE FANTINEL
Contratado

Aditivo.432/2014

TERMO ADITIVO Nº 432, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 181/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IVETE FATIMA SEGALA PUHL
Contratado

Aditivo.433/2014

TERMO ADITIVO Nº 433, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 161/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IVONETE TEREZINHA PAGANINI
Contratado

Aditivo.434/2014

TERMO ADITIVO Nº 434, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 187/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JACINTA PEREIRA CARLIN
Contratado

Aditivo.435/2014

TERMO ADITIVO Nº 435, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 227/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOCELI DE SOUZA
Contratado

Aditivo.436/2014

TERMO ADITIVO Nº 436, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 445/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANA CAROLINA VICENTE
Contratado

Aditivo.437/2014

TERMO ADITIVO Nº 437, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 309/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANE BORGES DA SILVA
Contratado

Aditivo.438/2014

TERMO ADITIVO Nº 438, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 167/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANETE ANTUNES BENTA ALVES
Contratado

Aditivo.439/2014

TERMO ADITIVO Nº 439, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 527/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/5/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA
Contratado

Aditivo.440/2014

TERMO ADITIVO Nº 440, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 332/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOEDNA APARECIDA DA SILVA
Contratado

Aditivo.441/2014

TERMO ADITIVO Nº 441, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 223/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JOSIELE PADILHA DA SILVA PONTES
Contratado

Aditivo.442/2014

TERMO ADITIVO Nº 442, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 330/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA
Contratado

Aditivo.443.2014

TERMO ADITIVO Nº 443, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 406/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

KARINE CAMPAGNARO
Contratado

Aditivo.444/2014

TERMO ADITIVO Nº 444, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 333/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 10/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

KELLY MORAES ANTUNES
Contratado

Aditivo.445/2014

TERMO ADITIVO Nº 445, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 221/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LADY GRANDO
Contratado

Aditivo.446/2014

TERMO ADITIVO Nº 446, DE 10 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 276/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 10 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS
Contratado

Aditivo.447/2014

TERMO ADITIVO Nº 447, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 346/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA
Contratado

Aditivo.448/2014

TERMO ADITIVO Nº 448, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 154/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR
Contratado

Aditivo.449/2014

TERMO ADITIVO Nº 449, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 374/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO
Contratado

Aditivo.450/2014

TERMO ADITIVO Nº 450, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 220/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARCOS JOSE GOMES DE CAMPOS
Contratado

Aditivo.451/2014

TERMO ADITIVO Nº 451, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 176/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARCIA EULINA LUCIANO
Contratado

Aditivo.452/2014

TERMO ADITIVO Nº 452, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 365/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN
Contratado

Aditivo.453/2014

TERMO ADITIVO Nº 453, DE 11 DE JULHO DE 2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 201/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MAGALI DOS SANTOS ROCHA
Contratado

Aditivo.454/2014

TERMO ADITIVO Nº 454, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 267/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUZIA DE MENECH
Contratado

Aditivo.455/2014

TERMO ADITIVO Nº 455, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 160/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCILENE DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.456/2014

TERMO ADITIVO Nº 456, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 172/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RE
Contratado

Aditivo.457/2014

TERMO ADITIVO Nº 457, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 228/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA
Contratado

Aditivo.458/2014

TERMO ADITIVO Nº 458, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 480/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/4/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LORENI DE ALMEIDA
Contratado

Aditivo.459/2014

TERMO ADITIVO Nº 459, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 486/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 4/4/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUANA CRISTINA CORREA DE LIMA
Contratado

Aditivo.460/2014

TERMO ADITIVO Nº 460, DE 11 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 174/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 11 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCI DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.461/2014

TERMO ADITIVO Nº 461, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 145/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ
Contratado

Aditivo.462/2014

TERMO ADITIVO Nº 462, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 182/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA ROSELI LEITE FERNANDES
Contratado

Aditivo.463/2014

TERMO ADITIVO Nº 463, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 152/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIA SERLEI HOLEK FERREIRA
Contratado

Aditivo.464.2014

TERMO ADITIVO Nº 464, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 271/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARILENE DE FATIMA DO PRADO
Contratado

Aditivo.465/2014

TERMO ADITIVO Nº 465, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 513/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/5/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARINA DE FREITAS
Contratado

Aditivo.466/2014

TERMO ADITIVO Nº 466, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 198/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARILI APARECIDA DO PRADO
Contratado

Aditivo.467/2014

TERMO ADITIVO Nº 467, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 193/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA
Contratado

Aditivo.468/2014

TERMO ADITIVO Nº 468, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 453/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARISA RODRIGUES
Contratado

Aditivo.469/2014

TERMO ADITIVO Nº 469, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 153/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARIZETE DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.470/2014

TERMO ADITIVO Nº 470, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 200/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MARLI APARECIDA DA ROSA
Contratado

Aditivo.471/2014

TERMO ADITIVO Nº 471, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 225/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU
Contratado

Aditivo.472/2014

TERMO ADITIVO Nº 472, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 183/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NANDINE DE FATIMA GUEDES
Contratado

Aditivo.473/2014

TERMO ADITIVO Nº 473, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 366/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NEIVA DORIS BARTEL
Contratado

Aditivo.474/2014

TERMO ADITIVO Nº 474, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 170/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA
Contratado

Aditivo.475/2014

TERMO ADITIVO Nº 475, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 159/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

NOELI RICHTER DE SOUZA
Contratado

Aditivo.476/2014

TERMO ADITIVO Nº 476, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 209/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

PATRICIA APARECIDA GUEDES
Contratado

Aditivo.477/2014

TERMO ADITIVO Nº 477, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 368/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

RITA DE CASSIA SIMOES DA SILVA
Contratado

Aditivo.478/2014

TERMO ADITIVO Nº 478, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 342/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 11/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

RITA PRATES RIBEIRO
Contratado

Aditivo.479/2014

TERMO ADITIVO Nº 479, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 199/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSALINA MUNIZ
Contratado

Aditivo.480/2014

TERMO ADITIVO Nº 480, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 217/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.481/2014

TERMO ADITIVO Nº 481, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 435/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 12/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO DUARTE
Contratado

Aditivo.482/2014

TERMO ADITIVO Nº 482, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 204/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSANGELA DORNELLES
Contratado

Aditivo.483/2014

TERMO ADITIVO Nº 483, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 512/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/5/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSELI DOS SANTOS
Contratado

Aditivo.484/2014

TERMO ADITIVO Nº 484, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 536/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 2/6/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ROSMARI DE SOUZA
Contratado

Aditivo.485/2014

TERMO ADITIVO Nº 485, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 144/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SALETE APARECIDA TEDESCO
Contratado

Aditivo.486/2014

TERMO ADITIVO Nº 486, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 166/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL
Contratado

Aditivo.487/2014

TERMO ADITIVO Nº 487, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 404/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SIMONE CONTE
Contratado

Aditivo.489/2014

TERMO ADITIVO Nº 489, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 275/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TANIA DIAS DE ALMEIDA DE OLIVEIRA
Contratado

Aditivo.490/2014

TERMO ADITIVO Nº 490, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 239/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TEREZINHA DE OLIVEIRA VIDAL
Contratado

Aditivo.491/2014

TERMO ADITIVO Nº 491, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 177/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA
Contratado

Aditivo.492/2014

TERMO ADITIVO Nº 492, DE 14 DE JULHO DE 2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 462/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 5/3/2013 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VANDINEIA LUCIA DEBUS RODRIGUES
Contratado

Aditivo.493/2014

TERMO ADITIVO Nº 493, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 192/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VANESSA BRANDT
Contratado

Aditivo.494/2014

TERMO ADITIVO Nº 494, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 189/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL
Contratado

Aditivo.495/2014

TERMO ADITIVO Nº 495, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 210/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

VERA LUCIA PEREIRA
Contratado

Aditivo.496/2014

TERMO ADITIVO Nº 496, DE 14 DE JULHO DE 2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 252/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 12/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

IVONETE PADILHA DE MORAES
Contratado

Aditivo.497/2014

TERMO ADITIVO Nº 497, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 559/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 1/7/2014 a 25/7/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/8/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ADRIANA ALICE SCRAMOCIM
Contratado

Aditivo.498/2014

TERMO ADITIVO Nº 498, DE 14 DE JULHO DE 2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 179/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 3/2/2014 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ
Contratado

Contrato.558/2014

CONTRATO N.º: 558/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
Contratado: ELIANE TEREZINHA PONTES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2014 até 30 de agosto de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e tres reais e sete centavos).

Contrato.559/2014

CONTRATO N.º: 559/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO
Contratado: ADRIANA ALICE SCRAMOCIM

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2014 até 25 de julho de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.700,00 (um mil setecentos reais).

Contrato.560/2014

CONTRATO N.º: 560/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

Contratado: CRISTIANE GILMARA CEZAR DA VEIGA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2014 até 20 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Contrato.561/2014

CONTRATO N.º: 561/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

Contratado: LEDA DE BASTIANI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e três reais e sete centavos).

Contrato.562/2014

CONTRATO N.º: 562/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

Contratado: DEVANIR DE FATIMA ANDREIS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações

posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.563/2014

CONTRATO N.º: 563/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

Contratado: DEJANDIR OLIVIO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Contrato.564/2014

CONTRATO N.º: 564/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

Contratado: ALINE APARECIDA FERNANDES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e três reais e sete centavos).

Contrato.565/2014

CONTRATO N.º: 565/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: MARITANI MARIZA MARGREITER KAER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.515,60 (um mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

Contrato.566/2014

CONTRATO N.º: 566/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.DE SAÚDE - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Contratado: SIMONE DALAGNOL MACHADO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.515,60 (um mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

Contrato.567/2014

CONTRATO N.º: 567/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: ANTONIO IRINEU VICENTIN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de julho de 2014 até 01 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.515,60 (um mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

Contrato.568/2014

CONTRATO N.º: 568/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: IZABEL RIBEIRO DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de julho de 2014 até 02 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.569/2014

CONTRATO N.º: 569/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SAMU

Contratado: LUCIANO DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.515,60 (um mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

Contrato.570/2014

CONTRATO N.º: 570/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

Contratado: MARIANE CLAUDIA GARIPUNA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.571/2014

CONTRATO N.º: 571/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

Contratado: MARCIA APARECIDA GOMES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.572/2014

CONTRATO N.º: 572/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

Contratado: VANESA FATIMA CHAVES FELIX

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e tres reais e sete centavos).

Contrato.573/2014

CONTRATO N.º: 573/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAMU

Contratado: NILVA TEREZINHA VERONEZE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de julho de 2014 até 03 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.515,60 (um mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

Contrato.574/2014

CONTRATO N.º: 574/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

Contratado: JANETE DOMINGUES GOMES DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 783,07 (setecentos e oitenta e tres reais e sete centavos).

Contrato.575/2014

CONTRATO N.º: 575/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: MARIA ANGELA TOMIN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de julho de 2014 até 09 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.576/2014

CONTRATO N.º: 576/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: CLEUNISE GOMES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de julho de 2014 até 09 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.577/2014

CONTRATO N.º: 577/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO
Contratado: BEATRIZ APARECIDA GOMES DOMINSKI RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014 até 11 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Contrato.578/2014

CONTRATO N.º: 578/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO
Contratado: MICHELI TOMCHAK GIANELLO PRATES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de julho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 31 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.317,50 (um mil trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

Contrato.579/2014

CONTRATO N.º: 579/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO
Contratado: SILVIA PALHANO RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Contrato.580/2014

CONTRATO N.º: 580/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratado: JOCELIA CAMARGO DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de julho de 2014 até 12 de setembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Aditivo.488/2014

TERMO ADITIVO Nº 488, DE 14 DE JULHO DE 2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 419/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/2/2013 a 4/8/2014, acordam editá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 19/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo - SC, 14 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalSUSAN CORREA
Contratado**Aviso do Pregão Presencial Nº 0094/2014-PMF Rp 0050**Aviso do Pregão Presencial nº 0094/2014 - PMF
Registro de Preços nº 0050/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SCObjeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café, açúcar e água mineral, com pedidos parcelados, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período agosto a dezembro de 2014. Validade da Ata de Registro de Preços: agosto a dezembro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 30/07/2014. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.Fraiburgo(SC), 16 de julho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1587/2014

PORTARIA N.º 1.587, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIANA ROBERTA FURTADO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 004.916.819-33, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1588/2014

PORTARIA N.º 1.588, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JADETE DALLAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 642.439.829-53, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1589/2014

PORTARIA N.º 1.589, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENAILE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.605.819-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1590/2014

PORTARIA N.º 1.590, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 09 de maio de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEUSA BASSANI SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.064.519-36, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1591/2014

PORTARIA N.º 1.591, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE GRANEMANN PRESSES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.645.239-38, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1592/2014

PORTARIA N.º 1.592, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANAINA APARECIDA MATOS FERREIRA GALVÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 048.066.219-35, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1593/2014

PORTARIA N.º 1.593, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILDE ANTUNES MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.444.249-20, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1594/2014

PORTARIA N.º 1.594, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0026 de 07 de maio de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANA ALVES DO PRADO, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 010.080.879-47, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1595/2014

PORTARIA N.º 1.595, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2014 até 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de julho de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Homologação de Resultado do Processo Seletivo N.º 010/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2014

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 010/2014, para os seguintes cargos:

CARGO: BIOQUÍMICO

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Fernanda Espindola
002	Kerlin Quintiliano
003	Israel Matheus Metzker

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO AREA 02 MICRO 07

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Jonpedro Policarpo

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
	Sem Inscritos

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA SAMU

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Edney da Silva Bernardino
002	Rafael Paulo Cravo
003	Lucas de Abreu Inácio
004	Alexandre Vieira Gonçalves
005	Silvio de Sousa Nascimento
006	Alessandro Predebon Franco
007	Euclides Nogueira da Veiga Neto
008	Lucimauro dos Santos
009	Carlos Eduardo de Abreu
010	Cesar Vieira Cascaes

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Samana Grotkowski
002	Edinéia Maurina Tomaz
003	Pedro da Silva
004	Margarete Martins Pause
005	Daniel da Silveira Valerio
006	Rosimar Pacheco Martins
007	Alessandro Predebon Franco
008	Luciane dos Santos
009	Imiliane Muller Campos da Silva

010 Maria Raimunda Miranda dos Santos

011 Diane Borges da Silva

CARGO: MÉDICO EMERGENCISTA

POSIÇÃO NOME CANDIDATO

001 Ana Paula de Abreu Bastos

002 Luciano Raymundo Huber

003 Guilherme Zimermam Kummer

004 Fabiane Battistella Nieto

005 Peter Maciel Haberlehner

006 Michael Correia Alcantara

007 Thales Simões Pires

008 Ana Paula Dias Barbosa

009 Bruno Mancini Bari

010 Dalva Fabris Pasini Rodrigues

011 Luiz Afonso Simões Pires Picarelli

012 Ana Carolina Mandes Joaquim (DESCCLASSIFICADA)

Garopaba, 16 de julho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 17/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Portaria Nº 383/2014

PORTARIA Nº 383, de 14 de Julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 1607/2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício nº 010/2014 da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;

Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo nº. 1607/2014.

ART. 2o. Esta portaria entrará em vigor a contar da data de 14 de Julho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 384/2014

PORTARIA Nº 384, de 14 de Julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 288/2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício nº 011/2014 da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;

Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo nº. 288/2014.

ART. 2o. Esta portaria entrará em vigor a contar da data de 14 de Julho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 382/2014

PORTARIA Nº 382, de 14 de Julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 3274/2013."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício nº 009/2014 da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;

Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do

Inquérito Administrativo nº. 3274/2013.

ART. 2o. Esta portaria entrará em vigor a contar da data de 14 de Julho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 381/2014

PORTARIA Nº 381, de 14 de Julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 287/2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício nº 008/2014 da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;

Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo nº. 287/2014.

ART. 2o. Esta portaria entrará em vigor a contar da data de 14 de Julho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 380/2014

PORTARIA Nº 380, de 14 de Julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 1602/2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício nº 007/2014 da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo;

Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

ART. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo nº. 1602/2014.

ART. 2o. Esta portaria entrará em vigor a contar da data de 14 de Julho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 059/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para a aquisição de materiais de expediente, para atender as necessidades da administração municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 31/07/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 16 de julho de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Aviso de Chamada Pública Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA DE ESTRATÉGIAS RURAIS

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

CHAMADA PÚBLICA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Objeto: Captação de recursos financeiros, por meio de patrocínio de empresas públicas e/ou privadas, para a realização da 21ª Festa do Colono 2014, que acontecerá no período de 25 a 27 de julho de 2014, junto ao Ginásio Evandro Nagel e imediações, centro da Cidade de Garuva.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 23/07/2014, ENTRE 08:00 E 09:00H na Sala de Licitações da PMG

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 16 de julho de 2014.
LUIS CARLOS BEHLAU WEBER
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Gaspar**PREFEITURA****Aviso do Pregão Presencial Nº 131/2014**

FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE GASPAR
Aviso do Pregão Presencial nº 131/2014

OBJETO: Registro de Preços de serviços de arbitragem para eventos esportivos. ENTREGA dos envelopes até às 13h30min do dia 29/07/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA às 13h45min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 16 de julho de 2014.
RENATO CESAR ZIMMERMANN
Gestor do FME

SAMAE - GASPAR**Aviso do Pregão Presencial Nº 41/2014 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão nº.41/2014

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pneus para veículos da Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 31/07/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 31/07/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 14 de julho de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 42-2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão nº.42/2014

OBJETO: Aquisição de bombas centrífugas, dosadoras e inversor de frequência.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 07/08/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 07/08/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter

a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 14 de julho de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Ata de Abertura E Julgamento da Licitação - Pregão Presencial Nº 02/2014.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 16/07/2014.

HORÁRIO: 14h.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel.

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, com início às catorze horas, realizou-se na sala de reuniões do prédio sede da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, sessão pública para o recebimento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 02/2014, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel. Presentes ao ato, estavam o Pregoeiro, servidor Jorge Luiz Matos de Oliveira e os membros da Equipe de Apoio, servidores Elaine Cristina Wandalen, Marcelo Peterson Pereira e Pedro Paulo Schramm, todos designados pela Resolução nº 28/2014. Assim, na data e horário acima descritos, verificou-se que nenhuma Licitante compareceu e/ou entregou/protocolou envelopes para a presente Licitação. Foi oportunizada uma tolerância de 10 (dez) minutos, após o horário estabelecido para o início do certame, no entanto, não houve o interesse de nenhuma empresa. Em assim sendo, o Pregoeiro realizou a abertura da sessão e decretou a Licitação DESERTA, situação que será informada à Mesa Diretora desta Edilidade. Nada mais a registrar em Ata, o Pregoeiro encerrou a Sessão às 14h13min, sendo que esta Ata, após lida e achada conforme, foi assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio presente.

Jorge Luiz Matos de Oliveira
Pregoeiro

Elaine Cristina Wandalen
Membro da Equipe de Apoio

Marcelo Peterson Pereira
Membro da Equipe de Apoio

Pedro Paulo Schramm
Membro da Equipe de Apoio

Grão Pará

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato 62-2014 (Britador)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 62/2014, DATADO DE 16 DE ABRIL DE 14, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA BRUCH E RAUBER MECÂNICA PESADA LTDA-ME, VISANDO À AQUISIÇÃO DE 01 (UM) BRITADOR MÓVEL PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e BRUCH E RAUBER MECÂNICA PESADA LTDA-ME, empresa estabelecida na Rua Santa Catarina, nº 316, Bairro Aimoré, Arroio do Meio/RS, CEP 95.940-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 12.989.602/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor PAULO ROBERTO HECK, brasileiro, empresário, portador do RG 2076431788, CPF 992.445.940-72, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 62/2014, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 02 (dois) meses o prazo de entrega/instalação do britador móvel, tendo em vista o atraso no recebimento do Moinho de Mandíbulas 5030, conforme solicitação em anexo:

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 16 de junho de 2014.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
PAULO ROBERTO HECK
Procurador da Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

9º Termo Aditivo ao Contrato 71-2012(Cons. Espaço Ideal)

NONO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 71/2012, DATADO DE 12 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL E CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO JUNTO À UNIDADE

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON

ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 71/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 05 (cinco) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 20 (vinte) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 12 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 12 de março de 2014.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Sócia Administradora Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

10º Termo Aditivo ao Contrato 71-2012- Vigencia- (Contrutora Espaço Ideal)- DÉCIMO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 71/2012, DATADO DE 12 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL E CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO JUNTO À UNIDADE, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato n. 71/2012, assinado em 12 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 10 de julho de 2014.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Sócia Administradora Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

13º Termo Aditivo ao Contrato N 70-2012 (Cons. Espaço Ideal)

DECIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 70/2012, DATADO DE 06 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE AIURÊ, GRÃO-PARÁ/SC, COM A ÁREA TOTAL DE 1.000,00M2 (UM MIL METROS QUADRADOS)

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 06 (seis) meses o prazo de vigência do Contrato n. 70/2012, assinado em 06 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de julho de 2014.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Sócia Administradora Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

Errata 8º Termo Aditivo Contrato 71-2012.

ERRATA

Errata ao Contrato firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, inscrita no CNPJ 82.558.149/0001-55, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, para CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL E CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO JUNTO À UNIDADE.

Onde se lê: "OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2012"

Que se leia: "NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2012"

Grão-Pará/SC, 16 de julho de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Errata 9º Termo Aditivo Contrato 71-2012.

ERRATA

Errata ao Contrato firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, inscrita no CNPJ 82.558.149/0001-55, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, para CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL E CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO JUNTO À UNIDADE.

Onde se lê: "NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2012"

Que se leia: "OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2012"

Grão-Pará/SC, 16 de julho de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº25/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços - 25/2014

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA O SETOR DE ZONÓSES

Entrega dos Envelopes: 06/08/2014 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 06/08/2014 as 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM(SC), 16/07/2014

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Complementar Nº. 57/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 57/2014

Altera dispositivos das Leis Complementares nº. 07/2001 e 16/2007.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Cria nível de vencimentos ao Anexo II da Lei Complementar nº. 07/2001, conforme relacionado abaixo:

Nível	Vencimento Mensal
121A-001	1.014,00

Art. 2º. Fica revogado o cargo abaixo relacionado, da Lei Complementar 07/2001:

Código	Nome do Cargo
20110	Agente Comunitário

Art. 3º. Fica alterado o nível de vencimentos do cargo de Agente Comunitário de Saúde, disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº. 16/2007, conforme abaixo relacionado:

Código	Nome do Cargo	Nível de Vencimentos
20111	Agente Comunitário de Saúde	121A-001

Art. 4º. Acrescenta artigo 10-A na Lei Complementar nº. 16/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10-A. Os níveis de vencimentos presentes nesta lei correspondem aos constantes no Anexo II da Lei Complementar nº. 07/2001."

Art. 5º. As demais disposições das Leis Complementares nº.

07/2001 e 16/2007 permanecem inalteradas.

Art. 6º. Os efeitos da alteração constante no artigo 3º desta lei retroagirão a partir de 18 de junho de 2014, data essa da publicação da Lei Federal nº. 12.994/2014.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretario de Administração e Finanças

Aviso de Licitação 58/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Concorrência p/ Concessão - 58/2014

Tipo : Maior oferta.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DA PERMISSÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELA POLÍCIA MILITAR E CIVIL NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC.

Entrega dos Envelopes: 19/08/2014 às 09:00h.

Abertura dos Envelopes: 19/08/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

GUARAMIRIM (SC), 16/07/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso Licitacao 55 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço 55/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ROÇADA, LIMPEZA E PODA DE ÁRVORES.

Entrega dos Envelopes: 31/07/2014 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 31/07/2014 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 16/07/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato - Pref 64, 65 E 66

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 64/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 43/2014 - CONVITE Nº. 13/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: FAPEVA COMERCIO E TORNEIRA MECANICA LTDA.

OBJETO: Contratação de serviço com fornecimento das respectivas peças para reforma do Caminhão Cargo MHT 1992, utilizada pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 35.935,27

VIGENCIA: 30/10/2014

Guarujá do Sul, SC, 16 de julho de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 65/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 41/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ALCANCE SISTEMAS COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática para serem utilizados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, com recursos do Salário Educação, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 8.661,00

VIGENCIA: 30/10/2014

Guarujá do Sul, SC, 16 de julho de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 66/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 41/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática para serem utilizados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, com recursos do Salário Educação, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 10.782,00

VIGENCIA: 30/10/2014

Guarujá do Sul, SC, 16 de julho de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 852/2014

PORTARIA Nº 852/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ELISA CARMEN RI-BEIRO DOS SANTOS (Matr. 3895), para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, Educação Infantil, aprovado pelo Processo Seletivo nº 001/2013 SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, a partir de 14 de julho de 2014 em substituição à Servidora ELIZABETE DA CRUZ, afastada para tratamento de saúde, enquanto perdurar seu afastamento. Em conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. com contrato de trabalho regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de julho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Pregão Nº 016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais elétricos para a conservação e manutenção da iluminação publica no município de Herval d'oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16h00min horas do dia 29/07/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor

de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de julho de 2014.

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Nº 017/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de leites especiais para pacientes com restrições alimentares, atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16h00min horas do dia 04/08/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de julho de 2014.

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Nº 021/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de gás de cozinha (GLP) para uso das Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES
Até às 14h00min horas do dia 29/07/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de julho de 2014.
NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Nº 024/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de tiras reagentes para dosagem de glicemia, com fornecimento (em comodato) de no mínimo 80 (oitenta) aparelhos (glicosômetros - medidor de glicemia), para uso nas Unidades Sanitárias do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES
Até às 14h00min horas do dia 04/08/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 16 de julho de 2014.
NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Ibiam

PREFEITURA

Portaria Nº 146/2014

PORTARIA Nº 146, DE 09 DE JULHO DE 2014

"EXONERA DO SERVIÇO PÚBLICO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a concessão da aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS,

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. art. 97, da Lei Municipal nº 255 - Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiam,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo público de Motorista - Nível 2 - Referência E, o servidor ARMINDO CERON, em decorrência de aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Benefício nº 1622106749.

Art. 2º. Determinar a expedição dos demais atos administrativos, visando à vacância do cargo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 069, de 07 de maio de 2010.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JULHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 147/2014

PORTARIA Nº 147, DE 09 DE JULHO DE 2014

"NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 005/2014"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005; considerando o Edital nº 005, de 24 de junho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Seleção para o Processo Seletivo, Edital nº 005, de 24 de junho de 2014, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

I - Fátima Fontana Gonzatto, Supervisora Escolar - Presidente;

II - Maria Solange da Silva matos Borsoi, Agente Administrativo - Secretária;

III - Erica Thomé Laidnes, Agente Comunitário de Saúde - Membro

Art. 2º. A Comissão terá o apoio da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados durante a realização do certame e apresentação do resultado final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JULHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Decreto Nº 2662/2014

DECRETO Nº 2662, DE 09 DE JULHO DE 2014

"DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 146, de 09 de julho de 2013;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso III, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de Motorista - Nível 2, em decorrência da aposentadoria do servidor ARMINDO CERON, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Benefício nº 1622106749.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece no quadro geral dos servidores do Município, uma vaga para o cargo de Motorista a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JULHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 148/2014

PORTARIA Nº 148, DE 11 DE JULHO DE 2014.

"DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam , Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência conferida pelo artigo 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 12, inciso IV, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999 e, artigo 129, inciso III da lei nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município de Ibiam ,e;

Considerando o comunicado da Secretária da Educação, de 07 de julho e 2014 e, comunicado do secretário da Infraestrutura, Obras e Transportes, de 11 de julho de 2014;

Considerando que a atitude do dia 11 de julho de 2014, caracteriza-se como ato de insubordinação e reincidência;

Considerando que o servidor foi admitido em 05 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica rescindido o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 014/2014, de 05 de maio de 2014, celebrado com o Sr. RODRIGO MENDES RECALCATTI, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na portaria nº 099, de 05 de maio de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE JULHO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Relatórios LRF - RREO 3º Bimestre 2014

Município de Ibiara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.930.115,00	9.930.115,00	2.642.822,67	26,61	5.976.318,53	60,18
	9.930.100,00	9.930.100,00	1.694.369,06	17,06	5.027.864,92	50,63
RECEITAS CORRENTES	303.500,00	303.500,00	103.283,55	34,03	223.541,53	73,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	240.000,00	240.000,00	94.639,27	39,43	187.409,12	78,09
IMPOSTOS	43.500,00	43.500,00	8.644,28	19,87	36.132,41	83,06
TAXAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	70.200,00	70.200,00	18.575,15	26,46	60.282,83	85,87
RECEITA PATRIMONIAL	70.200,00	70.200,00	18.575,15	26,46	60.282,83	85,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	123.000,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.372.300,00	9.372.300,00	21.895,29	17,80	44.509,70	36,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.282.300,00	9.282.300,00	1.505.559,78	16,06	4.640.900,64	49,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	90.000,00	90.000,00	1.485.838,00	16,01	4.601.457,08	49,57
Transf. de Conv.	59.100,00	59.100,00	19.721,78	21,91	39.443,56	43,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.100,00	15.100,00	45.055,29	76,24	58.630,22	99,21
Multas e Juros de Mora	20.000,00	20.000,00	2.236,35	14,81	4.941,47	32,72
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00	14.000,00	38.238,15	191,19	41.323,27	206,62
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.000,00	10.000,00	3.996,46	28,33	11.393,85	81,38
RECEITAS DIVERSAS	15,00	15,00	614,33	6,14	971,63	9,72
RECEITAS DE CAPITAL	15,00	15,00	948.453,61	024,07	948.453,61	024,07
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15,00	15,00	948.453,61	024,07	948.453,61	024,07
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	15,00	15,00	948.453,61	024,07	948.453,61	024,07
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.930.115,00	9.930.115,00	2.642.822,67	26,61	5.976.318,53	60,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (VI)	9.930.115,00	9.930.115,00	26,61	60,18	5.976.318,53	3.953.796,47
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.930.115,00	9.930.115,00	26,61	60,18	5.976.318,53	3.953.796,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	611.107,08	—	—	244.476,30	—
Superávit Financeiro	—	611.107,08	—	—	244.476,30	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.930.115,00	2.101.776,33	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.254.331,96	43,67
DESPESAS CORRENTES	9.327.300,00	526.855,74	9.854.155,74	1.367.965,94	5.408.427,16	1.484.223,55	4.031.884,94	40,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.595.700,00	188.208,30	5.783.908,30	827.781,23	2.918.678,34	919.073,73	2.585.361,11	44,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	44.000,00	53.000,00	97.000,00	0,00	97.000,00	20.479,07	38.320,83	39,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.687.600,00	285.647,44	3.973.247,44	540.184,71	2.392.748,82	544.670,75	1.408.203,00	35,44
DESPESAS DE CAPITAL	592.815,00	1.574.920,59	2.167.735,59	420.301,59	1.767.555,04	379.832,18	1.222.447,02	56,39
INVESTIMENTOS	357.315,00	1.627.920,59	1.985.235,59	420.301,59	1.602.229,56	356.485,20	1.127.162,48	56,78
INVERSOES FINANCEIRAS	10.500,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	225.000,00	-53.000,00	172.000,00	0,00	165.325,48	23.346,98	95.284,54	55,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.930.115,00	2.101.776,33	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.254.331,96	43,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.930.115,00	2.101.776,33	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.254.331,96	43,67
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	721.986,57	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.930.115,00	2.101.776,33	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.976.318,53	43,67

FONTE:

Ibiom, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	300,00	0,00	0,00	300,00
Investimentos	300,00	0,00	0,00	300,00
TOTAL	300,00	0,00	0,00	300,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Itiam - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECETAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	247.100,00	247.100,00	190.256,75	77,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	50.000,00	50.000,00	45.675,06	91,35
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	14.946,06	49,82
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	62.257,58	124,52
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	64.530,42	58,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.600,00	1.600,00	413,47	25,84
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	1.641,63	41,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.500,00	1.500,00	792,53	52,84
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.026.000,00	10.026.000,00	5.065.485,16	50,52
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	3.039.732,94	50,66
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	37,46	1,87
Cota-Parte IPVA	120.000,00	120.000,00	85.199,35	71,00
Cota-Parte ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	1.795.130,31	49,86
Cota-Parte IPLE-exportação	50.000,00	50.000,00	27.222,55	54,45
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	254.000,00	254.000,00	118.162,55	46,52
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.000,00	24.000,00	6.553,30	27,31
Outras	230.000,00	230.000,00	111.609,25	48,53
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.273.100,00	10.273.100,00	5.255.741,91	51,16

RECETAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	396.100,00	396.100,00	157.624,78	39,79
Provenientes da União	396.100,00	396.100,00	157.624,78	39,79
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.500,00	2.500,00	4.797,18	191,89
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	398.602,00	398.602,00	162.421,96	40,75

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (fe)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.145.065,00	2.155.791,71	1.193.796,76	55,38	860.505,88	39,92
Pessoal e Encargos Sociais	1.141.000,00	1.141.000,00	594.137,76	52,07	518.340,64	45,43
Outras Despesas Correntes	1.004.065,00	1.014.791,71	599.659,00	59,09	342.165,24	33,72

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Itiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	59.002,00	570.670,56	504.824,00	88,46	99.324,00	17,40
Investimentos	59.002,00	570.670,56	504.824,00	88,46	99.324,00	17,40
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.204.067,00	2.726.462,27	1.698.620,76	62,30	959.829,88	35,20
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	397.102,00	737.257,64	469.980,78	27,67	118.371,14	12,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	396.100,00	396.100,00	132.325,14	7,79	118.371,14	12,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.002,00	341.157,64	337.655,64	19,88	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	397.102,00	737.257,64	469.980,78	27,67	118.371,14	12,33
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.806.965,00	1.989.204,63	1.228.639,98	34,53	841.458,74	22,87
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,01
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100];						53.097,45

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Ibiom - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2013	32.130,14	5.865,00	32.130,14		26.265,14	0,00
TOTAL	32.130,14	5.865,00	32.130,14		26.265,14	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013			0,14	0,00		
TOTAL (VIII)			0,14	0,00	0,14	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26			LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		
			-	-		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Ibiara - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Ibiara, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiã - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.930.115,00	
Previsão Atualizada		—	9.930.115,00	
Receitas Realizadas		2.642.822,67	5.976.318,53	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	244.476,30	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	9.930.115,00	
Créditos Adicionais		—	2.101.776,33	
Dotação Atualizada		—	12.031.891,33	
Despesas Empenhadas		1.788.267,53	7.175.982,20	
Despesas Liquidadas		1.864.055,73	5.254.331,96	
Superavit Orçamentário		—	721.986,57	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.788.267,53	7.175.982,20	
Despesas Liquidadas		1.864.055,73	5.254.331,96	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.782.133,05	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-277.000,00	-836.703,14	302,06	
Resultado Primário	198.800,00	795.309,11	400,05	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	55.433,82	32.278,34	13.690,69	9.464,79
EXECUTIVO	55.120,63	32.278,34	13.377,50	9.464,79
LEGISLATIVO	313,19	0,00	313,19	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	21.925,65	0,00	21.925,65	0,00
EXECUTIVO	21.925,65	0,00	21.925,65	0,00
TOTAL:	77.359,47	32.278,34	35.616,34	9.464,79
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.443.141,80	25%	28,05
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		255.692,78	60%	93,33
Liquidadas		255.692,78		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.222.447,02	945.288,57	

Continua 1/2

Município de Ibiam - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	300,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		841.458,74	15,00	16,01
Liquidadas		841.458,74		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiom - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.930.115,00	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.254.331,96	100,00	43,67
Legislativa	540.000,00	540.000,00	12.594,69	490.204,84	90.482,68	248.650,34	4,73	46,05
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	12.594,69	490.204,84	90.482,68	248.650,34	4,73	46,05
Administração	1.689.000,00	1.720.000,00	241.095,81	932.423,64	262.263,83	722.894,48	13,76	42,03
Administração Geral	1.689.000,00	1.720.000,00	241.095,81	932.423,64	262.263,83	722.894,48	13,76	42,03
Segurança Pública	45.100,00	72.979,60	15.508,96	23.364,35	15.247,56	22.281,75	0,42	30,53
Policimento	45.100,00	72.979,60	15.508,96	23.364,35	15.247,56	22.281,75	0,42	30,53
Assistência Social	373.501,00	385.082,88	56.403,36	207.885,73	66.011,43	161.643,82	3,08	41,98
Assistência à Criança e ao Adolescente	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	358.501,00	370.082,88	56.403,36	207.885,73	66.011,43	161.643,82	3,08	43,68
Previdência Social	510.000,00	510.000,00	67.229,08	200.970,50	67.229,08	200.970,50	3,82	39,41
Previdência Básica	510.000,00	510.000,00	67.229,08	200.970,50	67.229,08	200.970,50	3,82	39,41
Saúde	2.245.567,00	2.768.997,06	654.535,52	1.724.088,46	297.303,99	979.772,31	18,65	35,38
Atenção Básica	2.179.367,00	2.701.762,27	644.152,91	1.691.737,06	282.385,48	952.946,18	18,14	35,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	13.200,00	13.200,00	5,50	5,50	5,50	5,50	0,00	0,04
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	700,00	6.878,20	6.878,20	6.878,20	0,13	68,78
Alimentação e Nutrição	40.500,00	41.534,79	9.577,11	25.467,70	8.034,81	19.942,43	0,38	48,01
Educação	1.962.078,00	2.145.164,87	330.618,20	1.017.103,57	337.890,30	912.776,45	17,37	42,55
Ensino Fundamental	1.513.077,00	1.646.163,87	273.261,90	836.475,78	272.249,26	769.226,46	14,64	46,73
Ensino Médio	53.000,00	53.000,00	17.292,00	25.292,00	17.839,00	18.512,00	0,35	34,93
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	7.339,43	14.966,75	0,28	37,42
Educação Infantil	356.001,00	406.001,00	40.064,30	115.335,79	40.462,61	110.071,24	2,09	27,11
Cultura	54.000,00	54.000,00	29.579,83	32.198,19	27.000,32	29.618,68	0,56	54,85
Diffusão Cultural	54.000,00	54.000,00	29.579,83	32.198,19	27.000,32	29.618,68	0,56	54,85
Urbanismo	138.002,00	195.550,13	2.250,00	149.954,43	11.615,31	38.762,66	0,74	19,82
Infra-Estrutura Urbana	15.001,00	72.549,13	0,00	65.965,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	123.001,00	123.001,00	2.250,00	83.989,35	11.615,31	38.762,66	0,74	31,51
Habitação	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiã - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)								
Saneamento	9.930.115,00	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.254.331,96	100,00	43,67
Saneamento Básico Rural	130.002,00	130.002,00	5.100,00	74.497,53	10.390,00	35.483,79	0,68	27,29
Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	0,07	71,99
Gestão Ambiental	125.001,00	125.001,00	1.500,00	70.897,53	6.790,00	31.883,79	0,61	25,51
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	510.501,00	520.501,00	58.431,61	269.096,15	93.513,39	213.885,58	4,07	41,09
Extensão Rural	25.001,00	35.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	485.500,00	485.500,00	58.431,61	269.096,15	93.513,39	213.885,58	4,07	44,05
Promoção Industrial	20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.249.362,00	2.410.775,61	283.555,73	1.574.399,08	497.132,34	1.412.692,53	26,89	58,60
Desporto e Lazer	1.249.362,00	2.410.775,61	283.555,73	1.574.399,08	497.132,34	1.412.692,53	26,89	58,60
Desporto Comunitário	47.000,00	47.000,00	0,00	6.387,50	0,00	6.387,50	0,12	13,59
Encargos Especiais	47.000,00	47.000,00	0,00	6.387,50	0,00	6.387,50	0,12	13,59
Outros Encargos Especiais	399.000,00	494.836,18	31.364,74	473.408,23	87.975,50	268.511,57	5,11	54,26
	399.000,00	494.836,18	31.364,74	473.408,23	87.975,50	268.511,57	5,11	54,26

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ibiam - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.930.115,00	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.254.331,96	100,00	43,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	9.930.115,00	12.031.891,33	1.788.267,53	7.175.982,20	1.864.055,73	5.254.331,96	100,00	43,67

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser

Contadora

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Itaim - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	JUL/2013	AGO/2013	SET/2013	OCT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	797.207,25	866.790,41	914.437,99	808.539,07	983.058,11	1.246.207,49	1.051.690,79	1.064.809,65	841.695,89	1.038.989,92	1.105.490,88	917.361,89	11.635.179,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.471,05	26.459,04	19.144,30	32.328,90	25.835,35	42.471,53	15.086,69	32.107,03	18.900,46	54.161,90	46.092,18	57.191,37	303.500,00
I.P.T.U.	4.851,84	3.913,60	302,93	1.076,67	594,20	506,29	0,00	0,00	0,00	0,00	10.836,53	34.838,53	50.000,00
I.R.R.F.	16.419,32	16.218,23	11.009,54	16.468,46	12.466,74	27.296,80	7.933,46	10.973,63	3.418,46	15.235,38	17.866,42	9.103,07	164.399,51
I.S.S.	7.111,37	5.617,90	5.836,57	7.857,19	6.472,21	11.930,88	2.539,44	5.043,71	3.891,72	34.693,57	9.324,42	6.764,92	106.393,70
I.T.B.U.	3.372,25	0,00	905,88	5.937,75	4.895,28	2.400,00	3.200,00	2.298,48	851,00	2.750,00	5.605,58	30,00	30.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.716,27	806,31	1.099,38	968,83	1.406,92	377,56	1.415,79	13.850,21	10.739,28	1.462,85	2.459,43	6.184,35	63.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.881,32	3.404,99	3.255,49	3.820,56	7.341,63	7.987,67	5.879,30	10.319,14	9.544,41	15.964,33	12.228,71	6.346,44	70.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	10.719,98	17.169,59	13.286,94	23.850,45	13.680,85	17.226,16	2.212,32	1.531,70	10.067,83	8.802,06	9.455,50	12.439,79	123.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	736.344,26	817.632,12	877.045,94	744.043,89	933.606,50	1.153.746,56	1.026.442,29	1.016.113,46	799.627,96	951.847,54	995.996,07	838.657,42	11.331.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	325.915,82	426.129,77	392.678,29	352.883,71	490.575,88	505.983,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.098,30	429.779,99	6.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	294.017,66	276.815,55	294.112,54	279.693,08	320.292,20	312.881,16	310.215,05	295.160,19	299.404,17	292.124,78	296.942,60	301.255,52	3.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	16.435,61	15.003,92	13.256,01	13.004,95	9.804,37	5.361,85	7.501,96	13.215,55	15.653,90	16.577,16	17.877,56	14.363,22	120.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	6,44	956,41	689,23	25,90	0,00	24,16	0,00	0,00	13,30	0,00	0,00	2.000,00
Outras Transferências Correntes	84.657,95	50.906,95	167.340,12	50.204,53	59.390,86	276.088,07	59.961,48	23.570,39	60.742,75	164.091,15	54.653,10	42.602,20	985.500,00
Transferências de LC 61/1989	4.238,63	4.539,35	4.125,49	4.410,18	4.882,04	5.228,56	4.959,85	4.199,15	4.103,09	4.469,35	4.861,13	4.629,98	50.000,00
Transferências de LC 87/1996	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.310,66	1.310,66	0,00	1.310,66	1.310,66	1.310,66	24.000,00
Transferências do FUNDEB	39.778,86	42.932,40	43.277,35	42.853,48	47.337,92	47.093,53	47.639,77	46.494,62	42.890,76	43.215,04	47.251,72	44.716,85	550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.790,64	2.125,67	1.705,32	4.895,27	2.591,78	24.715,57	2.087,19	1.738,32	3.555,23	6.214,19	41.728,42	3.326,87	59.100,00
DEDUÇÕES (II)	122.391,26	144.757,95	133.285,46	130.356,97	165.377,75	166.112,80	183.769,01	189.815,52	139.193,71	148.908,15	178.916,03	150.267,68	1.959.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	122.391,26	144.757,95	133.285,46	130.356,97	165.377,75	166.112,80	183.769,01	189.815,52	139.193,71	148.908,15	178.916,03	150.267,68	1.959.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	674.825,99	722.032,46	781.152,53	678.482,10	817.680,36	1.080.094,69	867.922,78	874.994,13	702.497,18	889.081,77	926.574,85	767.094,21	9.390.100,00

FONTE:

Itaim, 15/07/2014

Clóvis José Bualto
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Itiam - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
			-	-	-
			0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Itiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	400.357,60	328.420,04	305.073,06
DEDUÇÕES (II)	1.360.880,78	1.304.540,07	2.102.299,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.382.806,43	2.117.639,20	2.327.041,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	2.933,76
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	21.925,65	813.099,13	227.676,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-960.523,18	-976.120,03	-1.797.226,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-960.523,18	-976.120,03	-1.797.226,32

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-821.106,29	-836.703,14

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-277.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.859.900,00	1.675.793,91	4.967.582,09	4.346.684,18
Receita Tributária	303.500,00	103.283,55	223.541,53	144.939,18
I.P.T.U.	50.000,00	45.675,06	45.675,06	37.355,32
I.S.S.	50.000,00	16.089,14	62.257,58	27.062,45
I.T.B.I.	30.000,00	5.905,58	14.946,06	4.487,42
I.R.R.F.	110.000,00	26.969,49	64.530,42	48.292,72
Outras Receitas Tributárias	63.500,00	8.644,28	36.132,41	27.741,27
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	70.200,00	18.575,15	60.282,83	14.652,90
(-) Aplicações Financeiras	70.200,00	18.575,15	60.282,83	14.652,90
Transferências Correntes	9.372.300,00	1.505.559,78	4.640.900,64	4.144.979,93
F.P.M.	4.800.000,00	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	2.880.000,00	478.558,71	1.436.104,79	1.292.780,65
Convênios	90.000,00	19.721,78	39.443,56	36.056,11
Outras Transferências Correntes	1.602.300,00	204.983,82	733.565,78	559.468,06
Demais Receitas Correntes	184.100,00	66.950,58	103.139,92	56.765,07
Dívida Ativa	14.000,00	3.966,46	11.393,85	12.393,30
Diversas Receitas Correntes	170.100,00	62.984,12	91.746,07	44.371,77
RECEITAS DE CAPITAL (II)	15,00	948.453,61	948.453,61	566.580,23
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	102.700,23
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15,00	948.453,61	948.453,61	463.880,00
Convênios	15,00	948.453,61	948.453,61	463.880,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	15,00	948.453,61	948.453,61	463.880,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.859.915,00	2.624.247,52	5.916.035,70	4.810.564,18

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.854.155,74	1.484.223,55	4.031.884,94	3.740.930,62
Pessoal e Encargos Sociais	5.783.908,30	919.073,73	2.585.361,11	2.351.052,40
Juros e Encargos da Dívida (IX)	97.000,00	20.479,07	38.320,83	15.807,99
Outras Despesas Correntes	3.973.247,44	544.670,75	1.408.203,00	1.374.070,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.757.155,74	1.463.744,48	3.993.564,11	3.725.122,63
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.167.735,59	379.832,18	1.222.447,02	137.520,78
Investimentos	1.985.235,59	356.485,20	1.127.162,48	96.365,11
Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	172.000,00	23.346,98	95.284,54	41.155,67
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.995.735,59	356.485,20	1.127.162,48	96.365,11

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.762.891,33	1.820.229,68	5.120.726,59	3.821.487,74
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.902.976,33	804.017,84	795.309,11	989.076,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	244.476,30	0,00
Superávit Financeiro	-	-	244.476,30	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				198.800,00

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Município de Ibiam - SC

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	21.925,65	21.925,65	0,00	-	-	55.433,82	13.690,69	32.276,34	9.464,79	
CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	21.925,65	21.925,65	0,00	0,00	0,00	55.120,63	13.377,50	32.276,34	9.464,79	
FUNDOS MUNICIPAIS		0,00	20.055,28	20.055,28	0,00	0,00	0,00	13.709,07	5.245,87	146,20	8315,00	
LEGISLATIVO		0,00	1.870,37	1.870,37	0,00	0,00	0,00	41.411,56	8.131,63	32.130,14	1.148,79	
PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313,19	313,19	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTARIOS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313,19	313,19	0,00	-	
TOTAL (III) = (I) + (II):		0,00	21.925,65	21.925,65	0,00	0,00	0,00	55.433,82	13.690,69	32.276,34	9.464,79	

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto	Elza Rinaldi Coser
Prefeito Municipal	Contadora

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	247.100,00	247.100,00	96.814,86	190.256,75	77,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	55.000,00	55.000,00	47.598,52	47.955,58	87,19
1.1.1- IPTU	50.000,00	50.000,00	45.675,06	45.675,06	91,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	117,28	117,28	11,73
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	1.146,34	1.424,49	47,48
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	659,84	738,75	73,88
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	5.905,58	14.946,06	49,82
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	5.905,58	14.946,06	49,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	52.100,00	52.100,00	16.341,27	62.824,69	120,58
1.3.1- ISS	50.000,00	50.000,00	16.089,14	62.257,58	124,52
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	600,00	600,00	252,13	296,19	49,36
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	217,14	21,71
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	0,00	53,78	10,76
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	26.969,49	64.530,42	58,66
1.4.1- IRRF	110.000,00	110.000,00	26.969,49	64.530,42	58,66
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.796.000,00	9.796.000,00	1.645.420,62	4.953.875,91	50,57
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	50,66
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.770.000,00	5.770.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	52,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.600.000,00	3.600.000,00	598.198,12	1.795.130,31	49,86
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	24.000,00	24.000,00	2.621,32	6.553,30	27,31
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	50.000,00	50.000,00	9.491,11	27.222,55	54,45
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	0,00	37,46	1,87
2.6- Cota-Parte IPVA	120.000,00	120.000,00	32.240,78	85.199,35	71,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.043.100,00	10.043.100,00	1.742.235,48	5.144.132,66	51,22

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	118.000,00	118.000,00	24.354,42	48.309,53	40,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	64.000,00	64.000,00	9.587,43	32.204,49	50,32
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	15.000,00	15.000,00	4.014,00	5.352,00	35,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	39.000,00	39.000,00	10.752,99	10.753,04	27,57
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	90.003,00	90.003,00	19.721,78	39.443,56	43,82
6.1- Transferências de Convênios	90.003,00	90.003,00	19.721,78	39.443,56	43,82
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	246.000,00	246.000,00	0,00	117.846,34	47,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	454.003,00	454.003,00	44.076,20	205.599,43	45,29

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.959.200,00	1.959.200,00	329.083,71	990.774,10	50,57
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	200.573,82	607.946,43	50,66
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	720.000,00	720.000,00	119.639,41	359.025,52	49,86
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	524,26	1.310,65	27,31
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.898,23	5.444,54	54,45
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	0,00	7,49	1,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	24.000,00	24.000,00	6.447,99	17.039,47	71,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	556.000,00	556.000,00	92.536,09	273.979,89	49,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	550.000,00	550.000,00	91.967,57	272.177,76	49,49
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	568,52	1.802,13	30,04
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.409.200,00	-1.409.200,00	-237.116,14	-718.596,34	50,99
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	471.100,00	556.000,00	119.815,30	255.692,78	45,99
13.1- Com Educação Infantil	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	211.100,00	296.000,00	119.815,30	255.692,78	86,38
14- OUTRAS DESPESAS	84.900,00	17.958,12	0,00	17.958,12	100,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	84.900,00	17.958,12	0,00	17.958,12	100,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	556.000,00	573.958,12	119.815,30	273.650,90	47,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					273.650,90
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					93,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					6,55
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.510.775,00	2.510.775,00	435.558,87	1.296.033,17	51,22
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	349.000,00	349.000,00	398,31	70.006,94	20,06
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.358.575,00	1.376.533,12	211.412,69	674.298,77	48,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	296.000,00	313.958,12	119.815,30	273.650,90	87,16
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.062.575,00	1.062.575,00	91.597,39	400.647,87	37,71
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.707.575,00	1.725.533,12	211.811,00	744.305,71	43,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-718.596,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.802,13
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					17.958,12
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (48 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-698.836,09
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.443.141,80
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,05
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	64.000,00	64.000,00	10.243,20	33.199,00	51,87
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	206.003,00	372.166,54	117.182,33	138.519,88	37,22
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	270.003,00	436.166,54	127.425,53	171.718,88	39,37
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.977.578,00	2.161.699,66	339.236,53	916.024,59	42,38

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	272.177,76	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.802,13	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	273.979,89	0,00

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito MunicipalElza Rinaldi Coser
Contadora

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 17.958,12, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Ibiam - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.167.735,59	1.222.447,02	0,00	945.288,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.167.735,59	1.222.447,02	0,00	945.288,57
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.167.735,59	-1.222.447,02		-945.288,57

FONTE:

Ibiam, 15/07/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser
Contadora

Ilhota**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 014/2014 - PMI**

Extrato de Contrato nº 014/2014 - PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 014/2014 - PMI

Processo: Dispensa nº 006/2014 - PMI

Objeto: Prestação de Serviço de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.

Fornecedor: SAY MÜLLER SERVIÇOS LTDA - EPP.

Valor: R\$ 50.400,00 (Cinquenta mil e quatrocentos reais)

Assinatura: 17/04/2014.

Vigência: Da assinatura até 15 dias.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Cancelamento do Aviso de Licitação TP 004 PMI 2014**AVISO DE CANCELAMENTO**

Fica cancelado o Aviso de Abertura de licitação referente à TOMADA DE PREÇO Nº 004/2014 - FMS Publicado em 15/07/2014 edição 1527 (DOM/SC).

Tatiana R. Reichert

Secretário de Administração

Ilhota, 17 de julho de 2014.

Imbituba**PREFEITURA****Publicação de Extrato de Inexigibilidade Nº 03/2014 (Semusa)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 30/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2014

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de 2.000 unidades da edição do jornal a importância da família no processo de educar e 2.000 unidades do jornal cultura da paz para uso nas campanhas educativas do programa saúde na escola da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 7.800,00

Empresa: Editora amigos da natureza Ltda.

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 15 de julho de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal da Saúde

Publicação de Extrato de Suspensão de Pregão Nº 26/2014(Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 09/2014 - Pregão Presencial 08/2014 por solicitação da Secretaria de Saúde para revisão do edital.

Imbituba, 17 de julho de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Portaria PMI/DGP Nº 324/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 324, de 16 de julho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora SANDRA PEREIRA DA COSTA RAIMUNDO, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 828.187.979-34, admitida em 12 de maio de 1994, contrato nº 511, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.09.2014 a 29.11.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 171, de 15 de Julho de 2014

DECRETO PMI Nº 171, DE 15 DE JULHO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- II - promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- III - estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- IV - incentivo e apoio à economia solidária;
- V - realização de eventos de cunho econômico e social;
- VI - divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- VII - elaboração e coordenação da execução da política e do plano municipal de meio ambiente;
- VIII - elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- IX - licenciamento, controle e fiscalização ambiental.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Gerência de Meio Ambiente
- 1. Supervisão de Fiscalização Ambiental

III - órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Desenvolvimento
- b) Conselho Municipal de Meio Ambiente

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico Sustentável ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	1	75% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	1	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI n 124, de 29 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 16 de julho de 2014.

Imbituba, 15 de julho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Anexo Único
(Decreto PMI nº 171/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- incentivo e apoio à economia solidária;
- realização de eventos de cunho econômico e social;
- divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- elaboração e coordenação da execução da política e do plano municipal de meio ambiente;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- licenciamento, controle e fiscalização ambiental.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de

atuação;

- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do

mesmo;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Portaria PMI/DGP Nº 325/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 325, de 16 de julho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora TELMA GONÇALVES PIRES DA COSTA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 749.720.229-49, admitida em 15 de janeiro de 1988, contrato nº 535, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.09.2014 a 29.11.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 172, de 15 de Julho de 2014.

DECRETO PMI Nº 172, DE 15 DE JULHO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo - SE-TUR, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;

II - promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;

III - estímulos à implantação de infraestrutura turística;

IV - incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;

V - realização de eventos de cunho turístico;

VI - divulgação das potencialidades turísticas do Município.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Turismo tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:
a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Desenvolvimento Turístico

1. Departamento de Articulação e Ordenamento Turístico

b) Diretoria de Infraestrutura Turística

III - órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Turismo

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III
DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Assessor(a) I	Gratificação	950,00
Assessor(a) II	Gratificação	600,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 123, de 29 de maio de 2014.

Art.7º Este Decreto entra em vigor no dia 16 de julho de 2014.

Imbituba, 15 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Anexo Único

(Decreto PMI nº 172/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- incentivo e apoio às atividades sócio-econômicas vinculadas ao turismo;
- realização de eventos de cunho turístico;
- divulgação das potencialidades turísticas do Município.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle

Interno.

- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser

implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para

levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;

- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao

desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 173, de 16 de Julho de 2014

DECRETO PMI Nº 173, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul - SDR/Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul - SDR/Sul, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º Às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Regional/Sul - SDR/Sul, compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional municipal sustentável;

II - estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;

III - propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;

IV - exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;

V - atuar na estruturação, implantação e manutenção da infraestrutura urbana da região.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:
a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:
a) Diretoria de Desenvolvimento Regional/Sul

III - órgão colegiado:

a) Conselho da Região de Planejamento I/Sul

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor Especial	Assessoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Assessor Especial	Gratificação	1.400,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 130 de 29 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 16 de julho de 2014.

Imbituba, 16 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo
Anexo Único
(Decreto PMI nº 173/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções**I - Cargos em Comissão:**

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional municipal sustentável;
- estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;
- propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;
- exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;
- atuar na estruturação, implantação e manutenção da infraestrutura urbana da região.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que

lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas

atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;

- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;

- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;

- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;

- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;

- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas

Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas

atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;

- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;

- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas

- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 174, de 16 de Julho de 2014

DECRETO PMI Nº 174, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Governo - SE-GOV, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013 e na Lei Complementar nº 4.349, de 12 de fevereiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Governo, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Governo compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;

II - executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;

III - assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;

IV - representação, atendimento e articulação política e social;

V - serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;

VI - coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;

VII - integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;

VIII - orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;

IX - constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º A Secretaria Municipal de Governo tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:
a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gabinete do Prefeito

b) Secretaria Executiva

1. Departamento de Cerimonial

2. Departamento de Eventos

c) Secretaria Especial de Comunicação

1. Departamento de Jornalismo

d) Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas

1. Gerência de Captação de Recursos

e) Gerência de Atos Normativos

III - órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage

b) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Governo para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Governo ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Secretário(a) Especial	Secretaria Especial	1	Remuneração	3.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.500,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gratificação	3.000,00
Secretário(a) Especial	Gratificação	2.400,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.800,00
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Motorista Executivo	Gratificação	1.400,00
Assessor(a) I	Gratificação	900,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	2	75% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 152, de 30 de junho de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 16 de julho de 2014.

Imbituba, 16 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Anexo Único
(Decreto PMI nº 174/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- as relações político-administrativas com os munícipes e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- representação, atendimento e articulação política e social;
- serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de

controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;

- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Secretário(a) Executivo

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus

aspectos protocolares;

- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Secretário(a) Especial

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação : Assessor I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação : Assessor IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Gabinete

Descrição Sumária:

- assistência direta e imediatamente, ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, especialmente, realizar estudos e análises que lhe sejam determinados, em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos da Administração Municipal;
- promover a articulação com os titulares dos órgãos superiores sobre assuntos submetidos à sua consideração pelo Chefe do Poder Executivo;
- avaliar as proposições normativas encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo;
- assistir ao Chefe do Poder Executivo na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura municipal e das entidades vinculadas;
- colaborar no planejamento e coordenar as ações integradas de gestão e modernização institucional;
- contribuir na promoção e disseminação de melhores práticas de gestão e desenvolvimento institucional;
- auxiliar o Chefe do Poder Executivo na definição de diretrizes e na implementação das ações da Administração Municipal;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Secretário(a) Executivo

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Secretário(a) Especial

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de

comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;

- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos

preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Motorista Executivo

Descrição Sumária:

- dirigir veículo oficial, com dedicação integral, zelando pelas normas de trânsito e segurança viária;
- aferir o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;
- preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;
- informar-se sobre o itinerário e conduzir veículo em viagens dentro e fora do território nacional;
- controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação do veículo, assim como as revisões nos prazos estabelecidos;
- zelar pela conservação e segurança do veículo e seus equipamentos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;
- manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Portaria PMI/DGP Nº 326/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 326, de 16 de julho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ROSINES ESPEZIM DOS SANTOS MARAZZI, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 591.551.759-53, admitida em 03 de março de 1986 - contrato nº 499 e em 07 de junho de 1994 - contrato nº 500, referente aos quinquênios devidos, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
(Matrícula nº 499) - 2006 a 2011	01.07.2014 a 28.09.2014
(Matrícula nº 500) - 2009 a 2014	

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 175, de 16 de Julho de 2014

DECRETO PMI Nº 175, DE 16 DE JULHO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde- SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - saúde pública e medicina preventiva;
- II - atividades médicas e odontológicas;
- III - educação para a saúde;
- IV - administração ambulatorial e controle hospitalar;
- V - vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- VI - gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII - controle, regulação, avaliação e auditoria.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a)Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde
- b) Gerência de Controle Administrativo
- c) Gerência de Compras
 - 1. Coordenadoria de Suprimentos
 - 2. Coordenadoria de Planejamento
 - 2.1Supervisão de Arquivo
 - 2.2Supervisão de Transporte e Pacientes
- d) Gerência de Manutenção de Bens Imóveis
- e) Gerência do Fundo Municipal de Saúde
- f) Gerência de Logística de Suprimentos
- g) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
 - 1. Auditoria Técnica
 - 2. Coordenadoria de Atenção Básica
 - 3. Programa de Melhoria da Atenção Básica
 - 3.1 Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
- h) Gerência da Estratégia de Saúde da Família
 - 1Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas
 - 1.1Supervisão do Centro de Referência de Saúde da Mulher
 - 1.2 Supervisão do Centro de Referência de Saúde do Homem
 - 1.3 Supervisão do Posto de Atendimento Médico Municipal - PAMM
 - 1.4 Supervisão de Urgências e Emergência
- i) Gerência de Apoio à Saúde da Família
 - 1. Supervisão do Programa Saúde na Escola
- j) Gerência dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF
- k) Departamento de Serviços de Referência em Saúde
 - 1.Coordenação Executiva da Policlínica
 - 2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
 - 3.Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
- l) Departamento de Prevenção e Combate às Drogas
 - 1. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS
- m) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 - 1.Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
 - 2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV
 - 2.1 Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti
 - 3. Coordenadoria de vigilância Sanitária e Ambiental
 - 3.1 Supervisão de Combate a Endemias
 - 3.2 Supervisão de Controle de Zoonoses
 - 3.3 Supervisão de Fiscalização Sanitária
 - 4. Coordenadoria de Saúde do Trabalhador e Vigilância Nutricional
 - 5. Coordenadoria de Assistência Farmacêutica
 - 5.1Supervisão da Farmácia Básica - SFB
 - 5.2Supervisão de Medicamentos e Insumos Estratégicos

III - órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenadoria	2	Remuneração	950,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	3	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) I	Gratificação	950,00
Assessor(a) II	Gratificação	600,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	8	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	11	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	14	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 119, de 29 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 16 de julho de 2014.

Imbituba, 16 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Anexo Único
(Decreto PMI nº 175/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- saúde pública e medicina preventiva;
- atividades médicas e odontológicas;
- educação para a saúde;
- administração ambulatorial e controle hospitalar;
- vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- assistência básica à saúde;
- controle, regulação, avaliação e auditoria.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;

- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de

sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;

- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II**Descrição Sumária:**

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III**Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV**Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas

atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:**Denominação: Gerente****Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)**Descrição Sumária:**

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)**Descrição Sumária:**

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de

processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;

- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Ipumirim

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 50/2014, Dispensa de Licitação Nº 13/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 50/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de entidade, para capacitar os operadores do sistema de garantia de direitos e conselheiros dos direitos das crianças e adolescentes, para a atuação qualificada no atendimento deste segmento no Município de Ipumirim-SC, a se realizar nos dias 18 e 20 de agosto de 2014. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 16/07/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 2.081 de 15 de Julho de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 81.835,15.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 124, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0081, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 40.000,00.

II - Código reduzido 131, Projeto 2.043 - Gestão das Políticas e Ações da Cultura, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0081, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 41.835,15.

TOTAL GERAL R\$ 81.835,15

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pela tendência de Excesso de Arrecadação verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Recursos Convênio SDR Seara, em virtude do termo de convênio TR 2511/2014, no montante de R\$ 40.000,00.

II - Pela tendência de Excesso de Arrecadação verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Recursos Convênio SDR Seara, em virtude do termo de convênio TR 2676/2014, no montante de R\$ 41.835,15.

TOTAL GERAL R\$81.835,15

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 15 de julho de 2.014.

Ipumirim-SC, 15 de julho de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Termo de Homologação do PL 47, DI 12-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 47/2014 Data do Processo: 15/07/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 47/2014
b) Licitação Nr.: 12/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 15/07/2014
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa devidamente autorizada, para atuar na prestação de serviços de segurança, nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2014, no período noturno para a realização do V Festival Regional da Canção de Inverno e VII Festival Municipal da Canção de Ipumirim - SC.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Martins e Martins Monitoramento EIRELI (9681)

1 contratação de empresa devidamente autorizada, para atuar na prestação de serviços de segurança, nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2014, no período noturno para a realização do V Festival Regional da Canção de Inverno e VII Festival Municipal da Canção de Ipumirim - SC.	SER	1,00	0,0000	3.900,00	3.900,00
--	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 3.900,00

Total Geral: 3.900,00

Ipumirim, 15 de Julho de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 50, DL 13-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 50/2014 Data do Processo: 16/07/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 50/2014
b) Licitação Nr.: 13/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 16/07/2014
e) Objeto da Licitação: Contratação de entidade para capacitar os operadores do sistema de garantia de direitos e conselheiros dos direitos das crianças e adolescentes para a atuação qualificada no atendimento deste segmento no Município de Ipumirim-SC, a se realizar nos dias 18 e 20 de agosto de 2014.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - EGEM (8567)

1 Contratação de entidade para capacitar os operadores do sistema de garantia de direitos e conselheiros dos direitos das crianças e adolescentes para a atuação qualificada no atendimento deste segmento no Município de Ipumirim-SC, a se realizar nos dias 18 e 20 de agosto de 2014.	SER	1,00	0,0000	7.897,00	7.897,00
---	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 7.897,00

Total Geral: 7.897,00

Ipumirim, 16 de Julho de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 3º BIMESTRE DE 2014

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)		R\$ 1,00.					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.671.987,27	20,56	12.075.962,09	53,13	10.651.677,91
	20.527.640,00	20.527.640,00	3.598.284,51	17,53	10.855.550,92	52,88	9.672.089,08
	1.295.400,00	1.295.400,00	196.385,18	15,16	602.601,04	46,52	692.798,96
	1.234.800,00	1.234.800,00	188.470,31	15,26	551.135,34	44,63	683.664,66
	60.600,00	60.600,00	7.914,87	13,06	51.485,70	84,93	9.134,30
	92.900,00	92.900,00	8.082,49	8,70	42.385,13	45,62	50.514,87
	92.900,00	92.900,00	8.082,49	8,70	42.385,13	45,62	50.514,87
	11.500,00	11.500,00	36.545,78	317,79	101.627,87	883,72	-90.127,87
	0,00	0,00	34.560,88	0,00	94.686,19	0,00	-94.686,19
	11.500,00	11.500,00	1.984,90	17,26	6.941,68	60,36	4.558,32
	19.500,00	19.500,00	2.191,94	11,24	15.414,57	79,05	4.085,43
	19.009.640,00	19.009.640,00	3.351.731,99	17,63	10.071.821,08	52,98	8.937.818,92
	18.837.940,00	18.837.940,00	3.266.607,60	17,34	9.941.131,30	52,77	8.896.808,70
	4.400,00	4.400,00	182,40	4,15	690,90	15,70	3.709,10
	167.300,00	167.300,00	84.941,99	50,77	129.998,88	77,70	37.301,12
	98.700,00	98.700,00	3.347,13	3,39	21.701,23	21,99	76.998,77
	52.800,00	52.800,00	1.358,21	2,57	8.651,99	16,39	44.148,01
	20.900,00	20.900,00	1.448,95	6,93	2.753,95	13,18	18.146,05
	24.600,00	24.600,00	610,71	2,48	8.678,44	35,28	15.921,56
400,00	400,00	-70,74	0,00	1.616,85	404,21	-1.216,85	
RECEITAS DE CAPITAL	2.200.000,00	2.200.000,00	1.073.702,76	48,80	1.220.411,17	55,47	979.588,83
	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00
	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00
	0,00	0,00	1.073.702,76	0,00	1.220.411,17	0,00	-1.220.411,17
	0,00	0,00	1.073.702,76	0,00	1.220.411,17	0,00	-1.220.411,17
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.671.987,27	20,56	12.075.962,09	53,13	10.651.677,91

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.671.987,27	20,56	12.075.962,09	53,13
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.727.640,00	22.727.640,00	4.671.987,27	20,56	12.075.962,09	53,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	385.487,33	—	—	188.081,73	—
Superávit Financeiro	—	385.487,33	—	—	188.081,73	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.727.640,00	2.698.172,46	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	10.015.037,19	39,39
DESPESAS CORRENTES	19.330.400,00	322.351,37	19.652.751,37	3.105.866,40	10.990.808,11	3.299.257,96	8.924.120,63	45,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.105.067,92	-36.602,40	11.068.465,52	1.661.589,01	4.959.468,87	1.672.223,01	4.919.541,37	44,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	84.500,00	0,00	84.500,00	7.752,26	24.532,27	7.752,26	24.532,27	29,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.140.832,08	358.953,77	8.499.785,85	1.436.525,13	6.006.806,97	1.619.282,69	3.980.046,99	46,83
DESPESAS DE CAPITAL	3.297.240,00	2.386.131,09	5.683.371,09	1.322.729,78	2.840.637,05	733.867,86	1.090.916,56	19,19
INVESTIMENTOS	3.044.240,00	2.386.131,09	5.430.371,09	1.279.559,40	2.711.125,91	690.697,48	961.405,42	17,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	253.000,00	0,00	253.000,00	43.170,38	129.511,14	43.170,38	129.511,14	51,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	-10.310,00	89.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.727.640,00	2.698.172,46	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	10.015.037,19	15.410.775,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.727.640,00	2.698.172,46	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	10.015.037,19	15.410.775,27
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.060.924,90	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.727.640,00	2.698.172,46	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	12.075.962,09	15.410.775,27

FONTE:
IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	10.015.037,19	100,00	39,39	15.410.775,27
Legislativa	870.244,00	870.244,00	92.851,28	274.725,78	93.895,97	269.426,58	2,69	30,96	600.817,42
Ação Legislativa	870.244,00	870.244,00	92.851,28	274.725,78	93.895,97	269.426,58	2,69	30,96	600.817,42
Essencial à Justiça	56.000,00	56.000,00	5.799,08	21.062,14	5.927,18	20.010,34	0,20	35,73	35.989,66
Defesa da Ordem Jurídica	56.000,00	56.000,00	5.799,08	21.062,14	5.927,18	20.010,34	0,20	35,73	35.989,66
Administração	2.063.850,38	2.128.850,38	331.607,51	1.295.976,19	367.377,09	1.061.622,71	10,60	49,87	1.067.227,67
Planejamento e Orçamento	112.000,00	112.000,00	17.671,27	54.722,55	17.671,27	54.722,55	0,55	48,86	57.277,45
Administração Geral	1.884.850,38	1.949.850,38	303.562,54	1.208.639,86	339.332,12	974.286,38	9,73	49,97	975.564,00
Controle Interno	67.000,00	67.000,00	10.373,70	32.613,78	10.373,70	32.613,78	0,33	48,68	34.386,22
Segurança Pública	75.000,00	75.000,00	0,00	68.000,00	10.000,00	33.600,00	0,34	44,80	41.400,00
Policimento	25.000,00	25.000,00	0,00	18.000,00	0,00	3.600,00	0,04	14,40	21.400,00
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	10.000,00	30.000,00	0,30	60,00	20.000,00
Assistência Social	251.600,00	267.525,49	17.493,20	96.432,66	18.849,88	68.422,84	0,68	25,58	199.102,65
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.000,00	140.000,00	10.715,55	41.597,95	10.695,82	34.809,13	0,35	24,86	105.190,87
Assistência Comunitária	111.600,00	127.525,49	6.777,65	54.834,71	8.154,06	33.613,71	0,34	26,36	93.911,78
Saúde	5.214.664,30	5.274.974,30	654.361,09	3.467.600,01	874.007,50	2.569.589,45	25,66	48,71	2.705.384,85
Atenção Básica	3.476.164,30	3.526.164,30	528.304,34	1.865.876,70	559.981,18	1.750.676,39	17,48	49,65	1.775.487,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.560.500,00	1.570.810,00	96.498,06	1.516.963,30	285.695,61	735.381,03	7,34	46,82	835.428,97
Suporte Profilático e Terapêutico	41.000,00	41.000,00	11.068,10	25.585,74	11.068,10	25.585,74	0,26	62,40	15.414,26
Vigilância Sanitária	96.100,00	96.100,00	12.656,72	40.218,35	12.276,72	39.838,35	0,40	41,46	56.261,65
Vigilância Epidemiológica	40.900,00	40.900,00	5.833,87	18.955,92	4.985,89	18.107,94	0,18	44,27	22.792,06
Educação	5.304.685,32	6.263.935,33	1.684.615,50	3.031.514,94	836.113,83	2.047.411,98	20,44	32,69	4.216.523,35
Alimentação e Nutrição	109.700,00	139.700,00	21.561,82	70.980,01	32.203,75	68.119,32	0,68	48,76	71.580,68
Ensino Fundamental	3.659.985,32	4.569.235,33	1.410.685,78	2.413.493,12	569.537,06	1.469.455,49	14,67	32,16	3.089.779,84
Ensino Médio	271.900,00	271.900,00	41.426,23	69.008,82	41.426,23	69.008,82	0,69	25,38	202.891,18
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	36.289,92	64.299,99	36.289,92	64.299,99	0,64	64,30	35.700,01
Educação Infantil	1.158.100,00	1.178.100,00	174.651,75	413.638,00	156.656,87	376.433,36	3,76	31,95	801.666,64
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	95,00	0,00	95,00	0,00	1,90	4.905,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	10.015.037,19	100,00	39,39
Cultura	105.000,00	105.000,00	6.032,31	32.404,42	12.210,07	18.394,97	0,18	17,52
Difusão Cultural	105.000,00	105.000,00	6.032,31	32.404,42	12.210,07	18.394,97	0,18	17,52
Urbanismo	3.695.900,00	3.701.820,00	220.532,76	1.151.014,72	299.765,27	856.755,46	8,55	23,14
Infra-Estrutura Urbana	2.875.600,00	2.875.600,00	134.594,51	537.294,31	165.361,39	434.603,82	4,34	15,11
Serviços Urbanos	820.300,00	826.220,00	85.938,25	613.720,41	134.403,88	422.151,64	4,22	51,09
Saneamento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	53.000,00	53.000,00	1.200,00	20.440,50	3.300,00	12.398,00	0,12	23,39
Preservação e Conservação Ambiental	23.000,00	23.000,00	0,00	16.742,50	3.300,00	9.900,00	0,10	43,04
Recursos Hídricos	30.000,00	30.000,00	1.200,00	3.698,00	0,00	2.498,00	0,02	8,33
Agricultura	1.273.000,00	1.843.000,00	443.521,37	1.328.924,64	244.217,48	524.231,25	5,23	28,44
Abastecimento	452.000,00	452.000,00	76.754,21	265.350,72	80.552,32	241.515,33	2,41	53,43
Extensão Rural	458.000,00	1.028.000,00	315.000,00	888.640,00	108.000,00	111.940,00	1,12	10,89
Promoção da Produção Agropecuária	160.000,00	160.000,00	19.615,74	73.076,34	23.513,74	66.918,34	0,69	43,07
Defesa Agropecuária	203.000,00	203.000,00	32.151,42	101.857,58	32.151,42	101.857,58	1,02	50,18
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	110.000,00	112.000,00	0,00	102.000,00	0,00	102.000,00	1,02	91,07
Promoção Comercial	110.000,00	112.000,00	0,00	102.000,00	0,00	102.000,00	1,02	91,07
Transporte	1.861.196,00	2.891.272,96	741.385,41	2.074.296,30	991.503,66	1.691.712,67	16,89	58,51
Transporte Rodoviário	1.861.196,00	2.891.272,96	741.385,41	2.074.296,30	991.503,66	1.691.712,67	16,89	58,51
Desporto e Lazer	368.000,00	368.000,00	55.649,55	174.346,28	58.006,50	145.352,60	1,45	39,50
Desporto Comunitário	368.000,00	368.000,00	55.649,55	174.346,28	58.006,50	145.352,60	1,45	39,50
Encargos Especiais	1.300.500,00	1.300.500,00	173.547,12	692.706,58	217.951,39	594.108,34	5,93	45,68
Serviço da Dívida Interna	337.500,00	337.500,00	50.922,64	154.043,41	50.922,64	154.043,41	1,54	45,64
Outros Encargos Especiais	963.000,00	963.000,00	122.624,48	538.663,17	167.028,75	440.064,93	4,39	45,70

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	10.015.037,19	100,00	39,39	15.410.775,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	89.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.690,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.727.640,00	25.425.812,46	4.428.596,18	13.831.445,16	4.033.125,82	10.015.037,19	100,00	39,39	15.410.775,27

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski

Contador CRCSC 026089/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
	RECEITAS CORRENTES (I)	1.754.537,44	1.973.957,28	2.152.536,80	2.150.191,87	2.131.758,46	2.447.955,86	2.195.433,52	2.212.327,48	1.933.287,34	2.141.014,53	2.248.239,62	1.970.123,62	25.311.453,94	23.972.200,00
	RECEITA TRIBUTÁRIA	98.409,86	121.131,14	193.526,95	83.518,76	91.185,48	98.050,88	91.793,80	114.749,10	68.554,42	131.118,54	104.969,98	91.415,19	1.288.424,11	1.295.400,00
	I.P.T.U.	11.922,79	28.910,02	88.610,92	3.208,64	791,09	890,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.333,50	136.000,00
	I.R.R.F.	23.514,52	24.647,35	25.154,47	26.513,47	41.608,82	27.838,99	26.559,68	15.513,15	13.028,09	60.187,86	29.959,28	30.558,10	345.083,78	335.800,00
	I.S.S.	51.739,33	57.281,12	52.429,12	40.238,17	33.767,54	46.213,34	45.082,94	46.388,14	42.509,95	46.107,78	55.571,91	52.085,98	569.401,32	645.000,00
	I.T.B.I.	10.823,82	9.552,24	26.895,74	12.090,00	14.080,70	22.440,00	14.373,65	19.530,59	9.212,89	24.190,31	12.059,75	8.229,29	183.478,98	118.000,00
	Outras Receitas Tributárias	409,40	740,41	436,70	1.468,48	937,33	668,51	5.797,53	33.317,22	3.803,49	632,59	7.373,05	541,82	56.126,53	60.600,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.744,43	0,00	7.493,90	15.396,13	8.370,35	7.929,54	9.054,53	8.396,15	8.538,06	8.313,90	8.082,49	0,00	88.319,48	92.900,00
	RECEITA PATRIMONIAL	7.889,88	7.796,43	8.885,18	9.210,40	12.833,78	9.828,08	4.735,58	27.890,20	16.600,57	16.055,74	19.703,44	16.842,34	157.817,62	11.500,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	15.473,58	10.066,74	6.119,15	8.536,65	4.989,67	7.016,60	4.279,41	270,50	5.058,13	3.614,59	1.019,77	1.172,17	67.616,96	19.500,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.622.965,98	1.926.024,90	1.930.066,02	2.022.739,73	2.006.884,80	2.317.406,47	2.082.722,26	2.054.729,42	1.829.719,70	1.977.714,17	2.113.565,29	1.858.335,45	23.642.894,19	22.454.200,00
	Cota-Parte do F.P.M.	325.915,82	426.129,77	352.278,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	5.727.807,81	5.660.800,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	828.615,56	868.781,69	923.867,94	897.442,34	985.524,34	981.345,28	987.415,49	939.863,17	953.466,56	929.380,02	944.707,73	958.429,07	11.198.039,24	10.887.800,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	75.510,03	93.455,57	61.948,17	73.416,67	55.701,98	16.797,07	28.100,18	48.840,39	59.691,47	71.185,97	81.232,87	75.064,74	740.937,11	669.200,00
	Cota-Parte do ITR.	102,42	0,00	1.286,97	67.778,94	87,94	121,63	47,63	0,00	43,65	119,57	0,00	0,00	69.588,75	1.500,00
	Outras Transferências Correntes	145.066,93	170.686,39	323.401,86	369.928,14	181.388,28	285.813,43	175.011,06	142.736,69	176.917,54	276.959,96	219.761,63	115.798,87	2.583.460,78	1.977.800,00
	Transferências da LC 61/1989	13.302,89	14.234,18	12.947,82	13.841,33	15.353,63	16.409,71	15.793,38	13.371,05	13.065,23	14.218,94	15.465,42	14.729,99	172.733,57	166.300,00
	Transferências da LC 87/1996	4.079,20	4.079,20	4.079,20	4.079,20	4.079,20	4.079,20	4.173,46	4.173,46	0,00	4.173,46	4.173,46	4.173,46	45.342,50	50.500,00
	Transferências do FUNDEB	230.393,13	248.658,10	250.655,77	243.567,35	274.173,55	272.758,75	277.349,70	270.551,76	249.741,96	251.630,15	275.134,88	260.369,33	3.104.984,43	3.021.300,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.033,71	8.938,07	6.845,60	10.790,20	7.494,38	7.724,29	2.847,94	6.492,11	4.816,46	4.197,59	988,64	2.358,49	66.327,48	98.700,00
	DEDUÇÕES (II)	249.504,89	281.335,88	271.201,45	281.846,59	310.264,37	304.947,09	326.072,06	328.287,98	280.611,83	289.824,59	323.733,50	296.435,25	3.544.067,48	3.444.560,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	249.504,89	281.335,88	271.201,45	281.846,59	310.264,37	304.947,09	326.072,06	328.287,98	280.611,83	289.824,59	323.733,50	296.435,25	3.544.067,48	3.444.560,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.505.032,55	1.692.621,40	1.881.135,35	1.868.345,28	1.821.494,09	2.143.008,77	1.869.361,46	1.884.039,50	1.652.675,51	1.851.189,94	1.924.596,12	1.673.688,39	21.767.386,36	20.527.640,00
FONTE:															
IPUMIRIM, 15/07/2014															
Valdir Zanella															
Juliano Babinski															
Prefeito de Ipumirim															
Contador CRCSC 0260890-9															

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Semestre	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Semestre	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	708.143,33	708.143,33	578.632,19
DEDUÇÕES (II)	1.788.163,98	1.788.163,98	3.435.738,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.788.448,33	1.788.448,33	3.448.990,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	9.793,21
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	284,35	284,35	23.045,61
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.080.020,65	-1.080.020,65	-2.857.106,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	124.809,93	124.809,93	120.298,77
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.204.830,58	-1.204.830,58	-2.977.405,07

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-1.772.574,49	-1.772.574,49

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.450.000,04

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.527.640,00	10.760.864,73	10.760.864,73	9.676.468,51
Receita Tributária	1.295.400,00	602.601,04	602.601,04	608.678,64
I.P.T.U.	136.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	645.000,00	287.732,70	287.732,70	325.219,99
I.T.B.I.	118.000,00	87.596,48	87.596,48	72.972,17
I.R.R.F.	335.800,00	175.806,16	175.806,16	153.706,27
Outras Receitas Tributárias	60.600,00	51.465,70	51.465,70	56.780,21
Receita de Contribuição	92.900,00	42.385,13	42.385,13	46.809,15
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	92.900,00	42.385,13	42.385,13	46.809,15
Receita Patrimonial Líquida	11.500,00	6.941,68	6.941,68	5.592,16
Receita Patrimonial	11.500,00	101.627,87	101.627,87	38.990,89
(-) Aplicações Financeiras	0,00	94.686,19	94.686,19	33.398,73
Transferências Correntes	19.009.640,00	10.071.821,08	10.071.821,08	8.919.635,00
F.P.M.	4.575.100,00	2.431.786,51	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	8.710.240,00	4.570.610,22	4.570.610,22	4.024.941,21
Convênios	167.300,00	129.998,88	129.998,88	76.060,48
Outras Transferências Correntes	5.557.000,00	2.939.425,47	2.939.425,47	2.561.958,20
Demais Receitas Correntes	118.200,00	37.115,80	37.115,80	95.753,56
Dívida Ativa	24.600,00	8.678,44	8.678,44	6.706,79
Diversas Receitas Correntes	93.600,00	28.437,36	28.437,36	89.046,77
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.200.000,00	1.220.411,17	1.220.411,17	13.985,02
Operações de Crédito (III)	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.220.411,17	1.220.411,17	13.985,02
Convênios	0,00	1.220.411,17	1.220.411,17	13.985,02
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	1.220.411,17	1.220.411,17	13.985,02
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.527.640,00	11.981.275,90	11.981.275,90	9.690.453,53

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.652.751,37	8.924.120,63	8.924.120,63	8.641.033,01
Pessoal e Encargos Sociais	11.068.465,52	4.919.541,37	4.919.541,37	4.747.198,10
Juros e Encargos da Dívida (IX)	84.500,00	24.532,27	24.532,27	29.899,97
Outras Despesas Correntes	8.499.785,85	3.980.046,99	3.980.046,99	3.863.934,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.568.251,37	8.899.588,36	8.899.588,36	8.611.133,04
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.683.371,09	1.090.916,56	1.090.916,56	423.910,05
Investimentos	5.430.371,09	961.405,42	961.405,42	313.306,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	253.000,00	129.511,14	129.511,14	110.603,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.430.371,09	961.405,42	961.405,42	313.306,29

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	89.690,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	25.088.312,46	9.860.993,78	9.860.993,78	8.924.439,33
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.560.672,46	2.120.282,12	2.120.282,12	766.014,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	188.081,73	724.509,33
Superávit Financeiro	-	-	188.081,73	724.509,33
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.200.000,00

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.262.900,00	1.262.900,00	189.218,88	557.643,92	44,16
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	158.900,00	158.900,00	162,44	1.871,92	1,18
1.1.1- IPTU	151.000,00	151.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.900,00	4.900,00	117,92	1.562,57	31,89
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	44,52	309,35	15,47
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	118.000,00	118.000,00	20.689,04	90.796,48	76,95
1.2.1- ITBI	118.000,00	118.000,00	20.689,04	90.796,48	76,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.200,00	650.200,00	107.850,02	289.169,36	44,47
1.3.1- ISS	645.000,00	645.000,00	107.663,89	287.732,70	44,61
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	500,00	500,00	77,23	599,54	119,91
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	4.700,00	4.700,00	85,97	739,56	15,74
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	22,93	97,56	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	335.800,00	335.800,00	60.517,38	175.806,16	52,35
1.4.1- IRRF	335.800,00	335.800,00	60.517,38	175.806,16	52,35
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.280.875,00	17.280.875,00	3.100.846,03	9.224.832,76	53,38
2.1- Cota-Parte FPM	5.486.575,00	5.486.575,00	1.002.869,29	3.039.732,94	55,40
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.254.275,00	5.254.275,00	1.002.869,29	3.039.732,94	57,85
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	232.300,00	232.300,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.887.800,00	10.887.800,00	1.903.136,80	5.713.262,04	52,47
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.500,00	50.500,00	8.346,92	20.867,30	41,32
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	156.300,00	156.300,00	30.195,41	86.644,01	55,43
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	0,00	210,85	14,06
2.6- Cota-Parte IPVA	698.200,00	698.200,00	156.297,61	364.115,62	52,15
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.543.775,00	18.543.775,00	3.290.064,91	9.782.476,68	52,75
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	2.180,56	4.573,88	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	2.180,56	4.573,88	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	167.300,00	167.300,00	34.942,00	216.597,41	129,47
6.1- Transferências de Convênios	167.300,00	167.300,00	34.942,00	216.597,41	129,47
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	476.600,00	476.600,00	54.328,17	199.766,21	41,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	643.900,00	643.900,00	91.450,73	420.937,50	65,37

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.444.560,00	3.444.560,00	620.168,75	1.844.965,21	53,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.085.700,00	1.085.700,00	200.573,82	607.946,43	56,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.177.560,00	2.177.560,00	380.627,17	1.142.651,82	52,47
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.100,00	10.100,00	1.669,38	4.173,45	41,32
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	31.260,00	31.260,00	6.039,06	17.328,74	55,43
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	0,00	42,13	14,04
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	139.640,00	139.640,00	31.259,32	72.822,64	52,15
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.021.300,00	3.021.300,00	543.133,99	1.601.990,59	53,02
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.021.300,00	3.021.300,00	535.504,21	1.584.777,78	52,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	7.629,78	17.212,81	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-423.260,00	-423.260,00	-84.664,54	-260.187,43	61,47
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.472.631,92	2.472.710,95	364.807,67	877.853,84	35,50
13.1- Com Educação Infantil	497.000,00	497.000,00	53.856,12	133.508,87	26,86
13.2- Com Ensino Fundamental	1.975.631,92	1.975.710,95	310.951,55	744.344,97	37,67
14- OUTRAS DESPESAS	548.668,08	581.130,65	84.141,16	230.624,64	39,69
14.1- Com Educação Infantil	350.000,00	370.000,00	57.275,21	156.331,48	42,25
14.2- Com Ensino Fundamental	198.668,08	211.130,65	26.865,95	74.293,16	35,19
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.021.300,00	3.053.841,60	448.948,83	1.108.478,48	36,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.108.478,48
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					54,80
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					14,40
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					30,81
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.635.943,75	4.635.943,75	822.516,23	2.445.619,17	52,75
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.146.000,00	1.166.000,00	156.656,87	376.433,36	32,28
23.1- Creche	174.000,00	174.000,00	26.823,45	50.564,69	29,06
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	174.000,00	174.000,00	26.823,45	50.564,69	29,06
23.2- Pré-escola	125.000,00	125.000,00	18.702,09	36.028,32	28,82
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	125.000,00	125.000,00	18.702,09	36.028,32	28,82
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.212.585,32	3.225.126,92	533.609,55	1.286.914,57	39,90
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.174.300,00	2.186.841,60	337.817,50	818.638,13	37,43
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.038.285,32	1.038.285,32	195.792,05	468.276,44	45,10
25- ENSINO MÉDIO	271.900,00	271.900,00	41.426,23	69.008,82	25,38
26- ENSINO SUPERIOR	100.000,00	100.000,00	36.289,92	64.299,99	64,30
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.730.485,32	4.763.026,92	767.982,57	1.796.656,74	37,72
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-260.187,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					17.212,81
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					32.541,60
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					472,78
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-209.960,24
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.873.308,17
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					19,15
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	307.300,00	307.300,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	236.900,00	1.133.608,41	60.981,79	215.753,19	19,03
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	544.200,00	1.440.908,41	60.981,79	215.753,19	14,97
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.274.685,32	6.203.935,33	828.964,36	2.012.409,93	32,44

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	472,78
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	472,78
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	66.704,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.584.777,78	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.127.963,03	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.118.937,75	0,00
49.2 Restos a Pagar	9.025,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	17.212,81	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	540.732,33	0,00

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella	Juliano Babinski
Prefeito de Ipumirim	Contador CRCSC 026089/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 32.541,60, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.683.371,09	1.090.916,56	0,00	4.592.454,53
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.683.371,09	1.090.916,56	0,00	4.592.454,53
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.483.371,09	-1.090.916,56		-2.392.454,53

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 01/01/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.094,10	0,00	1.094,10

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.262.900,00	1.262.900,00	557.643,92	44,16
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	151.000,00	151.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	118.000,00	118.000,00	90.796,48	76,95
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	645.000,00	645.000,00	287.732,70	44,61
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	335.800,00	335.800,00	175.806,16	52,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.500,00	1.500,00	599,54	39,97
Dívida Ativa dos Impostos	9.600,00	9.600,00	2.302,13	23,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	406,91	20,35
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.222.800,00	17.222.800,00	9.224.832,76	53,56
Cota-Parte FPM	5.428.500,00	5.428.500,00	3.039.732,94	56,00
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	210,85	14,06
Cota-Parte IPVA	698.200,00	698.200,00	364.115,62	52,15
Cota-Parte ICMS	10.887.800,00	10.887.800,00	5.713.262,04	52,47
Cota-Parte IPI-Exportação	156.300,00	156.300,00	86.644,01	55,43
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	50.500,00	50.500,00	20.867,30	41,32
Desoneração ICMS (LC 87/96)	50.500,00	50.500,00	20.867,30	41,32
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.485.700,00	18.485.700,00	9.782.476,68	52,92

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	995.200,00	995.200,00	524.303,93	52,68
Provenientes da União	839.700,00	839.700,00	447.256,95	53,26
Provenientes dos Estados	143.100,00	143.100,00	70.115,94	49,00
Provenientes de Outros Municípios	12.400,00	12.400,00	6.931,04	55,90
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	995.200,00	995.200,00	524.303,93	52,68

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.887.664,30	4.947.974,30	3.448.594,31	69,70	2.558.573,75	51,71
Pessoal e Encargos Sociais	2.659.000,00	2.611.200,00	1.341.276,82	51,37	1.337.676,82	51,23
Outras Despesas Correntes	2.228.664,30	2.336.774,30	2.107.317,49	90,18	1.220.896,93	52,25

Continua 1/4

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
		4.947.974,30	3.448.594,31	69,70	2.558.573,75	51,71
DESPESAS DE CAPITAL	327.000,00	327.000,00	19.005,70	5,81	11.015,70	3,37
Investimentos	327.000,00	327.000,00	19.005,70	5,81	11.015,70	3,37
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.214.664,30	5.274.974,30	3.467.600,01	65,74	2.569.589,45	48,71
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.423.800,00	1.473.800,00	464.225,13	13,39	380.979,72	14,83
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.123.800,00	1.173.800,00	464.225,13	13,39	380.979,72	14,83
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.423.800,00	1.473.800,00	464.225,13	13,39	380.979,72	14,83
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.790.864,30	3.801.174,30	3.003.374,88	52,35	2.188.609,73	33,88
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE SAÚDE (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						22,37
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/16]³						721.238,23

Continua 2/4

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013	0,00	0,00	29.105,28	-29.105,28	0,00
TOTAL	0,00	0,00	29.105,28	-29.105,28	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (j/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.476.164,30	3.526.164,30	1.865.876,70	53,81	1.750.676,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.560.500,00	1.570.810,00	1.516.963,30	43,75	735.381,03
Suporte Profilático e Terapêutico	41.000,00	41.000,00	25.585,74	0,74	25.585,74
Vigilância Sanitária	96.100,00	96.100,00	40.218,35	1,16	39.838,35
Vigilância Epidemiológica	40.900,00	40.900,00	18.955,92	0,55	18.107,94
TOTAL	5.214.664,30	5.274.974,30	3.467.600,01	100,00	2.569.589,45
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Continua 3/4

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

⁴Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times Ilb/100)$

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella	Juliano Babinski
Prefeito de Ipumirim	Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	22.727.640,00	
Previsão Atualizada		—	22.727.640,00	
Receitas Realizadas		12.075.962,09	12.075.962,09	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	188.081,73	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	22.727.640,00	
Créditos Adicionais		—	2.698.172,46	
Dotação Atualizada		—	25.425.812,46	
Despesas Empenhadas		13.831.445,16	13.831.445,16	
Despesas Liquidadas		10.015.037,19	10.015.037,19	
Superavit Orçamentário		—	2.060.924,90	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		13.831.445,16	13.831.445,16	
Despesas Liquidadas		10.015.037,19	10.015.037,19	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			21.767.386,36	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		2.450.000,04	-1.772.574,49	-72,35
Resultado Primário		-2.200.000,00	2.120.282,12	-96,38
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	511.528,10	1.447,33	483.315,70	26.765,07
EXECUTIVO	492.869,76	1.447,33	482.011,32	9.411,11
LEGISLATIVO	3.750,00	0,00	1.304,38	2.445,62
EXECUTIVO	14.908,34	0,00	0,00	14.908,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	284,35	0,00	284,35	0,00
EXECUTIVO	284,35	0,00	284,35	0,00
TOTAL:	511.812,45	1.447,33	483.600,05	26.765,07
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.873.308,17	25%	19,15
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		877.853,84	60%	54,80
Liquidadas		877.853,84		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.200.000,00	

Continua 1/2

Município de IPUMIRIM - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			1.090.916,56	4.592.454,53
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.188.609,73	15,00	22,37
Liquidadas		2.188.609,73		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
 Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
 Contador CRCSC 026089/O-9

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 1º BIMESTRE DE 2.014

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.280.480,50	74.231,09
Pessoal Ativo	9.560.353,79	66.331,09
Pessoal Inativo e Pensionista	720.126,71	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	7.900,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.280.480,50	74.231,09
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	10.354.711,59	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.767.386,36	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,57	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	11.754.388,63	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	11.166.669,20	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	10.578.949,77	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla
Tecnico do Controle Interno

Gilmar Biffi
Secretário do Planejamento e Finanças

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	708.143,33	578.632,19	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	708.143,33	578.632,19	0,00
Interna	708.143,33	578.632,19	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.788.163,98	3.435.738,49	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.788.448,33	3.448.990,89	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	9.793,21	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	284,35	23.045,61	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.080.020,65	-2.857.106,30	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.621.702,68	21.767.386,36	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,43%	2,66%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-5,24%	-13,13%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	24.746.043,22	26.120.863,63	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	22.271.438,89	23.508.777,27	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	708.143,33	578.632,19	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	124.809,93	120.298,77	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	124.809,93	120.298,77	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	124.809,93	120.298,77	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	583.333,40	458.333,42	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	11.631,33	81.596,64	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	511.528,10	3.843.173,04	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla
Técnico do Controle Interno

Gilmar Biffi
Secretário do Planejamento e Finanças

FONTE:

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	20.621.702,68	21.767.386,36	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.536.774,59	4.788.825,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.083.097,13	4.309.942,50	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla
Técnico do Controle Interno

Gilmar Biffi
Secretário do Planejamento e Finanças

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.767.386,36	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.482.781,82	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.134.503,64	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.523.717,05	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

IPUMIRIM, 15/07/2014

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla
Técnico do Controle Interno

Gilmar Biffi
Secretário do Planejamento e Finanças

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.354.711,59	47,57
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.754.388,63	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.166.669,20	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.857.106,30	-13,13
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.120.863,63	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.788.825,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.482.781,82	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.523.717,05	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.386.044,36	0,00

FONTE:

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação 46/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 46/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Ceres - Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

Irineópolis, 07 de julho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 44/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 44/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Mapfre Seguros Gerais S.A.

Irineópolis, 14 de julho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 42/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 44/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Mapfre Seguros Gerais S.A.

Irineópolis, 14 de julho de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2619/2014

Decreto nº 2619/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$

55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA		
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.0255 (116)	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
T O T A L		R\$ 55.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 255 - Recursos Transferências da União - Defesa Civil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de julho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

Contratos Mês de Junho 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 109/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: ADEMAR BENDER
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2014
Recursos : Dotação: 2.007.4.4.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 50.000,00

Objeto : Locação de área de terra para exploração mineral de jazida através do processo de Lavra a Céu aberto por escavação em área de 5,00 ha e área útil de 0,6 ha; produção anual de 1200m³/ano, de propriedade do Senhor Ademar Bender, localizada na Linha Passo do Uvã, Interior, neste município.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 110/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: SIBYLA BURNIER
Valor : 30.000,00 (trinta mil reais)
Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2014
Recursos : Dotação: 2.007.4.4.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 30.000,00

Objeto : Locação de área de terra para exploração mineral de jazida através do processo de Lavra a Céu aberto por escavação, de propriedade da Senhora Sibyla Burnier, localizada na Linha Adolfo Konder, Interior, neste município.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 111/2014 - Contrato Nº.: 1/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: ECGT CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 12/06/2014 Término: 23/07/2014
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para revitalização do entorno da rodoviária municipal.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 112/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
Valor : 14.200,00 (quatorze mil duzentos reais)
Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40),

1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
Objeto : Aquisição de um trator agrícola, novo e uma ensiladeira colhedora de forragens em linha, nova.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 113/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRÍCOLAS SANTA CATARINA LTDA
Valor : 90.000,00 (noventa mil reais)
Vigência : Início: 23/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
Objeto : Aquisição de um trator agrícola, novo e uma ensiladeira colhedora de forragens em linha, nova.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 114/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRÍCOLAS SANTA CATARINA LTDA
Valor : 108.000,00 (cento e oito mil reais)
Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 115/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
Valor : 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
Objeto : Aquisição de um trator agrícola, duas ensiladeiras colhedoras de forragens em linha, um distribuidor de adubo líquido, um arado subsolar, uma grade aradora e uma carreta basculante para trator, todos os bens/equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 116/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRÍCOLAS SANTA CATARINA LTDA
Valor : 110.900,00 (cento e dez mil novecentos reais)
Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
Objeto : Aquisição de um trator agrícola, duas ensiladeiras colhedoras de forragens em linha, um distribuidor de adubo líquido, um arado subsolar, uma grade aradora e uma carreta basculante para trator, todos os bens/equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 117/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA
 Valor : 15.850,00 (quinze mil oitocentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
 Objeto : Aquisição de um trator agrícola, duas ensiladeiras colhedoras de forragens em linha, um distribuidor de adubo líquido, um arado subsolar, uma grade aradora e uma carreta basculante para trator, todos os bens/equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 118/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: VANDERLEI DE FREITAS LTDA
 Valor : 17.000,00 (dezesete mil reais)
 Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
 Objeto : Aquisição de um trator agrícola, duas ensiladeiras colhedoras de forragens em linha, um distribuidor de adubo líquido, um arado subsolar, uma grade aradora e uma carreta basculante para trator, todos os bens/equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 119/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
 Valor : 14.800,00 (quatorze mil oitocentos reais)
 Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (39), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
 Objeto : Aquisição de dois tratores agrícolas, uma ensiladeira colhedora de forragem, uma grade aradora, um distribuidor de adubo líquido e uma carreta basculante, todos os equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 123/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME
 Valor : 33.947,61 (trinta e três mil novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos)
 Vigência : Início: 27/06/2014 Término: 26/08/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014
 Recursos : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (113), 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (258)
 Objeto : Contratação de empresa para reforma e reestruturação da Praça da Vila Gerasul, neste município.

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 120/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: PIPPI MÁQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA LTDA
 Valor : 205.900,00 (duzentos e cinco mil novecentos reais)
 Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (39), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
 Objeto : Aquisição de dois tratores agrícolas, uma ensiladeira colhedora de forragem, uma grade aradora, um distribuidor de adubo líquido e uma carreta basculante, todos os equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 121/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA
 Valor : 15.850,00 (quinze mil oitocentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (39), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
 Objeto : Aquisição de dois tratores agrícolas, uma ensiladeira colhedora de forragem, uma grade aradora, um distribuidor de adubo líquido e uma carreta basculante, todos os equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 122/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: VANDERLEI DE FREITAS LTDA
 Valor : 13.000,00 (treze mil reais)
 Vigência : Início: 24/06/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
 Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (39), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (254)
 Objeto : Aquisição de dois tratores agrícolas, uma ensiladeira colhedora de forragem, uma grade aradora, um distribuidor de adubo líquido e uma carreta basculante, todos os equipamentos novos.

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 124/2014 - Contrato Nº: 95/2011
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
 Contratada...: MARMORITA INDÚSTRIA DE MÁRMORE LTDA-ME
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 27/06/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2011
 Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE TEMPO PARA DEVOLUÇÃO DO BEM

LEIDE MARA BENDER
 PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 125/2014 - Contrato Nº: 290/2011
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ
Contratada...: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUST DE LIXO LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2011
Recursos : Dotação:

Objeto : O presente Contrato tem por objeto a execução de serviços de varrição manual de ruas, passeios e praças, capina mecânica de meios-fios e passeios, limpeza de bueiros, cortes de grama, limpeza de cestos de lixo, combate a formiga e outros insetos, rastelamento de grama e podas de árvores no perímetro urbano da cidade de Itá.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 126/2014 - Contrato Nº: 86/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ
Contratada...: RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGI
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/06/2014 Término: 31/08/2014
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria, na apresentação de projetos de captação de recursos estaduais e federais, operacionalização de sistemas de projetos do Governo Estadual e Federal.

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº...: 108/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITÁ
Contratada...: CLINICA DE MEDICINA INTEGRADA LTDA.
Valor : 1,00 (um real)
Vigência : Início: 09/06/2014 Término: 09/06/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Credenciamento para prestação de serviços de Saúde

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº...: 107/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITÁ
Contratada...: ALTERNATIVA - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA
Valor : 1,00 (um real)
Vigência : Início: 09/06/2014 Término: 09/06/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde conforme especialidade aos municípios.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Aviso de Processo Licitatório Nº 041/2014, Inexigibilidade Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2014, para contratação da empresa Brasil Sul Eventos Ltda ME, CNPJ nº 08.325.307/0001-74, visando a apresentação de shows "Diego Strada", no dia 25 de julho, "Mágico Raiminni", dia 26 de julho e "Diego e Gabriel", no dia 26 de julho, na Concha Acústica, na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, neste município, na programação do Festival de Inverno, edição 2014, o valor a ser pago é de R\$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais). Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Itá - SC, 15 de julho de 2014.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato do Edital - PR Nº 47/2014

Processo Licitatório nº 59/2014 - Pregão Presencial nº 47/2014

- Objeto: registro de preços para aquisição de peças para caminhões, ônibus e veículos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de julho de 2014, até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de julho de 2014, às 09hs15min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 14 de julho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

Extrato do Edital - PR Nº 48/2014

Processo Licitatório nº 60/2014 - Pregão Presencial nº 48/2014 -

Objeto: registro de preços para contratação de empresa(s) para prestar(em) serviços de lavagem de veículos, caminhões e máquinas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 31 de julho de 2014, até às 09hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 31 de julho de 2014, às 09hs15min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 14 de julho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

Extrato do Edital - PR Nº 49/2014

Processo Licitatório nº 61/2014 - Pregão Presencial nº 49/2014 -

Objeto: registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em seguro para os veículos que compõe a frota municipal. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 31 de julho de 2014, até às 10hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 31 de julho de 2014, às 10hs20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 14 de julho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Licitação Nº 24/2014

Processo Licitatório nº 24/2014, Pregão Presencial nº 12/2014;

Objeto: Registro de preços para aquisição de pneus para a frota da Secretaria Municipal da Saúde. Entrega dos Envelopes; Até às 14:15 horas do dia 30 de julho de 2014; Abertura dos Envelopes: as 14:30 horas do dia 30 de julho de 2014, na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1787.

16/07/2014.

Gervasio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Notificação -Pregão Nº 35/2014

NOTIFICAÇÃO

À

Empresa: PARTICIPA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP

CNPJ/MF: 07.205.127/0001-96

O Município de Itapoá, através do Departamento de licitações e contratos (DLC), e Pregoeira oficial do Município, vem NOTIFICAR quanto a licitação na modalidade PREGÃO Nº35/2014 - PROCESSO Nº 64/2014 - OBJETO: Aquisição de 01 (uma) máquina de demarcação viária horizontal (pintura a frio), conforme especificações constantes no anexo V do edital, qualificada nos autos como detentora de direito do recurso conforme ata de sessão pública 11/07/2014 às 09h:30min, para apresentação de CONTRARRAZÕES ao protocolo de recurso nº3278/2014 impetrado pela empresa licitante INDUSTRIA TÉCNICA HILÁRIO LTDA, fls. 240 a 249. Passando na presente data a contar o prazo recursal previsto em edital contados dias úteis a partir 17/07/2014 com término em 21/07/2014, conforme abaixo descrito:

DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

9.1.Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

Acaso a empresa resolva declinar do direito de recurso favor enviar manifestação pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br, ou pelo fax: (47) 3443-8828.

Anexo recurso.

Itapoá, 16 de julho de 2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

Convite Nº 19/2014 - Processo Nº 100/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 24/07/2014 às 09h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 19/2014 - PROCESSO Nº 100/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de uma Garagem, em estrutura de concreto pré-moldado, com área de 110m² e uma fossa séptica na sede do Corpo de Bombeiros de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas

orçamentárias, parte integrante do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br. Para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 16 de julho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 000879

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000879/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ABK3630 8566021365 74550 11/05/2014
ADB2418 8566021374 57200 12/05/2014
ADB2418 8566021375 57200 12/05/2014
ADB2418 8566021380 57200 13/05/2014
AGZ2029 8566021642 74550 02/06/2014
AOD4669 8566021327 74550 17/05/2014
AUX0013 8566021402 74550 19/05/2014
IGG2353 8566021382 57200 13/05/2014
IPI4536 8566020941 74550 25/04/2014
LWS5853 8566021508 57200 21/05/2014
LWS5853 8566021509 57200 22/05/2014
LWS5853 8566021510 57200 22/05/2014
LWV4883 8566021463 74550 18/05/2014
LXQ1310 8566021234 74550 10/05/2014
LXS4964 8566021369 74550 11/05/2014
LYN8085 8566021348 60503 17/05/2014
LYY6082 8566021514 74550 20/05/2014
LZF4160 8566021855 57200 12/06/2014
LZI2720 8566021552 74550 31/05/2014
LZN4187 8566021512 57200 24/05/2014
LZP5151 8566021285 60503 11/05/2014
LZS2994 8566021210 74550 10/05/2014
MBB3991 8566021656 74550 03/06/2014
MBJ0788 8566021351 74550 12/05/2014
MBJ0788 8566021377 57200 12/05/2014
MBJ7330 8566021718 74550 03/06/2014
MBK1591 8566021330 60503 15/05/2014
MBR2505 8566021712 74550 05/06/2014
MBX5005 8566021317 74630 14/05/2014
MBX5005 8566021319 74630 15/05/2014
MCX4037 8566021459 74550 21/05/2014
MDB1210 8566021839 74550 11/06/2014
MDB1210 8566021847 74550 08/06/2014
MDX4887 8566021315 74550 13/05/2014

MED6544 8566021637 74550 31/05/2014
MEZ8772 8566021354 74550 12/05/2014
MFW0808 8566021313 74550 12/05/2014
MGX7735 8566021848 74550 11/06/2014
MHA3009 8566021300 74550 14/05/2014
MHA3009 8566021384 57200 14/05/2014
MHH4838 8566021846 74550 11/06/2014
MHV7837 8566021376 57200 12/05/2014
MIS8721 8566021469 74550 18/05/2014
MIV5020 8566021570 74550 29/05/2014
MIY7610 8566021571 74550 29/05/2014
MIY7610 8566021665 74550 05/06/2014
MJA3687 8566021643 74550 02/06/2014
MJG5327 8566021323 60503 15/05/2014
MJJ3887 8566021541 74550 28/05/2014
MJO4930 8566021670 74550 07/06/2014
MJU4897 8566021474 74550 21/05/2014
MKM8784 8566021082 74550 03/05/2014
MKO6686 8566021765 74550 03/06/2014
MLU9044 8566021561 74550 26/05/2014
MMD9870 8566021812 74550 13/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000880

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000880/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AMK6630 8566020817 74550 18/04/2014 85.12
 BHT8565 8566019087 74630 26/12/2013 127.69
 DUC6037 8566019378 74550 10/01/2014 85.12
 ILG5710 8566019176 74550 30/12/2013 85.12
 KNO8535 8566020233 60503 12/03/2014 191.53
 LWR1476 8566019018 74550 25/12/2013 85.12
 LWR9910 8566019470 74550 15/01/2014 85.12
 LXS7858 8566019240 57200 31/12/2013 127.69
 LXU2758 8566019091 60503 27/12/2013 191.53
 LXX1868 8566019499 74550 18/01/2014 85.12
 LZD3502 8566019081 60503 23/12/2013 191.53
 LZF4160 8566019477 57200 13/01/2014 127.69
 LZV0201 8566019383 74630 12/01/2014 127.69
 LZW4920 8566021100 74550 01/05/2014 85.12
 LZX9332 8566019327 60503 12/01/2014 191.53
 MAM5070 8566019315 60503 07/01/2014 191.53
 MAV9976 8566019259 57200 05/01/2014 127.69
 MAY7148 8566019083 60503 24/12/2013 191.53
 MBR8487 8566019368 57200 11/01/2014 127.69
 MBR8487 8566019373 74630 11/01/2014 127.69
 MCE3667 8566018706 74630 06/12/2013 127.69
 MCE3667 8566018814 74710 11/12/2013 574.61
 MCE3667 8566018835 74550 10/12/2013 85.12
 MCE3667 8566018843 74550 11/12/2013 85.12
 MCJ2808 8566020476 74550 28/03/2014 85.12
 MCK6458 8566019185 60503 05/01/2014 191.53
 MCO8742 8566019228 74550 01/01/2014 85.12
 MDE0422 8566019286 74550 10/01/2014 85.12
 MDE0422 8566019303 74550 11/01/2014 85.12
 MDK2146 8566021118 57200 27/04/2014 127.69
 MDL2895 8566019264 74550 30/12/2013 85.12
 MDQ1462 8566020669 74550 31/03/2014 85.12
 MDR2672 8566019475 74550 19/01/2014 85.12
 MFC9235 8566020405 57200 22/03/2014 127.69
 MFK9361 8566019479 57200 15/01/2014 127.69
 MFS5499 8566019004 74630 29/12/2013 127.69
 MGC9337 8566020516 57200 25/03/2014 127.69
 MGI7060 8566019170 74550 30/12/2013 85.12
 MGP4018 8566020465 74550 24/03/2014 85.12
 MGW6812 8566019049 74550 26/12/2013 85.12
 MHF3190 8566019370 57200 12/01/2014 127.69
 MHH9098 8566019347 74550 06/01/2014 85.12
 MHW6334 8566019000 74550 28/12/2013 85.12
 MHW6334 8566019134 74550 28/12/2013 85.12
 MHZ5095 8566019384 74550 12/01/2014 85.12
 MIJ7157 8566019166 74550 28/12/2013 85.12
 MIK8876 8566019014 60503 25/12/2013 191.53
 MIR2592 8566019175 74550 30/12/2013 85.12
 MIV9120 8566019299 74550 06/01/2014 85.12
 MKM8784 8566019015 74550 25/12/2013 85.12
 MKN1698 8566019331 74550 12/01/2014 85.12
 MKP2464 8566020842 74550 20/04/2014 85.12
 MKW7147 8566019155 57200 29/12/2013 127.69
 MLC2371 8566018442 74550 22/11/2013 85.12
 MLE9863 8566020668 74550 31/03/2014 85.12
 MMF2997 8566018999 74550 24/12/2013 85.12
 MMJ0500 8566019377 74550 09/01/2014 85.12
 MMK1529 8566019203 74550 05/01/2014 85.12
 NBX6667 8566019254 57200 04/01/2014 127.69
 NBX6667 8566019462 74550 17/01/2014 85.12
 NFG5729 8566018514 74550 27/11/2013 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
 CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000881

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000881/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ABN6767 8566021454 60503 23/05/2014
 AJG6351 8566021404 74550 20/05/2014
 AMW2767 8566021422 74550 19/05/2014
 ANW9931 8566021883 60503 16/06/2014
 BFC5608 8566021831 74630 13/06/2014
 BOT6837 8566021534 60503 26/05/2014
 BOT6837 8566021784 60503 10/06/2014
 BOT6837 8566021881 60503 16/06/2014
 BWP6676 8566022038 74550 20/06/2014
 CEJ0733 8566021866 74550 12/06/2014
 CEU6812 8566021781 60503 08/06/2014
 CEU6812 8566021796 60503 08/06/2014
 CTI5679 8566021882 74550 16/06/2014
 ETK6225 8566021859 74550 12/06/2014
 HOJ4025 8566021837 74550 09/06/2014
 HRP8958 8566021850 57200 08/06/2014
 KFH8475 8566021931 60503 15/06/2014
 LWX1536 8566021851 57200 08/06/2014
 LXQ7614 8566021832 74710 13/06/2014
 LXT3188 8566021491 74550 24/05/2014
 LXT3188 8566021971 74550 19/06/2014

LXT3188 8566021980 74550 19/06/2014
 LXT3188 8566021990 74550 19/06/2014
 LXT3188 8566022030 74550 19/06/2014
 LXW0114 8566021462 74550 18/05/2014
 LYM0644 8566021496 57200 18/05/2014
 LYR4404 8566022011 74550 17/06/2014
 LYV0015 8566021502 57200 18/05/2014
 LZV9162 8566022006 57200 21/06/2014
 MAG4958 8566021986 74550 21/06/2014
 MAT5360 8566021458 60503 21/05/2014
 MAX6690 8566021894 74550 19/06/2014
 MAZ7531 8566021982 74550 20/06/2014
 MBG3966 8566021477 74550 22/05/2014
 MBR2854 8566021501 57200 18/05/2014
 MBW3258 8566021853 57200 10/06/2014
 MBZ7256 8566021826 74550 08/06/2014
 MCT4928 8566021923 74630 20/06/2014
 MCX6494 8566022003 57200 20/06/2014
 MCX6494 8566022017 74550 14/06/2014
 MCY7777 8566021888 74550 19/06/2014
 MDD2490 8566022013 74550 14/06/2014
 MDV2006 8566021429 74550 21/05/2014
 MEE0104 8566021489 74550 23/05/2014
 MEF1254 8566022033 74550 19/06/2014
 MFA7899 8566022023 74550 16/06/2014
 MFO3937 8566022037 74550 20/06/2014
 MHW3949 8566022031 74550 19/06/2014
 MIA8848 8566021236 74550 10/05/2014
 MJA9850 8566021619 57200 29/05/2014
 MJD3133 8566021911 74550 16/06/2014
 MJJ6741 8566021863 74550 10/06/2014
 MJO4930 8566021813 74550 13/06/2014
 MLF2142 8566022024 74550 17/06/2014
 MLW3301 8566021840 74550 11/06/2014
 MMA8760 8566022016 74550 14/06/2014
 MMD9870 8566021916 74550 18/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II
 7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000882

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 000882/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

ALW9807 8566019172 74550 30/12/2013 85.12
 AUO5106 8566019473 74550 17/01/2014 85.12
 CSX0719 8566020331 60503 18/03/2014 191.53
 CYH3270 8566019328 60503 12/01/2014 191.53
 DXM4333 8566019193 74550 01/01/2014 85.12
 ETB2909 8566019214 74550 04/01/2014 85.12
 GWV8101 8566019330 60503 12/01/2014 191.53
 IDJ1653 8566020670 74550 31/03/2014 85.12
 IRK0232 8566019310 60503 09/01/2014 191.53
 JQE0829 8566019217 74550 30/12/2013 85.12
 JQE0829 8566019420 74550 18/01/2014 85.12
 JQE0829 8566019464 74550 18/01/2014 85.12
 LWR3168 8566019439 74550 15/01/2014 85.12
 LWV6662 8566019195 74550 02/01/2014 85.12
 LWY8468 8566019321 60503 12/01/2014 191.53
 LWY8468 8566019325 74550 12/01/2014 85.12
 LWY8468 8566019326 60503 12/01/2014 191.53
 LWY8468 8566019396 74550 13/01/2014 85.12
 LWY8468 8566019411 60503 13/01/2014 191.53
 LWY8468 8566019430 60503 13/01/2014 191.53
 LXX06102 8566019105 74550 25/12/2013 85.12
 LXX8408 8566019008 74550 24/12/2013 85.12
 LYF9347 8566019235 57200 30/12/2013 127.69
 LYF9347 8566019239 57200 30/12/2013 127.69
 LYF9347 8566019485 57200 19/01/2014 127.69
 LYN0515 8566019231 74550 30/12/2013 85.12
 LYN0515 8566019260 74630 30/12/2013 127.69
 MBQ2096 8566019118 74550 25/12/2013 85.12
 MBQ2096 8566019126 74550 25/12/2013 85.12
 MDP3131 8566019007 74550 24/12/2013 85.12
 MEH5299 8566020771 74630 13/04/2014 127.69
 MEU9332 8566020601 74550 05/04/2014 85.12
 MGG1068 8566020624 74550 04/04/2014 85.12
 MGO4054 8566021188 60503 08/05/2014 191.53
 MHE1545 8566019024 60503 27/12/2013 191.53
 MHP0196 8566020545 74550 02/04/2014 85.12
 MHW6841 8566019011 74550 25/12/2013 85.12
 MIO3388 8566019198 74550 02/01/2014 85.12
 MJF3544 8566019111 74550 23/12/2013 85.12
 MJO4930 8566019460 74550 16/01/2014 85.12
 MJP6624 8566020705 74550 13/04/2014 85.12
 MKB8766 8566018975 57200 22/12/2013 127.69
 MKB8766 8566019119 74550 25/12/2013 85.12
 MKB8766 8566019144 57200 26/12/2013 127.69

MKG1475 8566019010 74550 25/12/2013 85.12
MKT4716 8566020734 60503 13/04/2014 191.53
MKT6288 8566021268 74550 04/05/2014 85.12
MKW4299 8566021029 74550 27/04/2014 85.12
MKY4786 8566020653 57200 01/04/2014 127.69
MKY4786 8566020654 57200 03/04/2014 127.69
MKY4786 8566020655 57200 03/04/2014 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001347

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001347/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AEX5963 55166576E 69200 26/05/2014
CSJ9961 55166377E 50100 21/06/2014
CSJ9961 55166378E 51180 21/06/2014
HXR8388 55166609E 69200 20/05/2014
ILR5127 55166581E 69200 28/05/2014
JNC9251 55166697E 69200 16/06/2014
KVC6973 55166685E 69200 10/06/2014
LYH1889 55166360E 50100 15/06/2014
LYH1889 55166361E 65992 15/06/2014

LYH1889 55166362E 66102 15/06/2014
LZI8589 55166434E 65992 01/05/2014
MAH2386 55166580E 69200 27/05/2014
MAQ7702 55166699E 69200 17/06/2014
MBU7808 55166482E 65992 14/06/2014
MER4115 55166698E 69200 17/06/2014
MFW8750 55166467E 65561 03/06/2014
MJR3290 55166696E 69200 16/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5118 0 164 c/c 162 * I
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001348

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001348/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

LZI8589 55166433E 54282 01/05/2014
MBU7808 55166483E 60501 14/06/2014
MHI2394 55166048E 55414 28/05/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5428 2 181 * V
5541 4 181 * XVII
6050 1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
8092 001349**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001349/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AKW5775 54437695E 50100 23/12/2013 574.61
BYF6891 54438307E 50100 12/01/2014 574.61
IAY8080 54438409E 69200 29/01/2014 127.69
LXN2322 55165808E 69200 07/02/2014 127.69
LXU2758 54437623E 66372 03/02/2014 127.69
LXU2758 54437624E 67691 03/02/2014 85.12
LYS0030 54437919E 66102 17/01/2014 127.69
LYY8637 54438456E 50100 31/01/2014 574.61
LYY8637 54438458E 51180 31/01/2014 574.61
MBS7709 54438404E 69200 23/01/2014 127.69
MDS7626 54438367E 50100 26/01/2014 574.61
MDS7626 54438368E 51180 26/01/2014 574.61
MEB1049 55165801E 69200 04/02/2014 127.69
MKA0050 54438290E 69200 08/01/2014 127.69
MWB9347 54438168E 66700 03/12/2013 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:
5010 0 162 * I
5118 0 164 c/c 162 * I
6610 2 230 * VII
6637 2 230 * IX
6670 0 230 * XIII

6769 1 230 * XXII
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
8092 001350**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001350/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

GYM7416 54438133E 52070 29/01/2014 53.20
MED9806 54437346E 60501 01/01/2014 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:
5207 0 169
6050 1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001351

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001351/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

BKF5367 55166680E 69200 09/06/2014
HCG1097 55166714E 69200 25/06/2014
JZU9319 55166712E 69200 24/06/2014
LWR9338 55166594E 69200 04/06/2014
LXR3873 55166582E 69200 28/05/2014
LYZ1053 55166465E 69120 31/05/2014
LYZ5169 55166593E 69200 04/06/2014
MCC3362 55166599E 69200 06/06/2014
MCL6127 54438143E 51691 01/06/2014
MCL8026 55166591E 69200 03/06/2014
MCT4928 55166486E 50100 29/06/2014
MCT4928 55166487E 65564 29/06/2014
MEG9040 55166717E 69200 25/06/2014
MGM9643 55166587E 69200 29/05/2014
MJI7266 55166723E 69200 26/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5169 1 165
6556 4 230 * I
6912 0 232
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001352

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001352/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

LYZ1053 55166461E 60502 31/05/2014
MDB1546 54437699E 54521 01/06/2014
MFN7421 54437700E 54521 01/06/2014
MHA3009 55166050E 55414 03/06/2014
MIP4560 55165967E 55415 04/06/2014
MJI3076 54437696E 54521 01/06/2014
MKB7284 54437697E 54521 01/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5452 1 181 * VIII
5541 4 181 * XVII
5541 5 181 * XVII
6050 2 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001353

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001353/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

BLV3830 55166313E 50100 19/04/2014 574.61
BLV3830 55166314E 51180 19/04/2014 574.61
IRT3413 55166436E 51691 02/05/2014 1915.38
IRT3413 55166437E 64080 02/05/2014 85.12
IRT3413 55166438E 69120 02/05/2014 53.20
LWY8468 54437999E 65561 16/01/2014 191.53
LWY8468 54438000E 50100 16/01/2014 574.61
LYU8727 54438265E 69200 19/12/2013 127.69
MCM0687 54437643E 69200 10/12/2013 127.69
MET8990 54438032E 65992 16/01/2014 191.53
MFO4945 55166255E 69200 15/04/2014 127.69
MJH5982 55166520E 73400 19/04/2014 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5118 0 164 c/c 162 * I
5169 1 165
6408 0 221
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6912 0 232
6920 0 233
7340 0 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 15 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

INEXIGIBILIDADE 02 2014 FESTA AGRICULTOR PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 02/2014

Processo: 65/2014

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 25 Inciso III da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Inexigibilidade de Licitação nº 02/2014, Processo nº65/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: Banda Legal Ltda. CNPJ 09.157.202/0001-16. Objeto:CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA SHOW NA FESTA DO AGRICULTOR E DO MOTORISTA NOS DIAS 18 A 20 DE JULHO DE 2014 NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA CEBOLA COM AS BANDAS LEGAL E CIA DA VANEIRA. Valor: R\$10.000,00 (dez mil reais).

Datada e assinada no dia 01 de julho de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Pregão 25/2014 Tonners

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº.25/2014

Processo: 64/2014

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, CARTUCHOS E FOLHAS DE PAPEL OFICIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO:Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES:Dia 29 de julho de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO:Dia 29 de julho de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 18 de julho de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

Decreto Nº. 085 de 04 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 085 DE 04 DE JULHO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (13) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 04 de julho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 086 de 04 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 086 DE 04 DE JULHO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (90) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ATIVIDADE: 2.048 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (88) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 04 de julho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Joaçaba

PREFEITURA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 3º Bimestre de 2014

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
						SALDO A REALIZAR (a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	94.948.430,73	94.948.430,73	16.645.359,81	17,53	54.245.243,86	57,13
RECEITAS CORRENTES	90.704.430,73	90.704.430,73	15.920.390,41	17,55	51.227.143,92	56,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.098.415,00	18.098.415,00	2.881.163,52	15,92	12.407.752,62	68,56
IMPOSTOS	15.595.200,00	15.595.200,00	2.505.790,17	16,07	9.800.678,22	62,84
TAXAS	2.495.655,00	2.495.655,00	375.373,35	15,04	2.607.074,40	104,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.560,00	7.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.582.508,36	4.582.508,36	880.141,29	19,21	2.296.065,41	50,10
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.113.708,36	3.113.708,36	652.768,38	20,96	1.593.773,42	51,19
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.468.800,00	1.468.800,00	227.372,91	15,48	702.291,99	47,81
RECEITA PATRIMONIAL	4.893.030,27	4.893.030,27	1.431.382,50	29,25	4.252.507,25	86,91
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	97.485,52	97.485,52	26.919,34	27,61	83.067,70	85,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.795.544,75	4.795.544,75	1.391.542,36	29,02	4.135.960,85	86,25
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	12.920,80	0,00	33.478,70	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.082.870,02	13.082.870,02	2.385.224,39	18,23	6.773.856,85	51,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.696.841,31	47.696.841,31	8.044.782,66	16,88	24.161.963,09	50,70
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.013.541,31	47.013.541,31	7.862.117,15	16,72	23.689.921,96	50,35
Transf. de Instituições Privadas	18.000,00	18.000,00	2.000,00	11,11	6.000,00	33,33
Transf. de Pessoas	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	9.536,00	70,64
Transf. de Conv.	611.800,00	611.800,00	180.665,51	29,53	476.105,13	77,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.390.765,77	2.390.765,77	297.696,05	12,45	1.335.368,70	55,86
Multas e Juros de Mora	694.283,90	694.283,90	116.012,18	16,71	353.507,84	50,92
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	118.409,46	118.409,46	27.803,43	23,48	80.042,41	67,60
RECEITA DA DIVIDATIVA	1.543.600,00	1.543.600,00	148.111,41	9,60	885.641,45	57,38
RECEITAS DIVERSAS	34.472,41	34.472,41	5.769,03	16,74	16.207,00	47,01
RECEITAS DE CAPITAL	4.244.000,00	4.244.000,00	724.969,40	17,08	3.018.099,94	71,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	695.700,00	0,00	695.700,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	695.700,00	0,00	695.700,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	29.289,40	0,00	57.907,33	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.200.000,00	4.200.000,00	0,00	0,00	2.264.492,61	53,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	0,00	175.840,00	10,34
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.088.652,61	83,55
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.418.562,09	7.418.562,09	1.151.687,97	15,52	2.880.706,61	38,83
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.418.562,09	7.418.562,09	1.151.687,97	15,52	2.880.706,61	38,83

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.418.562,09	7.418.562,09	1.151.687,97	15,52	2.880.706,61	38,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	886,69	88,67
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	886,69	88,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	592.702,00	592.702,00	112.420,62	18,97	279.413,38	47,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.064.641,40	5.064.641,40	729.661,32	14,41	1.824.925,88	36,03
Contribuições Sociais - Intra Orçamentárias	592.702,00	592.702,00	112.420,62	18,97	279.413,38	47,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.064.641,40	5.064.641,40	729.661,32	14,41	1.824.925,88	36,03
RECEITA DE SERVIÇOS	203.677,22	203.677,22	40.582,09	19,92	104.607,07	51,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.901,47	2.901,47	10.083,92	347,55	23.523,54	810,75
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	16,67	647.350,05	41,67
Multas e Juros de Mora	2.901,47	2.901,47	1,36	0,05	36,18	1,25
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	9.857,96	0,00	23.262,76	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	224,60	0,00	224,60	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes RPPS	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	16,67	647.350,05	41,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	102.366.992,82	102.366.992,82	17.797.047,78	17,39	57.125.950,47	55,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	102.366.992,82	102.366.992,82	17.797.047,78	17,39	57.125.950,47	55,81
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	102.366.992,82	102.366.992,82	17.797.047,78	17,39	57.125.950,47	55,81
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.206.855,09	—	—	1.834.184,82	—
Superávit Financeiro	—	4.206.855,09	—	—	1.834.184,82	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	95.224.852,82	23.131.672,94	118.356.525,76	17.968.316,45	75.455.158,75	16.135.898,87	40.811.737,02	34,48
DESPESAS CORRENTES	73.902.458,98	2.521.061,15	76.423.520,13	9.495.533,43	48.771.380,43	12.737.040,67	34.904.955,42	45,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.084.270,64	143.324,93	40.227.595,57	6.762.811,43	19.970.916,57	6.783.509,48	19.908.608,83	49,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.206.000,00	0,00	1.206.000,00	0,00	1.206.000,00	214.443,67	652.188,63	54,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.612.188,34	2.377.736,22	34.989.924,56	2.732.722,00	27.594.463,86	5.739.087,52	14.344.157,96	41,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.288.402,08	20.610.611,79	35.899.013,87	8.472.783,02	26.683.778,32	3.398.858,20	5.906.781,60	16,45
INVESTIMENTOS	13.822.402,08	20.610.611,79	34.433.013,87	8.472.783,02	25.222.778,32	3.152.367,51	5.170.897,81	15,02
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.461.000,00	0,00	1.461.000,00	0,00	1.461.000,00	246.500,69	735.883,79	50,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.033.991,76	0,00	6.033.991,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.142.140,00	22.000,00	7.164.140,00	837.368,45	4.349.921,54	1.143.515,77	3.290.864,06	45,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.307.600,00	22.000,00	5.329.600,00	835.170,53	2.548.633,41	843.731,30	2.533.465,77	47,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.834.540,00	0,00	1.834.540,00	2.197,92	1.801.288,13	299.784,47	757.398,29	41,29
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	102.366.992,82	23.153.672,94	125.520.665,76	18.805.684,90	79.805.080,29	17.279.414,64	44.102.601,08	35,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	102.366.992,82	23.153.672,94	125.520.665,76	18.805.684,90	79.805.080,29	17.279.414,64	44.102.601,08	35,14
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.023.349,39	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	102.366.992,82	23.153.672,94	125.520.665,76	18.805.684,90	79.805.080,29	17.279.414,64	57.125.950,47	35,14

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.834.565,48

FONTE:

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRI(RAFAEL LASKE
SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	95.224.852,82	118.356.525,76	17.968.316,45	75.455.158,75	16.135.898,87	40.811.737,02	92,54
Ação Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	428.089,95	1.379.534,26	431.340,30	1.103.880,61	2,50
Administração	2.900.000,00	2.900.000,00	428.089,95	1.379.534,26	431.340,30	1.103.880,61	2,50
Representação Judicial e Extrajudicial	8.235.114,79	8.074.268,79	860.313,46	5.710.726,97	1.359.640,26	4.071.688,85	9,23
Planejamento e Orçamento	592.250,00	595.786,00	51.376,79	219.363,99	60.530,66	197.666,83	0,45
Administração Geral	164.550,00	203.820,00	68.236,91	143.508,93	33.894,91	90.707,13	0,21
Administração Financeira	4.946.814,79	4.906.463,79	434.801,02	4.013.431,41	945.565,64	2.724.258,54	6,18
Controle Interno	1.684.000,00	1.539.184,00	270.951,97	1.012.970,21	254.374,86	808.849,05	1,83
Comunicação Social	245.570,00	192.885,00	20.022,93	93.287,86	22.928,73	80.391,58	0,18
Previdência do Regime Estatutário	91.930,00	148.130,00	11.826,94	136.289,38	25.498,84	125.698,11	0,29
Segurança Pública	510.000,00	488.000,00	3.096,90	91.875,19	16.846,62	44.117,61	0,10
Policimento	1.316.680,00	1.505.154,47	288.350,11	833.510,98	177.733,36	442.828,57	1,00
Defesa Civil	40.000,00	40.000,00	8.192,25	25.616,53	6.624,44	12.656,12	0,03
Assistência Social	1.276.680,00	1.465.154,47	280.157,86	807.894,45	171.108,92	430.172,45	0,98
Assistência ao Idoso	3.065.913,08	3.870.897,39	599.759,48	1.873.579,59	606.076,26	1.413.382,29	3,20
Assistência à Criança e ao Adolescente	223.830,00	173.834,70	24.494,88	93.577,54	22.213,48	52.220,59	0,12
Assistência Comunitária	600.644,00	809.807,69	223.443,71	506.148,99	227.020,73	400.727,27	0,91
Previdência Social	2.241.439,08	2.887.255,00	351.820,89	1.273.853,06	356.842,05	960.434,43	2,18
Previdência do Regime Estatutário	5.020.000,00	5.020.000,00	989.705,60	2.545.591,97	990.224,33	2.451.232,47	5,56
Saúde	5.020.000,00	5.020.000,00	989.705,60	2.545.591,97	990.224,33	2.451.232,47	5,56
Atenção Básica	14.995.691,98	15.844.167,63	2.693.995,86	8.153.873,43	1.926.162,61	5.615.851,32	12,73
Vigilância Epidemiológica	14.258.027,74	15.106.503,39	2.622.949,59	7.806.200,88	1.816.886,20	5.332.099,72	12,09
Trabalho	737.664,24	737.664,24	71.046,27	347.672,55	109.296,41	283.751,60	0,64
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.804.500,00	3.104.500,00	129.734,02	2.620.086,92	501.815,37	1.550.106,49	3,51
Educação	2.804.500,00	3.104.500,00	129.734,02	2.620.086,92	501.815,37	1.550.106,49	3,51
Alimentação e Nutrição	17.259.986,00	18.071.097,13	2.242.178,50	11.179.791,18	3.357.163,09	8.681.822,60	19,69
Ensino Fundamental	606.200,00	923.200,00	-22,91	384.675,25	150.002,57	298.424,82	0,68
Ensino Médio	9.540.156,00	9.818.891,40	1.172.617,67	5.940.080,31	1.832.904,09	4.600.540,03	10,43
Educação Infantil	213.800,00	213.800,00	0,00	213.787,84	68.414,61	78.402,45	0,18
	6.609.830,00	6.825.205,73	1.037.617,81	4.437.936,82	1.288.148,09	3.523.919,90	7,99

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.224.852,82	118.356.525,76	17.968.316,45	75.455.158,75	16.135.998,87	40.811.737,02	92,54	77.544.788,74
Educação	17.259.986,00	18.071.097,13	2.242.178,50	11.179.791,18	3.357.163,09	8.681.822,60	19,69	9.389.274,53
Educação Especial	100.000,00	100.000,00	20.000,00	20.000,00	2.800,00	2.800,00	0,01	97.200,00
Difusão Cultural	190.000,00	190.000,00	11.965,93	183.310,96	14.893,73	177.735,40	0,40	12.264,60
Cultura	205.700,00	181.700,00	33.343,81	124.941,87	39.329,50	97.935,32	0,22	83.764,68
Difusão Cultural	205.700,00	181.700,00	33.343,81	124.941,87	39.329,50	97.935,32	0,22	83.764,68
Direitos da Cidadania	111.250,00	111.250,00	28.192,26	81.704,82	28.657,66	81.704,82	0,19	29.545,18
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	111.250,00	111.250,00	28.192,26	81.704,82	28.657,66	81.704,82	0,19	29.545,18
Urbanismo	9.510.290,00	23.932.351,59	806.301,33	19.601.359,47	3.362.453,96	6.401.615,20	14,52	17.530.736,39
Infra-Estrutura Urbana	4.229.076,00	18.652.137,59	760.862,51	14.750.251,71	2.453.598,81	4.222.669,82	9,57	14.429.467,77
Serviços Urbanos	3.808.414,00	3.807.414,00	44.951,96	3.628.790,28	715.646,52	1.677.716,25	3,80	2.129.697,75
Conservação de Energia	1.472.800,00	1.472.800,00	486,86	1.222.317,48	193.208,63	501.229,13	1,14	971.570,87
Habitação	133.130,00	787.020,97	-531.810,41	131.769,12	16.105,00	65.862,52	0,15	721.158,45
Habitação Urbana	133.130,00	787.020,97	-531.810,41	131.769,12	16.105,00	65.862,52	0,15	721.158,45
Saneamento	12.744.849,21	12.948.382,00	1.528.631,25	7.214.602,12	1.818.694,85	4.516.185,29	10,24	8.432.196,71
Administração Geral	2.279.392,79	2.279.392,79	474.602,58	1.416.176,16	307.296,25	981.452,27	2,23	1.297.940,52
Saneamento Básico Rural	311.500,00	311.500,00	0,00	45.709,04	6.313,28	8.022,32	0,02	303.477,68
Saneamento Básico Urbano	10.153.956,42	10.357.489,21	1.054.028,67	5.752.716,92	1.505.085,32	3.526.710,70	8,00	6.830.778,51
Gestão Ambiental	148.500,00	168.903,66	19.595,44	96.713,01	21.173,84	81.104,07	0,18	87.799,59
Preservação e Conservação Ambiental	148.500,00	168.903,66	19.595,44	96.713,01	21.173,84	81.104,07	0,18	87.799,59
Ciência e Tecnologia	2.500.000,00	5.123.495,63	5.113.470,36	5.113.470,36	0,00	0,00	0,00	5.123.495,63
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.500.000,00	5.123.495,63	5.113.470,36	5.113.470,36	0,00	0,00	0,00	5.123.495,63
Agricultura	1.877.050,00	2.187.498,00	349.484,25	1.496.843,36	405.231,87	1.137.550,68	2,58	1.049.947,32
Extensão Rural	1.877.050,00	2.187.498,00	349.484,25	1.496.843,36	405.231,87	1.137.550,68	2,58	1.049.947,32
Indústria	422.100,00	207.700,00	26.116,08	125.268,04	28.162,08	89.262,80	0,20	118.437,20
Promoção Industrial	422.100,00	207.700,00	26.116,08	125.268,04	28.162,08	89.262,80	0,20	118.437,20
Comércio e Serviços	45.500,00	42.500,00	4.465,28	17.929,56	4.465,28	17.929,56	0,04	24.570,44
Turismo	45.500,00	42.500,00	4.465,28	17.929,56	4.465,28	17.929,56	0,04	24.570,44
Comunicações	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Tecnologia da Informatização	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Transporte	95.224.852,82	118.356.525,76	17.968.316,45	75.455.158,75	16.135.998,87	40.811.737,02	34,48
Transporte Aéreo	610.550,00	872.519,61	73.319,61	569.695,35	136.552,42	390.693,87	0,89
Transporte Rodoviário	58.700,00	58.700,00	4.235,88	23.013,64	4.235,88	23.013,64	0,05
Desporto e Lazer	551.850,00	813.850,62	69.083,73	546.681,71	132.416,54	367.680,23	0,83
Desporto Comunitário	1.578.300,00	3.663.340,12	2.283.307,06	2.909.355,29	250.598,97	703.701,17	1,50
Encargos Especiais	1.578.300,00	3.663.340,12	2.283.307,06	2.909.355,29	250.598,97	703.701,17	1,50
Serviço da Dívida Interna	3.680.756,00	3.680.756,00	1.773,15	3.674.811,08	674.217,86	1.897.398,52	4,30
Outros Encargos Especiais	2.667.000,00	2.667.000,00	0,00	2.667.000,00	460.944,36	1.388.072,42	3,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.013.756,00	1.013.756,00	1.773,15	1.007.811,08	213.273,50	509.326,10	1,15
	6.033.991,76	6.033.991,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
Legislativa	7.142.140,00	7.164.140,00	837.368,45	4.349.921,54	1.143.515,77	3.290.864,06	7,46
Ação Legislativa	150.000,00	150.000,00	19.464,26	70.507,01	19.593,31	69.264,80	0,16
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	2.105,48	8.743,10	2.234,53	7.500,89	0,02
Administração	130.000,00	130.000,00	17.358,78	61.763,91	17.358,78	61.763,91	0,14
Administração Geral	1.227.550,00	1.249.550,00	185.885,47	701.225,89	203.287,92	602.927,49	1,37
Previdência do Regime Estatutário	1.227.550,00	1.227.550,00	185.885,47	679.225,89	199.861,32	596.095,13	1,35
Segurança Pública	0,00	22.000,00	0,00	22.000,00	3.426,60	6.832,36	0,02
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	72,80	243,47	72,80	243,47	0,00
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	72,80	243,47	72,80	243,47	0,00
Assistência Comunitária	40.050,00	40.050,00	7.054,35	18.083,72	7.054,35	18.083,72	0,04
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	10.000,00	10.000,00	2.125,12	4.518,47	2.125,12	4.518,47	0,01
Previdência Social	30.050,00	30.050,00	4.929,23	13.565,25	4.929,23	13.565,25	0,03
Previdência do Regime Estatutário	241.300,00	241.300,00	37.239,11	105.469,22	37.239,11	105.469,22	0,24
Saúde	241.300,00	241.300,00	37.239,11	105.469,22	37.239,11	105.469,22	0,24
Atenção Básica	1.066.400,00	1.066.400,00	138.782,72	475.630,75	145.914,47	434.731,89	0,99
Trabalho	1.066.400,00	1.066.400,00	138.782,72	475.630,75	145.914,47	434.731,89	0,99
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	41.800,00	41.800,00	3.215,68	16.430,40	6.431,36	16.430,40	0,04
Educação	41.800,00	41.800,00	3.215,68	16.430,40	6.431,36	16.430,40	0,04
Ensino Fundamental	1.676.650,00	1.676.650,00	285.975,77	923.694,47	302.685,08	900.852,75	2,04
	858.350,00	858.350,00	142.769,06	476.600,35	151.524,96	457.269,91	1,04

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Educação	7.142.140,00	7.164.140,00	837.368,45	4.349.921,54	1.143.515,77	3.290.864,06	7,46	45,94
Educação Infantil	1.676.650,00	1.676.650,00	285.975,77	923.694,47	302.685,08	900.852,75	2,04	53,73
Cultura	818.300,00	818.300,00	143.206,71	447.094,12	151.160,12	443.582,84	1,01	54,21
Diffusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	127,69	328,80	0,00	6,58
Saneamento	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	127,69	328,80	0,00	6,58
Administração Geral	873.000,00	873.000,00	122.714,02	368.898,02	122.714,02	368.898,02	0,84	42,26
Providência do Regime Estatutário	3.000,00	3.000,00	0,00	886,69	0,00	886,69	0,00	29,56
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	740.000,00	740.000,00	105.072,90	313.492,35	105.072,90	313.492,35	0,71	42,36
Desporto e Lazer	130.000,00	130.000,00	17.641,12	54.518,98	17.641,12	54.518,98	0,12	41,94
Providência do Regime Estatutário	265.750,00	265.750,00	36.964,27	115.088,59	39.455,64	107.937,55	0,24	40,62
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	215.000,00	215.000,00	32.920,12	94.935,26	32.920,12	94.935,26	0,22	44,16
Desporto Comunitário	24.750,00	24.750,00	4.044,15	11.563,33	5.962,64	11.563,33	0,03	46,72
Encargos Especiais	26.000,00	26.000,00	0,00	8.600,00	572,88	1.438,96	0,00	5,53
Serviço da Dívida Interna	1.553.640,00	1.553.640,00	0,00	1.553.640,00	258.940,02	665.695,95	1,51	42,85
TOTAL (III) = (I + II)	102.366.992,82	125.520.665,76	18.805.684,90	79.805.080,29	17.279.414,64	44.102.601,08	100,00	35,14

FONTE:

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRII RAFAEL LASKE
CONTADOR CRC SC 028953/O-4 SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOAÇABA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	JUL/2013	AGO/2013	SET/2013	OUT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	Jan/2014	FEV/2014	Mar/2014	ABR/2014	MAI/2014	JUN/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
7.442.787,28	7.479.021,60	7.768.321,38	7.768.321,38	8.191.353,74	8.563.846,52	9.716.305,32	7.562.416,70	9.176.571,37	8.320.212,71	12.656.828,60	9.154.411,53	8.010.743,92	10.056.924,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.164.566,69	1.250.704,25	1.271.078,02	1.276.351,46	1.355.247,25	1.503.539,35	1.066.937,16	1.665.534,68	1.533.985,57	5.290.531,69	1.612.789,71	1.268.373,81	20.229.259,84
L.P.T.U.	181.847,12	280.446,95	221.118,61	179.468,53	185.112,03	202.730,99	5.494,94	135.126,89	342.198,55	3.123.308,41	462.224,57	203.879,56	5.502.306,85
L.R.R.F.	119.942,47	263.770,78	142.020,50	114.179,34	78.376,27	237.201,66	112.920,17	135.266,42	137.511,66	146.697,91	136.040,39	144.334,84	1.530.200,00
L.S.S.	562.994,01	602.041,28	606.955,19	606.747,28	691.786,20	746.740,14	689.766,58	691.118,45	676.422,38	610.590,19	669.004,19	633.972,11	7.128.000,00
L.T.B.L.	164.889,82	220.276,65	130.982,12	242.573,37	256.740,57	195.035,81	151.416,63	133.000,71	115.090,37	106.721,58	122.801,87	142.532,83	1.762.000,00
Outras Receitas Tributárias	134.913,47	141.760,46	145.001,60	132.892,94	143.232,18	118.630,67	97.425,02	570.982,41	262.372,61	1.300.941,01	233.718,78	141.654,57	2.500.215,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	380.204,71	385.171,54	393.444,44	406.047,39	402.121,86	148.959,98	447.640,76	397.012,01	420.911,37	486.763,35	413.367,94	5.070.824,73	4.562.508,36
RECEITA PATRIMONIAL	592.419,14	251.249,18	446.343,35	548.203,93	266.812,71	666.196,15	310.265,10	1.090.029,70	659.024,01	791.805,14	776.820,69	654.561,81	4.866.030,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.068.294,17	1.074.144,63	1.107.137,05	1.195.335,42	1.116.863,85	1.235.794,29	867.776,73	1.086.863,85	1.200.466,28	1.233.533,65	1.222.361,48	1.162.262,91	13.062.870,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.041.436,69	4.320.061,71	4.375.189,42	4.676.742,56	4.723.988,71	5.326.252,91	4.819.889,72	4.643.079,23	4.725.210,73	4.529.922,24	4.359.624,46	55.291.378,20	55.287.841,31
Cota-Parte do FPM	780.470,29	994.302,78	822.919,02	822.938,65	1.144.677,04	1.726.879,91	1.482.116,76	879.184,34	1.003.440,91	1.337.208,37	1.337.208,37	1.002.819,97	13.364.884,89
Cota-Parte do L.C.M.S.	1.425.092,52	1.497.140,67	1.590.421,08	1.546.945,81	1.722.851,71	1.715.546,03	1.562.360,75	1.462.897,12	1.504.353,41	1.466.238,51	1.490.420,29	1.512.057,76	18.516.341,66
Cota-Parte do IPVA	407.849,77	408.536,41	337.860,60	367.010,59	184.746,30	115.471,63	207.297,54	284.793,11	354.284,05	383.194,86	426.669,67	393.633,51	4.150.000,00
Cota-Parte do ITR	6,30	35,59	3.036,31	3.393,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.441,53
Outras Transferências Correntes	687.444,61	610.750,44	807.663,79	1.143.788,20	780.701,78	879.920,13	738.182,10	494.079,20	787.059,57	1.032.788,92	758.166,58	582.598,68	9.313.124,00
Transferências da LC 61/1989	23.255,58	24.880,61	22.634,85	24.196,84	26.840,58	28.866,79	24.916,50	21.066,61	20.614,12	22.482,57	24.399,09	23.238,83	287.197,96
Transferências da LC 87/1996	7.131,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	6.594,79	6.594,79	0,00	6.594,79	6.594,79	75.710,49	107.000,00
Transferências do FUNDEB	720.185,73	777.281,12	783.525,67	761.188,05	857.040,21	892.606,19	804.477,71	871.511,06	804.477,71	810.590,17	886.274,45	838.710,92	9.856.159,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	175.675,48	197.144,29	179.128,89	128.672,98	698.794,14	183.709,24	377.589,01	276.533,78	188.745,44	194.835,42	145.133,06	152.592,59	2.868.723,72
DEDUÇÕES (II)	706.927,43	762.365,08	724.063,14	740.928,68	793.730,92	1.124.628,75	966.881,58	966.319,36	784.670,69	940.111,60	927.880,93	851.485,70	10.398.208,36
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	15.359,65	9.165,22	0,00	18.330,44	9.165,22	18.330,44	9.165,22	9.674,77	9.674,77	9.674,77	9.674,77	9.674,77	127.890,04
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	166.806,86	166.814,02	167.299,37	168.278,18	167.361,82	498.801,04	7.558,01	214.772,39	148.928,11	180.197,23	185.452,99	180.050,62	2.250.328,64
Contribuição Servidores Pensionistas-CAMARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,22	97,22	97,22	284,42	431,62	431,62	1.416,32
Contribuição Servidores Pensionistas-PMU-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097,18	1.107,18	1.107,18	1.107,18	1.107,18	1.107,18	6.633,68
Contribuição Servidores Pensionistas-PMU-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,34	30,34	30,48	46,54	38,51	38,51	214,72
Contribuição Servidores Pensionistas-SIMAE-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	696,59	696,59	696,59	696,59	696,59	696,59	3.999,54
Contribuição Servidores Pensionistas-SIMAE-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,35	62,68	62,68	62,68	62,68	62,68	372,75
Contribuição Servidores Pensionistas-SIMAE-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.163,17	9.100,48	9.100,48	9.100,48	10.893,01	9.876,20	55.433,82
Contribuição Servidor Inativo Civil-PMU-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	916,13	966,92	1.057,71	1.065,99	792,29	966,53	5.795,17
Contribuição Servidor Inativo Civil-SIMAE-IMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879,59	1.879,59	1.772,03	1.772,03	1.772,03	1.772,03	10.847,20
Contribuição Servidor Inativo Civil-SIMAE-INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142,35	89,18	61,09	211,36	239,45	150,27	893,70
Contribuições Patrimoniais Ativo Civil-Servidor U	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. Servidor Ativo Civil-CAMARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.275,78	1.275,78	2.846,44	1.261,52	972,10	8.405,72	7.700,00
Contrib. Servidor Ativo Civil-PMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.516,71	48.516,71	48.494,36	49.287,61	50.440,76	48.839,82	245.556,26
Contrib. Servidor Ativo Civil-Serv. Licenciado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
Contrib. Servidor Ativo Civil-SIMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.582,05	9.280,75	9.280,75	9.051,46	9.051,46	9.206,00	136.600,00
Dedução da Recolha Para Formação do FUNDEB	524.790,92	596.406,84	556.793,77	554.321,06	617.203,88	609.497,27	637.820,05	656.497,48	551.688,20	576.372,14	657.066,26	587.668,78	7.115.125,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	6.735.859,85	6.716.656,52	7.044.258,24	7.450.424,06	7.770.117,80	8.593.676,57	6.893.537,12	8.224.352,01	7.544.542,62	11.816.717,00	8.226.530,60	7.159.259,22	87.937.222,37

FONTE:

JOACABA, 19/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028993/O-4IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRARAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.022.210,36	5.022.210,36	1.337.175,11	3.903.507,07	2.023.596,77
RECETAS CORRENTES	5.022.210,36	5.022.210,36	1.337.175,11	3.903.507,07	2.023.596,77
Recetta de Contribuições dos Segurados	1.918.210,36	1.918.210,36	365.503,61	916.967,35	821.352,17
Pessoal Civil	1.918.210,36	1.918.210,36	365.503,61	916.967,35	821.352,17
Ativo	1.897.710,36	1.897.710,36	355.371,37	891.875,97	810.104,86
Inativo	16.000,00	16.000,00	8.704,54	22.555,04	9.730,09
Pensionista	4.500,00	4.500,00	1.427,70	2.536,34	1.517,22
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	3.000.000,00	3.000.000,00	952.321,96	2.929.000,65	841.175,74
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	3.000.000,00	3.000.000,00	952.321,96	2.929.000,65	841.175,74
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	104.000,00	104.000,00	19.349,54	57.539,07	361.068,86
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	19.349,54	57.539,07	361.067,86
Demais Receitas Correntes	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	1,00
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.618.281,40	6.618.281,40	988.601,34	2.472.275,93	2.226.992,33
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	11.640.491,76	11.640.491,76	2.325.776,45	6.375.783,00	4.250.589,10
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	5.730.000,00	5.708.000,00	1.020.442,71	2.534.385,16	1.918.505,97
Despesas Correntes	710.000,00	688.000,00	30.218,38	83.152,69	72.460,94
Despesas de Capital	670.000,00	648.000,00	30.218,38	83.152,69	72.460,94
PREVIDÊNCIA SOCIAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	5.020.000,00	5.020.000,00	990.224,33	2.451.232,47	1.846.045,03
	0,00	0,00	987.629,31	2.443.515,68	1.846.045,03
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Aposentadorias	0,00	0,00	810.164,69	2.013.905,00	1.463.717,62
Pensões	0,00	0,00	177.464,62	429.610,68	382.327,41
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.020.000,00	5.020.000,00	2.595,02	7.716,79	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	2.595,02	7.716,79	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.020.000,00	5.020.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	22.000,00	3.426,60	6.832,36	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.730.000,00	5.730.000,00	1.023.869,31	2.541.217,52	1.918.505,97
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	5.910.491,76	5.910.491,76	1.301.907,14	3.834.565,48	2.332.083,13

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		5.910.491,76
Valor					

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
Bancos Conta Movimento	6.301,78	9.142,45	8.274,97
Investimentos	39.385.476,30	39.879.996,42	34.131.981,85

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	6.618.281,40	6.618.281,40	988.601,34	2.472.275,93
RECEITAS CORRENTES (VIII)	6.618.281,40	6.618.281,40	988.601,34	2.472.275,93
Recarga de Contribuições Patronais	5.064.641,40	5.064.641,40	729.661,32	1.824.925,88
Pessoal Civil	5.064.641,40	5.064.641,40	710.739,38	1.824.925,88
Ativo	5.025.950,00	5.025.950,00	18.921,94	1.783.741,27
Inativo	38.691,40	38.691,40	0,00	41.184,61
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	647.350,05
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	6.618.281,40	6.618.281,40	988.601,34	2.472.275,93
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	22.000,00	3.426,60	6.832,36
ADMINISTRAÇÃO	0,00	22.000,00	3.426,60	6.832,36
Despesas Correntes	0,00	22.000,00	3.426,60	6.832,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	22.000,00	3.426,60	6.832,36

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRIK RAFAEL LASKE
SECRETARIA GESTAO FINANCEII PREFEITO DE JOACABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	13.687.810,91	13.165.993,71	13.756.730,08
DEDUÇÕES (II)	25.956.323,22	34.763.527,87	33.384.059,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.135.142,88	33.926.485,95	32.535.166,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.640.640,83	1.613.293,66
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	178.819,66	803.598,91	764.401,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-12.268.512,31	-21.597.534,16	-19.627.329,56
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-12.268.512,31	-21.597.534,16	-19.627.329,56

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	1.970.204,60	-7.358.817,25

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.331.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	34.038.310,78	34.038.310,78	34.038.310,78
Passivo Atuarial	34.038.310,78	34.038.310,78	34.038.310,78
DEDUÇÕES (VIII)	36.622.916,76	38.615.627,44	39.880.661,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.648,44	36.903,70	9.142,45
Investimentos	36.610.234,10	38.586.318,53	39.879.996,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	8.965,78	7.594,79	8.477,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.584.605,98	-4.577.316,66	-5.842.351,05
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-2.584.605,98	-4.577.316,66	-5.842.351,05

FONTE:

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	93.327.448,07	15.680.536,02	49.971.889,68	45.114.900,33
Receita Tributária	18.099.415,00	2.881.163,52	12.408.639,31	11.342.740,60
I.P.T.U.	5.400.000,00	666.104,13	4.272.222,62	3.956.432,87
I.S.S.	7.128.000,00	1.293.976,30	3.944.086,41	3.318.123,69
I.T.B.I.	1.782.000,00	265.334,80	771.616,09	976.434,10
I.R.R.F.	1.285.200,00	280.374,94	812.753,10	683.671,75
Outras Receitas Tributárias	2.504.215,00	375.373,35	2.607.961,09	2.408.078,19
Receita de Contribuição	10.239.851,76	1.722.223,23	4.400.404,67	3.945.738,49
Receitas Previdenciárias	6.982.851,76	1.095.164,93	2.741.893,23	2.459.844,50
Outras Contribuições	3.257.000,00	627.058,30	1.658.511,44	1.485.893,99
Receita Patrimonial Líquida	97.485,52	39.840,14	116.546,40	134.125,07
Receita Patrimonial	4.893.030,27	1.431.382,50	4.252.507,25	1.677.188,40
(-) Aplicações Financeiras	4.795.544,75	1.391.542,36	4.135.960,85	1.543.063,33
Transferências Correntes	47.656.841,31	8.044.782,66	24.161.563,09	21.578.527,30
F.P.M.	10.182.000,00	1.872.022,71	5.674.168,31	5.265.575,12
I.C.M.S.	15.720.000,00	2.401.990,62	7.214.675,63	6.946.940,86
Convênios	611.800,00	180.665,51	476.105,13	357.309,11
Outras Transferências Correntes	21.143.041,31	3.590.103,82	10.796.614,02	9.008.702,21
Demais Receitas Correntes	17.233.854,48	2.992.526,47	8.884.736,21	8.113.768,87
Dívida Ativa	1.543.600,00	148.336,01	885.866,05	683.560,17
Diversas Receitas Correntes	15.690.254,48	2.844.190,46	7.998.870,16	7.430.208,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.244.000,00	724.969,40	3.018.099,94	1.961.544,86
Operações de Crédito (III)	0,00	695.700,00	695.700,00	197.922,39
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	29.269,40	57.907,33	45.115,89
Alienação de Ativos (V)	44.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.200.000,00	0,00	2.264.492,61	1.718.506,58
Convênios	2.500.000,00	0,00	2.088.652,61	1.507.618,58
Outras Transferências de Capital	1.700.000,00	0,00	175.840,00	210.888,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.200.000,00	0,00	2.264.492,61	1.718.506,58
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	97.527.448,07	15.680.536,02	52.236.382,29	46.833.406,91

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	83.587.660,13	13.880.556,44	38.195.819,48	33.961.570,99
Pessoal e Encargos Sociais	45.557.195,57	7.627.240,78	22.442.074,60	19.485.468,96
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.206.000,00	214.443,67	652.188,63	723.315,53
Outras Despesas Correntes	36.824.464,56	6.038.871,99	15.101.556,25	13.752.786,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	82.381.660,13	13.666.112,77	37.543.630,85	33.238.255,46
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	35.899.013,87	3.398.858,20	5.906.781,60	2.632.133,22
Investimentos	34.433.013,87	3.152.357,51	5.170.897,81	2.409.982,83
Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.461.000,00	246.500,69	735.883,79	222.150,39
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	34.438.013,87	3.152.357,51	5.170.897,81	2.409.982,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.033.991,76	-	-	-

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.033.991,76	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	122.853.665,76	16.818.470,28	42.714.528,66	35.648.238,29
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-25.326.217,69	-1.137.934,26	9.521.853,63	11.185.168,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.834.184,82	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.834.184,82	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.458.543,00

FONTE:

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO
 CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
 PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores							
	En 31 de Dezembro de 2013							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
CONSELHO TUTELAR								
FUNDO DE REQUERIMENTO DO CORPO DE BOM								
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE								
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
GABINETE DO PREFEITO								
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO								
SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUS								
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRAT								
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA								
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA								
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE J								
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE								
INST. DE PREV. DOS SERVPUB. DO MUNIC. DE JOA								
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PUBL. - II								
PLANO DE SAÚDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL								
PLANO DE SAÚDE ASSIT. SOCIAL DOS SERV. PUBL								
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO								
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO								
LEGISLATIVO								
CAMARA DE VEREADORES								
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)								
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA								
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE J								
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE								
TOTAL (III) = (I + II):								
FONTE:								

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARGIANO IRIA FLAVIA RODRIGUEZ TORRICO RAFAEL LASKE
CONTADOR CRC SC 028953JO-4 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA PREFEITO DE JOACABA

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	16.912.200,00	16.912.200,00	2.642.690,94	10.321.205,30	61,03
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.416.000,00	6.416.000,00	775.618,47	4.690.372,55	73,10
1.1.1- IPTU	5.400.000,00	5.400.000,00	669.117,13	4.277.693,12	79,22
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	6.000,00	6.000,00	2.294,39	2.639,05	43,98
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	760.000,00	760.000,00	79.992,63	324.550,99	42,70
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	250.000,00	250.000,00	27.227,32	91.669,13	36,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(3.013,00)	(6.179,74)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.787.000,00	1.787.000,00	265.630,50	775.064,06	43,37
1.2.1- ITBI	1.782.000,00	1.782.000,00	271.024,72	777.306,01	43,62
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	4.000,00	4.000,00	35,28	1.571,79	39,29
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	227,92	1.328,06	132,81
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	32,50	548,12	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(5.689,92)	(5.689,92)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.424.000,00	7.424.000,00	1.321.067,03	4.043.015,59	54,46
1.3.1- ISS	7.128.000,00	7.128.000,00	1.294.137,80	3.952.524,39	55,45
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	26.000,00	26.000,00	5.628,30	13.362,23	51,39
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	182.000,00	182.000,00	13.670,61	57.146,90	31,40
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	88.000,00	88.000,00	7.791,82	28.420,05	32,30
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(161,50)	(8.437,98)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	280.374,94	812.753,10	63,24
1.4.1- IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	280.374,94	812.753,10	63,24
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.185.000,00	37.185.000,00	6.223.827,07	18.330.720,45	49,30
2.1- Cota-Parte FPM	12.970.000,00	12.970.000,00	2.340.028,34	7.092.710,20	54,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.970.000,00	12.970.000,00	2.340.028,34	7.092.710,20	54,69
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.650.000,00	19.650.000,00	3.002.488,05	9.018.343,84	45,89
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	107.000,00	107.000,00	13.169,58	32.923,95	30,77
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	47.637,92	136.699,72	45,57
2.5- Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	4.150.000,00	4.150.000,00	820.503,18	2.050.042,74	49,40
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	54.097.200,00	54.097.200,00	8.866.518,01	28.651.925,75	52,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.192.300,00	1.192.300,00	352.175,79	768.065,55	64,42
5.1- Transferências do Salário-Educação	865.000,00	865.000,00	149.823,82	499.455,23	57,74
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	275.700,00	275.700,00	69.098,00	130.064,00	47,18
5.4- Transferências Diretas - PNATE	51.600,00	51.600,00	10.564,70	15.847,05	30,71
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	122.699,27	122.699,27	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	16.000,00	8.590,49	598.009,01	3.737,56
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	573.817,15	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	16.000,00	16.000,00	8.590,49	24.191,86	151,20
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.000,00	352.000,00	75.845,34	151.690,68	43,09
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.560.300,00	1.560.300,00	436.611,62	1.517.765,24	97,27
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.631.000,00	7.631.000,00	1.244.765,04	3.666.142,91	48,04
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.788.000,00	2.788.000,00	468.005,63	1.418.541,89	50,88
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.930.000,00	3.930.000,00	600.497,43	1.803.668,21	45,89
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	21.400,00	21.400,00	2.633,90	6.584,75	30,77
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.000,00	60.000,00	9.527,60	27.339,98	45,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	830.000,00	830.000,00	164.100,48	410.008,08	49,40
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.840.216,00	9.840.216,00	1.730.401,84	5.120.366,49	52,04
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.810.000,00	9.810.000,00	1.724.965,37	5.104.140,50	52,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.216,00	30.216,00	5.416,47	16.225,99	53,70
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.179.000,00	2.179.000,00	480.220,33	1.437.997,59	65,99
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.917.216,00	8.917.216,00	1.661.921,20	4.729.795,31	53,04
13.1- Com Educação Infantil	4.461.090,00	4.461.090,00	870.294,02	2.536.437,03	56,86
13.2- Com Ensino Fundamental	4.456.126,00	4.456.126,00	791.627,18	2.193.358,28	49,22
14- OUTRAS DESPESAS	923.000,00	923.000,00	110.361,65	306.507,04	33,21
14.1- Com Educação Infantil	425.930,00	425.930,00	76.248,17	192.432,53	45,18
14.2- Com Ensino Fundamental	497.070,00	497.070,00	34.113,48	114.074,51	22,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.840.216,00	9.840.216,00	1.772.282,85	5.036.302,35	51,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					5.036.302,35
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					92,37
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					5,99
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,64
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	13.524.300,00	13.524.300,00	2.216.629,50	7.162.981,44	52,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.995.330,00	7.027.027,60	1.330.933,88	3.731.464,93	53,10
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.751.006,00	9.452.308,40	1.600.026,17	4.548.470,16	48,12
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.953.196,00	4.953.196,00	825.740,66	2.307.432,79	46,58
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.797.810,00	4.499.112,40	774.285,51	2.241.037,37	49,81
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.746.336,00	16.479.336,00	2.930.960,05	8.279.935,09	50,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.437.997,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					16.225,99
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.454.223,58
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.825.711,51
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					23,82
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	874.000,00	1.254.000,00	169.764,98	385.185,48	30,72
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	410.100,00	763.231,25	391.426,84	400.626,84	52,49
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.284.100,00	2.017.231,25	561.191,82	785.812,32	38,95
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	18.030.436,00	18.496.567,25	3.492.151,87	9.065.747,41	49,01

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	80.195,08	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.104.140,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.254.462,72	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.254.462,72	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	16.225,99	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	946.038,85	0,00

JOACABA, 16/07/2014

ADONES MARCIANO IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRIK, RAFAEL LASKE
CONTADOR CRC SC 028953/O-4 SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOACABA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	695.700,00		-695.700,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	35.899.013,87	5.906.781,60	0,00	29.992.232,27
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	35.899.013,87	5.906.781,60	0,00	29.992.232,27
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-35.899.013,87	-5.211.081,60		-30.687.932,27

FONTE:

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	44.000,00	0,00	44.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	44.000,00	0,00	44.000,00
TOTAL	44.000,00	0,00	44.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	123.365,73	65.544,00	0,00	57.821,73
Investimentos	123.365,73	65.544,00	0,00	57.821,73
TOTAL	123.365,73	65.544,00	0,00	57.821,73

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	249.125,16	-65.544,00	183.581,16

FONTE:

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)						
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			16.912.200,00	16.912.200,00	10.321.205,30	61,03
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			5.400.000,00	5.400.000,00	4.272.222,62	79,12
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			1.782.000,00	1.782.000,00	771.616,09	43,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			7.128.000,00	7.128.000,00	3.944.086,41	55,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			1.285.200,00	1.285.200,00	812.753,10	63,24
Dívida Ativa dos Impostos			36.000,00	36.000,00	17.573,07	48,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			943.000,00	943.000,00	382.316,71	40,54
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			338.000,00	338.000,00	120.637,30	35,69
			37.185.000,00	37.185.000,00	18.330.720,45	49,30
Cota-Parte FPM			12.970.000,00	12.970.000,00	7.092.710,20	54,69
Cota-Parte ITR			8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA			4.150.000,00	4.150.000,00	2.050.042,74	49,40
Cota-Parte ICMS			19.650.000,00	19.650.000,00	9.018.343,84	45,89
Cota-Parte IPI-Exportação			300.000,00	300.000,00	136.699,72	45,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			107.000,00	107.000,00	32.923,95	30,77
Desoneração ICMS (LC 87/96)			107.000,00	107.000,00	32.923,95	30,77
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			54.097.200,00	54.097.200,00	28.651.925,75	52,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			6.735.361,98	6.735.361,98	2.354.192,82	34,95
Provenientes da União			6.607.763,35	6.607.763,35	2.303.104,67	34,85
Provenientes dos Estados			127.598,63	127.598,63	51.088,15	40,04
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			407.150,00	407.150,00	222.526,50	54,65
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			7.142.511,98	7.142.511,98	2.576.719,32	36,08
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	13.762.791,98	14.294.437,58	7.320.797,39	51,21	5.819.015,59	40,71
	9.043.106,55	9.043.106,55	3.744.180,29	41,40	3.744.180,29	41,40
	4.719.685,43	5.251.331,03	3.576.617,10	68,11	2.074.835,30	39,51

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	%(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	%(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	2.220.000,00	2.536.830,05	1.276.944,05	50,34	199.804,88	7,88
	2.220.000,00	2.536.830,05	1.276.944,05	50,34	199.804,88	7,88
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.982.791,98	16.831.267,63	8.597.741,44	51,08	6.018.820,47	35,76
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.865.886,98	7.835.007,90	3.607.832,30	41,96	2.131.957,58	35,42
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.865.886,98	7.835.007,90	3.607.832,30	41,96	2.131.957,58	35,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.865.886,98	7.835.007,90	3.607.832,30	41,96	2.131.957,58	35,42
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.116.905,00	8.996.259,73	4.989.909,14	9,12	3.886.862,89	0,34
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						
-410.925,97						

Continúa 2/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Inscritos em 2013	0,00	100,00	37.461,91	-37.461,91	0,00			
TOTAL	0,00	100,00	37.461,91	-37.461,91	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	100,00	0,00	100,00					
TOTAL (VIII)	100,00	0,00	100,00					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	-	-	-					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	%		
						(m/Total m)*100		
	15.245.127,74 737.664,24	16.093.603,39 737.664,24	8.250.068,89 347.672,55	95,96 4,04	5.735.068,87 283.751,60	95,29 4,71		
TOTAL	15.982.791,98	16.831.267,63	8.597.741,44	100,00	6.018.820,47	100,00		

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO CONTADOR CRC SC 028953/O-4	IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA	RAFAEL LASKE PREFEITO DE JOACABA
---	---	-------------------------------------

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JOACABA , 16/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

Município de JOACABA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	102.366.992,82	
Previsão Atualizada		—	102.366.992,82	
Receitas Realizadas		17.797.047,78	57.125.950,47	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.834.184,82	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	102.366.992,82	
Créditos Adicionais		—	23.153.672,94	
Dotação Atualizada		—	125.520.665,76	
Despesas Empenhadas		18.805.684,90	79.805.080,29	
Despesas Liquidadas		17.279.414,64	44.102.601,08	
Superavit Orçamentário		—	13.023.349,39	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		18.805.684,90	79.805.080,29	
Despesas Liquidadas		17.279.414,64	44.102.601,08	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			94.175.880,41	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.325.776,45	6.375.783,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.023.869,31	2.541.217,52	
Liquidadas		1.023.869,31	2.541.217,52	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.301.907,14	3.834.565,48	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-2.331.000,00	-7.358.817,25	315,69	
Resultado Primário	-2.458.543,00	9.521.853,63	-387,30	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.960.976,03	96.178,98	3.840.444,22	2.024.352,83
EXECUTIVO	4.737.440,75	23.548,19	3.395.599,98	1.318.292,58
LEGISLATIVO	76.206,64	0,00	70.987,89	5.218,75
EXECUTIVO	1.147.328,64	72.630,79	373.856,35	700.841,50
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	187.785,44	0,00	187.785,44	0,00
EXECUTIVO	187.785,44	0,00	187.785,44	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	14.469,90	381,30	14.088,60	-0,00
EXECUTIVO	14.469,90	381,30	14.088,60	-0,00
TOTAL:	6.163.231,37	96.560,28	4.042.318,26	2.024.352,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.825.711,51	25%	23,82
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.729.795,31	60%	92,37
Liquidadas		4.729.795,31		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		695.700,00	-695.700,00	

Continua 1/2

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			5.906.781,60	29.992.232,27
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	44.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			65.544,00	57.821,73
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.886.862,89	15,00	13,57
Liquidadas		3.886.862,89		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JOACABA, 16/07/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

SIMAE**Resumo de Contrato JHL Nº 0053/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0053/2014
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0064/2013
PREGÃO PRESENCIAL JHL0023/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2013
PROTOCOLO Nº 1451/2013
Data assinatura: 15/07/2014

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Valor Contratado: R\$ 3.332,14 (Três mil trezentos e trinta e dois reais e quatorze centavos) mensais.

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3390.39.58.00.

Prazo de vigência: 01/08/2014 a 31/07/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE

Portaria JHL 113/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 113/2014 16.07.2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Lineu Luiz Schlindwein do cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência A, Matrícula 161, lotada na Diretoria Administrativa, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 16 de Julho de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL

Ata PL 10/2014 - Poltronas Plenário

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR Processo Administrativo: 10/2014 Processo de Licitação: 10/2014 Data do Processo: 04/06/2014
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A presente licitação tem objeto a aquisição de poltronas retráteis de auditório, incluindo montagem e instalação, destinadas à nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 9/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Junho de 2014, às 14:30 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 028/13, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2014, Licitação nº 8/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Ao décimo sexto dia do mês de julho de 2014, às 14h30min, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Joaçaba, reuniram-se a Pregoeira e a sua Equipe de Apoio, para receber laudo técnico referente o Pregão 008.2014, apresentado pela empresa fiscalizadora, TUNI & SANTOS ARQUITETOS conforme item 14.2 do Edital. As amostras apresentadas pela empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (itens 01 e 02), foram aceitas pela empresa fiscal, conforme ofício em anexo, restando VENCEDORA dos respectivos itens. Assim, com fulcro no item 7.11 do edital, ficam convocadas todas as empresas proponentes, através de seus representantes credenciados, para participarem da sessão de abertura de documento de habilitação das propostas vencedoras às 14h do dia 21 de julho de 2014. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Participante: 667 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Móvel 52 - CADEIRA RETRÁTIL PARA PLENÁRIO Cadeira retrátil para plenário com espaldar médio. Assento e encosto rebatíveis, isto é, sempre que a cadeira não estiver em uso, o mecanismo acionado por mola faz com que o assento e o encosto retornem à posição vertical, facilitando a circulação do usuário e permitindo otimizar ao máximo o aproveitamento de espaço. A poltrona deverá ter profundidade máxima de 74cm em posição de uso e largura máxima de 55cm, medidos de eixo a eixo dos assentos. As poltronas deverão ser fixadas ao solo. Assento: Assento com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada, moldada anatomicamente com borda frontal arredondada. Densidade controlada de aproximadamente 58 kg/m³. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Encosto: Encosto com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada moldada anatomicamente. Densidade controlada de aproximadamente 52 kg/m³. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Braço: Braço único entre uma poltrona e outra, integrado à base, com apoia-braços largos em espuma de poliuretano integral na cor preta. Quando nas extremidades das fileiras, os painéis de fechamento dos braços devem ser revestidos em vinil da cor preta e devem preencher o vão entre o piso e o apoio de braços. Nos braços intermediários esses painéis deverão ser de poliuretano integral na cor preta, preenchendo apenas o vão entre o assento e o apoio de braços.	1	51,00	CAVALETTI	0,0000	865,00	44.115,00
2	Móvel 53 - CADEIRA RETRÁTIL PARA PLENÁRIO (OBESO) Cadeira retrátil para plenário com espaldar médio. Assento e encosto rebatíveis, isto é, sempre que a cadeira não estiver em uso, o mecanismo acionado por mola faz com que o assento e o encosto retornem à posição vertical, facilitando a circulação do usuário e permitindo otimizar ao máximo o aproveitamento de espaço. A poltrona deverá ter largura equivalente à dois assentos, podendo variar de 100cm a 120cm (incluindo os braços). As poltronas deverão ser fixadas ao solo e suportar uma carga mínima de 250Kg. Assento: Assento com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada, moldada anatomicamente com borda frontal arredondada. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Encosto: Encosto com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada moldada anatomicamente. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Braço: Braço único, integrado à base, com apoia-braços largos em espuma de poliuretano integral na cor preta. Os painéis de fechamento dos braços devem ser revestidos em vinil da cor preta e devem preencher o vão entre o piso e o apoio de braços.	1	1,00	CAVALETTI	0,0000	1.289,00	1.289,00

Total do Participante -----> 45.404,00

Total Geral -----> 45.404,00

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2014 - PR	
	Processo Administrativo:	10/2014
	Processo de Licitação:	10/2014
	Data do Processo:	04/06/2014
Folha: 2/2		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Joaçaba, 18 de Junho de 2014

COMISSÃO:

CRISTIANE MARIA DENARDI	-	- Pregoeiro(a)
ADRIANA PANIZZI	-	- EQUIPE DE APOIO
MÁRCIO ROBERTO PICCOLI	-	- EQUIPE DE APOIO
FRANCIELE FATTORI - OAB/SC-30.055	-	-

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 224/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 224/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Para Confecção de Cavaletes de Sinalização de Transito, para atender as necessidades do setor de Transito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização(ões) de fornecimento ate 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): a Entrega Será conforme a Necessidade e a Solicitação, em até 07 dias, a contar da(s) data(s) da(s) recepção(ões) da(s) Solicitação(ões) Emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em locais definidos na(s) solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 8.218,00 (oito mil, duzentos e dezoito reais),

Lages, 27 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 223/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 223/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Avenida Duque de Caxias, 1174 - Bairro Sagrado Coração de Jesus, CEP 88508-001 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Conservação de Estradas e Vias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Infraestrutura;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 145.132,80 (cento e quarenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais e oitenta centavos),

Lages, 16 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 221/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 221/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MAX RICARDO MARIN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.125/0001-30, com sede a Av. Luiz de Camões, nº 1062, Bairro: Coral - CEP 88.523-000 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção e Conservação de Estradas e Vias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Infraestrutura;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 44.072,52 (quarenta e quatro mil, setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos),

Lages, 16 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 218/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 218/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 01.192.605/0001-94, com sede a Avenida Primeiro de Maio, 285 - Bairro Universitário, CEP 88509-510 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição Material para Confecção de Caixões para o Sepultamento de Pessoas Carentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 2.665,40 (dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos),

Lages, 25 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 217/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 217/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição Material para Confecção de Caixões para o Sepultamento de Pessoas Carentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 17.350,00 (dezessete mil, trezentos e cinquenta reais),

Lages, 25 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 219/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 219/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONCREBLOC IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 76.367.473/0001-93, com sede a Rua Dr. João Pedro Arruda S/n.º - Area Industrial CEP 88514-000 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Tubos de Concreto para Manutenção das estradas Vicinais do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), devidamente subscrita(s) pelo Secretário de Agricultura;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 23.414,61 (vinte e três mil quatrocentos e quatorze reais e sessenta e um centavos),

Lages, 14 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 238/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 238/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: FIBERCOM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.889.005/0001-05, sediada a Rua Adolfo Konder 58 - Sagrado Coração de Jesus - CEP 88508-340 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Manutenção do Cabeamento Lógico e Fusão de Fibra Optica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, em até 15 (quinze) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 177.500,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos)

Lages, 15 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 220/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 220/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.302.396/0001-70, com sede a Rua Valdomiro Koeche 320 - Bairro Gethal CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Tubos de Concreto para Manutenção das estradas Vicinais do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), devidamente subscrita(s) pelo Secretário de Agricultura;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 20.868,30 (vinte mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos),

Lages, 14 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 215/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 215/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Ampliação, Manutenção e Recuperação de Brinquedos de Ferro, em diversos Parques do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 14.226,60 (quatorze mil, duzentos e vinte e seis reais sessenta e seis centavos),

Lages, 18 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 216/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 216/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MAX RICARDO MARIN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.125/0001-30, com sede a Av. Luiz de Camões, nº 1062, Bairro Coral, CEP 88-523-000 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição Material para Confecção de Caixões para o Sepultamento de Pessoas Carentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 1.938,90 (hum mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa centavos),

Lages, 25 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 214/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 214/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Pintura para atender as necessidades de Pintura, Manutenção e Melhoria de Praças Públicas e Setor de Trânsito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Lages, 26 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Termo de Convênio Nº 043/2014

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE CONVÊNIO N.º 043/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) FUNDAÇÃO INSTITUTO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS - FIEPE/CAV, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 78.491.610/0001-22, com sede à Rua São Jorge, nº 42, Sala 02, Bairro Conta Dinheiro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) ALCEU MEZZALIRA, CPF nº 196.253.329-87, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para a fornecer atendimento clínico, controle parasitológico, exames complementares, suporte nutricional, casqueamento e ferrageamento aos equinos de tração (carroceiros do município de Lages).

VALOR: O município repassará a quantia de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 2.400,00, (dois mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 01/06/2014 A 31/03/2015.

Lages, 17 de julho de 2014.

Termo de Convênio Nº 045/2014

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE CONVÊNIO N.º 045/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR MENINO DEUS, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 04.570.238/0001-03, com sede à Rua Blumenau, nº669, Bairro Petrópolis, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) Irene Mondadori Gargioni, CPF nº 566.803.769-04, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio na manutenção e custeio da Associação.

VALOR: R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais) em 12 (doze) parcelas de R\$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 01/07/2014 A 30/06/2015.

Lages, 17 de julho de 2014.

Extrato de Contrato Nº 213/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 213/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, inscrita no CNPJ n.º 61.602.199/0232-44, com sede Rua Frederico Ozanan 1655 - Bairro Brigadeiro, CEP 92420-360 - Canoas/RS. Endereço Representante: Avenida Baltazar de Oliveira Garcia 2743 Conj. 203 e 204 - CEP 91.150-001 - Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gás de Cozinha para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega, far-se-á(ão), nas Unidades Escolares, conforme solicitação(ões), mediante a apresentação do Ticket.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais),

Lages, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 209/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 209/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Descartáveis para uso em Diversos Setores da Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização(ões) de fornecimento ate 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado Central da Prefeitura à Avenida Brasil, esquina com a Avenida Dom Pedro II - Bairro São Cristóvão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais),

Lages, 27 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 239/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 239/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ÍNDIO JOSÉ ARAÚJO & FILHOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.456.932/0001-67, com sede a Avenida Manoel Antunes Pessoa, 1300 - Bairro São Miguel - CEP: 88525-000 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gás de Cozinha para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente a 31/12/2014;

2.2 De Entrega, far-se-á(ão), nas Unidades Escolares, conforme solicitação(ões), mediante a apresentação do Ticket.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 117.229,00 (cento e dezessete mil, duzentos e vinte e nove reais),

Lages, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 211/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 211/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para uso das Equipes de Manutenção de Estradas do Interior do Município

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização(ões) de fornecimento até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): os produtos serão retirados no estabelecimento do fornecedor, dentro do perímetro urbano do Município de Lages, em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) recepção(ões) da(s) solicitação(ões), subscrita(s) pela Secretaria de Agricultura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 12.160,00 (doze mil, cento e sessenta reais),

Lages, 10 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 212/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 212/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, 19 - Bairro Araucária, CEP 88512-680 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para uso das Equipes de Manutenção de Estradas do Interior do Município

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data do recebimento da(s) autorização(ões) de fornecimento até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): os produtos serão retirados no estabelecimento do fornecedor, dentro do perímetro urbano do Município de Lages, em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) recepção(ões) da(s) solicitação(ões), subscrita(s) pela Secretaria de Agricultura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais),

Lages, 10 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 210/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 210/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: R.A.M.E PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ n.º 15.699.263/0001-08, com sede a Rua Eurávio Zanon, 501 - CEP 88514-550 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Comunicação de Utilidade Pública, e Sonorização Interna, no Terminal Rodoviário Dom Honorato Piazzera e Terminal Urbano de Transporte Coletivo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02.1 De Início: da data da assinatura do contrato;

02.2 De Entrega(s): em até 48 horas da(s) Solicitação(ões), da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

02.3 De Execução: da data da assinatura do contrato até 12 meses;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais mensais),

Lages, 10 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Termo de Convênio Nº 041/2014

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE CONVÊNIO N.º 041/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o(a) AMPE - ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE LAGES E REGIÃO SERRANA, inscrito(a) no CNPJ sob n.º 01.460.782/0001-04, com sede à Rua Albanir da Silva Gomes, nº 62, Bairro Petrópolis, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado(a) neste ato pelo(a) Sr(a) MARILU APª GERBER ANDRADE DEL CASTANHIEL, CPF nº 506.042.369-72, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: desenvolver o Projeto EMPREENDER E CRESCER, oferecendo estrutura e orientação através de cursos, palestras e treinamentos.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 01/06/2014 A 31/03/2015.

Lages, 17 de julho de 2014.

Lauro Muller**PREFEITURA****Retificação de Publicação Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 72/2014**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 72/2014

Contrato Original: 72/2014

Processo Licitatório nº 36/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 36/2014

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços gerais, roçada, capinação manual de meio fio, despraguejamento, recorte, limpeza, recolhimento e transporte do material inservível gerado, a serem executados nas vias do quadro urbano e nos próprios municipais. Serviços gerais de conservação, de execução eventual, compreendendo pequenos reparos de marcenaria, hidráulica, alvenaria, pintura, elétrica e serviços gerais, sem emprego de materiais. Serviços de Manutenção de vias pavimentadas.... Contratado: RECICLE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXOS LTDA ME

VALOR: R\$ 13.912,50 (treze mil novecentos e doze reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº96/2014 - Pmlm

PREGÃO PRESENCIAL Nº96/2014 - PMLM

PROCESSO Nº96/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 29 de julho de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL para construção para Reforma de residências no âmbito do programa COHAB CIDADÃ, no Município de Lauro Muller/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 16 de julho de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis**PREFEITURA****Homologação E Contrato 2014**

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Nº PR21/2014

Processo Administrativo: 37/2014

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de pessoa jurídica habilitada e/ou credenciada junto à Federação Catarinense de Futebol, para prestação serviços de arbitragem em jogos do Campeonato Municipal de Futsal e Futebol de Campo, nas quantidades previstas e discriminadas no anexo I do Edital.

Data de Homologação: 15/07/2014

Licitantes Homologados: LIGA DESPORTIVA DA REGIAO DE FRAIBURGO - LIDERFRAY - Valor Total de R\$ 31.425,00

Lebon Régis, 15/07/2014 Ludovino Labas - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 62/2014

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratada.: LIGA DESPORTIVA DA REGIAO DE FRAIBURGO - LIDERFRAY

Valor : R\$ 31.425,00 trinta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais

Vigência.....: 15/07/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : Contratação de pessoa jurídica habilitada e/ou credenciada junto à Federação Catarinense de Futebol, para prestação serviços de arbitragem em jogos do Campeonato Municipal de Futsal e Futebol de Campo, nas quantidades previstas e discriminadas neste instrumento

Lebon Régis, 15 de Julho de 2014.

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO 2014

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Nº PR06/2014

Processo Administrativo: 08/2014

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de um veículo para 16 passageiros incluindo o motorista, zero quilômetro

Data de Homologação: 16/07/2014

Licitantes Homologados: COLUSSI & CIA LTDA - Valor Total de R\$ 103.950,00

Lebon Régis, 16/07/2014 - Francisco Jucelino-Gestor

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.... 14/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado....: COLUSSI & CIA LTDA

Valor : R\$ 103.950,00

Vigência : 5 meses e 15 dias

Modalidade....: Pregão

Nº licitação...: PR06/2014

Recursos : 14/201400091.00010.00010.00301.00028.2.0000 41.3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas

16/20140091.00010.00010.00301.00028.2.000042.3.4.4.9.0.00.0 0.00.00.00 Aplicações Diretas

34/20140091.00010.00010.00301.00028.2.000041.3.4.4.9.0.00. 00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto : Aquisição de um veículo para 16 passageiros

incluindo o motorista, zero quilômetro, conforme especificações contidas neste instrumento

Data : 16 de Julho de 2014.
Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

Pregão Presencial Nº24/2014 - Processo Licitatório Nº 41/2014

FUNDO DE SAÚDE LEBON RÉGIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2014

O Fundo de Saúde de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote para aquisição de um veículo, material permanente (móveis e eletrônicos), odonto e hospitalar, vindo beneficiar as unidades de Saúde do município, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 14:00h do dia 30 de julho de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 14h10min do dia 30/07/2014. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis, 16 de julho de 2014.
Adair da Silva Mattos
Pregoeiro.

Pregão Presencial Nº 23/2014 - Processo Licitatório Nº 40/2014

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote. Objeto: aquisição de materiais permanentes (móveis e eletrodomésticos) para atendimento aos Centros de Educação infantil para o ano de 2014. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 30 de julho de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 30 de julho de 2014. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 23 de Abril de 2014.
Adair da Silva Mattos
Pregoeiro.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 037/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014
TIPO: Menor Preço Global.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de mobiliários para a Biblioteca Municipal, pertencente a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 037/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 30 de julho de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 16/07/2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Pregão Presencial Nº 011/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
TIPO: Menor Preço por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo, a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 011/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 31 de julho de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 16/07/2014.
VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Pregão Presencial Nº 038/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2014

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para serem utilizados pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 038/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09h00min (nove horas), do dia 31 de julho de 2014. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 16/07/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Contrato Nº 014/2014 - FMS

CONTRATO Nº 014/2014 - FMS

Contratação de serviços com fornecimento de peças para conserto emergencial do bico injetor do veículo ambulância UTI, marca/modelo Iveco/Dailygf Rontan, ano/modelo 2009, Placa: MNH-1749, do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, cujo paço municipal localiza-se à rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal, SC, doravante denominado MUNICÍPIO neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde senhor VITOR NORBERTO ALVES, a seguir denominado CONTRATANTE e a Empresa FACHINETTO & CIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Virgilino Ferreira de Souza, nº 965, Bairro Barreiros, Município de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 03.953.240/0003-60, neste ato representado pelo Senhor LEOMAR FACHINETTO doravante denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666/2011 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - A presente Dispensa de Licitação tem por objeto a contratação de serviços com fornecimento de peças para conserto emergencial do bico injetor do veículo ambulância UTI, marca/modelo Iveco/Dailygf Rontan, ano/modelo 2009, Placa: MNH-1749, do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material ou serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Materiais ou serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/08/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto

deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 4.470,04 (quatro mil quatrocentos e setenta reais e quatro centavos). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do material/execução dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;

Entregar os materiais executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
Fornecer garantia dos produtos/serviços de no mínimo 06 (seis) meses contra defeito de fabricação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais e serviços;

Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais e prestar os serviços aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento

de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais e Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 15 de julho de 2014.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde
Contratante

LEOMAR FACHINETTO

FACHINETTO& CIA LTDA EPP
Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT

CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Contrato Nº 043/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 043/2014

Contrato visando à aquisição de prêmio para distribuir aos agricultores por ocasião da Festa do Colono e Motorista, no Município de Leoberto Leal, edição 2.014 de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Pregão Presencial nº 034/2014.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa VICTOR HUGO DE SOUZA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Anitápolis, nº 299, Bairro Centro, Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 07.135.364/0001-28, neste ato representada pelo Senhor Victor Hugo de Souza, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 034/2014, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação visando à aquisição de uma moto zero quilômetro, CG FAN 125 cilindradas, cor preta, ano/modelo 2014, para distribuir aos agricultores por ocasião da Festa do Colono e Motorista, no Município de Leoberto Leal, edição 2014, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Pregão Presencial nº 034/2014.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/09/2014, devendo ser entregue todos os materiais até o dia 25 de julho de 2014, para inspeção da Comissão de Organização do Evento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 6.433,00 (seis mil quatrocentos e trinta e três reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em 30 (trinta) dias, após a entrega dos materiais, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja CONTRATADA é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

Disponibilizar os materiais ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;

Entregar os materiais com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
Fornecer garantia dos produtos de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais;

Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII do Processo Licitatório nº 047/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na

Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a fornecer o material aqui avençado, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de uma moto zero quilômetro, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

Leoberto Leal/SC, 14 de julho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Contratante

VICTOR HUGO DE SOUZA ME
VICTOR HUGO DE SOUZA
Contratada

Testemunhas:
MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

Contrato Nº 044/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 044/2014

"Contrato de empresa ou entidade para prestação de serviços de arbitragem dos jogos do 19º Campeonato Municipal de Futebol de Campo, a ser realizado no Município de Leoberto Leal, conforme especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 035/2014"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Jardim Esperança, nº 55, Bairro Centro, Município de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 12.730.429/0001-13, neste ato representada pelo Senhor Sálvio José Rodrigues Junior, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 035/2014, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma

das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresa ou entidade para prestação de serviços de arbitragem dos jogos do 19º Campeonato Municipal de Futebol de Campo, a ser realizado no Município de Leoberto Leal, conforme especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 035/2014.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2014, devendo ser prestado os serviços até o final do campeonato em questão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de até R\$ 20.580,00 (vinte mil quinhentos e oitenta reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja CONTRATADA é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;

Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
A equipe de arbitragem deverá ser composta por 3 profissionais que devem se apresentar na Prefeitura Municipal de Leoberto Leal com uma hora de antecedência.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos serviços prestados;

Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no Capítulo XIII do Processo Licitatório nº 048/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o termino de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a prestar os serviços aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 14 de julho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA ME

Sálvio José Rodrigues Junior

Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT

CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

Luzerna

PREFEITURA

Anexos RREO Luzerna Balanço Orçamentário 3 Bimestre/2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.041.528,56	20,01	8.736.500,18	57,48
RECEITAS CORRENTES	14.951.000,00	14.951.000,00	2.685.318,07	17,96	8.214.815,44	54,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.600.345,36	1.600.345,36	249.772,63	15,61	897.996,13	56,11
IMPOSTOS	985.845,36	985.845,36	170.690,29	17,31	600.246,35	60,89
TAXAS	354.500,00	354.500,00	78.441,99	22,13	294.066,61	82,95
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	260.000,00	260.000,00	640,35	0,25	3.683,17	1,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	278.000,00	278.000,00	41.016,42	14,75	124.398,84	44,75
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	278.000,00	278.000,00	41.016,42	14,75	124.398,84	44,75
RECEITA PATRIMONIAL	191.961,00	191.961,00	56.871,28	29,63	148.784,37	77,51
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	31.000,00	31.000,00	3.440,31	11,10	9.725,74	31,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	157.961,00	157.961,00	53.200,77	33,68	138.828,43	87,89
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.100,00	2.100,00	230,20	10,96	230,20	10,96
Outras Receitas Patrimoniais	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	24.900,00	24.900,00	200,00	0,80	15.860,00	63,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.682.224,64	12.682.224,64	2.307.693,56	18,20	6.949.617,71	54,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.658.224,64	12.658.224,64	2.207.701,56	17,44	6.849.625,71	54,11
Transf. de Instituições Privadas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	99.992,00	0,00	99.992,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	173.569,00	173.569,00	29.764,18	17,15	78.158,39	45,03
Multas e Juros de Mora	76.576,00	76.576,00	10.747,49	14,04	35.350,19	46,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.600,00	24.600,00	1.853,56	7,53	2.052,04	8,34
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	68.280,00	68.280,00	8.907,49	13,05	30.940,52	45,33
RECEITAS DIVERSAS	4.133,00	4.133,00	8.255,64	199,75	9.815,64	237,49
RECEITAS DE CAPITAL	249.000,00	249.000,00	356.210,49	143,06	521.684,74	209,51
ALIENAÇÃO DE BENS	249.000,00	249.000,00	22.210,49	8,92	81.095,24	32,57
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	149.000,00	149.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	22.210,49	22,21	81.095,24	81,10
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	334.000,00	0,00	440.589,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	334.000,00	0,00	340.589,50	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.041.528,56	20,01	8.736.500,18	57,48

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.041.528,56	8.736.500,18	57,48	6.463.499,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.200.000,00	15.200.000,00	3.041.528,56	8.736.500,18	57,48	6.463.499,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.537.909,32	—	617.949,13	—	—
Superávit Financeiro	—	1.537.909,32	—	617.949,13	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.200.000,00	2.050.006,39	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	7.572.111,43	9.677.894,96
DESPESAS CORRENTES	13.029.274,00	1.097.486,66	14.126.740,66	2.405.967,08	8.390.615,40	2.559.555,29	7.029.662,91	7.097.077,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.199.552,61	286.185,74	7.485.738,35	1.259.498,18	3.845.938,75	1.259.623,74	3.844.048,31	3.641.690,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	15.263,63	45.060,32	15.263,63	45.060,32	54.939,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.729.721,39	811.280,92	6.541.002,31	1.131.205,27	4.499.616,33	1.284.667,92	3.140.554,28	3.400.448,03
DESPESAS DE CAPITAL	2.140.784,00	952.539,73	3.093.323,73	726.880,90	1.667.742,95	416.685,03	542.448,52	2.550.875,21
INVESTIMENTOS	2.117.464,00	952.539,73	3.070.003,73	722.404,06	1.654.623,60	412.208,19	529.329,17	2.540.674,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.320,00	0,00	23.320,00	4.476,84	13.119,35	4.476,84	13.119,35	10.200,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.942,00	0,00	29.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.942,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.200.000,00	2.050.006,39	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	7.572.111,43	9.677.894,96

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.200.000,00	2.050.006,39	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	7.572.111,43	43,90
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.164.388,75	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.200.000,00	2.050.006,39	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	8.736.500,18	43,90

FONTE:
Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALL'OLMO DALLA C MARIA RITA NOGUEIRA PASA MOISES DIERSMANN
SECRETARIO DE FAZENDA E ADI CONTADORA - CRC/SC 020394/C COORDENADORA CONTROLE IN PREFEITO MUNICIPAL

ANEXOS RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO3 BIMESTRE/ 2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		%		SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/Total b)	(b/a)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	7.572.111,43	100,00	43,90	9.677.894,96		
Legislativa	450.000,00	450.000,00	72.914,22	228.114,98	73.508,40	212.710,63	2,81	47,27	237.289,37		
Ação Legislativa	450.000,00	450.000,00	72.914,22	228.114,98	73.508,40	212.710,63	2,81	47,27	237.289,37		
Administração	2.275.586,00	2.250.141,36	341.537,73	1.244.285,22	369.518,99	1.025.807,71	13,55	45,59	1.224.333,65		
Administração Geral	1.932.086,00	1.885.403,08	264.028,65	1.056.327,40	294.709,91	841.502,69	11,11	44,63	1.043.900,39		
Administração Financeira	287.000,00	308.238,28	68.660,79	165.779,00	65.960,79	162.146,20	2,14	52,60	146.092,08		
Controle Interno	56.500,00	56.500,00	8.848,29	22.158,82	8.848,29	22.158,82	0,29	39,22	34.341,18		
Segurança Pública	80.500,00	80.500,00	2.909,60	21.316,30	7.358,17	15.343,81	0,20	19,06	65.156,19		
Policimento	80.500,00	80.500,00	2.909,60	21.316,30	7.358,17	15.343,81	0,20	19,06	65.156,19		
Assistência Social	545.912,80	609.286,84	96.245,11	296.686,49	100.017,12	247.366,79	3,27	40,60	361.900,05		
Assistência ao Idoso	36.000,00	36.000,00	9.180,10	15.705,13	6.576,10	12.317,13	0,16	34,21	23.682,87		
Assistência à Criança e ao Adolescente	103.612,80	135.096,59	16.380,68	62.309,94	21.130,26	45.242,98	0,60	33,49	89.853,61		
Assistência Comunitária	406.300,00	438.170,25	70.684,33	218.651,42	72.310,76	189.806,68	2,51	43,32	248.363,57		
Saúde	2.668.497,47	3.030.209,05	618.769,92	1.905.832,66	454.630,38	1.387.857,22	18,33	45,80	1.642.351,83		
Atenção Básica	2.473.037,47	2.810.149,05	611.704,72	1.876.592,07	444.323,81	1.362.544,40	17,99	48,49	1.447.604,65		
Vigilância Sanitária	111.960,00	136.580,00	6.355,91	25.621,02	7.629,13	22.402,54	0,30	16,40	114.157,46		
Vigilância Epidemiológica	75.000,00	75.000,00	0,00	2.677,44	2.677,44	2.677,44	0,04	3,57	72.322,56		
Alimentação e Nutrição	8.500,00	8.500,00	709,29	942,13	0,00	232,84	0,00	2,74	8.267,16		
Trabalho	19.000,00	19.000,00	0,00	9.875,14	5.409,56	6.659,57	0,09	35,05	12.340,43		
Relação de Trabalho	19.000,00	19.000,00	0,00	9.875,14	5.409,56	6.659,57	0,09	35,05	12.340,43		
Educação	4.414.177,50	4.492.298,20	797.849,94	2.444.845,93	837.001,27	2.278.305,48	30,09	50,72	2.213.992,72		
Alimentação e Nutrição	335.510,00	357.246,69	87.604,85	231.323,73	90.823,91	209.177,41	2,76	58,55	148.069,28		
Ensino Fundamental	3.116.434,00	3.164.375,86	539.862,57	1.761.594,45	580.758,34	1.639.479,64	21,65	51,81	1.524.896,22		
Ensino Profissional	31.000,00	31.000,00	6.031,00	17.689,98	4.700,01	12.883,98	0,17	41,56	18.116,02		
Ensino Superior	70.000,00	70.000,00	16.773,88	43.447,33	16.355,28	36.226,33	0,48	51,75	33.773,67		
Educação Infantil	821.233,50	829.675,65	147.577,64	378.210,44	144.363,73	367.958,12	4,86	44,35	461.717,53		
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	12.580,00	0,00	12.580,00	0,17	31,45	27.420,00		
Cultura	320.470,00	300.470,00	64.749,35	88.500,65	70.368,98	86.900,65	1,15	28,92	213.569,35		
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	62.000,00	62.000,00	0,00	3.260,00	0,00	3.260,00	0,04	5,26	58.740,00		
Difusão Cultural	258.470,00	238.470,00	64.749,35	85.240,65	70.368,98	83.640,65	1,10	35,07	154.829,35		

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	7.572.111,43	100,00	43,90
Urbanismo	1.465.096,40	2.001.317,16	323.733,93	1.501.140,23	410.687,94	878.877,25	11,61	43,91
Infra-Estrutura Urbana	160.000,00	627.220,76	166.345,83	532.027,47	153.269,18	204.571,70	2,70	32,62
Serviços Urbanos	1.293.096,40	1.362.096,40	157.388,10	967.612,76	256.932,56	673.049,44	8,89	49,41
Transporte Rodoviário	12.000,00	12.000,00	0,00	1.500,00	486,20	1.256,11	0,02	10,47
Habitação	182.000,00	182.000,00	0,00	180.000,00	90.000,00	90.000,00	1,19	49,45
Habitação Rural	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	180.000,00	180.000,00	0,00	180.000,00	90.000,00	90.000,00	1,19	50,00
Saneamento	35.000,00	349.490,82	0,00	263.035,69	83.338,05	83.338,05	1,10	23,85
Saneamento Básico Urbano	35.000,00	349.490,82	0,00	263.035,69	83.338,05	83.338,05	1,10	23,85
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	856.440,00	1.125.440,00	226.821,10	614.060,42	163.720,60	422.363,16	5,58	37,53
Extensão Rural	813.440,00	828.440,00	70.013,60	457.252,92	140.849,42	399.491,98	5,28	48,22
Promoção da Produção Agropecuária	43.000,00	297.000,00	156.807,50	156.807,50	22.871,18	22.871,18	0,30	7,70
Indústria	186.575,38	186.575,38	42.937,12	46.936,71	2.137,12	6.136,71	0,08	3,29
Promoção Industrial	186.575,38	186.575,38	42.937,12	46.936,71	2.137,12	6.136,71	0,08	3,29
Comércio e Serviços	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.186.012,45	1.658.565,58	468.794,43	994.813,67	228.765,43	623.280,50	8,23	37,58
Transporte Rodoviário	1.186.012,45	1.658.565,58	468.794,43	994.813,67	228.765,43	623.280,50	8,23	37,58
Desporto e Lazer	171.470,00	171.470,00	30.915,30	75.224,19	35.108,08	63.433,83	0,84	36,99
Desporto Comunitário	171.470,00	171.470,00	30.915,30	75.224,19	35.108,08	63.433,83	0,84	36,99
Encargos Especiais	248.320,00	248.320,00	44.670,23	143.730,07	44.670,23	143.730,07	1,90	57,88
Serviço da Dívida Interna	123.320,00	123.320,00	19.740,47	58.179,67	19.740,47	58.179,67	0,77	47,18
Outras Transferências	125.000,00	125.000,00	24.929,76	85.550,40	24.929,76	85.550,40	1,13	68,44

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	7.572.111,43	100,00	43,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.942,00	29.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.200.000,00	17.250.006,39	3.132.847,98	10.058.358,35	2.976.240,32	7.572.111,43	100,00	43,90

FONTE:

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALL'OLMO DALLA C MARIA RITA NOGUEIRA PASA

SECRETARIO DE FAZENDA E AD CONTADORA - CRC/SC 020394/O COORDENADORA CONTROLE IN

MOISES DIERSMANN

PREFEITO MUNICIPAL

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 3 BIMESTRE 2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	R\$ 1,00	
		Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014			TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		1.325.660,12	1.258.776,12	1.318.498,82	1.269.025,98	1.655.264,50	1.850.157,79	1.580.535,41	1.586.686,37	1.534.731,57	1.659.853,00	1.658.939,59	1.367.494,05	18.007.516,02	17.123.056,15	
RECEITA TRIBUTÁRIA		155.000,85	67.811,67	73.878,10	72.476,10	105.913,49	81.841,70	56.936,02	104.020,70	295.274,64	191.980,14	132.253,94	97.516,69	1.458.916,04	1.601.345,36	
IPTU,		18.079,65	5.753,49	7.376,39	5.618,65	672,24	2.575,57	6,68	11.924,02	118.609,22	52.286,44	20.460,05	8.910,81	252.273,21	254.165,00	
IR/RF		58.229,92	4.622,94	11.056,61	8.534,87	57.338,29	20.745,35	14.577,94	32.603,34	19.103,70	17.452,34	16.987,76	18.285,40	275.273,46	206.680,36	
I.S.S.		38.769,80	37.156,31	32.659,71	32.038,97	36.475,34	44.032,04	35.440,01	35.207,23	39.272,51	41.903,75	46.571,52	48.614,27	468.139,46	400.000,00	
I.T.B.I.		12.818,00	5.813,66	7.404,00	13.059,60	8.150,00	3.988,00	1.240,00	3.638,68	3.946,20	2.940,00	8.035,48	2.825,00	72.842,62	125.000,00	
Outras Receitas Tributárias		27.103,48	14.461,27	15.381,39	13.226,01	7.277,62	10.920,74	5.673,39	20.647,43	114.943,61	60.196,13	60.196,13	18.883,21	388.124,29	614.500,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.850,18	5.415,10	5.340,17	5.256,37	99.946,95	19.984,37	21.001,36	19.811,53	21.083,20	21.486,33	19.914,70	21.101,72	262.171,98	278.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL		19.000,50	17.514,23	17.178,90	19.626,37	19.345,91	18.624,87	20.336,16	22.372,02	24.244,16	24.960,75	25.625,64	31.245,64	269.275,15	191.961,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	4.720,00	0,00	0,00	0,00	6.950,00	10.840,00	0,00	0,00	4.820,00	200,00	0,00	27.550,00	24.900,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.138.923,90	1.148.230,63	1.213.148,43	1.156.193,77	1.417.032,72	1.706.985,77	1.461.659,27	1.441.797,02	1.179.027,25	1.333.749,59	1.447.492,22	1.201.306,91	15.845.527,48	14.854.280,79	
Cota-Parte do FPM,		325.915,82	426.129,77	352.679,29	352.683,71	490.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	5.493.770,07	5.074.938,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.,		361.008,46	378.507,92	402.159,21	390.994,71	429.369,96	427.549,25	423.470,93	402.937,97	408.737,19	398.634,93	405.208,37	411.094,81	4.839.640,75	4.968.137,79	
Cota-Parte do IPVA,		52.596,77	48.600,16	52.195,93	85.860,32	44.378,86	19.283,75	26.123,11	36.603,71	51.640,00	56.802,23	62.008,43	57.763,52	593.766,79	639.630,00	
Cota-Parte do ITR,		6,31	36,98	1.394,09	2.993,90	148,39	6,99	23,08	6,21	12,78	0,00	29,27	25,48	4.275,48	9.362,00	
Outras Transferências Correntes		198.394,17	78.114,12	186.773,61	111.668,46	206.055,36	523.846,01	179.263,45	136.912,73	129.789,47	232.363,78	171.288,07	79.297,01	2.232.766,24	1.534.000,00	
Transferências da LC 61/1989		5.795,76	6.201,50	5.641,08	6.030,35	6.689,22	7.149,34	6.770,37	5.731,96	5.600,88	6.098,87	6.633,52	6.318,08	74.680,93	125.613,00	
Transferências da LC 87/1996		1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.789,09	1.789,09	0,00	1.789,09	1.789,09	1.789,09	19.608,71	42.600,00	
Transferências do FUNDEB		193.519,40	208.860,97	210.539,01	204.585,11	238.037,84	221.359,56	229.387,84	223.656,45	206.453,64	208.014,59	227.445,17	215.238,93	2.587.088,51	2.460.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.894,69	15.084,49	8.952,92	15.276,37	9.025,43	15.811,08	9.760,60	10.685,10	15.102,32	12.846,19	13.443,09	16.321,09	153.93,37	173.599,00	
DEDUÇÕES (II)		149.401,81	172.250,90	163.545,52	167.897,85	194.587,70	192.351,84	210.601,36	216.445,38	188.556,63	175.675,73	209.824,60	181.042,84	2.205.272,16	2.174.156,15	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		149.401,81	172.250,90	163.545,52	167.897,85	194.587,70	192.351,84	210.601,36	216.445,38	188.556,63	175.705,61	209.751,57	181.354,00	2.205.540,17	2.172.056,15	
Dedução ISS Educação - 25%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7,47	0,00	0,00	-7,47	0,00	
Dedução ISS Próprio - 60%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17,93	0,00	0,00	-17,93	0,00	
Dedução ISS Saúde - 15%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4,48	0,00	0,00	-4,48	0,00	
IPTU 15% - Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-70,25	0,00	
IPTU 25% - Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-117,08	0,00	
IPTU 60% Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-281,00	0,00	
Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-281,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		1.176.258,31	1.086.524,22	1.151.953,30	1.101.941,13	1.460.676,80	1.657.805,95	1.369.934,05	1.382.240,99	1.366.174,94	1.411.177,27	1.449.104,99	1.186.451,21	15.802.343,86	14.946.900,00	

FONTE:

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 0203940-8	MARIA RITA NOGUEIRA PASA COORDENADORA CONTROLE INTERNO
MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL		

ANEXO RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 3 BIMESTRE 2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	240.951,31	232.308,80	227.831,96
DEDUÇÕES (II)	3.408.382,74	4.401.332,35	4.396.582,20
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.422.662,26	4.402.677,35	4.397.935,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.279,52	1.345,00	1.353,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.167.431,43	-4.169.023,55	-4.168.750,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.167.431,43	-4.169.023,55	-4.168.750,24

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	273,31	-1.001.318,81

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	2.106.558,38

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXOS DA RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 3 BIESTRE 2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidadados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidadados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	5.102,04	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	30,27	5.181,75	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	4.731,68	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	242,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	231,60	0,00	0,00	
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	14.671,90	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos para o Fundo	0,00	0,00	0,00	1.580,00	0,00	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	3.215,20	0,00	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	3.322,56	0,00	0,00	
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	891,30	0,00	0,00	
S.F.Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	149.900,00	0,00	0,00	
S.F.Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	205,00	0,00	0,00	
S.F.Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	14.617,40	0,00	0,00	
S.F.Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	276.032,68	0,00	0,00	
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	26.045,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	6.929,43	0,00	0,00	
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	30,27	513.729,54	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos	0,00	0,00	2.907,29	158.736,72	0,00	0,00	
Recursos de Impostos e Transferências Impostos	1.345,00	0,00	14.903,25	70.543,29	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	-647,02	47.978,97	634.884,04	0,00	0,00	
S.F.Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	165.707,33	0,00	0,00	
S.F.Recursos Ordinários	0,00	8,56	62.474,56	154.548,46	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	245.550,60	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	2.227,21	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	1.345,00	-638,46	128.264,07	1.432.197,65	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.345,00	-638,46	128.294,34	1.945.927,19	0,00	0,00	

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Luzerna, 16/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRA	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8	MARIA RITA NOGUEIRA PASA COORDENADORA CONTROLE INTERNO
--	--	---

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO DA RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 3 BIMESTRE/2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				Pagos	Liquidados	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2013	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	14.279,52	14.279,52	-	36.450,00	281.430,61	176.248,66	174.903,66	13.337,61	129.639,34		
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	14.279,52	14.279,52	0,00	36.450,00	281.430,61	176.248,66	174.903,66	13.337,61	129.639,34		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337,63	337,63	0,00	0,00	0,00		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.341,74	2.191,68	2.191,68	212,50	2.937,56		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175,49	0,00	0,00	175,49	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.596,00	590,00	590,00	0,00	2.006,00		
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393,82	393,82	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA AGRICULTURAE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379,50	379,50	379,50	0,00	0,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.935,08	16.832,79	16.832,79	1.102,29	0,00		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.252,30	1.252,30	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.019,82	30.019,82	30.019,82	0,00	0,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	658,50	0,00	0,00	0,00	658,50		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	320,00	320,00	0,00	1.280,00		
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.771,80	0,00	0,00	8.771,80	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756,32	587,11	587,11	169,21	-0,00		
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.906,20	0,00	0,00	2.906,20	0,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.622,86	1.622,74	1.622,74	0,12	0,00		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	260,00	260,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.577,26	12.577,26	12.577,26	0,00	0,00		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604,93	604,93	604,93	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249,04	0,00	0,00	0,00	249,04		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.311,95	101.880,32	100.535,32	0,00	82.776,63		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258,00	0,00	0,00	0,00	258,00		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	400,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00	0,00	0,00	0,00	270,00		
SECRETARIA DA AGRICULTURAE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.421,04	2.301,04	2.301,04	0,00	120,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.601,33	555,72	555,72	0,00	1.045,61		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	9.450,00	1.408,00	320,00	320,00	0,00	10.538,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	1.419,00	1.419,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	2.753,90	2.753,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	38,02	38,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	27,10	27,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	4.345,53	4.345,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	34,54	34,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA AGRICULTURAE MEIO AMBIENTE	0,00	34,54	34,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	141,21	141,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	298,28	298,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	581,60	581,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	69,08	69,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	497,58	497,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	2.695,33	2.695,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	0,00	1.343,81	1.343,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Saldo		Inscritos		Pagos	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	14.279,52	14.279,52	0,00	36.450,00	281.430,61	174.903,66	129.639,34

FONTE:

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALLOLMO DALLA CO MARIA RITA NOGUEIRA PASA
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMII CONTADORA - CRC/SC 020.394/O-8 COORDENADORA CONTROLE INTE

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO DA RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - MDE 3 BIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.063.902,36	1.063.902,36	183.410,08	639.985,25	60,15
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	328.722,00	328.722,00	40.552,97	245.979,32	74,83
1.1.1- IPTU	254.165,00	254.165,00	29.839,19	212.665,55	83,67
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.557,00	4.557,00	365,64	453,12	9,94
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	6.907,74	21.861,82	43,72
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	3.908,73	11.467,16	57,34
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(468,33)	(468,33)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	126.330,00	126.330,00	10.860,48	22.029,36	17,44
1.2.1- ITBI	125.000,00	125.000,00	10.860,48	22.029,36	17,62
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	402.170,00	402.170,00	96.723,47	252.966,09	62,90
1.3.1- ISS	400.000,00	400.000,00	95.185,79	247.039,17	61,76
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	470,00	470,00	198,73	1.411,18	300,25
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	900,15	3.278,97	298,09
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	600,00	600,00	438,80	1.266,65	211,11
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(29,88)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	206.680,36	206.680,36	35.273,16	119.010,48	57,58
1.4.1- IRRF	206.680,36	206.680,36	35.273,16	119.010,48	57,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.860.280,79	10.860.280,79	1.955.529,95	5.826.921,13	53,65
2.1- Cota-Parte FPM	5.074.938,00	5.074.938,00	1.002.869,29	3.039.732,94	59,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.864.938,00	4.864.938,00	1.002.869,29	3.039.732,94	62,48
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.968.137,79	4.968.137,79	816.304,18	2.450.051,24	49,32
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	42.600,00	42.600,00	3.578,18	8.945,45	21,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	125.613,00	125.613,00	12.951,60	37.153,68	29,58
2.5- Cota-Parte ITR	9.362,00	9.362,00	54,75	96,82	1,03
2.6- Cota-Parte IPVA	639.630,00	639.630,00	119.771,95	290.941,00	45,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.924.183,15	11.924.183,15	2.138.940,03	6.466.906,38	54,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	312.000,00	312.000,00	69.288,56	202.493,13	64,90
5.1- Transferências do Salário-Educação	230.000,00	230.000,00	44.017,34	148.161,66	64,42
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	50.000,00	50.000,00	18.612,00	37.224,00	74,45
5.4- Transferências Diretas - PNATE	32.000,00	32.000,00	6.585,58	9.878,37	30,87
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	7.067,70	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	73,64	161,40	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	11.500,00	320,04	1.341,16	11,66
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	11.500,00	11.500,00	320,04	1.341,16	11,66
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	280.000,00	280.000,00	13.802,44	139.214,13	49,72
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	603.500,00	603.500,00	83.411,04	343.048,42	56,84
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.172.056,15	2.172.056,15	391.105,57	1.165.414,55	53,65
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.014.987,60	1.014.987,60	200.573,82	607.946,43	59,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	993.627,55	993.627,55	163.260,66	490.009,73	49,32
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.520,00	8.520,00	715,62	1.789,05	21,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	25.122,60	25.122,60	2.590,32	7.430,74	29,58
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.872,40	1.872,40	10,93	19,33	1,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	127.926,00	127.926,00	23.954,22	58.219,27	45,51
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.474.000,00	2.474.000,00	444.177,74	1.314.684,44	53,14
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.460.000,00	2.460.000,00	442.684,10	1.310.196,62	53,26
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	14.000,00	14.000,00	1.493,64	4.487,82	32,06
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	287.943,85	287.943,85	51.578,53	144.782,07	50,28
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.484.400,00	1.684.400,00	336.943,00	981.054,91	58,24
13.1- Com Educação Infantil	477.026,50	477.026,50	104.904,43	284.666,45	59,68
13.2- Com Ensino Fundamental	1.007.373,50	1.207.373,50	232.038,57	696.388,46	57,68
14- OUTRAS DESPESAS	989.600,00	789.600,00	90.820,58	282.366,50	35,76
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	989.600,00	789.600,00	90.820,58	282.366,50	35,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.474.000,00	2.474.000,00	427.763,58	1.263.421,41	51,07
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.263.421,41
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					74,62
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					21,48
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					3,90
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.981.045,79	2.981.045,79	534.735,01	1.616.726,60	54,23
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	821.233,50	821.233,50	144.363,73	367.958,12	44,81
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.775.434,00	2.795.434,00	509.405,50	1.457.003,62	52,12
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.996.973,50	1.996.973,50	322.859,15	978.754,96	49,01
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	778.460,50	798.460,50	186.546,35	478.248,66	59,90
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.596.667,50	3.616.667,50	653.769,23	1.824.961,74	50,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					144.782,07
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.487,82
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					149.269,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.675.691,85
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,91
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	235.000,00	261.552,21	43.934,63	153.668,16	58,75
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	158.500,00	168.331,80	54.447,87	58.869,88	34,97
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	393.500,00	429.884,01	98.382,50	212.538,04	49,44
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.990.167,50	4.046.551,51	752.151,73	2.037.499,78	50,35

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.310.196,62	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.263.421,41	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.263.421,41	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.487,82	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	51.263,03	0,00

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR MARIA INES DALLOLMO DALLA C MARIA RITA NOGUEIRA PASA MOISES DIERSMANN
SECRETARIO DE FAZENDA E ADI CONTADORA - CRC/SC 020394/O COORDENADORA CONTROLE IN PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ANEXO DA RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 3 BIMESTRE/2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.093.323,73	542.448,52	0,00	2.550.875,21
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.093.323,73	542.448,52	0,00	2.550.875,21
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.093.323,73	-542.448,52		-2.550.875,21

FONTE:

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO DA RREO LUZERNA DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS 3 BIMESTRE/2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	249.000,00	81.095,24	167.904,76
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	81.095,24	18.904,76
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	149.000,00	0,00	149.000,00
TOTAL	249.000,00	81.095,24	167.904,76

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	435.750,76	40.500,00	0,00	395.250,76
Investimentos	435.750,76	40.500,00	0,00	395.250,76
TOTAL	435.750,76	40.500,00	0,00	395.250,76

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	40.595,24	40.595,24

FONTE:

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 3 BIMESTRE/2014

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.063.902,36	1.063.902,36	639.985,25	60,15	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	254.165,00	254.165,00	212.197,22	83,49	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	125.000,00	125.000,00	22.029,36	17,62	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	400.000,00	400.000,00	247.009,29	61,75	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	206.680,36	206.680,36	119.010,48	57,58	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.477,00	5.477,00	1.864,30	34,04	
Dívida Ativa dos Impostos	51.580,00	51.580,00	25.140,79	48,74	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	21.000,00	21.000,00	12.733,81	60,64	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.070.280,79	11.070.280,79	5.826.921,13	52,64	
Cota-Parte FPM	5.074.938,00	5.074.938,00	3.039.732,94	59,90	
Cota-Parte ITR	9.362,00	9.362,00	96,82	1,03	
Cota-Parte IPVA	639.630,00	639.630,00	290.941,00	45,49	
Cota-Parte ICMS	4.968.137,79	4.968.137,79	2.450.051,24	49,32	
Cota-Parte IPI-Exportação	125.613,00	125.613,00	37.153,68	29,58	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	252.600,00	252.600,00	8.945,45	3,54	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	42.600,00	42.600,00	8.945,45	21,00	
Outras	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.134.183,15	12.134.183,15	6.466.906,38	53,29	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	750.115,00	750.115,00	334.964,35	44,66
Provenientes da União	700.000,00	700.000,00	290.090,60	41,44
Provenientes dos Estados	50.000,00	50.000,00	44.873,75	89,75
Provenientes de Outros Municípios	115,00	115,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	14.755,00	14.755,00	12.690,62	86,01
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	764.870,00	764.870,00	347.654,97	45,45

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.424.997,47	2.634.310,05	1.680.203,43	63,78	1.381.838,22	52,46
Pessoal e Encargos Sociais	1.345.177,70	1.472.662,36	861.559,62	58,50	861.559,62	58,50
Outras Despesas Correntes	1.079.819,77	1.161.647,69	818.643,81	70,47	520.278,60	44,79

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Luzerna - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		2.634.310,05	1.680.203,43	63,78	1.381.838,22	52,46
Investimentos	243.500,00	395.899,00	225.629,23	56,99	6.019,00	1,52
	243.500,00	395.899,00	225.629,23	56,99	6.019,00	1,52
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.668.497,47	3.030.209,05	1.905.832,66	62,89	1.387.857,22	45,80
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	750.000,00	1.111.711,58	487.067,00	25,56	264.120,99	19,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	750.000,00	1.111.711,58	487.067,00	25,56	264.120,99	19,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	750.000,00	1.111.711,58	487.067,00	25,56	264.120,99	19,03
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.918.497,47	1.918.497,47	1.418.765,66	37,34	1.123.736,23	26,77
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,38
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100] 6						153.700,27

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
		5.341,74	0,00	0,00	5.341,74	0,00			
TOTAL		5.341,74	0,00	0,00	5.341,74	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00				
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
		LIMITE NÃO CUMPRIDO							
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
		-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				
			DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Bimestre (l)	% ((/Total l))*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Alimentação e Nutrição									
			2.473.037,47	2.810.149,05	1.876.592,07	98,47	1.362.544,40	98,18	
			111.960,00	136.560,00	25.621,02	1,34	22.402,54	1,61	
			75.000,00	75.000,00	2.677,44	0,14	2.677,44	0,19	
			8.500,00	8.500,00	942,13	0,05	232,84	0,02	
TOTAL			2.668.497,47	3.030.209,05	1.905.832,66	100,00	1.387.857,22	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1001

Continua 3/4

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

.....

Luzerna, 14/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO DA RREO LUZERNA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3 BIMESTRE/2014

Município de Luzerna - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	15.200.000,00
Previsão Atualizada		—	15.200.000,00
Receitas Realizadas		3.041.528,56	8.736.500,18
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	617.949,13
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	15.200.000,00
Créditos Adicionais		—	2.050.006,39
Dotação Atualizada		—	17.250.006,39
Despesas Empenhadas		3.132.847,98	10.058.358,35
Despesas Liquidadas		2.976.240,32	7.572.111,43
Superavit Orçamentário		—	1.164.388,75
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.132.847,98	10.058.358,35
Despesas Liquidadas		2.976.240,32	7.572.111,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			15.802.343,86
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		2.106.558,38	-1.001.965,83
Resultado Primário		-283.641,00	1.003.378,09
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	317.880,61	13.337,61	174.903,66
EXECUTIVO	317.880,61	13.337,61	174.903,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	14.279,52	0,00	14.279,52
EXECUTIVO	14.279,52	0,00	14.279,52
TOTAL:	332.160,13	13.337,61	189.183,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.675.691,85	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		981.054,91	60%
Liquidadas		981.054,91	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		542.448,52	2.550.875,21

Continua 1/2

Município de Luzerna - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			81.095,24	167.904,76
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			40.500,00	395.250,76
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.123.736,23	15,00	17,38
Liquidadas		1.123.736,23		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Luzerna, 16/07/2014

 ANGELO BRANDALISE JUNIOR
 SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
 CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

 MARIA RITA NOGUEIRA PASA
 COORDENADORA CONTROLE INTERNO

 MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO RGF LUZERNA DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 1 SEMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.615.831,09	0,00
Pessoal Ativo	7.615.831,09	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.775,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.775,93	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.605.055,16	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	7.605.055,16	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.802.343,86	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,13	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	8.533.265,68	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	8.106.602,40	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	7.679.939,12	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Luzerna, 16/07/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO RGF LUZERNA DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1 SEMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	240.951,31	227.831,96	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	240.951,31	227.831,96	0,00
Interna	240.951,31	227.831,96	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.408.382,74	4.397.229,22	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.422.662,26	4.397.935,76	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.279,52	706,54	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.167.431,43	-4.169.397,26	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.774.581,76	15.802.343,86	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,63%	1,44%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-21,44%	-26,38%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.729.498,11	18.962.812,63	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.956.548,30	17.066.531,37	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	240.951,31	227.831,96	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	240.951,31	227.831,96	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	59,37	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	317.880,61	2.614.541,26	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Luzerna, 16/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

ANEXOS RGF LUZERNA DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES 1 SEMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.774.581,76	15.802.343,86	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.250.407,99	3.476.515,65	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.925.367,19	3.128.864,08	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Luzerna, 16/07/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRA

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO RGF LUZERNA DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 1 SEMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.802.343,86	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.528.375,02	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.275.537,52	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.106.164,07	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Luzerna, 16/07/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO RGF LUZERNA DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA 1 SEMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	201.106,18	0,00	201.106,18
Assistência Farmacêutica Básica	176.235,35	30,27	176.205,08
Atenção Básica	839.060,07	(193,48)	839.253,55
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	3.023,36	0,00	3.023,36
Bolsa Família	4.751,69	0,00	4.751,69
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	2.949,61	0,00	2.949,61
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	215.879,01	0,00	215.879,01
Convênio Trânsito - Civil	10.861,19	0,00	10.861,19
Convênio Trânsito - Militar	15.453,74	0,00	15.453,74
FIA Imposto de Renda	123,29	0,00	123,29
Fundo Especial do Petróleo	142.109,84	0,00	142.109,84
Gestão do SUS	13.354,86	0,00	13.354,86
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	240.606,52	0,00	240.606,52
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	7.229,10	0,00	7.229,10
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	29.222,73	0,00	29.222,73
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3.322,55	0,00	3.322,55
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	974.238,76	0,00	974.238,76
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	(8.718,30)	0,00	(8.718,30)
S.F.Atenção Básica	(105.324,01)	193,48	(105.517,49)
S.F.Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulator	(1.045,00)	0,00	(1.045,00)
S.F.Convênio Trânsito - Prefeitura	(15,36)	0,00	(15,36)
S.F.Outras Transf.de Rec.p/ o Fundo de Assist..Soc	(5.669,08)	0,00	(5.669,08)
S.F.Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	(21.736,69)	0,00	(21.736,69)
S.F.Salário Educação	(25.949,05)	0,00	(25.949,05)
S.F.Transferências de Convênios - Outros	(387.003,01)	0,00	(387.003,01)
S.F.Vigilância em Saúde	(2.806,29)	0,00	(2.806,29)
Salário Educação	47.825,67	0,00	47.825,67
Transferências de Convênios - Educação	8.319,07	0,00	8.319,07
Transferências de Convênios - Saúde	12.705,34	0,00	12.705,34
Transferências do FUNDEB - 60%	(192.244,30)	0,00	(192.244,30)
Vigilância em Saúde	117.914,77	0,00	117.914,77
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.315.781,61	30,27	2.315.751,34
Convênio Trânsito - Prefeitura	12.943,65	0,00	12.943,65
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	(330.289,47)	2.910,29	(333.199,76)
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	(97.717,86)	16.262,73	(113.980,59)
Recursos Ordinários	906.070,91	47.373,84	858.697,07
S.F.Recursos Ordinários	24.010,28	62.483,12	(38.472,84)
S.F.Transferências de Convênios - Educação	(1.389,65)	0,00	(1.389,65)
Transferências de Convênios - Outros	1.325.018,96	0,00	1.325.018,96
Transferências do FUNDEB - 40%	243.507,33	0,00	243.507,33
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.082.154,15	129.029,98	1.953.124,17
TOTAL (III) = (I + II)	4.397.935,76	129.060,25	4.268.875,51
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Luzerna, 16/07/2014

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO RGF LUZERNA DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR 1 SEMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR							
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienações de Bens destinados a Outros Progra	0,00	0,00	0,00	5.102,04	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	30,27	5.181,75	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	4.731,68	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	242,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	231,60	0,00	0,00	
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	14.671,90	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos para o Fun	0,00	0,00	0,00	1.580,00	0,00	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	0,00	0,00	3.215,20	0,00	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	3.322,56	0,00	0,00	
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	891,30	0,00	0,00	
S.F.Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	149.900,00	0,00	0,00	
S.F.Atenção de Média e Alta Complexidade Am	0,00	0,00	0,00	205,00	0,00	0,00	
S.F.Outras Transf.de Rec.p/ o Fundo de Assist.	0,00	0,00	0,00	14.617,40	0,00	0,00	
S.F.Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	276.032,68	0,00	0,00	
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	26.045,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	6.929,43	0,00	0,00	
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	30,27	513.729,54	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	0,00	2.907,29	158.736,72	0,00	0,00	
Recursos de Impostos e Transferências Impost	1.345,00	0,00	14.903,25	70.543,29	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	-647,02	47.978,97	634.884,04	0,00	0,00	
S.F.Alienações de Bens destinados a Outros Pi	0,00	0,00	0,00	165.707,33	0,00	0,00	
S.F.Recursos Ordinários	0,00	8,56	62.474,56	154.548,46	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	245.550,60	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	2.227,21	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	1.345,00	-638,46	128.264,07	1.432.197,65	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.345,00	-638,46	128.294,34	1.945.927,19	0,00	0,00	

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Luzerna, 16/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRA	MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8	MARIA RITA NOGUEIRA PASA COORDENADORA CONTROLE INTERNO
--	--	---

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO RGF LUZERNA DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1 SEMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.968.839,00	50,43
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.481.406,32	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.007.336,00	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.169.397,26	-26,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.962.812,63	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.476.515,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.528.375,02	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.106.164,07	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.945.927,19	0,00

FONTE:

Luzerna, 16/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 15/07/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 15/07/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		48.751,85
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	48.751,85
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	48.751,85
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	29.251,11
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.500,74

Luzerna, 16/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação Processo Nº 0007/2014 - FMS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pelo Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0007/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 30 de julho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a aquisição de computadores e ar condicionados para uso na Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades, conforme especificações e quantitativos do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 30/07/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0005/2014, ou através do telefone (49) 3574-2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 16 de julho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Aviso de Licitação Processo Nº 0008/2014 - FMS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pelo Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0008/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0006/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 14h00min, do dia 30 de julho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado,

a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos provenientes da área da saúde, conforme especificações, quantidades e condições do anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 14h00m horas do dia 30/07/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0006/2014, ou através do telefone (49) 3574-2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 16 de julho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Aviso de Licitação_ Processo Nº 0032/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0032/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0024/2014, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que até 09h00min, do dia 31 de julho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas contratação de empresa para o fornecimento de material e mão de obra, destinados aos serviços de troca de telhado do prédio da Prefeitura Municipal e espaço publico ao lado da Casa da Cultura do Município de Macieira, de acordo com a descrição e os quantitativos especificados no Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 31/07/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0024/2014, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 16 de julho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****Cronologia de Pagamentos****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 02.380.410/0001-20
ESQUADRIAS DE FERRO ALBINO LTDA

Nota Fiscal nº. 601 R\$ 2.405,00

Valor Total: R\$ 2.405,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de corrimão para a escada do Prédio da Prefeitura o que facilita o acesso principalmente para as pessoas idosas, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 17 de julho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 01.780.026/0001-62
LABTEEL - DE EDMILSON EMILIO KAIPERS

Nota Fiscal nº. 1867 R\$ 2.100,00
Nota Fiscal nº. 1871 R\$ 3.000,00

Valor Total: R\$ 5.100,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento e manutenção dos Relógios Ponto das Secretarias Municipais não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 17 de julho de 2014
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Massaranduba**PREFEITURA****Decreto Nº 2939 de 14 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 2939 DE 14 DE JULHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.305.0192.2105 - Promoção e Controle Epidemiológico
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 36602 - Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD
R\$ 44.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 14 de Julho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Decreto Nº 2938 de 14 de Junho de 2014

DECRETO Nº 2938 DE 14 DE JUNHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00(Quarenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produto Rural
0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 40.000,00 do programa e verbas abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produto Rural

0901 - 31900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 26.000,00

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 14.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 14 de Julho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Decreto Nº 2940 de 15 de Julho de 2014

DECRETO Nº 2940 DE 15 DE JULHO DE 2014
Abre Crédito Especial

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1600 de 15 de Julho de 2014 DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional especial no Orçamento 2014 no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1109 - Construção da Secretaria de Saúde e Ambulatório Geral de Massaranduba

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 550.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito adicional especial acima mencionado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 550.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Julho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Lei Nº 1600 de 15 de Julho de 2014

LEI Nº 1600 DE 15 DE JULHO DE 2014
Autoriza a Abertura de Crédito Especial

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2014 no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1109 - Construção da Secretaria de Saúde e Ambulatório Geral de Massaranduba

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 550.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito adicional especial acima mencionado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 550.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 15 de Julho de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Meleiro

PREFEITURA

Balanco Orçamentário

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso 1, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

	RECETAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Semestre (b)	% (b/a)	Até o Semestre (c)	% (c/a)	
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	RECETAS CORRENTES	24.615.000,00	24.615.000,00	10.409.073,11	42,29	10.409.073,11	42,29	14.205.926,89
	RECEITA TRIBUTÁRIA	24.290.000,00	24.290.000,00	8.898.117,93	36,63	8.898.117,93	36,63	15.391.882,07
	IMPOSTOS	3.140.000,00	3.140.000,00	498.689,26	15,88	498.689,26	15,88	2.641.310,74
	TAXAS	1.960.000,00	1.960.000,00	352.722,93	18,00	352.722,93	18,00	1.607.277,07
		1.120.000,00	1.120.000,00	112.473,11	10,04	112.473,11	10,04	1.007.526,89
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	60.000,00	60.000,00	33.463,22	55,82	33.463,22	55,82	26.536,78
	RECETAS DE CONTRIBUIÇÕES	170.000,00	170.000,00	75.578,11	44,46	75.578,11	44,46	94.421,89
	CONTRIB POCUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	170.000,00	170.000,00	75.578,11	44,46	75.578,11	44,46	94.421,89
	RECEITA PATRIMONIAL	186.000,00	186.000,00	50.811,98	27,32	50.811,98	27,32	135.188,02
	RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	186.000,00	186.000,00	50.811,98	27,32	50.811,98	27,32	135.188,02
	RECEITA AGROPECUÁRIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
	Outras Receitas Agropecuárias	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	755.500,00	755.500,00	315.445,61	41,75	315.445,61	41,75	440.054,39
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.143.000,00	19.143.000,00	7.774.784,23	40,61	7.774.784,23	40,61	11.368.215,77
	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.810.000,00	18.810.000,00	7.610.596,61	40,46	7.610.596,61	40,46	11.199.403,39
	Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
	Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
	Transf. de Conv.	325.000,00	325.000,00	164.187,62	50,52	164.187,62	50,52	160.812,38
	OUTRAS RECETAS CORRENTES	815.500,00	815.500,00	182.808,74	22,42	182.808,74	22,42	632.691,26
	Multas e Juros de Mora	211.000,00	211.000,00	29.826,01	14,14	29.826,01	14,14	181.173,99
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	2.905,50	4,47	2.905,50	4,47	62.094,50
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	243.500,00	243.500,00	61.547,78	25,28	61.547,78	25,28	181.952,22
	RECETAS DIVERSAS	296.000,00	296.000,00	88.529,45	29,91	88.529,45	29,91	207.470,55
	RECETAS DE CAPITAL	325.000,00	325.000,00	1.510.955,18	464,91	1.510.955,18	464,91	-1.185.955,18
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
	OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
	ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	66.400,00	147,56	66.400,00	147,56	-21.400,00
	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	66.400,00	166,00	66.400,00	166,00	-26.400,00
	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	1.444.555,18	628,07	1.444.555,18	628,07	-1.214.555,18	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	1.444.555,18	628,07	1.444.555,18	628,07	-1.214.555,18	
RECETAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECETAS (III) = (I + II)		24.615.000,00	24.615.000,00	10.409.073,11	42,29	10.409.073,11	42,29	14.205.926,89

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Semestre (b)	% (b/a)	Até o Semestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.615.000,00	24.615.000,00	10.409.073,11	42,29	10.409.073,11	42,29
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.615.000,00	24.615.000,00	10.409.073,11	42,29	10.409.073,11	42,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	988.447,97	—	—	558.900,84	—
Superávit Financeiro	—	988.447,97	—	—	558.900,84	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Semestre	Até o Semestre	No Semestre	Até o Semestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.615.000,00	8.777.443,27	33.392.443,27	20.393.106,59	20.393.106,59	10.381.705,52	10.381.705,52	31,09
DESPESAS CORRENTES	21.035.000,00	777.623,24	21.812.623,24	11.613.918,53	11.613.918,53	8.128.296,37	8.128.296,37	37,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.710.000,00	-22.408,09	11.687.591,91	4.661.006,53	4.661.006,53	4.658.622,29	4.658.622,29	39,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	225.000,00	0,00	225.000,00	182.000,00	182.000,00	91.242,90	91.242,90	40,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.100.000,00	800.031,33	9.900.031,33	6.770.912,00	6.770.912,00	3.378.431,18	3.378.431,18	34,13
DESPESAS DE CAPITAL	3.570.000,00	7.999.820,03	11.569.820,03	8.779.188,06	8.779.188,06	2.253.409,15	2.253.409,15	19,48
INVESTIMENTOS	2.680.000,00	8.014.820,03	10.694.820,03	7.977.002,26	7.977.002,26	1.832.940,68	1.832.940,68	17,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	890.000,00	-15.000,00	875.000,00	802.185,80	802.185,80	420.468,47	420.468,47	48,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.615.000,00	8.777.443,27	33.392.443,27	20.393.106,59	20.393.106,59	10.381.705,52	10.381.705,52	31,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Semestre	Até o Semestre	No Semestre	Até o Semestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.615.000,00	8.777.443,27	33.392.443,27	20.393.106,59	20.393.106,59	10.381.705,52	31,09	23.010.737,75
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	27.367,59	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.615.000,00	8.777.443,27	33.392.443,27	20.393.106,59	20.393.106,59	10.409.073,11	31,09	23.010.737,75

FONTE:
MELEIRO, 16/07/2014

JONNEI ZANETTE	ADAIR PASINI	DIOGENES PAZINI MANFREDINI	JAIRO LUIZ CANELA
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC 022984/0-3	Agente Controle Interno	Secretário de Administração e Finai

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
	Legislativa	24.615.000,00	33.392.443,27	8.216.962,76	20.393.106,59	4.647.081,17	10.381.705,52	100,00	23.010.737,75
	Ação Legislativa	885.000,00	885.000,00	98.886,19	339.293,94	109.964,94	306.511,95	2,95	578.488,05
	ADMINISTRACAO	885.000,00	885.000,00	98.886,19	339.293,94	109.964,94	306.511,95	2,95	578.488,05
	ADMINISTRACAO GERAL	2.360.000,00	2.360.000,00	244.957,39	1.387.235,28	340.670,29	1.046.015,72	10,08	1.313.984,28
	ASSISTENCIA SOCIAL	2.360.000,00	2.360.000,00	244.957,39	1.387.235,28	340.670,29	1.046.015,72	10,08	1.313.984,28
	Assistencia ao Idoso	1.030.000,00	1.071.383,15	127.400,21	405.858,06	128.855,02	301.697,06	2,91	789.686,09
	Assistência ao Portador de Deficiência	91.000,00	91.000,00	4.960,12	22.504,86	8.991,77	14.528,89	0,14	76.471,11
	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	21.000,00	21.000,00	0,00	7.296,00	1.216,00	3.648,00	0,04	17.352,00
	Assistência Comunitária	295.000,00	297.020,29	32.677,48	73.016,11	34.616,78	57.679,77	0,56	239.340,52
	SAUDE	623.000,00	662.362,86	89.762,61	303.041,09	84.030,47	225.840,40	2,18	436.522,46
	ATENCAO BASICA	4.830.000,00	4.964.543,36	517.144,07	2.762.032,62	682.101,54	1.862.957,33	17,94	3.101.586,03
	Vigilância Sanitária	4.705.000,00	4.825.090,49	504.144,30	2.717.405,24	666.821,87	1.822.256,43	17,55	3.002.834,06
	Vigilância Epidemiológica	105.000,00	111.068,86	7.392,38	27.315,69	7.956,90	23.458,21	0,23	87.610,65
	EDUCACAO	20.000,00	28.384,01	5.607,39	17.311,69	7.322,77	17.242,69	0,17	11.141,32
	ALIMENTACAO E NUTRICAO	7.394.000,00	8.145.966,99	1.303.556,36	3.960.147,73	1.001.072,59	2.741.176,37	26,40	5.404.790,62
	ENSINO FUNDAMENTAL	531.000,00	536.848,11	3.250,28	236.026,73	63.832,97	160.252,78	1,54	376.595,33
	ENSINO SUPERIOR	4.403.000,00	5.061.944,23	998.865,56	2.650.689,64	605.154,31	1.699.040,43	16,37	3.362.903,80
	EDUCACAO INFANTIL	135.000,00	135.000,00	2.430,00	96.480,00	15.603,70	36.628,70	0,35	98.371,30
	Educação de Jovens e Adultos	2.225.000,00	2.312.174,65	299.010,52	938.951,36	308.881,61	826.254,46	7,96	1.485.920,19
	Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
	CULTURA	60.000,00	60.000,00	0,00	38.000,00	7.600,00	19.000,00	0,18	41.000,00
	DIFUSAO CULTURAL	410.000,00	954.999,98	411.230,82	493.686,67	336.702,91	389.872,68	3,76	585.127,30
	URBANISMO	410.000,00	954.999,98	411.230,82	493.686,67	336.702,91	389.872,68	3,76	585.127,30
	INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.020.000,00	8.569.453,54	2.934.507,05	6.053.668,63	787.419,96	1.600.072,29	15,41	6.969.381,25
	SERVICOS URBANOS	641.000,00	4.844.648,55	2.406.534,88	3.949.478,65	336.119,19	437.907,42	4,22	4.406.741,13
HABITACAO	3.379.000,00	3.724.804,99	527.972,17	2.104.189,98	451.300,77	1.162.164,87	11,19	2.562.640,12	
Habitacão Rural	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
HABITACAO URBANA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
Saneamento	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	
Saneamento Básico Rural	1.100.000,00	1.356.096,25	73.940,76	831.589,84	199.702,78	500.595,07	4,82	865.501,18	
SANEAMENTO BASICO URBANO	37.500,00	37.500,00	0,00	4.230,00	0,00	4.230,00	0,04	33.270,00	
	1.062.500,00	1.318.596,25	73.940,76	827.359,84	199.702,78	496.365,07	4,78	822.231,18	

Continua 1/2

Município de MELEIRO - SC

Município de MELEIRO - SC

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		33.392.443,27		20.393.106,59		10.381.705,52	100,00	31,09	23.010.737,75
AGRICULTURA	24.615.000,00	3.084.000,00	8.216.962,76	2.074.044,50	4.647.081,17	1.045.057,02	10,07	33,89	2.038.942,98
EXTENSÃO RURAL	935.000,00	3.084.000,00	2.074.044,50	2.669.260,71	861.566,96	1.045.057,02	10,07	33,89	2.038.942,98
INDÚSTRIA	65.000,00	65.000,00	1.330,00	3.630,00	1.330,00	2.830,00	0,03	4,35	62.170,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	65.000,00	65.000,00	1.330,00	3.630,00	1.330,00	2.830,00	0,03	4,35	62.170,00
Desporto e Lazer	376.000,00	726.000,00	429.965,41	496.645,77	40.482,17	90.223,50	0,87	12,43	635.776,50
DESPORTO COMUNITARIO	376.000,00	726.000,00	429.965,41	496.645,77	40.482,17	90.223,50	0,87	12,43	635.776,50
ENCARGOS ESPECIAIS	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	990.077,34	157.212,01	494.696,53	4,77	44,97	605.303,47
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	990.077,34	157.212,01	494.696,53	4,77	44,97	605.303,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.615.000,00	33.392.443,27	8.216.962,76	20.393.106,59	4.647.081,17	10.381.705,52	100,00	31,09	23.010.737,75

MELEIRO, 16/07/2014

ADAIR PASINI	JONNEI ZANETTE	DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Contador CRC/SC 022984/0-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.129.954,44	51,39
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	10.660.018,92	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	10.127.017,97	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.416.799,75	-13,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.320.037,84	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.908.673,60	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.842.671,71	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.243.668,87	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.186.814,17	0,00

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	45.000,00	66.400,00	-21.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	0,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	66.400,00	-26.400,00
TOTAL	45.000,00	66.400,00	-21.400,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	140.000,00	114.380,51	0,00	25.619,49
Investimentos	140.000,00	114.380,51	0,00	25.619,49
TOTAL	140.000,00	114.380,51	0,00	25.619,49

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	135.441,05	-47.980,51	87.460,54

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	978.319,16	684.905,43	0,00
Dívida Mobiliária	112.617,15	101.106,52	0,00
Dívida Contratual	865.702,01	583.798,91	0,00
Interna	865.702,01	583.798,91	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.052.553,18	3.101.705,18	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.057.696,32	3.106.847,32	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.142,14	5.142,14	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-74.234,02	-2.416.799,75	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.105.165,50	17.766.698,20	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,72%	3,85%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-0,43%	-13,60%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	20.526.198,60	21.320.037,84	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	18.473.578,74	19.188.034,06	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	865.702,01	583.798,91	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	147.596,05	123.596,05	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	147.596,05	123.596,05	0,00
Previdenciárias	147.596,05	123.596,05	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	718.105,96	460.202,86	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	96.750,84	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.067,80	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

MELEIRO, 16/07/2014

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

FONTE:

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS					Saldo
	Inscritos	Inscritos		Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	5.142,14	-	2.067,80	-	2.067,80	2.067,80	-	-
EXECUTIVO	0,00	5.142,14	0,00	2.067,80	0,00	2.067,80	2.067,80	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	5.142,14	0,00	2.067,80	0,00	2.067,80	2.067,80	0,00	0,00
SECRETDE OBRAS E DESENVOLV.URBANO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	5.142,14	0,00	2.067,80	0,00	2.067,80	2.067,80	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

JAIRO LUIZ CANELA	DIOGENES PAZINI MANFREDINI	ADAIR PASINI
Secretário de Administração e Finanças	Agente Controle Interno	Contador CRC/SC 0229840-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.766.698,20	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.842.671,71	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.558.404,54	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.243.668,87	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

JONEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIR LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Município de MELEIRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

 JAIRO LUIZ CANELA
 Secretário de Administração e Finanças

 DIOGENES PAZINI MANFREDINI
 Agente Controle Interno

 ADAIR PASINI
 Contador CRC/SC 022984/0-3

 JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	24.104.000,00	3.028.289,77	8.847.305,95	8.208.582,35
Receita Tributária	3.140.000,00	174.140,85	498.689,26	682.436,14
I.P.T.U.	450.000,00	0,00	0,00	216.657,15
I.S.S.	700.000,00	74.817,19	190.615,77	159.729,86
I.T.B.I.	120.000,00	27.480,68	46.432,16	29.100,99
I.R.R.F.	690.000,00	35.323,50	115.675,00	92.346,32
Outras Receitas Tributárias	1.180.000,00	36.519,48	145.966,33	184.601,82
Receita de Contribuição	170.000,00	36.329,98	75.578,11	57.306,63
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	170.000,00	36.329,98	75.578,11	57.306,63
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	186.000,00	21.139,11	50.811,98	28.002,88
(-) Aplicações Financeiras	186.000,00	21.139,11	50.811,98	28.002,88
Transferências Correntes	19.143.000,00	2.628.384,47	7.774.784,23	7.133.987,81
F.P.M.	5.880.000,00	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	5.760.000,00	755.404,30	2.280.204,63	2.087.005,75
Convênios	325.000,00	96.067,98	164.187,62	210.275,00
Outras Transferências Correntes	7.178.000,00	974.616,72	2.898.605,47	2.580.031,95
Demais Receitas Correntes	1.651.000,00	189.434,47	498.254,35	334.851,77
Dívida Ativa	243.500,00	16.607,04	61.547,78	39.765,74
Diversas Receitas Correntes	1.407.500,00	172.827,43	436.706,57	295.086,03
RECEITAS DE CAPITAL (II)	325.000,00	1.196.232,68	1.510.955,18	1.187.634,15
Operações de Crédito (III)	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	45.000,00	0,00	66.400,00	0,00
Transferências de Capital	230.000,00	1.196.232,68	1.444.555,18	1.187.634,15
Convênios	230.000,00	1.196.232,68	1.444.555,18	1.187.634,15
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	230.000,00	1.196.232,68	1.444.555,18	1.187.634,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	24.334.000,00	4.224.522,45	10.291.861,13	9.396.216,50

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.812.623,24	3.233.841,36	8.128.296,37	7.193.943,81
Pessoal e Encargos Sociais	11.687.591,91	1.754.747,05	4.658.622,29	4.170.903,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	225.000,00	25.607,73	91.242,90	93.932,44
Outras Despesas Correntes	9.900.031,33	1.453.486,58	3.378.431,18	2.929.107,82
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.587.623,24	3.208.233,63	8.037.053,47	7.100.011,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.569.820,03	1.413.239,81	2.253.409,15	1.480.309,28
Investimentos	10.694.820,03	1.276.920,53	1.832.940,68	1.009.604,85
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	875.000,00	136.319,28	420.468,47	470.704,43
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.694.820,03	1.276.920,53	1.832.940,68	1.009.604,85

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.292.443,27	4.485.154,16	9.869.994,15	8.109.616,22
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.958.443,27	-260.631,71	421.866,98	1.286.600,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	558.900,84	988.447,97
Superávit Financeiro	-	-	558.900,84	988.447,97
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				637.000,00

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Recalca de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Recalca Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Recalca Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Recalca de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Recalca de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de MELEIRO - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

ADAIR PASINI	JONNEI ZANETTE	DIOGENES PAZINI MANFREDINI	JAIR LUIZ CANELA
Contador CRC/SC 0229840-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno	Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	978.319,16	778.873,13	684.905,43
DEDUÇÕES (II)	1.052.553,18	1.559.966,99	1.174.604,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.057.695,32	2.009.045,25	3.106.847,32
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.142,14	449.078,26	1.932.243,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-74.234,02	-781.093,86	-489.698,58
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-74.234,02	-781.093,86	-489.698,58

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	291.395,28	-415.464,56

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-100.585,40

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 16/07/2014

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretario de Administração e Finanças

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de MELEIRO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	24.615.000,00	
Previsão Atualizada		—	24.615.000,00	
Receitas Realizadas		4.245.661,56	10.409.073,11	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	558.900,84	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	24.615.000,00	
Créditos Adicionais		—	8.777.443,27	
Dotação Atualizada		—	33.392.443,27	
Despesas Empenhadas		8.216.962,76	20.393.106,59	
Despesas Liquidadas		4.647.081,17	10.381.705,52	
Superavit Orçamentário		—	27.367,59	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.216.962,76	20.393.106,59	
Despesas Liquidadas		4.647.081,17	10.381.705,52	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			17.766.698,20	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-415.464,56	0,00
Resultado Primário		0,00	421.866,98	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.067,80	0,00	2.067,80	0,00
EXECUTIVO	2.067,80	0,00	2.067,80	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.142,14	0,00	0,00	5.142,14
EXECUTIVO	5.142,14	0,00	0,00	5.142,14
TOTAL:	7.209,94	0,00	2.067,80	5.142,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		-257.696,56	25%	-3,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	40.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.253.409,15	9.316.410,88	

Continua 1/2



Município de MELEIRO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			66.400,00	-21.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.825.758,85	15,00	0,00
Liquidadas		1.825.758,85		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 16/07/2014

 DIOGENES PAZINI MANFREDINI
 Agente Controle Interno

 JAIRO LUIZ CANELA
 Secretário de Administração e Finanças

 ADAIR PASINI
 Contador CRC/SC 022984/0-3

 JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.631.356,93	0,00
Pessoal Ativo	8.481.752,22	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	149.604,71	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.631.356,93	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	8.631.356,93	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.766.698,20	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,58	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	9.594.017,03	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	9.114.316,18	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	8.634.615,33	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 16/07/2014

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
	R\$ 1,00													
RECEITAS CORRENTES (I)	1.526.213,20	1.560.137,55	1.719.913,37	1.489.056,53	1.718.489,06	2.002.153,19	1.855.686,53	1.781.490,08	1.572.335,87	1.670.318,98	1.760.577,55	1.718.919,63	20.185.305,54	27.440.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	82.769,86	59.121,90	61.069,89	72.172,96	109.202,36	68.451,96	28.118,38	159.464,48	68.707,67	69.257,68	107.990,69	66.150,16	961.474,91	3.140.000,00
IPTU	12.561,51	4.136,75	5.408,38	2.208,49	647,87	1.351,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.514,53	450.000,00
I.R.R.F.	12.904,19	13.146,54	14.073,64	14.111,92	13.983,08	24.466,18	16.882,99	23.345,69	23.568,00	16.554,82	18.058,43	17.265,07	208.390,55	690.000,00
I.S.S.	30.968,57	26.162,08	23.263,09	34.309,77	81.821,09	31.159,44	9.776,12	50.033,41	25.375,04	30.611,01	39.726,57	35.090,62	418.299,81	700.000,00
I.T.B.L.	15.677,26	5.759,35	11.763,52	13.666,77	8.376,64	2.894,02	551,10	6.359,06	1.160,42	8.890,90	21.617,34	5.865,34	104.785,62	120.000,00
Outras Receitas Tributárias	10.474,93	9.923,18	6.541,26	7.874,01	4.375,68	6.340,81	905,17	76.726,32	18.604,41	13.270,95	26.888,35	7.931,13	193.494,20	1.180.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.829,59	11.242,78	10.969,26	11.454,24	11.630,30	22.301,75	1.979,28	12.194,70	11.783,56	13.320,99	14.313,80	22.016,18	170.000,00	170.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.814,46	8.301,93	8.829,56	7.148,55	5.609,66	6.543,82	6.006,36	8.090,59	7.263,62	8.339,30	9.094,19	12.044,92	96.056,96	186.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	46.736,18	40.087,28	41.463,02	54.574,37	52.016,97	55.727,30	48.776,59	52.822,66	56.295,63	44.872,96	53.355,37	54.320,20	606.052,73	755.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.351.499,90	1.421.691,31	1.575.725,99	1.325.399,43	1.530.438,66	1.756.544,98	1.593.454,31	1.531.963,54	1.388.798,83	1.496.349,49	1.555.479,71	1.502.973,06	18.007.539,21	22.295.000,00
Cota-Parte do FPM	325.915,62	426.129,77	382.678,29	352.883,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.098,30	428.779,99	5.727.807,81	7.350.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	429.412,09	450.227,33	475.390,01	465.080,11	510.726,66	505.690,66	490.316,81	466.154,47	488.576,34	461.118,66	468.723,63	475.531,53	5.662.790,58	7.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	89.624,84	66.464,10	64.443,43	73.903,84	45.647,47	27.307,70	37.865,18	56.890,71	57.314,37	75.517,64	93.175,49	90.887,93	779.043,90	1.000.000,00
Cota-Parte do ITR	225,41	244,58	8.898,88	6.080,45	377,38	59,30	87,47	12,33	100,54	93,09	23,00	0,00	16.202,43	10.000,00
Outras Transferências Correntes	267.996,09	221.659,03	413.013,80	175.912,75	200.123,00	193.396,47	168.659,93	104.039,70	219.635,41	277.723,98	145.331,50	246.235,41	2.638.901,06	2.745.000,00
Transferências de LC 61/1989	6.893,95	7.376,55	6.709,52	7.172,98	7.966,68	8.903,88	7.633,21	6.631,79	6.480,12	7.054,82	7.673,27	7.308,40	87.596,67	140.000,00
Transferências de LC 87/1996	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.113,96	2.069,96	2.069,96	0,00	2.069,96	2.069,96	2.069,96	20.033,56	50.000,00
Transferências do FUNDEB	229.337,76	247.518,99	249.507,70	242.451,63	272.917,63	271.509,22	267.786,39	260.971,68	240.886,76	242.720,04	265.382,56	251.148,84	3.042.164,20	3.890.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.357,51	19.452,35	21.899,06	16.306,96	9.586,11	9.203,36	11.249,61	16.024,11	38.467,16	38.183,96	15.343,79	61.415,11	371.177,11	815.500,00
DEDUÇÕES (II)	170.837,01	190.511,01	182.640,67	181.406,81	211.479,41	210.507,72	226.600,92	233.388,21	185.897,43	195.179,85	228.560,92	201.117,38	2.418.607,34	3.150.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	170.837,01	190.511,01	182.640,67	181.406,81	211.479,41	210.507,72	226.600,92	233.388,21	185.897,43	195.179,85	228.560,92	201.117,38	2.418.607,34	3.150.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.355.376,19	1.389.626,54	1.537.272,70	1.307.649,72	1.507.009,65	1.791.645,47	1.438.086,61	1.548.071,87	1.386.349,44	1.475.179,13	1.531.626,63	1.517.802,25	17.766.688,20	24.290.000,00
FONTE: MELEIRO, 16/07/2014														

ADAIR PASINI
Contador CROSC 022984/0-3

JOINEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DIOGENES PIZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº211/2014

Decreto nº 211/2014 de 08/07/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 657/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 657/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO E CORTINAS DE AR PARA CASA MORTUÁRIA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor das empresas:

Empresa	Valor Total Homologado
COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA IRACEMINHA LTDA ME	7.238,00
DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP	800,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 08 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Decreto Nº212/2014

Decreto nº 212/2014 de 08/07/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 644/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 644/2014, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE PROJETO DE MELHORIAS (REFORMA) DA CASA MORTUÁRIA LOCALIZADA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, COM ÁREA TOTAL DE 217,51M², DE CONFORMIDADE COM RRT Nº2260099, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA	29.600,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 08 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Aviso de Licitação Nº 226/14 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 226/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 009/2014

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 009/2014, para AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES (SI-PNI) E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN), DE CONFORMIDADE COM ANEXO I DO EDITAL, E DELIBERAÇÃO DA CIB Nº 243/14 E PORTARIA Nº 2964 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 29/07/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 16 de Julho de 2014.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

Navegantes

PREFEITURA

Resultado de Análise de Amostras - Pregão Presencial Nº 23/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

O PREGOEIRO OFICIAL ENCARGADO DE ATUAR NA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE TORNA PÚBLICO QUE FORAM CONSIDERADAS INABILITADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE AS LICITANTES A SEGUIR RELACIONADAS PELO CUMPRIMENTO DO ITEM 3.10, DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE TRATA DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, BEM COMO DO PRAZO ESTABELECIDO EM ATA 23/2014- DO CERTAME, QUE ESTABELECE EM ATÉ 05(CINCO) DIAS ÚTEIS PARA QUE AS LICITANTES APRESENTEM AMOSTRAS DOS PRODUTOS QUE SAGRAVAM VENCEDORAS:

LICITANTES INABILITADAS:

CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº10.311.632/0001-20- - NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: 2; 07; 18; 30; 44; 46; 52; 61; 86; 87; 95 - PORTA AGULHA MAYO 14 CM, NÃO COMPROVA TER CERTIFICADO ISSO 9001. PORTA AGULHA APRESENTA POUCA TENSÃO NO DISPOSITIVO QUE FAZ ABERTURA DO PORTA AGULHA E NÃO TEM CAPACIDADE DE APREENSÃO DE FIO DE SUTURA, PORTANTO INADEQUADO AO USO. APRESENTOU SINAIS DE CORROSÃO EM APENAS UM CICLO DE ESTERILIZAÇÃO POR AUTOCLAVE. PORTANTO CONSIDERAMOS DESQUALIFICADO; 96- PORTA AGULHA MATHIEU 14 CM, NÃO COMPROVA TER CERTIFICADO ISSO 9001. PORTA AGULHA APRESENTA POUCA TENSÃO NO DISPOSITIVO QUE FAZ ABERTURA DO PORTA AGULHA E NÃO TEM CAPACIDADE DE APREENSÃO DE FIO DE SUTURA, PORTANTO INADEQUADO AO USO. PORTANTO CONSIDERAMOS DESQUALIFICADO;

110; 124; 133; 143; 144; 145; 148; 153; 168; 170; 171; 174; 184; 187- SINDESMÓTOMO, NÃO COMPROVA CERTIFICAÇÃO ISSO 9001. INSTRUMENTAL APRESENTOU SINAIS EVIDENTES DE CORROSÃO NA PRIMEIRA VEZ QUE SOFREU ESTERILIZAÇÃO POR AUTOCLAVE. PORTANTO CONSIDERAMOS DESQUALIFICADO; 188; 199; 200; 201; 202; 216 E 241- SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL, AO SER CURVADO NÃO SE MANTÉM, TENDENDO A RETORNAR A POSIÇÃO RETA E AINDA FORMA ESTRANGULAMENTO NÃO PERMITINDO A CORRETA SUCCÃO. PORTANTO CONSIDERAMOS DESQUALIFICADO.

SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, CNPJ Nº 04.989.294/0001-87 - NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: 06- NÃO FOI APRESENTADO CATÁLOGO NEM AMOSTRA; 20; 21; 91; 134; 135- REGISTRO VENCIDO; 136 REGISTRO VENCIDO; 154; 166; 210; 212; 219- REGISTRO VENCIDO; 225 E 229 NÃO APRESENTOU AMOSTRA, TENDO APRESENTADO NO LUGAR FOLHA IMPRESSA QUE NÃO REPRESENTA CATÁLOGO NEM SITE DE INTERNET, PORTANTO NÃO SENDO POSSÍVEL CHECAR A CONFORMIDADE DO PRODUTO.

O PREGOEIRO TORNA PÚBLICO AINDA, QUE AS AMOSTRAS DAS LICITANTES ABAIXO RELACIONADAS FORAM ACEITAS/APROVADAS E AS LICITANTES CONSIDERADAS HABILITADAS.

LICITANTES HABILITADAS:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ Nº 03.033.589/0001-12- AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS RELATIVAS AOS ITENS: 59; 63; 64; 82; 83; 180; 189; 193; 226 E 228.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVALIADAS POR PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA.

DR.SÍLVIO DE SOUZA NEVES
COORDENADOR DE SAÚDE BUCAL
CIRURGIÃO DENTISTA
CRO/SC 11563

DAS AMOSTRAS

3.10 DAS AMOSTRAS

3.11 A LICITANTE DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS A SESSÃO DE LANCES. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR O MATERIAL E/OU EQUIPAMENTOS EM 01 (UM) UNIDADE CONFORME SOLICITADO NA RELAÇÃO DE ITENS DO EDITAL (EX: 01 AGULHA, 01 BROCA ETC).

3.12 AS AMOSTRAS DO LICITANTE TERÁ QUE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONSTANTES DO EDITAL E ATENDER A 100% (CEM POR CENTO) DO ITEM COTADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

3.13 A SOLICITAÇÃO DAS AMOSTRAS VISA ASSEGURAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS COTADOS E A PRONTA VERIFICAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO ITEM COTADO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, PERMANECENDO EM PODER DO MUNICÍPIO PARA CONFERÊNCIA COM OS PEDIDOS REALIZADOS.

A(S) EMPRESA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S) QUE SE RECUSAREM A APRESENTAR/ENTREGAR AS AMOSTRAS NO PRAZO ESTIPULADO NO EDITAL, PODERÃO SER ENQUADRADAS NA PREVISÃO DO ART. 7º DA LEI 10520/02, CARACTERIZANDO MÁ FÉ, FRAUDE OU MESMO INTENÇÃO DE PREJUDICAR O ENTE PÚBLICO, SOFRERÁ PENALIDADE CONFORME O ART. 7º DA LEI 10520/02:

"QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDCENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 4º DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS." (ART. 7º, LEI 10520/02)

AVISO DE CONVOCAÇÃO

DIANTE DO EXPOSTO, O PREGOEIRO CONVOCA AS DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADAS E JÁ HABILITADAS DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS ESTA INTIMAÇÃO.

SÃO ELAS:

ITEM: 20; 21; 39; 91 E 166 CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ITEM: 02 DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, ITEM: 07; 18; 44; 46; 52; 86; 87; 95; 96; 110; 133; 153; 168; 170; 171; 174; 188; 199; 200; 201; 202; 216 E 241 SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, ITEM: 30; 61; 143; 144; 145; 148; 184 E

187 OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

OBS.: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

OBS. CONFORME COMUNICADO EM SESSÃO, A FALTA DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PODERÁ ACARRETER EM ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

PREGOEIRO(S) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA

EQUIPE DE APOIO - JOSEZITE DOS SANTOS
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO
CARLA CLAUDINO

NAVEGANTES, 15 DE JULHO 2014.

Ata Pregão Presencial Nº 10/2014 FMAS - Deserta

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 FMAS - DESERTA
OBJETO : REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNE), ITENS FRACASSADOS NOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 03/2014, 04/2014 E 06/2014, DESTINADOS AOS BENEFICIADOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), PROGRAMA DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAEFI) E PROGRAMA PROJovem ADOLESCENTE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

DATA DE ACONTECIMENTO 14/07/2014 AS 09:00H

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

NOVA DATA SERÁ PUBLICADA FUTURAMENTE.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Navegantes, 14 de julho de 2014

Resultado de Análise de Amostras - Pregão Presencial Nº 148/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2014 REGISTRO DE PREÇOS FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2014

O PREGOEIRO OFICIAL ENCARGADO DE ATUAR NA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE TORNA PÚBLICO QUE FORAM CONSIDERADAS INABILITADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE AS LICITANTES A SEGUIR RELACIONADAS PELO CUMPRIMENTO DO ITEM 3.10, DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE TRATA DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, BEM COMO DO PRAZO ESTABELECIDO EM ATA 148/2014- DO CERTAME, QUE ESTABELECE EM ATÉ 72(SETENTA E DUAS) HORAS PARA QUE AS LICITANTES APRESENTEM AMOSTRAS DOS PRODUTOS QUE SAGRAVAM VENCEDORAS:

LICITANTES INABILITADAS:

SKINA 1820 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, CNPJ Nº 00.850.624/0001-06 - NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO DIGITAL, TERMOTEC, 68 A 70 CM, 410 A 450G, CONFECCIONADA COM PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO * MARCA PENALTY BOLA DE FUTSAL MATÍS 500, MATRIZADA, 61 A 64 CM, 410 A 440G, PVC, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. * MARCA PENALTY. PORTANTO CONSIDERAMOS DESQUALIFICADO.

O PREGOEIRO TORNA PÚBLICO AINDA, QUE AS AMOSTRAS DAS LICITANTES ABAIXO RELACIONADAS FORAM ACEITAS/APROVADAS E AS LICITANTES CONSIDERADAS HABILITADAS.

LICITANTES HABILITADAS:

BARKI DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ Nº 10.213.886/0001-05- AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS RELATIVAS AOS ITENS: BOLA DE VÔLEI PRO 6.0, 65 A 67 CM, 260 A 280G, MATRIZADA, MICROFIBRA, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. * MARCA PENALTY, BOMBA SAC * MARCA PENALTY, RAQUETES UNIDADE DE TÊNIS DE MESA OUTBURST DE MADEIRA COM COBERTURA DE NOVE FOLHAS. CABO CÔNCAVO ESPONJA: 1.8 MM PESO LÍQUIDO APROXIMADO: 120 G. EM CORES PRETO E VERMELHO. * MARCA KLOPF, JOGO DE PEGA VARETAS, 31 PEÇAS EM PLÁSTICO COLORIDAS, COM EMBALAGEM * MARCA XALINGO.

L. MOHR LTDA, CNPJ Nº 07.261.562/0001-38- AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS RELATIVAS AOS ITENS: BOLA DE FUTSAL MAX 200 TERMOTEC, 55 A 59 CM, 350 A 380G, PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO * MARCA PENALTY, BOLA DE FUTEBOL BEACH SOCCER PRO, TERMOTEC, CONFECCIONADA EM PU ULTRA 100%, 68 A 69 CM, 420 A 450G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. * MARCA PENALTY, BOLA DE VÔLEI MG 4500, 60 A 63 CM, 240 A 270G, MIRIM, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, PU, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO * MARCA PENALTY, BOLA DE BASQUETE SHOOT MIRIM, 72 A 74 CM, 450 A 500 G, CÂMARA BUTIL, MATRIZADA, BORRACHA, MIOLO REMOVÍVEL * MARCA PENALTY, BOLA DE ESPIRIBOL, 58 A 62 CM, 38 CM COMPRIMENTO, 420 A 450 G, CÂMARA BUTIL, COSTURADA, PVC, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL. * MARCA PENALTY, BOLA DE INICIAÇÃO Nº 08 MATRIZADA, CONFECCIONADA EM BORRACHA, DIÂMETRO 40 A 42 CM, 110 A 120 G EM CORES. * MARCA PENALTY, BOLA DE INICIAÇÃO Nº 12 MATRIZADA, CONFECCIONADA EM BORRACHA, DIÂMETRO 65 A 67 CM, 350 A 370 G EM CORES * MARCA PENALTY, JOGO DE DAMA/GAMÃO, 30 PEÇAS EM PLÁSTICO, COM TABULEIRO DE 30 X 30 CM, 02 DADOS PLÁSTICOS. * MARCA PG, CONES DE PLÁSTICO DE 23,5 CM, DIÂMETRO NA BASE DE 15 CM, PESO APROXIMADO EM 60G, COMPOSIÇÃO DE 100% EM PLÁSTICO MALEÁVEL EM CORES DIFERENTES * MARCA CM, PETECA BASE DE BORRACHA DE 5CM DIÂMETRO, PENAS COLORIDAS OU BRANCAS PARA LAZER. * MARCA ABB.

Projeto Cultural LTDA - ME, CNPJ Nº 10.946.774/0001-63- AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS RELATIVAS AOS ITENS: BOLA DE BASQUETE OFICIAL MASCULINA 7.4, 75 A 78 CM, 600 A 650G, CÂMARA AIRBILITY, MATRIZADA, MICROFIBRA, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL. * Marca Penalty

FOOT COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ Nº 11.397.879/0001-73- AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS RELATIVAS AOS ITENS: BOLA OFICIAL FUTSAL MAX 1000 61 A 64 CM, 410 A 440G TERMOTEC, CONFECCIONADA COM PU ULTRA 100% COM 08 GOMOS, EMBALAGEM DIFERENCIADA, APROVADA PELA FIFA E PELA LIGA NACIONAL DE FUTSAL, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO * MARCA PENALTY, BOLA DE VÔLEI PRO 7.0, 65 A 67 CM, 260 A 280G, MATRIZADA, MICROFIBRA, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. * MARCA PENALTY, BOLA DE VÔLEI MG 3600, 65 A 67 CM, 260 A 280G, CÂMARA BUTIL, COSTURADA, PVC, MIOLO REMOVÍVEL. * MARCA PENALTY, BOLA DE VÔLEI BEACH, COM 12 GOMOS, MICROFIBRA,

TECNOLOGIA TERMOTEC, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO * MARCA PENALTY, RAQUETES UNIDADE DE TÊNIS DE MESA BORRACHA ÁSPERA EM ESPESSURA DE 1,5 M, DE MADEIRA, CABO EM MADEIRA, MODELO CLÁSSICA. * MARCA KLOPF, RAQUETES UNIDADE DE TÊNIS DE MESA BORRACHA LISA EM ESPESSURA DE 1,5 M, DE MADEIRA, CABO EM MADEIRA, MODELO CLÁSSICA. * MARCA KLOPF, SUPORTE + REDINHA DE TÊNIS DE MESA, COMPOSIÇÃO 100% METÁLICO, REDE AZUL EM NÁILON SINTÉTICO 100% POLIÉSTER, TAMANHO 13,3X1,60CM AJUSTÁVEL PARA MESA OFICIAL E AMADOR * MARCA KLOPF, TABULEIRO DE XADREZ EM POLIESTILENO DE ALTO IMPACTO, MACIÇO E LAVÁVEIS, PEÇAS EM TAMANHO: REI 9,0 CM -BISPO 6,5 CM -TORRE 5,3 CM -DAMA 8,0 CM -CAVALO 5,5 CM E PEÃO 4,5 CM. TABULEIRO EM CORVIN, TAMANHO 43 X 43 CM COM NÚMEROS E LETRAS NAS BORDAS. * MARCA JAHERING, JOGO DE DOMINÓ LUXO, 28 PEÇAS EM MARFIM DE 5 CM X 3 CM X 1 CM, COM 01 CAIXA DE MADEIRA REVESTIDA EM COURO SINTÉTICO DE 20 CM COMPRIMENTO POR 15 CM DE LARGURA. * MARCA DOUBLE SIX, JOGO DE TRILHA/LUDO, 30 PEÇAS EM PLÁSTICO, COM TABULEIRO DE 30 X 30 CM, 02 DADOS PLÁSTICOS. * MARCA IOB

LUIZ RICARDO DE FREITAS ME, CNPJ Nº 17.970.115/0001-01-AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS RELATIVAS AOS ITENS: BOLA DE FUTSAL MAX 500 TERMOTEC, 61 A 64CM, 410 A 440G, PU, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO * MARCA PENALTY, BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, MATÍS, COSTURADA A MÃO COM 32 GOMOS, TAMANHO 3 MIRIM, 61 A 64 CM, 350 A 380G, CÂMARA BUTIL, PVC, MIOLO REMOVÍVEL. * MARCA PENALTY, BOLA DE HANDEBOL H2L, CONFECCIONADA EM COURO, 54 A 56 CM, 325 A 400 G, COSTURADA, TAMANHO E PESO OFICIAL, CONFEDERADA, MATRIZADA, PVC, CÂMARA, AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. * MARCA PENALTY, BOLA DE HANDEBOL H1L, CONFECCIONADA EM COURO, 49 A 51 CM, 230 A 270 G COSTURADA, TAMANHO E PESO OFICIAL, CONFEDERADA, MATRIZADA, PVC, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. * MARCA PENALTY, BOLINHAS DE TÊNIS DE MESA 40MM, POLIURETANO OFICIAL *MARCA POKER, BAMBOLÊ ARO DE PLÁSTICO PVC REFORÇADO COM 63CM DE DIÂMETRO. * MARCA RECORD.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVALIADAS POR PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA.

Gerson Ademir Fagundes
Superintendente de Esportes

DAS AMOSTRAS

3.9 DAS AMOSTRAS

3.9.1 A PROPONENTE DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS DOS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 43, 46 E 47 EM ATÉ 72 (SETENTA E DUAS) HORAS APÓS O ENCERRAMENTO DA ETAPA

3.9.2 PARA OS ITENS 21, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45 A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇO PROSPECTOS E/OU FOLDER TÉCNICO E/OU DESENHOS DOS ITENS COTADOS ISENTANDO DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS.

3.9.3 AS AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS OBRIGATORIAMENTE NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, LOCALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

3.9.4 AS AMOSTRAS SERÃO DEVIDAMENTE AVALIADAS POR

PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA ESPORTIVA.

3.10 AS AMOSTRAS DO PROPONENTE DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONSTANTES DO EDITAL E ATENDER A 100% (CEM POR CENTO) DO ITEM COTADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

3.11 A SOLICITAÇÃO DAS AMOSTRAS VISA ASSEGURAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS COTADOS E A PRONTA VERIFICAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO ITEM COTADO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, PERMANECENDO EM PODER DO MUNICÍPIO PARA CONFERÊNCIA COM OS PEDIDOS REALIZADOS.

3.12 FICAM DESDE JÁ INFORMADOS OS LICITANTES QUE AS AMOSTRAS APRESENTADAS PELOS MESMOS ESTARÃO DISPONÍVEIS PARA RETIRADA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EM ATÉ 24 HORAS DA PUBLICAÇÃO NO DOM DO RESULTADO DA REPROVAÇÃO.

A(S) EMPRESA(S) LICITANTE(S) VENCEDORA(S) QUE SE RECUSAREM A APRESENTAR/ENTREGAR AS AMOSTRAS NO PRAZO ESTIPULADO NO EDITAL, PODERÃO SER ENQUADRADAS NA PREVISÃO DO ART. 7º DA LEI 10520/02, CARACTERIZANDO MÁ FÉ, FRAUDE OU MESMO INTENÇÃO DE PREJUDICAR O ENTE PÚBLICO, SOFRERÁ PENALIDADE CONFORME O ART. 7º DA LEI 10520/02:

"QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDCENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 4º DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS." (ART. 7º, LEI 10520/02)

AVISO DE CONVOCAÇÃO

DIANTE DO EXPOSTO, O PREGOEIRO CONVOCA AS DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADAS E JÁ HABILITADAS DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS ESTA INTIMAÇÃO.

SÃO ELAS:

ITEM: 2 E 6 LUIZ RICARDO DE FREITAS ME, ITEM.

OBS.: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

OBS. CONFORME COMUNICADO EM SESSÃO, A FALTA DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PODERÁ ACARRETER EM ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

PREGOEIRO(S) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA

EQUIPE DE APOIO - JOSEZITE DOS SANTOS
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO
CARLA CLAUDINO

NAVEGANTES, 16 DE JULHO 2014.

Ata II - Pregão Presencial 155/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata II Pregão Presencial nº 155/2014 PMN

RETOMADA A SESSÃO NO DIA 11/07/2014 AS 9 HORAS CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, PARA CONTINUAÇÃO DA VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELOS LICITANTES E APÓS A SESSÃO DE LANCES, COMPARECERAM OS LICITANTES SOLUÇÃO INOX, INFOPLAN, MARCELO WEINRICH, MM COMERCIO, MASTERMIX, BAGATOLI, DIAL DEPARTAMENTOS, LINEAR, APÓS VERIFICAÇÃO FOI QUESTIONADO AOS LICITANTES SE TINHAM ALGUM APONTAMENTO QUANTO A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E CATÁLOGOS:

A EMPRESA - INFOPLAN APONTA QUE A EMPRESA HIPERBRINK, APRESENTOU CATALOGO SEM FONTE (sem fonte os itens 6,13,14 desclassificado) , E QUE A EMPRESA REI DOS REIS O ITEM 3 NÃO ATENDE POIS COTOU TV 32" (O SOLICITADO PELO EDITAL) MAS COLOCOU O DESCRITIVO DE TV 39" SENDO QUE SÓ A DE 39" ATENDERIA (FULL HD)(verificado que não atende mesmo e que houve montagem no docto apresentado-desclassificado) , E A EMPRESA ADOVANDRO O ITEM 9,10,11 SEM FONTE (a comissão verificou que tem fonte sim-classificado).

A EMPRESA - MM COMERCIO APONTOU QUE A EMPRESA HIPERBRINK SEU ITEM 14 NÃO ATENDE A DIMENSÃO (a comissão verificou q realmente não atende-desclassificado), E O 16 NÃO ATENDE A ESPECIFICAÇÃO(não atendeu - desclassificada). E QUE A EMPRESA SUPERAR NO ITEM 10 NÃO ATENDEU QUANTO AO CONSUMO (a comissão verificou que não atendeu-desclassificado) A EMPRESA - MASTERMIX APONTA QUE A EMPRESA LINEAR COTOU O ITEM 16 E O MESMO NÃO ATENDE CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO (MENOR Q O EDITAL PEDE)(não atendeu-desclassificado), APONTOU QUE A EMPRESA ADOVANDRO REF. ITEM 14 A DIMENSÃO NÃO ATENDE O EDITAL(não atendeu - desclassificado), E QUE A EMPRESA MARCELO EM SEU ITEM 16 TAMBEM NÃO ATENDE A CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DO EDITAL (não atendeu-desclassificado), APONTOU Q A EMPRESA R A DE CAMPOS ITEM 7 COTOU UMA MARCA QUE NÃO EXISTE MAIS NO MERCADO (não relevante pois o mesmo pode ter em estoque-classificado), E QUE O ITEM 14, NÃO ATENDE DIMENSÃO E 16 NÃO ATENDE CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO (não atendem - desclassificado).

A EMPRESA - LINEAR APONTA QUE A EMPRESA MASTERMIX APRESENTOU CATALOGO SEM FONTE (não é de internet - o edital solicita quando for da internet- classificado).

PEDIRAM DESCLASSIFICAÇÃO FORMALMENTE/MOTIVADAMENTE AS EMPRESAS : SOLUÇÃO INOX QUANTO AO ITEM 10,11,16(preço cotado errado). Mastermix itens 5,6,10 (preço cotado errado). M.M comercio item 1 (não possui mais o produto para revenda). Bagatoli item 01 (modelo não é mais fabricado)

A comissão verificou também a desclassificação da empresa solução inox pois não apresentou fontes, apenas apresentou fonte no catalogo do item 16 (e este item por sua vez a licitante pediu desclassificação), e a empresa mastermix no item 14 não apresentou especificação sendo desclassificada neste item. APÓS FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES SENDO QUE FICOU PENDENTE A CONTINUAÇÃO DO ITEM 9 EM DIANTE, MOMENTO EM QUE O PREGOEIRO SUSPENDE A SESSÃO E INFORMA QUE SERÁ RETOMADA AS 15 HORAS DO MESMO DIA, PARA SESSÃO DE LANCES E ABERTURA DE HABILITAÇÃO.

Navegantes 15 de julho de 2014

Ata III - Pregão Presencial 155/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Pregão Presencial nº 155/2014 PMN

RETOMADA A SESSÃO AS 15 HORAS DO DIA 11/07/2014 A PARTIR DO ITEM 9 EM DIANTE, COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS MENCIONADA NA ATA ANTERIOR, O PREGOEIRO CONTINUOU A ETAPA DE LANCE, E APÓS PROCEDEU ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS NOS LANCES. CONSTATANDO A HABILITAÇÃO DAS MESMAS, APÓS FOI DADO A PALAVRA AOS LICITANTES PARA POSSIVEL INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, SENDO MENCIONADO RECURSO PELA EMPRESA MASTERMIX CONTRA A EMPRESA ADOVANDRO POIS A EMPRESA APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA EM DESCONFORMIDADE AO EDITAL (NÃO ESPECIFICANDO A CARACTERISTICA DO OBJETO FORNECIDO) E SE FOR O CASO APRESENTAR NF DO FORNECIMENTO, E SE FOR O CASO QUE A COMISSÃO ABRA DILIGENCIA PARA VERIFICAÇÃO DE ASSINATURAS NO ATESTADO, E O ITEM 9 A ESPECIFICAÇÃO TECNICA NÃO ATENDE O EDITAL; A EMPRESA MM COMERCIO CONTRA A EMPRESA ADOVANDRO POIS ELES REFERENTE O ITEM 10 NÃO FOI APRESENTADO CONSUMO NEM POTENCIA, E O ATESTADO DE CAPACIDADE NÃO TEM ESPECIFICAÇÃO DE OBJETO, E MM COMERCIO CONTRA A EMPRESA MARCELO WEINRICH EM SEU ITEM 10 NÃO ATENDE NO CONSUMO (É SUPERIOR AO PEDIDO NO EDITAL). MOMENTO EM QUE O PREGOEIRO ENCERRA A SESSÃO E ABRE O PRAZO RECURSAL.

Navegantes 15 de julho de 2014

Ata II - Pregão Presencial 156/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Pregão Presencial nº 156/2014 PMN

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, BARKI, SUPRIMOVEIS, JOAO ROBERTO, IRMÃO PACHECO, 3 A COMERCIO, MM SÃO JOSE, ALESSANDRA HELKER OJEDA DEVIDAMENTE CREDENCIADAS COM SEUS REPRESENTANTES PRESENTES.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO FORNECERAM AS PROPOSTAS/FOLDERS PARA CONTINUAÇÃO DA VERIFICAÇÃO POR PARTE DOS LICITANTES E APÓS A VERIFICAÇÃO FORAM MENCIONADOS OS SEGUINTE APONTAMENTOS:

A EMPRESA IRMÃO PACHECO PEDIU DESISTÊNCIA NO ITEM 21POR NÃO COTAR O KIT COMPLETO.

A EMPRESA JOÃO ROBERTO RIBAS PEDIU DESISTÊNCIA NOS ITENS 6,21POIS ERROU O PREÇO

A EMPRESA MM SÃO JOSE PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM 14 POIS NÃO APRESENTOU CERTIFICADO.

A EMPRESA SUPRIMOVEIS PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO NOS ITENS 21,14 POR NÃO TER COTADO A BOMBA PARA ACIONAR TORNEIRA E POR NÃO TER COLOCADO CERTIFICADO.

A EMPRESA BARKI APONTOU QUE A DOMPEL COTOU CADEIRA E NÃO APRESENTOU LAUDO (FOI VERIFICADO PELA EQUIPE DE APOIO E REALMENTE NÃO CONSTA LAUDO-DESCLASSIFICADA NESTES ITENS 7,14),

A EMPRESA SUPRIMOVEIS APONTOU QUE A EMPRESA MM SÃO JOSE NO ITEM 12 NO CATALOGO NÃO TEM A MESA COM 3 GAVETAS(VERIFICADO PELA EQUIPE DE APOIO E CONSTATADO QUE TEM 3 GAVETAS ATENDE O EDITAL-CLASSIFICADA).

APÓS APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES E APÓS FORAM VERIFICADAS AS HABILITAÇÕES DOS VENCEDORES, CONSTATANDO QUE AS ÚNICAS QUE NÃO APRESENTARAM OS DOCUMENTOS EM CONFORMIDADE AO EDITAL FORAM AS EMPRESAS escobrinq (faltou apresentar a certidão municipal, previdenciária, e atestado de capacidade técnica e havia vencido o item 25) e a empresa ALESSANDRA HELKER OJEDA (faltou

apresentar certidão negativa da união, estado, previdenciário, municipal e atestado de capacidade técnica-apresentou fgts vencida também- e havia vencido o item 6) - neste caso o pregoeiro e a equipe de apoio encaminham a presente ata com o nome das duas empresas para verificação e abertura de procedimento administrativo para verificação do por quê da falta de apresentação de documentos, solicitando também a verificação se em outras licitações as mesmas participaram e não apresentaram documentos conforme edital evitando assim a prática de reincidências. APÓS A VERIFICAÇÃO POR PARTE DOS LICITANTES E NÃO HAVENDO NENHUM APONTAMENTO NEM INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, O PREGOEIRO ENCERRA A PRESENTE E ENCAMINHA PARA AUTORIZADA COMPETENTE.

Navegantes 15 de julho de 2014

Lei Complementar 213 Altera Lc 011 Cargo Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N° 213 DE 16 DE JULHO DE 2014

cria cargos na estrutura da Secretaria de Administração e Logística, altera os Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar N° 11 de 4 de Dezembro de 2003 - que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e salários do quadro geral dos servidores públicos de Navegantes

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Ficam criados os seguintes cargos de provimento efetivo para atuação no Atendimento Educacional, os quais passam a integrar o Quadro de Cargos e Salários da Secretaria de Administração e Logística, cujas atribuições e requisitos estão descritos nos Anexos da presente lei:

- I - Agente de Educação - 20 (vinte) horas;
- II - Agente de Educação - 30 (trinta) horas.
- III - Agente de Educação - 40 (quarenta) horas.
- IV - Intérprete de Libras - 20 (vinte) horas.
- V - Intérprete de Libras - 40 (quarenta) horas.

§ 1º O vencimento inicial dos cargos criados é de:

- I - Agente de Educação - 20 (vinte) horas semanais - R\$ 805,79 (oitocentos e cinco reais e setenta e nove centavos);
- II -- Agente de Educação - 30 (trinta) horas semanais - R\$ 1.208,68 (um mil duzentos e oito reais e sessenta e oito centavos);
- III - Agente de Educação - 40 (quarenta) horas semanais - R\$ 1.611,58 (um mil seiscentos e onze reais e cinquenta e oito centavos);
- IV - Intérprete de Libras - 20 (vinte) horas semanais - R\$ 805,79 (oitocentos e cinco reais e setenta e nove centavos).
- V - Intérprete de Libras - 40 (quarenta) horas semanais - R\$ 1.611,58 (um mil seiscentos e onze reais e cinquenta e oito centavos);

Art. 2º Ficam criadas as seguintes vagas para os cargos discriminados nos incisos I a V do art.1º desta lei, as quais serão preenchidas através de Concurso Público de provas ou prova e títulos:

- I - 40 (quarenta) vagas para o cargo de Agente de Educação - 20 (vinte) horas;
- II - 15 (quinze) vagas para o cargo de Agente de Educação - 30 (trinta) horas;
- III - 25 (vinte e cinco) vagas para o cargo de Agente de Educação - 40 (quarenta) horas;
- IV - 05 (cinco) vagas para o cargo de Intérprete de Libras - 20 (vinte) horas;
- V - 03 (três) vagas para o cargo de Intérprete de Libras - 40 (quarenta) horas;

Parágrafo Único: As normas e condições do concurso serão fixadas no respectivo Edital.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 3º A função de Monitora de Educação Especial prevista na lei nº 2404 de 23 de fevereiro de 2011 passará a ter a nomenclatura de Agente de Educação e possuirá as mesmas funções dos cargos criados através da presente lei, em caráter efetivo.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar n° 011 de 04 de Dezembro de 2003, conforme segue.

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO I

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

QUADRO CONTENDO DEMONSTRATIVO DE VAGAS (QUADRO DE PESSOAL/LOTACIONAL)

CARGOS	VAGAS EXISTENTES NO QUADRO
Agente de Educação - 20 (vinte) horas	40
Agente de Educação - 30 (trinta) horas	15
Agente de Educação - 40 (quarenta) horas	25

Intérprete de Libras - 40 (quarenta) horas	5
Intérprete de Libras - 20 (vinte) horas	3

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO II

CARGO	CÓDIGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Agente de Educação - 20 (vinte) horas	QP - ANM	Para atuar no atendimento educacional, o agente deve ter completado o Ensino Médio e ter ou estar participando de formação continuada em educação de no mínimo 80 horas.
Agente de Educação - 40 (quarenta) horas	QP - ANM	Para atuar no atendimento educacional, o agente deve ter completado o Ensino Médio e ter ou estar participando de formação continuada em educação de no mínimo 80 horas.
Agente de Educação - 30 (trinta) horas	QP - ANM	Para atuar no atendimento educacional, o agente deve ter completado o Ensino Médio e ter ou estar participando de formação continuada em educação especial de no mínimo 80 horas.
Intérprete de Libras - 20 (vinte)	QP - ANM	Ensino Médio com graduação comprovante de Proficiência em Interpretação em Libras ou Certificado de curso de Formação continuada em LIBRAS ou Oficina de Interpretação em LIBRAS, ambos com carga horária mínima de 80h (oitenta horas) ou ainda curso superior de Bacharelado em Letras - LIBRAS.
Intérprete de Libras - 40 (quarenta)	QP - ANM	Ensino Médio com graduação comprovante de Proficiência em Interpretação em Libras ou Certificado de curso de Formação continuada em LIBRAS ou Oficina de Interpretação em LIBRAS, ambos com carga horária mínima de 80h (oitenta horas) ou ainda curso superior de Bacharelado em Letras - LIBRAS.

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CARGOS E RESPECTIVA HABILITAÇÃO EXIGIDA

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO III

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS UNIDADES DE VENCIMENTOS

CATEGORIA FUNCIONAL CARGOS	VENCIMENTOS
I - Agente de Educação - 20 (vinte) horas;	R\$ 805,79
II - Agente de Educação - 30 (trinta) horas.	R\$ 1.208,68
III - Agente de Educação - 40 (quarenta) horas;	R\$ 1.611,58
IV - Intérprete de Libras - 20 (vinte) horas;	R\$ 805,79
V - Intérprete de Libras - 40 (quarenta) horas;	R\$ 1.611,58

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO IV

PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TABELA DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Agente de Educação					
Salário Inicial: R\$ 805,79		Código: QP-ANM		Carga Horária: 20 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
829,96	854,86	880,51	906,92	934,13	962,16
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
991,02	1.020,75	1.051,37	1.082,91	1.115,40	1.148,86
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
1.183,33	1.218,83	1.255,39	1.293,06	1.331,85	

Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Agente de Educação					
Salário Inicial: R\$ 1.208,68		Código: QP-ANM		Carga Horária: 30 horas	
Referen- cia A	Referen- cia B	Referen- cia C	Referen- cia D	Referen- cia E	Referen- cia F
1.244,94	1.282,29	1.320,76	1.360,38	1.401,19	1.443,23
Referen- cia G	Referen- cia H	Referencia I	Referencia J	Referen- cia K	Referencia L
1.486,52	1.531,12	1.577,05	1.624,36	1.673,10	1.723,29
Referencia M	Referen- cia N	Referencia O	Referen- cia P	Referencia Q	
1.774,99	1.828,24	1.883,08	1.939,58	1.997,76	

Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Agente de Educação					
Salário Inicial: R\$ 1.611,58		Código: QP-ANM		Carga Horária: 40 horas	
Referen- cia A	Referen- cia B	Referen- cia C	Referen- cia D	Referen- cia E	Referen- cia F
1.659,93	1.709,73	1.761,02	1.813,85	1.868,26	1.924,31
Referen- cia G	Referen- cia H	Referencia I	Referencia J	Referen- cia K	Referencia L
1.982,04	2.041,50	2.102,75	2.165,83	2.230,80	2.297,73
Referencia M	Referen- cia N	Referencia O	Referen- cia P	Referencia Q	
2.366,66	2.437,66	2.510,79	2.586,11	2.663,70	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Intérprete de Libras					
Salário Inicial: R\$ 805,79		Código: QP-ANM		Carga Horária: 20 horas	
Referen- cia A	Referen- cia B	Referen- cia C	Referen- cia D	Referen- cia E	Referen- cia F
829,96	854,86	880,51	906,92	934,13	962,16
Referen- cia G	Referen- cia H	Referencia I	Referencia J	Referen- cia K	Referencia L
991,02	1.020,75	1.051,37	1.082,91	1.115,40	1.148,86
Referencia M	Referen- cia N	Referencia O	Referen- cia P	Referencia Q	
1.183,33	1.218,83	1.255,39	1.293,06	1.331,85	

Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Intérprete de Libras					
Salário Inicial: R\$ 1.611,58		Código: QP-ANM		Carga Horária: 40 horas	
Referen- cia A	Referen- cia B	Referen- cia C	Referen- cia D	Referen- cia E	Referen- cia F
1.659,93	1.709,73	1.761,02	1.813,85	1.868,26	1.924,31
Referen- cia G	Referen- cia H	Referencia I	Referencia J	Referen- cia K	Referencia L
1.982,04	2.041,50	2.102,75	2.165,83	2.230,80	2.297,73
Referencia M	Referen- cia N	Referencia O	Referen- cia P	Referencia Q	
2.366,66	2.437,66	2.510,79	2.586,11	2.663,70	

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO V

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

a) Atribuições do Cargo Agente de Educação 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais:

- Promover passeios para reconhecimento do ambiente escolar de forma que o educando familiarize-se com todos os percursos e através de conversas entenda que cada dependência da Unidade Escolar tem uma função específica;
- Estar sempre comunicando ao educando para onde irá conduzi-lo e o porque. Se for uma volta aleatória, indagá-lo se consente em ir junto, se aceita ser conduzido como forma de respeitar sua vontade;
- Acompanhar a criança ao banheiro, auxiliando na higiene que se fizer necessária com naturalidade, respeito e zelo de forma a não expor o educando em momento tão íntimo;
- Estimular o contato com outras crianças, nem que para isso o Agente insira-se nas brincadeiras e a medida que a interação com outra(s) criança (s) vá se dando, retire-se e fique só observando;
- Procurar junto à família do educando e a equipe técnica da Unidade escolar, a possibilidade de adquirir instrumentos adaptados para a sua alimentação: talheres com reforçador, mesa que se encaixe na cadeira de rodas ou banco adaptado com encosto, bandeja, prato, copo, que facilitem o movimento da criança e que melhor contribuam para a sua independência na hora das refeições;
- Auxiliar o educando a alimentar-se dando instruções objetivas e claras do que se quer que ela faça;
- Promover Trabalho com Símbolos referentes à rotina escolar a fim de que o educando vá percebendo-a e adquirindo consequentemente maior respeito as regras e limites em sala;
- Promover e ou Participar de Jogos e Brincadeiras que reúnam a turma, no início ou no final da aula, para contribuir com o interesse do educando em Permanecer dentro da sala de aula,

possibilitando de igual forma a participação efetiva da criança com deficiência;

- Diversificar os Meios de Acesso ao Conteúdo em Sala de Aula;
- Promover a independência e autonomia do aluno na Execução das atividades em sala de aula;
- Manter relacionamento profissional, ético e de parceria com a professora regente;
- Procurar estabelecer Comunicação e Investigação sobre o Histórico pessoal do educando, tanto familiar quanto escolar.
- Participar de atividades extraclasses;
- Realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico;
- Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Digitar e arquivar documentos relativos à função;
- Participar dos eventos promovidos pela Secretaria de Educação;
- Interagir com o professor nas ações pedagógicas planejadas e/ou realizadas na ambiente escolar, quando solicitado;
- Realizar as atividades que forem designadas por seu superior hierárquico ou pela Secretária Municipal de Educação.

b) Atribuições do Cargo de Intérprete de Libras - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais:

- Atuar em sala de aula e em sala de apoio pedagógico nas unidades educativas da rede regular de ensino, traduzindo e interpretando da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa nas aulas ministradas pelo Professor;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
- Levantar e avaliar os dados relativos à realidade de sua classe;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Organizar registros de observação dos alunos;
- Participar de atividades extraclasses;
- Realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico;
- Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades e articulação da escola com a família e a comunidade;
- Integrar órgãos complementares da escola;
- Observar os preceitos éticos de confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução e interpretação;
- Digitar e arquivar documentos relativos à função;
- Prestar serviços em seminários, cursos e reuniões e/ou outros eventos de formação continuada, quando solicitado;
- Participar dos eventos promovidos pela secretaria de educação;
- Participar ativamente das atividades que estão sendo desenvolvidas em sala e aula, quando solicitado pelos gestores;
- Interagir com o professor nas ações pedagógicas planejadas e/ou realizadas na ambiente escolar, quando solicitado;
- Orientar professores quanto as suas possíveis dúvidas em libras;
- Executar tarefas afins com a educação;
- Realizar as atividades que forem designadas por seu superior hierárquico ou pela secretária municipal de educação.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei Complementar 214 Altera Anexos Lc 011 Reajuste Vencimentos Agente Comunitário de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 214 DE 16 DE JULHO DE 2014

ALTERA OS ANEXOS III E IV DA LEI COMPLEMENTAR N.º 11 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2003 - QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Os Anexos III e IV da Lei Complementar n.º 11 de 4 de dezembro de 2003, referente aos cargos de Agente Comunitário de Saúde ESF e Agente de Combate às Endemias, passa a vigor conforme segue:

"ANEXO III

QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS UNIDADES DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

SERVICOS AUXILIARES (QP-S A U)	
Agente Comunitário de Saúde ESF	R\$ 1.014,00
TRANSP. OFICIAL E SERVICOS GERAIS (QP-TOSG)	
Agente de Combate às Endemias	R\$ 1.014,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

Categoria Funcional: Serviços Auxiliares					
Cargo: Agente Comunitário de Saúde ESF					
Salário Inicial: R\$ 1.014,00	Código: QP- SAU		Carga Horária: 40 horas		
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 1044,42	R\$ 1.075,75	R\$ 1.108,03	R\$ 1.141,27	R\$ 1.175,50	R\$ 1.210,77
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.247,09	R\$ 1.284,50	R\$ 1.323,04	R\$ 1.362,73	R\$ 1.403,61	R\$ 1.445,72

Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 1.489,09	R\$ 1.533,77	R\$ 1.579,78	R\$ 1.627,17	R\$ 1.675,99	

Cargo: Agente de Combates às Endemias

Salário Inicial: R\$ 1.014,00 Código: QP- TOSG Carga Horária: 40 horas

Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 1044,42	R\$ 1.075,75	R\$ 1.108,03	R\$ 1.141,27	R\$ 1.175,50	R\$ 1.210,77
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.247,09	R\$ 1.284,50	R\$ 1.323,04	R\$ 1.362,73	R\$ 1.403,61	R\$ 1.445,72
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 1.489,09	R\$ 1.533,77	R\$ 1.579,78	R\$ 1.627,17	R\$ 1.675,99	

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2901 Altera Lei 1019 Conselho Tutelar

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI 2901 DE 16 DE JULHO DE 2014

ALTERA O ARTIGO 13, § 2º, INCISO I DA LEI N° 1019 DE 2 DE SETEMBRO DE 1993, ALTERADA PELA LEI Nº 2590, DE 4 DE ABRIL DE 2012, E LEI Nº 2896 DE 8 DE JULHO DE 2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 13, §2º, I da lei nº 1019, de 2 de setembro de 1993, alterada pela Lei n.º 2590 de 4 de abril de 2012 e pela lei nº 2896 de 8 de julho 2014, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 13 O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do 6º (sexto) mais votado, serão considerados suplentes".

(...)

§ 2º Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I - licenças e afastamentos a que fazem jus os titulares.

(...)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2902 Convênio Para Cessão de Servidores À PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2902 DE 16 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER SERVIDORES, POR MEIO DE CONVÊNIO, PARA O 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE NAVEGANTES".

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a ceder ao Estado de Santa Catarina, por meio de Convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com a interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, 4 (quatro) servidores públicos efetivos, de acordo com as disponibilidades da Administração Municipal, para auxiliar nas atividades do 25º Batalhão de Polícia Militar de Navegantes, visando à melhoria da prestação de serviços à população.

Art. 2º A cessão de servidores de que trata esta lei é limitada a uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

Parágrafo único: O ato de cessão não acarretará qualquer prejuízo ao servidor cedido.

Art. 3º O ônus com o pagamento dos servidores cedidos caberá exclusivamente ao Município de Navegantes.

Art. 4º O prazo de cessão de que trata o art. 1º desta lei será pelo período necessário à manutenção das atividades do 25º Batalhão de Polícia Militar de Navegantes, de acordo com a conveniência e o interesse público.

Art. 5º As despesas decorrente da aplicação da presente lei correrão por conta do orçamento vigente do Município de Navegantes.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2903 Declaração de Utilidade Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2903 DE 16 DE JULHO DE 2014
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA E SOCIAL DOURADO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para os fins previstos em lei, a Associação Cultural Esportiva e Social Dourado, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Vandellino Lopes Fagundes n.º 181, Bairro Centro, em Navegantes-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 14.396.779/0001-10.

Art. 2º A referida entidade tem como objetivos: promover atividades esportivas; incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando, para esse fim, atividades, movimentos e organismos; manter Convênio ou associar-se a entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais; divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, radiodifusão e outros meios; prestar serviços compatíveis às suas atividades com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da associação; receber doações em caráter de apoio cultural e social e divulgar doadores; administrar os fundos arrecadados, aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da associação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Ata Abertura Envelopes de Habilitação E Propostas Tomada de Preço 30/2014 FMS

ATA ABERTURA ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS TOMADA DE PREÇO 30/2014 FMS
ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA EMPRESA SUPRIMOVEIS EIRELI, DEVIDAMENTE CREDENCIADA.
APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE EMPRESA FOI HABILITADA.
SEGUINDO, JÁ NA ABERTURA DAS PROPOSTA FOI VERIFICADO QUE A EMPRESA VENCEDORA FOI A SUPRIMOVEIS COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 217.525,00
FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

ASS.PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.
Navegantes 16 de julho de 2014.

Ata V - Finalização Proposta Preço. Concorrência Nº 75/2014 PMN

ATA V - FINALIZAÇÃO PROPOSTA PREÇO. CONCORRÊNCIA Nº 75/2014 PMN

ATA PROPOSTA DE PREÇO
REABERTO O CERTAME AS 14 HORAS DO DIA 15/07/2014, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE COM A PRESENÇA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA BETHA SISTEMA LTDA SR. MAURICIO JOSE ALVES, PARA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS ONDE FOI VERIFICADO QUE A PROPOSTA APRESENTADA ATENDEU COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$ 2.191.525,00.

DESTA FORMA A MÉDIA FINAL $(PTX6)+(PPX4)/10 = (695X6)+(2.191.525,00X4) / 10 = (4.170) + 8.766.100/10 = 8.770,270/10 =$ MÉDIA FINAL 877,027. SENDO DECLARADA VENCEDORA A EMPRESA BETHA COM MÉDIA FINAL 877,027, O ENVELOPE DA EMPRESA IPM NÃO FOI ABERTO UMA VEZ QUE A MESMA NÃO APRESENTOU A PROPOSTA TÉCNICA CONFORME EXIGÊNCIA DO EDITAL, NÃO HAVENDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS O PRESIDENTE DA COMISSÃO E A COMISSÃO ENCERRAM A PRESENTE E ENCAMINHAM A AUTORIDADE COMPETENTE.

PRESIDENTE E COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Navegantes 15 de Julho de 2014

Aviso de Licitação Pregão Presencial 159/2014 PMN (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº159/2014 PMN
---Republicado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO (MACADAME, AREIA, PÓ DE BRITA, BRITA, RACHÃO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO. Data da entrega dos envelopes: 29/07/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 29/07/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 166/2014 PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº166/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GPS DE GRANDE PRECISÃO PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DE ENGENHARIA, PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, POR MEIO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT. Data da entrega dos envelopes: 29/07/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 29/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Concorrência Nº 168/2014 PMN
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRENCIA Nº 168/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/07/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 18/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 16 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Portaria 2581 Cede Servidor ao Citran

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2581 DE 16 DE JULHO DE 2014
CEDE SERVIDOR MUNICIPAL À CITRAN DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei nº 2884 de 3 de julho de 2014,

RESOLVE:

I Ceder o servidor municipal HERCÍLIO ANDRÉ DA SILVA, Motorista, Matrícula nº 245602, à CITRAN de Navegantes durante o período de um ano a contar de 21 de julho de 2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 2582 Cede Servidor ao Citran

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2582 DE 16 DE JULHO DE 2014
CEDE SERVIDOR MUNICIPAL À CITRAN DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a lei nº 2884 de 3 de julho de 2014,

RESOLVE:

I Ceder o servidor municipal CLAUDENIR CLETO COUTO, Escriturário, Matrícula nº 11401, à CITRAN de Navegantes durante o período de um ano a contar de 21 de julho de 2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº272 1501/2014 A 1540/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1501/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYB9980	54994016E	6920/0	18/03/2014	233
LYC4940	54993840E	6920/0	11/03/2014	233
MBD1587	55576942C	7340/0	23/04/2014	252 * IV
MDX1999	54992610E	6599/2	11/03/2014	230 * V
MED4274	54994134E	6912/0	28/03/2014	232
MGD0481	54993811E	6920/0	11/03/2014	233
MII4472	54993740E	5010/0	26/03/2014	162 * I
MIU3689	55576699C	6637/2	28/04/2014	230 * IX
MKB1727	55576926C	7340/0	22/04/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 16 DE JULHO DE 2014

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 617/2014

PORTARIA Nº 617/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Julho/2014, ALINI DALLABRIDA, brasileira, solteira, Servidora Pública Municipal, matrícula nº 5863, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Atendimento ao Cidadão, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 18/03/2013 a 17/03/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de julho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Aviso Resultado Habilitação E Proposta PL Nº 047/14 CV Nº 012/14

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2014 - CONVITE Nº 012/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, COM VELOCIDADE MINIMA DE 6 Mbps (Full), ATRAVÉS DE RÁDIO DIGITAL DE NO MÍNIMO 5,8ghz E RÁDIO BACKUP, COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) ENDEREÇOS DE IP PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC, e demais especificações constantes deste Processo Licitatório. Que no dia de sua realização dia 16/07/2014 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, P4 TELECOM LTDA ME, MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA EPP, que todas as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo.

Novo Horizonte (SC), em 16 de Julho de 2014

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2014 - CONVITE Nº 012/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, COM VELOCIDADE MINIMA DE 6 Mbps (Full), ATRAVÉS DE RÁDIO DIGITAL DE NO MÍNIMO 5,8ghz E RÁDIO BACKUP, COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) ENDEREÇOS DE IP PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC, e demais especificações constantes deste Processo Licitatório. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, com valor mensal de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), totalizando o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura, os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 16 de Julho de 2014.

Comissão Permanente de Licitação

Orleans

PREFEITURA

Edital de Pregão 33Fms

Município de Orleans. Edital de Pregão Presencial FMS 033/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Data: 06/08/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

GISELE BENEDET PIZONI ZOMER
Secretária de Saúde.

Contrato 100 Aquisição de Grama

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 100/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada.: COLINA COMERCIO DE PLANTAS LTDA ME
Valor : 82.920,00 (oitenta e dois mil novecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 14/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2014
Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (88) Saldo: 249.312,82
Objeto : AQUISIÇÃO DE GRAMA, MUDAS DE ARVORES E FLORES E SERVIÇOS DE PLANTIO DA MUDAS COM ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DAS MESMAS, PARA REVITALIZAÇÃO DE RUAS DA CIDADE.

Orleans, 16 de Julho de 2014
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Homologação 70/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/14
HOMOLOGAÇÃO: 14/07/14
CONTRATADO: COLINA COMERCIO DE PLANTAS LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA, MUDAS DE ARVORES E FLORES E SERVIÇOS DE PLANTIO DA MUDAS COM ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DAS MESMAS, PARA REVITALIZAÇÃO DE RUAS DA CIDADE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 82.920,00 (oitenta e dois mil novecentos e vinte reais)

DATA: 16/07/14 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

3.714 - Regulamenta O Sistema de Registro de Preço DECRETO Nº 3.714 DE 8 DE JULHO DE 2014.

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providencias.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68, item VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Orleans, obedecerão ao disposto neste Decreto. Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública municipal de Orleans que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º Caberá ao órgão gerenciador à prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

II - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

III - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

IV - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e

termo de referência ou projeto básico;
V - realizar o procedimento licitatório;
VI - gerenciar a ata de registro de preços;
VII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

VIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo Único. O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e
III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§1º - Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§2º - Podem participar como órgão participante a administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Orleans entre si.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

§ 1º O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 11;

VI - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

VIII - penalidades por descumprimento das condições; e

IX - minuta da ata de registro de preços como anexo.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

Art. 9º. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - será incluído, na respectiva ata, o registro do licitante vencedor, bem como os demais classificados, na ordem de classificação;

II - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;

II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado;

III - os preços e quantitativos dos licitantes na ordem de classificação.

§ 3º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 4º Quando da contratação do segundo colocado e subsequentes na ordem de classificação, os mesmos deverão comprovar os requisitos da habilitação no momento de sua convocação.

Art. 11. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, exceto os relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha

sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; III - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§ 5º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

CAPÍTULO VI

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no art. 11, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

§1º É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do §2º do art. 11.

§2º Quando da contratação do segundo colocado e subsequentes na ordem de classificação, os mesmos deverão comprovar os requisitos da habilitação no momento de sua convocação.

Art. 13. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, quando a administração entender mais vantajosa.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO VIII

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 21. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada no prazo de vigência da ata.

§ 5º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 6º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 7º É facultada aos órgãos ou entidades federais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Municipal de Orleans.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 08 de julho de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

Extrato de Contratos 26-31-44-28-27-29-30 E 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 26/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: UNITA VEICULOS LTDA - CRICIUMA

Valor : 70.700,00 (setenta mil setecentos reais)

Vigência : Início: 23/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE DOIS VEICULOS OK

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 31/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Valor : 45.533,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais)

Vigência : Início: 23/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 44/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: DICRIL PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA E HIGI

Valor : 10.479,00 (dez mil quatrocentos e setenta e nove reais)

Vigência : Início: 26/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE LIMPEZA

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 28/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Valor : 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 23/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 27/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 12.674,00 (doze mil seiscentos e setenta e quatro reais)

Vigência : Início: 23/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 29/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME

Valor : 124.114,15 (cento e vinte e quatro mil cento e quatorze reais e quinze centavos)

Vigência : Início: 23/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 30/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Valor : 16.584,60 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 23/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 32/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada.: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor : 10.355,72 (dez mil trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos)

Vigência : Início: 23/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR.

Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 33/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: MODELO PNEUS LTDA
Valor : 24.722,00 (vinte e quatro mil setecentos e vinte e dois reais)
Vigência : Início: 30/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS (CAMARA E PROTETOR).
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 34/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: ORLEANS INFORMATICA EPP
Valor : 20.594,25 (vinte mil quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA USO CANIL MUNICIPAL.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 35/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA
Valor : 16.723,95 (dezesseis mil setecentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 36/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: DENTALMED - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E OD
Valor : 8.175,30 (oito mil cento e setenta e cinco reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 37/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME
Valor : 11.697,75 (onze mil seiscentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 38/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME

Valor : 2.206,60 (dois mil duzentos e seis reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 39/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: TATA COM. DE EQUIPA. PARA SAUDE ODONTO MEDICO LTDA
Valor : 9.117,60 (nove mil cento e dezessete reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 03/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 40/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 05/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA DIABETES.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 41/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
Valor : 791,00 (setecentos e noventa e um reais)
Vigência : Início: 05/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA DIABETES.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 42/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: ANCS - DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Valor : 14.764,70 (quatorze mil setecentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 26/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 943.908,47
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE LIMPEZA
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 43/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
Valor : 7.994,80 (sete mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 26/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE LIMPEZA
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 45/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: ORLEANS INFORMATICA EPP
Valor : 7.340,00 (sete mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 26/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE LIMPEZA
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 46/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME
Valor : 10.200,00 (dez mil duzentos reais)
Vigência : Início: 26/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE LIMPEZA
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 47/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
Valor : 7.720,00 (sete mil setecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 26/06/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE LIMPEZA
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 48/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: BS EQUIPAMENTOS, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Valor : 19.000,00 (dezenove mil reais)
Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 49/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: DENTALMED - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E OD
Valor : 20.550,00 (vinte mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 50/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI E
Valor : 10.384,00 (dez mil trezentos e oitenta e quatro reais)

Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 51/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME
Valor : 4.804,40 (quatro mil oitocentos e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 52/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME
Valor : 7.340,00 (sete mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 53/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
Valor : 6.990,00 (seis mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.
Orleans, 16 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 54/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: UNITA VEICULOS LTDA - CRICIUMA
Valor : 30.950,00 (trinta mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICIPIO DE ORLEANS.
Orleans, 16 de Julho de 2014

HOMOLOGAÇÃO 24/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/07/14

CONTRATADO: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI E

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.384,00 (dez mil trezentos e oitenta e quatro reais)

DATA: 16/07/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER

Secretaria De Saude Interina.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/07/14

CONTRATADO: DENTALMED - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E OD

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.550,00 (vinte mil quinhentos e cinquenta reais)

DATA: 16/07/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER

Secretaria De Saude Interina.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 15/07/14

CONTRATADO: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA Nº 03230.443000/1130-08/MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.340,00 (sete mil trezentos e quarenta reais)

DATA: 16/07/14

GISELE BENET PIZONE ZOMER

Secretaria De Saude Interina.

Errata Aviso de Licitação 030/14

ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 30/2014 PUBLICADO EM 10/07/2014

Altera-se:

Município de Orleans. Edital de Pregão Presencial FMS 030/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO.

Data: 28/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

GISELE BENEDET PIZONI ZOMER

Secretária de Saúde.

Ouro**PREFEITURA****Audiência Pública**

EDITAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA (LDO) PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

SÔNIA MÔNICA WEBBER DURIGON, Prefeita em Exercício do município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao artigo 8º da Lei Orgânica do Município, CONVIDA toda população do Município de Ouro a participarem da Audiência Publica com objetivo de discutir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, com relação às Diretrizes para elaboração da lei Orçamentária para o exercício de 2015 visando apresentar proposta da Lei De Diretrizes Orçamentaria, em cumprimento as determinações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, art. 48, paragrafo único, inciso I, a realizar-se no dia 29 de julho de 2014, (terça-feira) às 19 horas, no auditório da Sulcredi e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro, situado à Rua Felipe Schmidt, 1882, sala 03, Centro, Município de Ouro/SC.

Ouro/SC, 10 de julho de 2014.

SÔNIA MÔNICA WEBER DURIGON

Prefeita em Exercício

Paial**PREFEITURA****Pregão Presencial 020/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2014

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de pneus novos destinados a retroescavadeira Randon 406-B da frota de máquinas do Município, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08:45hs do dia 31/07/2014

Abertura: 31/07/2014 as 09:00hs

Informações complementares: demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 16 de julho de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº148/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº148/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.148/2014, no dia 29 de Julho de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº148/2014 tem como objeto a locação de sonorização, palcos, tendas e demais estruturas para realização de eventos no Município de Palhoça, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 16 julho de 2014.

Pregoeiro.

Tomada de Preço 147 de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº147/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº147/2014, no dia 08 de agosto de 2014, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº147/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução do muro de delimitação do terreno e pavimentação do pátio da Creche do Proinfância no bairro Vila Nova neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material de acordo com as especificações contidas nos anexos O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 16 de julho de 2014.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Ata de Habilitação - Concorrência Pública Nº247/2013

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE NOVAS DOCUMENTAÇÕES PARA O PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 247/2013.

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, a partir das 14h00min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL - designada pela Portaria nº 1419/2014. Sob a Presidência o Senhor Júlio César da Cruz, convocando o servidor Eduardo Henrique Machado Sato para secretariar os trabalhos, para dar continuidade ao processo licitatório Concorrência Pública

nº 247/2013, que tem como objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da SAMAE, deste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório, tendo como critério de julgamento a conformidade das propostas com o edital e MENOR PREÇO GLOBAL. Conforme Julgamento de Recurso Administrativo, datado de 16 de junho de 2014, constante às fls. 01158 a 01159 do processo, foi solicitado às empresas a apresentação de nova documentação de habilitação. Empresas participantes que entregaram os novos envelopes de documentação até a data e hora marcada para abertura desta sessão: 1 - RIOVIVO AMBIENTAL LTDA; 2 - CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO e 3 - ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA. Declarada aberta a reunião pelo Presidente. Presentes à sessão os membros da Comissão Permanente de Licitações, o Subprocurador do Município, Dr. Orlando Mazzotta Neto, e, devidamente credenciados (as), os (as) Senhores (as): DONIZETE CARVALHO FARIA CPF nº 798.824.049-87, EDUARDO VERGUTZ FERNANDES CPF nº 933.122.969-00 e HENRIQUE SEMPREGOM MELLER CPF nº 051.550.469-63. Em seguida passou-se para abertura da nova documentação de Habilitação das empresas supracitadas. Após abertura dos envelopes, o Presidente passou os referidos documentos para que todos os presentes fizessem vistos. Os envelopes nº 2 - Propostas de Preços - permanecem em domínio da Comissão Permanente de Licitações para posterior abertura. Após análise da documentação das licitantes, a Comissão declarou que a nova documentação apresentada pelas mesmas está de acordo com o Julgamento do Recurso Administrativo referente ao processo Concorrência Pública nº 247/2013, sendo todas declaradas Habilitadas. Dando prosseguimento, o Presidente da Comissão indagou aos licitantes presentes se tinham algo a consignar em Ata. O representante da empresa RIOVIVO AMBIENTAL LTDA faz constar em Ata os seguintes questionamentos: discordância sobre a decisão em Ata que "inabilitou a empresa em desatenção ao prazo disposto no Art. 5º da Instrução Normativa 787 da Receita Federal do Brasil, que prevê a possibilidade de elaboração de balanço patrimonial até o ultimo dia do mês de junho, data ulterior à abertura dos envelopes de habilitação, requerendo que a comissão de licitação dentro de seu poder de auto-tutela, reconsidere sua decisão pela habilitação do consórcio RIOVIVO BRASIL"; faz constar também que as empresas CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO e ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA "não apresentaram certidão de pessoa física dos profissionais indicados perante o CREA, não comprovando que estão exercendo atividade regularmente, nos moldes do art. 30, inciso I da Lei de Licitações"; faz constar também sobre a empresa CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO que o atestado apresentado pelo engenheiro civil não satisfaz o item 6.3, c.3, considerando que ao testado técnico operacional apresentado pela construtora Nascimento Ltda não prevê a manutenção de sistemas de abastecimento de água ou esgoto; e que a empresa ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA não apresentou comprovação que o engenheiro químico Wandir Nogueira Rocha possui experiência em tratamento de água ou esgoto, em desconformidade com o item 6.3, c.1.

CONTINUA

O representante da empresa CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO faz constar sobre a empresa ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA em relação ao atestado de capacidade técnica do engenheiro químico, que não consta explicitamente o tratamento de água ou esgoto sanitário. Nada mais tendo a consignar em ata, o Presidente perguntou aos licitantes se pretendem abrir mão do prazo recursal. As licitantes declararam não abrir mão do prazo recursal. A Comissão Permanente de Licitações informa que o resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no site

da Prefeitura Municipal de Palhoça e oficializado às Licitantes participantes do certame, onde será aberto o prazo para interposição de recursos para a fase HABILITAÇÃO à contar da data de sua publicação. Nada mais a relatar, a sessão foi encerrada na qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pela Comissão e licitantes abaixo relacionados.

Palhoça, 11 de julho de 2014.

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ EDUARDO HENRIQUE M. SATO
Presidente da Comissão Membro da Comissão

JANE DAS DORES DA SILVA DONIZETE CARVALHO FARIA
Membro da Comissão Riovivo Ambiental Ltda

EDUARDO VERGUTZ FERNANDES
Companhia Nacional De Saneamento

HENRIQUE SEMPREGOM MELLER
Itajui Engenharia De Obras Ltda

ORLANDO MAZZOTTA NETO
Subprocurador do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST.

DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	180.000	comp.	Amiodarona 200mg	GEOLAB	R\$0,3099	R\$55.782,00
26	80	Frasco	Clonazepam 2,5mg/ml, frasco com 20ml	HIPOLABOR	R\$2,25	R\$180,00
47	200	comp.	Doxiciclina 100 mg	TEUTO	R\$0,10	R\$30,00
62	20	Cx.	Glibenclamida 5mg + Metformina 500mg c/30cp	TORRENT	R\$10,80	R\$216,00
112	50	Cx.	Torval CR 500mg, caixa com 30 comp.	TORRENT	R\$23,49	R\$1.174,50
						R\$57.382,50

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST. DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
21	3.000	Frasco	Carbamazepina xarope 20mg/ml	MEDLEY	R\$6,45	R\$19.350,00
54	200.000	comp.	Fenitoína 100mg	TEUTO	R\$0,05	R\$10.000,00
75	7.000	Cx.	Levonorgestrel 0,75mg c/2 comprimidos	MABRA	R\$2,05	R\$14.350,00
						R\$43.700,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST. DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
9	80.000	comp.	Amoxicilina+Ácido clavulâmico 500/125 mg	GLAXO	R\$0,513	R\$41.040,00
72	40	Cx.	Insulina Novorapid, caixa com 5 refs com 3mL	NOVO NOR-DISK	R\$107,59	R\$4.303,60
88	200.000	comp.	Nortriptilina 25mg	RANBAXY	R\$0,284	R\$56.800,00
						R\$102.143,60

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST. DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
40	40	Cx.	Dicetel 100mg c/20cp	DICETEL 100MG	R\$41,01	R\$1.640,40
53	20	Cx.	Enbrel de 50mg, com 04 ampolas	ENBRELE PFS 50MG	R\$4.693,63	R\$93.872,60
106	50	Cx.	Synthroid 112mcg c/30cp	SYNTHROID 112MCG	R\$17,50	R\$875,00
						R\$96.388,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº08/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST. DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	25.000	comp.	Alendronato de Sódio 70mg	DELTA	R\$0,349	R\$8.725,00
63	220.000	comp.	Haloperidol 5mg	U. QUIMICA	R\$0,0699	R\$15.378,00
						R\$24.103,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GESSER MEDICAL LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST.

DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
22	70	Cx.	Carvedilol 12,5mg c/30cp	E.M.S	R\$2,89	R\$202,30
80	5.000	comp.	Medroxi-proges-terona, acetato 10 mg	E.M.S	R\$0,572	R\$2.860,00
111	50	Cx.	Topirama-to 100mg c/60cp	E.M.S	R\$12,80	R\$640,00
						R\$3.702,30

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST.

DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
37	60	Cx.	Daflon, caixa com 30 comp.	SER-VIER	R\$7,80	R\$468,00
39	30	Cx.	Detrusitol LA 4mg c/30cp	PFIZER	R\$199,79	R\$5.993,70
57	50	Cx.	Fluimucil D, caixa com 16 envelopes	ZAM-BON	R\$39,55	R\$1.977,50
89	50	Cx.	Olmotec 20 mg, cx. c/ 30 comp.	PFIZER	R\$53,30	R\$2.665,00
91	40	Cx.	Pristiq 100mg c/14cp	WYETH	R\$47,06	R\$1.882,40
107	24	frs	Systane UL 10mL	ALCON	R\$17,58	R\$421,92
115	50	Cx.	Valdoxan 25 mg com 28 cp	SER-VIER	R\$153,85	R\$7.692,50
116	80	frs	Xalacom 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml	PFIZER	R\$79,29	R\$6.343,20
117	50	frs	Xalatan 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml	PFIZER	R\$70,57	R\$3.528,50
122	15	frs	Vigadexa 5mL	ALCON	R\$18,97	R\$284,55
						R\$31.257,27

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº11/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST.

DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	6.000	Frasco	Ácido valpróico 50 mg/ml, frasco com 100 ml	PRATI DONADUZZI	R\$1,69	R\$10.140,00
3	1.000	tb	Aciclovir 50mg/g creme derm. c/ 10g	PRATI DONADUZZI	R\$1,35	R\$1.350,00
4	10.000	comp.	Aciclovir 200mg	PRATI DONADUZZI	R\$0,089	R\$890,00
8	300.000	comp.	Amoxicilina 500mg	PRATI DONADUZZI	R\$0,068	R\$20.400,00
44	800.000	comp.	Dipirona 500mg	PRATI DONADUZZI	R\$0,054	R\$43.200,00
55	8.000	comp.	Fluconazol 150mg	PRATI DONADUZZI	R\$0,149	R\$1.192,00
78	1.500.000	comp.	Losartana potássica 50mg	PRATI DONADUZZI	R\$0,052	R\$78.000,00
82	1.500.000	comp.	Metformina 850mg	PRATI DONADUZZI	R\$0,0489	R\$73.350,00
84	1.500	tb	Miconazol 20mg/g creme vaginal, com 80gr.	PRATI DONADUZZI	R\$3,35	R\$5.025,00
						R\$233.547,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº12/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2014 - Pregão Presencial 50/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri, SAMU e para o Programa DST.

DATA: 09/01/2014 à 08/01/2015.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	1.200	comp.	Ácido Fólico 15mg	HIPOLABOR	R\$0,9999	R\$1.199,88

11	30	Cx.	Aspirina Prevent 100 mg, caixa c/ 30 comprimidos	BAYER	R\$10,28	R\$308,40
14	40	Cx.	Atenolol 25mg c/30cp	SANDOZ	R\$6,45	R\$258,00
32	150.000	comp.	Clopedogrel 75 mg	SANDOZ	R\$0,29	R\$43.500,00
33	40	Cx.	Cloridrato de Amilorida + Hidroclorotiazida (5+50mg), caixa com 30 comp.	HYPER-MER-CAS - BRAINF	R\$6,299	R\$251,96
45	22	Cx.	Domperidona 10mg c/30cp	EURO-FARMA	R\$6,87	R\$151,14
61	100	Cx.	Glimepirida 2 mg, caixa com 30 comprimidos - APLICAR CAP	HYPER-MARCAS	R\$6,90	R\$690,00
65	1.000	comp.	Itraconazol 100mg	PRATI	R\$0,447	R\$447,00
104	4.000	comp.	Sulfadiazina 500mg	SOBRAL	R\$0,13	R\$520,00
121	24	Cx.	Vitamina E 400UI c/30cp	NATU-LAB	R\$5,00	R\$120,00
						R\$47.446,38

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

Portaria 030/2014

PORTARIA Nº 030/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora IVANILMA GONÇALVES SOUZA TINOCO.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora IVANILMA GONÇALVES SOUZA TINOCO, detentora da matrícula funcional nº 800570-01, inscrita no CPF sob o Nº 614.901.215-87 e no PIS/PASEP sob o nº 124.840.157-14, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 40,00% (quarenta por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de julho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Ariana Vera da Rosa Tavares
Assistente Administrativo
Matrícula 900048

Portaria 031/2014

PORTARIA Nº 031/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA GORETE DE QUADROS CHAVES DE SOUZA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora MARIA GORETE DE QUADROS CHAVES DE SOUZA, detentora da matrícula funcional nº 300258-02, inscrita no CPF sob o Nº 432.080.109-15 e no PIS/PASEP sob o nº 1.200.176.635-3, lotada na Secretaria da Administração, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de julho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

Portaria 032/2014

PORTARIA Nº 032/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor LUIZ LAERCIO DE JESUS.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor LUIZ LAERCIO DE JESUS, detentor da matrícula funcional nº 500416-01, inscrito no CPF sob o Nº 455.031.179-72 e no PIS/PASEP sob o nº 120.190.089-49, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de julho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

Portaria 033/2014

PORTARIA Nº 033/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor JOÃO DOS SANTOS PEREIRA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor JOÃO DOS SANTOS PEREIRA, detentor da matrícula funcional nº 500336-03, inscrito no CPF sob o Nº 220.581.689-68 e no PIS/PASEP sob o nº 105.812.157-77, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por

Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de julho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares
Assistente Administrativo
Matrícula 900048

Portaria 034/2014

PORTARIA Nº 034/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora VALDECI MARTINS.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora VALDECI MARTINS, detentora da matrícula funcional nº 300128-01, inscrita no CPF sob o Nº 932.253.189-49 e no PIS/PASEP sob o nº 122.539.672-72, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de julho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-1

Portaria 035/2014

PORTARIA Nº 035/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DE FATIMA MAREGA DE VALGAS.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora MARIA DE FÁTIMA MAREGA DE VALGAS, detentora da matrícula funcional nº 121903-02, inscrita no CPF sob o nº 897.788.809-30 e no PIS/PASEP sob o nº 121.477.236-08, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de julho de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

Portaria Nº 029/2014

PORTARIA Nº 029/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora ROSANA OLIVEIRA JEREMIAS.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ROSANA OLIVEIRA JEREMIAS, detentora da matrícula funcional nº 800098, inscrita no CPF sob o 534.697.989-15 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.829.027-7, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/07/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 10 de julho 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

CÂMARA MUNICIPAL**Publicação do Comunicado do Vencedor do Pregão Presencial Nº11/2014 - Serviços de Suporte Técnico.**COMUNICADO DO VENCEDOR DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2014

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para Serviços de Suporte Técnico para Câmara Municipal de Palhoça, conforme anexos deste edital. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que no dia 16/07/2014, às 09h00min, o Vencedor deste processo foi a empresa Digital Tecnologia e Serviços LTDA, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 16 de julho de 2014.
MARIA INACIA DE MELO PIAZZA
Presidente CPL

Publicação Resultado Final da Tomada de Preço Nº001/2014- Contratação de Propaganda Para Prestação de Serviços de Publicidade.COMUNICADO DO VENCEDOR DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2014

Objeto: Contratação de AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE para Câmara Municipal de Palhoça, conforme anexos deste edital. A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que no dia 16/07/2014, às 14h00min, o Vencedor deste processo foi à empresa DBS MULTICOMUNICAÇÃO EIRELI, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 16 de julho de 2014.
MARIA INACIA DE MELO PIAZZA
Presidente CPL

Papanduva**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 084/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2014. Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 29 de julho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 29/07/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 16 de junho de 2014
Odair José Leandro Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**Diárias Pagas No Mês 05/2014**

Diárias pagas no mês 05/2014

A Coordenadoria da Unidade de Controle Interno - UCI da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos dos dispositivos do art. 11 da Resolução 001/2013 que "REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E REEMBOLSO DE DESPESAS COM LOCOMOÇÃO AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", torna público que no mês de maio de 2014 foram pagas 7 diárias, no valor total de R\$ 2.100,00, independente do período da viagem, conforme segue, sendo que outras informações mais detalhadas da despesa, constam no Portal de Acesso à Informação do órgão, disponível endereço eletrônico <http://lai.fecam.org.br/camarapapanduva>, na guia Despesas/ Gastos com Diárias:

Agente Público Beneficiado	Cargo/Função	Qt. de diárias	Total
ADENIS HUME-NHUKA	VEREADOR	0,50	150,00
ALOIS MIKALO-VICZ	VEREADOR	1,00	300,00
CÉZAR A. B. DOS SANTOS	VEREADOR	1,00	300,00
DJANA PAULA MATIOSKI	VEREADORA	1,00	300,00
JACINTA MIKALO-VICZ	PRESIDENTE	0,50	150,00
JOSELENE DE F. FERREIRA	TÉCNICA ADMINISTRATIVA	2,00	600,00
VALDECIR VANNESKI	VEREADOR	1,00	300,00
Total		7	2.100,00

Câmara Municipal de Papanduva, 05 de junho de 2014.
James Michel Cerniak
Coordenador da Unidade de Controle Interno

Diárias Pagas No Mês 06/2014

Diárias pagas no mês 06/2014

A Coordenadoria da Unidade de Controle Interno - UCI da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos dos dispositivos do art. 11 da Resolução 001/2013 que "REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E REEMBOLSO DE DESPESAS COM LOCOMOÇÃO AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPAN- DUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", torna público que no mês de junho de 2014 foram pagas 0,5 diárias, no valor total de R\$ 75,00, independente do período da viagem, conforme segue, sendo que outras informações mais detalhadas da despesa, constam no Portal de Acesso à Informação do órgão, disponível endereço eletrônico <http://lai.fecam.org.br/camarapapanduva>, na guia Despesas/Gastos com Diárias:

Agente Público Beneficiado	Cargo/Função	Qt. de diárias	Total
JACINTA MIKALOVICZ	PRESIDENTE	0,50	75,00
Total		0,50	75,00

Câmara Municipal de Papanduva, 04 de julho de 2014.
James Michel Cerniak
Coordenador da Unidade de Controle Interno

Portaria Nº 019/14 de 17 de Julho de 2014

Portaria Nº 019/14 de 17 de julho de 2014

"ESTABELECE RECESSO PARLAMENTAR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPAN- DUVA ENTRE OS DIAS 17 À 31 DE JULHO DE 2014 E ESTABELECE O EXPEDIENTE DOS SERVIDORES NESTE PERÍODO."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 7 e 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva, recesso parlamentar entre os dias de 17 à 31 de julho de 2014.

Art. 2º - O horário de atendimento ao público no recesso parlamentar ocorrerá normalmente das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 3º - Devido à redução dos serviços em consequência do recesso parlamentar, os servidores cumprirão o expediente em processo de escala organizado em conformidade com a necessidade da casa, com a redução de 50% da carga horária de cada servidor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 17 de julho de 2014.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de

Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº 1622/2014

LEI Nº1622/2014

“DISPÕE SOBRE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES E A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA FINS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDORES DO QUADRO DE CARREIRA DA ALESC AO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Faço saber que a Câmara Municipal de Paulo Lopes aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Convênio com a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. - O convênio de que trata o artigo anterior tem como objeto a cooperação técnico-profissional, atinente à disponibilização de servidor do Quadro de Carreira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina para a Administração Municipal de Paulo Lopes.

Art. 3º. As despesas inerentes aos salários/vencimentos e demais direitos trabalhistas com o(s) servidor(es) colocados em disponibilização do Município de Paulo Lopes correm por conta da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de julho de 2014

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1623/2014

LEI Nº1623/2014

Altera anexo de metas do Plano Plurianual - PPA 2014/2017.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Metas do PPA 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 1562, de 30 de agosto DE 2013, referente ao Programa 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL, fica acrescido da Ação nº 68 - Construção do Centro Administrativo, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais.), 01 unidade, com repasse do Convênio SDR/Rampa, fonte 01.24.001132 e Recursos Próprios, fonte 0.1.00.000000.

Art. 2º - A nova Ação incluída no PPA 2014/2017 correrá por conta do repasse da SDR Laguna - Convênio SDR/Portal, fonte 0.1.24.001132 no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) e

da diminuição da ação 05 - Manutenção da Secretaria de Administração, Recursos Ordinários, fonte 0.1.00.000000, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de julho de 2014

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1624/2014

LEI Nº1624/2014

Altera anexo de prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para o exercício de 2014, aprovado pela Lei Municipal nº 1583 de 24 de outubro de 2013, referente ao Programa 0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL, fica acrescido da Ação nº 68 - Construção do Centro Administrativo, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais.), 01 unidade, com repasse do Convênio SDR/Rampa, fonte 01.24.001132 e Recursos Próprios, fonte 0.1.00.000000.

Art. 2º - A nova Ação incluída na LDO para 2014, correrá por conta do repasse da SDR Laguna - Convênio SDR/Portal, fonte 0.1.24.001132 no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) e da diminuição da ação 05 - Manutenção da Secretaria de Administração, Recursos Ordinários, fonte 0.1.00.000000, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de julho de 2014

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1625/2014

LEI Nº1625/2014

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado,

no orçamento fiscal de 2014, abrir crédito adicional especial, no limite de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 46.000,00

04.122.0002.1.068 - Construção do Centro Administrativo R\$ 46.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001132 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) da fonte 0.1.24.001132 - Convênio SDR/Rampa e pela anulação de dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) da fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, conforme segue:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 9.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 9.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de julho de 2014

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 26/2014

DECRETO Nº 26/2014

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2014, abrir crédito adicional especial, no limite de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 46.000,00

04.122.0002.1.068 - Construção do Centro Administrativo R\$ 46.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001132 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) da fonte 0.1.24.001132 - Convênio SDR/Rampa e pela anulação de dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) da fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, conforme segue:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 9.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

R\$ 9.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 17 de julho de 2014

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

Aditivo Nº 122/2014 Pmp

MUNICÍPIO DE PENHA

CNPJ/MF 83.102.327/0001-00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º Termo aditivo nº 122/2014 PMP

Ao contrato nº 145/2013 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 34/2013 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº.17/2013 -PMP

Objeto: prestação de serviços de assessoria técnica para a Prefeitura, por meio do Gabinete do Prefeito.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 122/2014 PMP ao Contrato Administrativo para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria técnica, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Santa Catarina Consultores Associados Ltda, com sede na cidade de Brasília/DF, SCN QD 1 Bloco F, nº 79, Asa Norte, CEP 70711-905, telefone (61) 33272332 inscrita no CNPJ sob o nº 05.568.964/0001-54 neste ato representada Lilio Chaves Cabral, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula quarta do contrato administrativo nº 145/2013 PMP fica prorrogada até o dia 15/09/2014.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 145/2013 MP fica aditivado o valor em 25%, o que corresponde o valor de R\$ 7.260,00.

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas são decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade: 02.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Funcional: 04.122.0002 - Administração Geral
Projeto/Atividade: 2.002 - Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
Código Reduzido: 000002

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de julho de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439 - 37

Nome:
CPF

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário de Administração

Aditivo Nº 81/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Aditivo nº 81/2014 FMS

Ao Contrato nº 101/2013 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 18/2013 - PMP, modalidade Tomada de Preços nº 1/2013 - PMP.

Objeto: prestação de serviço de engenharia com fornecimento de material para reforma e ampliação da unidade de saúde de São Cristóvão com área total de 209,47m².

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-9, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, Casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº62, bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 88385-000, telefone (47) 3345-3774 inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06, neste ato representada pelo Sr. CLAUDIO DANIEL MOSER, CPF 072.925.449-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a prestação de serviço de engenharia, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A quantidade prevista na clausula segunda do contrato administrativo 101/2013 PMP fica aditivado um acrescimo de 19,56% ao valor inicial o que corresponde o valor de R\$ 39.010,40 (trinta e nove mil, dez reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

20 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0305 - Atenção Básica
1009 - Construção/Reformas/ampliação de Unidades de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0606 - Aplicação Diretas
074 - Código Reduzido - R\$ 2.200,22

20 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0305 - Atenção Básica
1009 - Construção/Reformas/ampliação de Unidades de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0613 - Aplicação Diretas
066 - Código Reduzido - R\$ 36.810,18

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de julho de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439 - 37

Nome:
CPF

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretario de Administração

Início da Sessão de Disputa de Preços: 25/07/2014 às 14h15min.
Tempo de disputa: 10 minutos, acrescidos do tempo aleatório determinado pelo sistema. Sistema Eletrônico utilizado: www.bll.org.br. Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47) 3345-0200, Ramal 231, (47) 3345-4649, ramal 23, no horário das 13:30 às 17:30 ou no site www.penha.sc.gov.br.

Penha, 07 de Julho de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Pp38/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, ÓLEO E FILTROS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE: AGRICULTURA E PESCA, GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 29/07/2014 às 17:00 horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 30/07/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47) 3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 16 de Julho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Errata Pe02/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014 - FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014 - FMS

Objeto: Aquisição de Tiras para Teste de Glicose, para serem utilizadas nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha/SC.

Onde se Lê:

Início de Entrega das Propostas: 11/07/2014 às 08 horas.

Término do Recebimento das Propostas: 23/07/2014 às 14 horas.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 23/07/2014 às 14h15min.

Leia-se:

Início de Entrega das Propostas: 16/07/2014 às 14 horas.

Término do Recebimento das Propostas: 25/07/2014 às 14 horas.

Processo Seletivo Nº 01/2014 - FMAS - Homologação das Inscrições

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - SC**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014 – FMAS****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

Insc.	Nome	Cargo
ASSISTENTE SOCIAL		
172	Ana Maria Barbosa Reeck	Assistente Social
316	Josemara Do Amaral	Assistente Social
369	Longuina Schumovski	Assistente Social
46	Mara Regina Da Rocha Coutinho	Assistente Social
317	Maria Teresinha Da Silva	Assistente Social
61	Miriã Braga De Barros Nascimento	Assistente Social
204	Mônata Francini Constantino	Assistente Social
354	Sílvia Lemos Da Cruz	Assistente Social
ASSISTENTE SOCIAL CRAS		
6	Adriane Nascimento Mendonça	Assistente Social CRAS
163	Ana Paula De Col Boldori	Assistente Social CRAS
347	Denise Klock	Assistente Social CRAS
29	Gelcir Bressan	Assistente Social CRAS
372	Karine Trevisan Dos Santos Lessa	Assistente Social CRAS
342	Laisa Souto Ahmad	Assistente Social CRAS
260	Larissa Carvalho Souza	Assistente Social CRAS
68	Maria Zenede Salazar	Assistente Social CRAS
340	Marli Kuchler	Assistente Social CRAS
193	Priscila Cicero Da Silva	Assistente Social CRAS
206	Rosane De Fatima Silva Rodrigues	Assistente Social CRAS
257	Viviane Maria De Souza Wildes Paim De Campos	Assistente Social CRAS
326	Vladimir Moneta Vieira	Assistente Social CRAS
ASSISTENTE SOCIAL CREAS		
253	Enedina Polesa Dos Santos	Assistente Social CREAS
63	Flademir Da Costa Silva	Assistente Social CREAS
288	Ivete Manfrin	Assistente Social CREAS
122	Kenia Aparecida De Barros Dias	Assistente Social CREAS
255	Lindomar Feller	Assistente Social CREAS
70	Lourdes Pinheiro Do Carmo	Assistente Social CREAS
179	Maria Helena Gonçalves	Assistente Social CREAS
158	Mirian Teresinha Nunes	Assistente Social CREAS
251	Roberta Ferreira Gusciara	Assistente Social CREAS
EDUCADOR SOCIAL CRAS		
15	Alcilene Dos Santos Knorst	Educador Social CRAS
327	Ana Maria Carolina Pereira	Educador Social CRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
Estado de Santa Catarina

353	Andreia Lucia Viccari	Educador Social CRAS
304	Cleidiane Da Costa Barbosa	Educador Social CRAS
125	Edison José Teixeira Da Silva	Educador Social CRAS
374	Franciani Maria De Souza	Educador Social CRAS
7	Isabela Tamires Dias	Educador Social CRAS
156	Joelma Francisco	Educador Social CRAS
186	Lucinéia Francisco Da Silva	Educador Social CRAS
157	Priscila Roemers	Educador Social CRAS
149	Raquel Diomar Alves	Educador Social CRAS
352	Regiane Correa Such De Melo	Educador Social CRAS
371	Rita Sell	Educador Social CRAS
37	Simone Pereira Antunes	Educador Social CRAS
361	Thainara Cardoso De Barros	Educador Social CRAS
MOTORISTA		
131	Ademir Albino	Motorista
207	Anderson Padilha De Castro	Motorista
261	Antonio Carlos Siqueira Da Silva	Motorista
358	Antonio Cesar Nunes	Motorista
301	Armando Cesar Gonçalves	Motorista
362	Brenda Haydée Torres	Motorista
313	Carlos Alexandre Garcia Diaz	Motorista
318	David Francisco Gomes	Motorista
220	Diego Mario Severino	Motorista
203	Fernando Belandrino	Motorista
271	Fernando Dvila Vieira Jr	Motorista
130	Ivo Joao Fagundes	Motorista
88	José Luiz Montagna	Motorista
202	Léo Ramos Da Silva	Motorista
137	Luciano Benites	Motorista
252	Luciano Gusciora	Motorista
274	Patrício Gama Da Costa	Motorista
341	Paulo Fritzen	Motorista
81	Paulo Roberto Wohlke Filho	Motorista
273	Rafael De Souza Trindade	Motorista
116	Ramon Gabriel De Moraes	Motorista
270	Reginaldo José Lamin	Motorista
175	Reinaldo Do Carmo Batista	Motorista
195	Setembrino Silva Martins	Motorista
103	Silvério José Henkemeier	Motorista
162	Soraia Luiza Kretly	Motorista
302	Tania Mara Ferreira Da Silva	Motorista
346	Valdemar Fritzke	Motorista
PSICÓLOGO		
159	Ana Paula Garcia	Psicólogo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
Estado de Santa Catarina

142	Andressa Ristau Linhares Bachmann	Psicólogo
312	Angela Fonseca Espinola Gugelmin	Psicólogo
139	Caroline Aparecida Da Silva	Psicólogo
174	Cristiane Moraes	Psicólogo
237	Dilmara Frizzo	Psicólogo
275	Elis Regina Da Rosa	Psicólogo
331	Fabiana Carolina Beckert	Psicólogo
169	Graciela Lizet Ciappino	Psicólogo
48	Iliane Machado Saqui	Psicólogo
211	Leila De Assis Melo	Psicólogo
305	Lucas Indalêncio Cota	Psicólogo
264	Lucyllene Francellino Baptistoti De Campos	Psicólogo
262	Mariana Kuehn De Souza	Psicólogo
286	Melina Zilli	Psicólogo
166	Nathalia Piacentini	Psicólogo
258	Nathalie Cristine Yoshisaki	Psicólogo
191	Nicolle Rossana Dos Santos	Psicólogo
233	Raquel Da Rocha	Psicólogo
82	Riquele Jantsch Gessner	Psicólogo
30	Roberto Leon Reich Neto	Psicólogo
133	Rosimar Marques Hoffmann	Psicólogo
266	Sheyla Luiz Da Costa	Psicólogo
33	Silvana Ales Figenio	Psicólogo
292	Stephanie Welinski	Psicólogo
285	Tarine Claudia Liesenberg De Jesus	Psicólogo
289	Tayrine Rodrigues Teixeira	Psicólogo
215	VANESSA Celina Alves Da Silva	Psicólogo
294	Wandre Da Rosa	Psicólogo
PSICÓLOGO CRAS		
91	Andrea Mikulski	Psicólogo CRAS
59	Beatriz Fuzeto Ferreira	Psicólogo CRAS
229	Carina Pohlmann Habermann	Psicólogo CRAS
242	Carolina Torres Cheis	Psicólogo CRAS
243	Cintia De Lima Da Cruz	Psicólogo CRAS
205	Francieli França Rodrigues	Psicólogo CRAS
167	Grazielle Rocha França	Psicólogo CRAS
40	Jéssica Terezinha Goulart	Psicólogo CRAS
254	Jocelito Terres Do Carmo	Psicólogo CRAS
47	Joseane Fernanda Da Silva	Psicólogo CRAS
357	Josiane Rodrigues Haack	Psicólogo CRAS
306	Leandro De Bona Sartor	Psicólogo CRAS
343	Luiz Henrique Salles Almeida	Psicólogo CRAS
280	Maria Elisabete Garcia Da Silva	Psicólogo CRAS
67	Patricia Banas	Psicólogo CRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
Estado de Santa Catarina

80	Priscilla Aparecida Dutra Silveira	Psicólogo CRAS
74	Raquel Cristina Denardi	Psicólogo CRAS
223	Rodrigo De Vasconcellos Dos Santos	Psicólogo CRAS
PSICÓLOGO CREAS		
184	Barbara Estefania De Souza	Psicólogo CREAS
213	Cacinelle Alessandra Hoesker De Assis	Psicólogo CREAS
322	Carolina Lopes Pereira Dos Santos	Psicólogo CREAS
107	Catiane De Oliveira	Psicólogo CREAS
56	Claudia Reithe Laube	Psicólogo CREAS
17	Fernanda Flavia Sanches	Psicólogo CREAS
279	Fernanda Padilha	Psicólogo CREAS
240	Gabriela Fauth Fernandes	Psicólogo CREAS
77	Keli Adriana Minela Godoi	Psicólogo CREAS
178	Kelly Correia Fagundes	Psicólogo CREAS
161	Lilian Mazurek Meyer	Psicólogo CREAS
52	Marisane Teresinha Hoffmann	Psicólogo CREAS
51	Patrícia Janaina Hornburg	Psicólogo CREAS
92	Taciana Corrêa	Psicólogo CREAS
218	Vanessa Casagrande	Psicólogo CREAS
176	Vania Regina Golin	Psicólogo CREAS
SERVENTE/MERENDEIRA		
198	Adeline Bliarscki De Andrade	Servente/Merendeira
2	Adriana Correa Bonela	Servente/Merendeira
78	Aide De Oliveira	Servente/Merendeira
36	Angela Maria Da Silva	Servente/Merendeira
325	Arlete Maria Rodrigues	Servente/Merendeira
112	Camila Gregória Pereira Dos Santos Saraiva	Servente/Merendeira
152	Celidalva De Jesus Sousa	Servente/Merendeira
109	Claudineia Aparecida Vieira	Servente/Merendeira
359	Cleide Maria Severino	Servente/Merendeira
311	Clemires Maria Ribeiro Da Silva	Servente/Merendeira
221	Cleusemeri Ceregatti Mendes	Servente/Merendeira
234	Cristiane Valdete Tomas	Servente/Merendeira
42	Cristina Cugnier	Servente/Merendeira
194	Cristina Rocha De Souza	Servente/Merendeira
334	Daele Natalia Correa	Servente/Merendeira
153	Dinalva Aparecida Mello Cordeiro	Servente/Merendeira
216	Donzila Brandl Leandro	Servente/Merendeira
365	Elisabet Linsmeyer	Servente/Merendeira
28	Franciele De Fatima Thiel Gretter	Servente/Merendeira
295	Giseli Candido	Servente/Merendeira
299	Giseli Dos Santos	Servente/Merendeira
235	Ivaní De Melo	Servente/Merendeira
259	Ivone Anunciata Stedille Custodio Maciel	Servente/Merendeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
Estado de Santa Catarina

16	Ivonete Cardoso Da Silva	Servente/Merendeira
315	Jane Glaci Machado Pacheco	Servente/Merendeira
339	Jéssica Cristina Howe	Servente/Merendeira
154	Joice Mariaalves Da Silva	Servente/Merendeira
90	Jucélia Pacífico Santana	Servente/Merendeira
76	Juciane Evaristo Da Silva	Servente/Merendeira
201	Laurete Crescencio	Servente/Merendeira
60	Leila Adriana Pereira	Servente/Merendeira
119	Leila Renata Nunes De Oliveira	Servente/Merendeira
3	Lucilane Correa Bonela	Servente/Merendeira
267	Lucilena Pricila Marques Breve	Servente/Merendeira
333	Lucineia Rosa Ferreira	Servente/Merendeira
282	Lucinete Aparecida Mateus	Servente/Merendeira
296	Luzitania Nicolau	Servente/Merendeira
123	Maria Da Silva	Servente/Merendeira
338	Maria Das Neves Silva	Servente/Merendeira
127	Maria De Lourdes Camargo	Servente/Merendeira
248	Maria De Lourdes Pedroso	Servente/Merendeira
8	Maria Elenir Jorge	Servente/Merendeira
208	Maria Helena Padilha De Castro	Servente/Merendeira
351	Maria Ines Fritzsche	Servente/Merendeira
212	Marilda Silva	Servente/Merendeira
155	Marilene Wundevalde	Servente/Merendeira
196	Marina Andrade Neves	Servente/Merendeira
151	Marineide De Jesus Sousa	Servente/Merendeira
101	Marlene Bianchini Lider	Servente/Merendeira
310	Minervina Dos Santos Tavares	Servente/Merendeira
293	Neusa Machado	Servente/Merendeira
26	Nivia Regina Da Cunha	Servente/Merendeira
75	Patricia Dos Santos Tavares	Servente/Merendeira
291	Patricia Terezinha Viebrantz	Servente/Merendeira
200	Priscila Helena Nori De Souza	Servente/Merendeira
146	Priscila Souza Teles	Servente/Merendeira
20	Queren Hapuque Luiza	Servente/Merendeira
348	Raquel Dos Santos De Moura	Servente/Merendeira
183	Regiane Eleoterio Nicocelli	Servente/Merendeira
144	Regiane Stupp	Servente/Merendeira
24	Renie Regiane Da Cunha	Servente/Merendeira
370	Rosani Martins Dias	Servente/Merendeira
309	Roxana Ferreira Costa	Servente/Merendeira
246	Schirleia Marisa Dos Santos	Servente/Merendeira
79	Shirlei Cristiane Hahnemann	Servente/Merendeira
241	Silvia Da Costa	Servente/Merendeira
231	Simone De Souza	Servente/Merendeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
Estado de Santa Catarina

297	Sirlei De Sousa Nascimento Dias	Servente/Merendeira
363	Sonia Dos Santos	Servente/Merendeira
168	Sonia Regina Ferreira Costa	Servente/Merendeira
99	Sueli Da Aparecida Rosa	Servente/Merendeira
244	Tamara Fernanda Bertoglio	Servente/Merendeira
73	Tânia Benta Torquato	Servente/Merendeira
104	Tania Maria Correia	Servente/Merendeira
94	Tatiane Luzia Alves	Servente/Merendeira
245	Tatiane Valdete Uesler	Servente/Merendeira
226	Tereza Jazinski	Servente/Merendeira
170	Vanderleia De Borba	Servente/Merendeira
337	Vanessa Kathuscia De Oliveira	Servente/Merendeira
181	Viviane Reiter	Servente/Merendeira

Penha, 16 de julho de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Resolução N.º 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX: 49 35621556
email: besocial @pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 04/2014 Pinheiro Preto, 15 de julho de 2014.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA Social - ANO 2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 758/96 de 12 de março de 1996 e Decreto Executivo Municipal N.º 3859 de 05 de agosto de 2013.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivado atender as necessidades de pessoas carentes de forma mais justa.

RESOLVE

Art.º. 1º. Aprovar o PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANO 2014.

Art.º. 2º. As metas de atendimento do referido Plano, são 2.500 famílias referenciadas para o atendimento no PAIF (Piso Básico Fixo); SCV I 180 e SFCVII 90 (Piso Básico Variável) e 84 famílias beneficiárias do PBF.

Art.º 3º. Os recursos financeiros do FNAS para o atendimento do Plano serão de R\$ 189.923,12; FEAS e R\$ 26.678,32 e recursos municipais alocados de R\$ 120.500,00, totalizando os recursos do Fundo Municipal para o exercício 2014 de R\$ 337.101,44.

Art.º 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto- SC, 15 de julho de 2014.
Elaine Timm Duarte
Presidente do CMAS

Portaria N. 260, de 15 de Julho de 2014.

PORTARIA N. 260, DE 15 DE JULHO DE 2014.
PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA Nº 242, DE 03 DE JULHO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando persistir a necessidade do serviço, bem como o fato de o Servidor permanecer lotado naquele Órgão até a presente data,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 242, de 03 de julho de 2012, mantendo o servidor GUILHERME ANTONIO FLAVIO MAT-TANA, ocupante do cargo de Motorista - com lotação originária na Secretaria de Transportes e Obras - lotado temporariamente na função de motorista na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social até 30 de janeiro de 2015, ratificando os serviços executados junto àquele Órgão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 15 de julho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N. 261, de 15 de Julho de 2014.

PORTARIA N. 261, DE 15 DE JULHO DE 2014.
RETIFICA PREÂMBULO DA PORTARIA Nº 229, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o equívoco constante do preâmbulo da Portaria descrita na ementa deste ato normativo,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o preâmbulo da Portaria nº 229, de 26 de junho de 2014, passando a ser "Processo Seletivo nº 001/2014".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 15 de julho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 262, 15 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº. 262, 15 DE JULHO DE 2014.
NOMEIA FELIPE FERREIRA DE JESUS PARA O CARGO EM CARACTER TEMPORARIO DE PSICOLOGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Edital do Processo Seletivo nº 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, a partir de 15 de Julho de 2014, FELIPE FERREIRA DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n.º 068.778.099-39, para o cargo em caráter temporário de PSICOLOGO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no programa do NASF (núcleo de atenção Saúde da Família), lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º O servidor será filiado ao Regime Geral de Previdência Social- GRPS, na condição de segurado obrigatório.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 15 de julho de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 263, de 15 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 263, DE 15 DE JULHO DE 2014.

CONTRATA JUSSARA BOESING PARA EXERCER A FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFESSORA ACT III E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº. 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, JUSSARA BOESING, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 029.620.869-85, para exercer a função em caráter temporário de Professora ACT III, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 hs semanais, com vencimento previsto em lei, com início em 14 de Julho de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de Julho de 2014.

Centro Administrativo Municipal, 15 de Julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****Pregão Presencial N.º 028/2014 - Registro de Preços**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2014 - REGISTRO DE PREÇOS**

Processo Administrativo n.º 060/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA, RESERVA, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, EMISSÃO, ENDOSSO E ENTREGA DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS, CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIAGEM, RESERVAS EM HOTÉIS (INCLUSO DIÁRIAS E ALIMENTAÇÃO) E TRASLADO, NO ÂMBITO NACIONAL/INTERNACIONAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME DEMANDA.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 30/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 30/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 16 de Julho de 2014.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.179, de 15 de Julho de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.179, DE 15 DE JULHO DE 2014.

“Autoriza o Poder Executivo a publicar no site oficial do município festas religiosas e demais eventos de entidades sem fins lucrativos e dá outras providências” (Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho)

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a publicar site municipal as festas religiosas e os demais eventos de entidades sem fins lucrativos que aconteçam no Município de Porto Belo.

Art. 2º - o site a que faz jus o caput do artigo é o www.portobelo.sc.gov.br.

Art. 3º - Entende-se por entidades sem fins lucrativos as associações de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa;

§1 fazem jus a esta lei as associações de classe ou de representação de categoria profissional ou econômica, instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, etc., associações de bairro, moradores, associações com objetivos sociais que observam o princípio da universalização dos serviços, como promoção da assistência social, promoção da cultura, patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da saúde e educação; preservação e conservação do meio ambiente; promoção dos direitos humanos, etc.

Art. 4 - Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2014.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Lei Municipal Nº 2.177, de 15 de Julho de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.177, DE 15 DE JULHO DE 2014.

“AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A PUBLICAR NO SITE OFICIAL DO MUNICIPIO FESTAS RELIGIOSAS E DEMAIS EVENTOS DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. (Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho)

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo a publicar no site municipal as festas religiosas e os demais eventos de entidades sem fins lucrativos que aconteçam no Município de Porto Belo.

Art. 2º - O site a que faz jus o caput do artigo é o www.camara-portobelo.sc.gov.br.

Art. 3º - Entende-se por entidades sem fins lucrativos as associações de direito privado, dotada de personalidade jurídica e

caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa.

Parágrafo Único. Fazem jus a esta lei as associações de classe ou de representação de categoria profissional ou econômica, instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, etc., associações de bairro, moradores, associações com objetivos sociais que observam o princípio da universalização dos serviços, como promoção da assistência social, promoção da cultura, patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da saúde e educação; preservação e conservação do meio ambiente; promoção dos direitos humanos, etc.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2014.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Lei Municipal Nº 2.176, de 15 de Julho de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.176, DE 15 DE JULHO DE 2014.

OBRIGA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO, A DIVULGAR, EM SEU SITE OFICIAL, COM QUARENTA E OITO HORAS DE ANTECEDÊNCIA, QUALQUER INTERDIÇÃO DE VIA, INDICANDO OS CAMINHOS ALTERNATIVOS A SEREM UTILIZADOS. (Autor: Vereador Antônio Brito Junior)

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Porto Belo, obrigada a divulgar, em seu site oficial, com quarenta e oito horas de antecedência, qualquer interdição de via, que tenha como objetivo a realização de eventos, obras e/ou serviços, na qual possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, indicando o tempo de duração e os caminhos alternativos a serem utilizados.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2014.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Lei Municipal Nº 2.178, de 15 de Julho de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.178, DE 15 DE JULHO DE 2014.

“INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA DEFESA E VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. (Autores: Vereadores Estevão B. Guerreiro - Maninho e Elias Cabral)

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituída no calendário letivo do Município de Porto Belo a “Semana da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa”, a ser comemorada com início no dia 10 de junho de cada ano.

Art. 2º - O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação e Fundação Municipal de Cultura, fixará e implementará, no período definido no art. 1º desta Lei, os eventos e mecanismos de incentivo para a valorização da Língua Portuguesa, a serem definidos em Regulamento Próprio.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2014.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Lei Municipal Nº 2.180, de 15 de Julho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.180, DE 15 DE JULHO DE 2014.

"Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 2.067 que trata do Plano Plurianual para o Quadriênio 2014 - 2017, altera dispositivo da Lei Municipal n.º 2.078 que trata das Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2014 e autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial".

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica incluído no Plano Plurianual para o Quadriênio 2014-2017 do Município, o órgão, unidade orçamentária e respectiva ação de governo, abaixo indicada, conforme disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 2.119, de 17 de dezembro de 2013:

Órgão: 18.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Unidade: 18.01 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Funcional Programática/Ação: 18.01.20.606.0024.2.082 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária

Art. 2º O órgão 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura passará a denominar-se Secretaria de Pesca e Aquicultura assim como a ação 2.019 poderá ser alterada para Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Aquicultura a partir da elaboração do próximo orçamento anual.

Art. 3º Fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, para o exercício de 2014, a ação 2.082 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária.

Art. 4º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial até a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil Reais), destinados a criar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 18 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Funcional-programática: 20.606.0024

Atividade: 2.082 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1000

Valor: R\$ 90.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1000

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 5º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto pela anulação parcial das dotações abaixo descritas:

Órgão: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Funcional-programática: 20.606.0024

Projeto: 1.012 - Construção de Galpão - Rancho do Pescador

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1000

Valor: R\$ 5.000,00 (89)

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1000

Valor: R\$ 20.000,00 (90)

Projeto: 2.019 - Manutenção das Ativ. da Secretaria de Pesca e Agricultura

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1000

Valor: R\$ 55.000,00 (96)

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1000

Valor: R\$ 20.000,00 (98)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2014.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Lei Municipal Nº 2.181, de 15 de Julho de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.181, DE 15 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a autorização para a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento vigente.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Belo, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 19 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esporte

Funcional-programática: 27.812.0027

Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/8

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-programática: 15.451.0021

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/68

Valor: R\$ 130.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da anulação parcial e total das dotações abaixo elencadas, totalizando R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais), observada a destinação por fonte de recurso.

Órgão: 19 - Fundação Municipal de Esporte

Unidade orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esporte

Funcional-programática: 27.812.0027

Atividade: 1.032 - Implantação do Museu Contêiner Itinerante do Esporte

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/1

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/2

Valor: R\$ 5.000,00

Atividade: 2.081 - Manutenção das Escolinhas de Esporte

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/14

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-programática: 15.451.0021

Atividade: 1.009 - Construção da Rodoviária Municipal

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/58

Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-programática: 15.451.0021

Atividade: 1.010 - Desapropriação de áreas p/ Implantação de Equipamentos Públicos

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/59

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2014.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

1º Termo de Retificação de Edital Tomada de Preço 002/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO 002/2014 PMPB

O município de Porto Belo inscrito no CNPJ/MF sob nº CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação e urbanização de passeios da Rua Mário Manoel da Silva localizada no Bairro Vila Nova, Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.
Tipo: Menor Preço Global

Altera-se a data de abertura para o dia 11/08/2014.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação Tomada de Preço 002/2014 PMPB e seus Anexos.

Maiores informações através do telefone: (047) 3369-4111 das 13:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 15 de julho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

1º Termo de Retificação de Edital Tomada de Preço 003/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO 003/2014 PMPB

O município de Porto Belo inscrito no CNPJ/MF sob nº CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação e urbanização de passeios da Rua da Carioca localizada no Bairro Centro, Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.
Tipo: Menor Preço Global

Altera-se a data de abertura para o dia 11/08/2014.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação Tomada de Preço 003/2014 PMPB e seus Anexos.

Maiores informações através do telefone: (047) 3369-4111 das 13:30 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 15 de julho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 022/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 022/2014 - FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de material hospitalar para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 10:00 horas do dia 29/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10:01 horas do dia 29/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 16 de julho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 023/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 023/2014 - FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas para dispensação aos pacientes do Município de Porto Belo em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 29/07/2014,

no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 29/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 16 de julho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União**PREFEITURA****Resolução Nº 001/2014**

RESOLUÇÃO Nº 001, de 24 de abril de 2014.

Dispõe sobre a aprovação de repasses de recursos para Instituição de Acolhimento - Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, consolidada pela Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, e alterada pela Lei Municipal nº 3.228, de 13 de outubro de 2006, em Reunião Ordinária, ocorrida no dia 1º de julho de 2013, Ata de nº 135,

RESOLVE:

Aprovar o projeto intitulado de ABRIGO DIGITAL, bem como Plano de aplicação de recursos apresentado pelo Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, no montante de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), para a consequente transferência de recursos financeiros mediante prestação de contas.

Revogam-se as Resoluções: 001, de 17 de maio de 2013 e 002, de 22 de novembro de 2013.

CLAUDINEI JOSÉ KZIOZEK
Presidente do CMDCA

Rio do Sul**PREFEITURA****Pregão Presencial 103/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2014

OBJETO: Registro de preço para aquisição de pneus com certificação do INMETRO, para reposição nos veículos da Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 29/07/2014, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 29/07/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 14 de julho de 2014
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Portaria 0790/2014

PORTARIA Nº 0790/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 30/06/2014, o servidor ROBSON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I (em extinção), do cargo em comissão de Chefe da Divisão Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Nomear o servidor ROBSON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I (em extinção), a partir de 01/07/2014, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Agricultura da Secretaria Municipal de Agricultura, optando pelo vencimento do cargo comissionado, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de julho de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal
Vf

Portaria 0799/2014

PORTARIA Nº. 0799/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, no período de 16/07/2014 a 27/10/2014, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal BRUNA LIVRAMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente desenvolvendo as atribuições da função comissionada de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda, durante o impedimento da titular por motivo de licença maternidade. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal da Fazenda, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Vf

Portaria 0800/2014

PORTARIA Nº 0800/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Art. 1º da Portaria nº. 0747/RH de 30/06/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Designar interinamente, o servidor MARCO AURELIO FERRARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, atualmente desenvolvendo as atribuições da função comissionada de Chefe da Divisão de Compras da Secretaria da Administração, para exercer as funções do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Processos Licitatórios da Secretaria Municipal de Administração, devido o impedimento do titular por motivo de designação para exercer o cargo de Agente Político - Secretário de Administração no período de 01/07/2014 a 30/07/2014, nos termos dos Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Processos Licitatórios da Secretaria Municipal de Administração, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.”

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Vf

Decreto Nº 4187, de 14 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4187, de 14 de julho de 2014.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 030/2014 - FMS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 030/2014 FMS, de 30.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- CELIA REGINA W. SANI - ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO DECRETO Nº 4187/2014

Pregão Presencial Nº 030/2014 FMS, de 30.05.2014.

Objeto da Licitação: Aquisição de mobiliário e equipamentos para atender as necessidades da central do SAMU (Serviço De Atendimento Móvel De Urgência) no município de Rio do Sul/SC.

Participantes:

- ADL COMERCIAL EIRELI - EPP;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME;
- CELIA REGINA W. SANI - ME;
- SUPERAR LTDA ME;
- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME;
- R.A.DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME;
- IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou os vencedores os licitantes:

- SANDRO VILMAR PIRES ME;
- CELIA REGINA W. SANI - ME.

Decreto Nº 4184, de 10 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4184, de 10 de julho de 2014.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 095/2014.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da

Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite nº 095/2014, de 09.06.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretária Municipal de Educação

ANEXO AO DECRETO Nº 4184/2014

Carta Convite nº 095/2014 de 09.06.2014

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para execução de passarela em estrutura metálica e placas de policarbono no C.E.I. Sebastião Back, localizado na Rua Washington Luiz, Bairro Santana em Rio do Sul.

Participantes:

- SERRALHERIA ROSVALE LTDA;

- SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA.

- TONON ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA.

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N. 003/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2014.

APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições legais, promulga e faz saber a todos que:

Considerando que, os arts. 222 e 223 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, disciplinam sobre a competência do Poder Legislativo julgar as contas do Executivo Municipal;

Considerando que, o plenário da Câmara em Sessão Ordinária realizada especificamente para votação das contas anuais de 2012, decidiu por 09 (nove) votos favoráveis a aprovação destas contas;

Considerando por derradeiro, que após esta deliberação, só cabe a mesa diretora do Poder Legislativo exarar o DECRETO LEGISLATIVO de ratificação da decisão do plenário,

DECRETA:

Art. 1º Ficam APROVADAS as contas do Município de Salto Veloso, referente o exercício de 2012, apreciadas pelo Egrégio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em decisão no Processo nº PCP- 13/00300156, em 14 de julho de 2014, recomendando a sua aprovação.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, em 15 de julho de 2014.

Este Decreto Legislativo foi Registrado e publicado na data supra.

Claudemir Sartorel
Presidente

Valdenir José Zamboni
Secretário

Santo Civiero
Secretário Adjunto

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Nº 51/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2014
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:00 horas do dia 29 de julho de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RELAÇÃO DOS VEÍCULOS SEGURADOS ANEXO. PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 08 de julho de 2014.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Extrato de Contrato Nº 208/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebraram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para reforma do Condomínio Empresarial para as instalações do EMEJA - Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos situado na Rua João Pauli, Bairro Colonial, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 159/2014.

DO VALOR: R\$ 182.992,80 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte dias), a contar desta data.

São Bento do Sul, 18 de julho de 2014.
ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

SAMAE-SÃO BENTO DO SUL

Portaria /SAMAE/SBS Nº 127, de 15 de Julho de 2014

Portaria /SAMAE/SBS Nº 127, de 15 de julho de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor LUIS CLAUDIO PIECHONTCOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14/07/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 128, DE 15 DE JULHO DE 2014.

Portaria /SAMAE/SBS Nº 128, de 15 de julho de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ADIR ROGOZINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14/07/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 129, DE 15 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 129, de 15 de julho de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor MIGUEL BONETT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14/07/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 130, DE 15 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 130, de 15 de julho de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER a servidora MARIA LOURDES SPERKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotada nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14/07/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 131, DE 15 DE JULHO DE 2014.

Portaria /SAMAE/SBS Nº 131, de 15 de julho de 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER a servidora VEREDIANE PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotada nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14/07/2014

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 53/2014

Pregão Presencial nº 53/2014

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 53/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 06 de agosto de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de Ortopolifosfato líquido, base seca, contidos em solução aquosa, utilizado no sistema para tratamento de água do SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 16 de julho de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº. 006/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2014. A Câmara Municipal de São Bento do Sul-SC, torna público que às 14:00 do dia 30/07/2014 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem e pintura externa do prédio da Câmara Municipal, localizada na Rua Vigando Kock, 69. O texto integral do Edital e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Câmara, na Rua Vigando Kock, 69 - Centro, São Bento do Sul - SC, ou solicitado via Internet (www.cmsbs.sc.gov.br).

MARCO RODRIGO REDLICH
Pregoeiro

São Carlos

PREFEITURA

Resumo Contrato N.31/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 31/2014
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.: GAZIN UND COM DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Objeto : AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS
Valor : R\$ 46.520,00 (Quarenta e seis mil quinhentos e vinte reais).
Vigência : 12 meses
Licitação : AF 1400/2014- PREGAO ELETRONICO N.19/2013-MINISTERIO DA EDUCAÇÃO.

SAO CARLOS, 14 DE JULHO DE 2014
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Resumo do Contrato N32/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 32/2014
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.: IDEAL DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto : AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDCIONADO
Valor : R\$4.234,65(quatro mil duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)
Vigência : 12 meses
Licitação : AF1401/2014 - PREGAO ELETRONICO N.19/2013-MINISTERIO DA EDUCAÇÃO.

SAO CARLOS, 14 DE JULHO DE 2014
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São José

PREFEITURA

Edital Nº. 021/2014/Fundesj



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José

USJ
Centro Universitário
Municipal de São José

EDITAL Nº. 021/2014/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 15/07/14 a 18/07/2014. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição ficará automaticamente prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 20h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Silvia Maria Fabro, nº 97 – Kobrasol – São José – Cep: 88102-430, Setor de Gestão de Pessoas.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato). Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, **para o endereço indicado no item 1.3**, por meio de Sedex com AR, desde que postadas no período entre os dias 15/07/2014 a 17/07/2014, e preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

Rua Silvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José

USJ
Centro Universitário
Municipal de São José

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia do “*Curriculum Vitae*” modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do *Curriculum Lattes* dos últimos 05 (cinco) anos;

a) O *Curriculum Vitae* no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – www.cnpq.br – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: **Graduação**: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; **Especialização**: Diploma ou Certificado de Conclusão; **Mestrado ou Doutorado**: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 30 de agosto de 2014. Após essa data o material será incinerado.

1.8 A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar a chamada dos(as) candidatos(as) para esclarecimentos quanto aos documentos apresentados para a prova de títulos.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os *Curriculum Vitae* dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos **05 (cinco) anos**, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$$\text{PBC} \times 10$$

$$\text{NFPT} = \frac{\text{PBC} \times 10}{\text{PB}}$$

PB

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
15/07/2014 a 18/07/2014	Inscrições.
15/07/2014 a 17/07/2014	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
18/07/2014	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo (a partir das 21h00min).
21/07/2014	Período de Recursos.
21/07/2014	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo (a partir das 21h00min).
22/07/2014	Publicação do Edital com a divulgação dos(as) classificados(as) na Prova de Títulos (a partir das 21h00min).
23/07/2014	Período de recursos.
24/07/2014	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo (a partir das 21h00min).

**FUNDESJ**
Fundação Municipal Educacional de São José **USJ**
Centro Universitário
Municipal de São José

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado até 24 horas após a publicação dos mesmos, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

6. Remuneração Mensal:

Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

6.1 05 (cinco) horas semanais: Especialização: R\$ 440,46 / Mestrado: R\$ 517,04 / Doutorado: R\$ 754,15.

6.2 07 (sete) horas semanais: Especialização: R\$ 616,65 / Mestrado: R\$ 723,85 / Doutorado: R\$ 1.055,81.

6.3 10 (dez) horas semanais: Especialização: R\$ 880,93 / Mestrado: R\$ 1.034,08 / Doutorado: R\$ 1.508,30.

6.4 15 (quinze) horas semanais: Especialização: R\$ 1.321,39 / Mestrado: R\$ 1.551,12 / Doutorado: R\$ 2.262,45.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos da Lei nº 4.955/2010 e da Lei 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José

USJ
Centro Universitário
Municipal de São José

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06(seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02(dois) anos.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. O(A) candidato(a) será contratado(a) pela carga horária prevista para cada vaga, sendo possível a ampliação de carga horária para até 40 horas, de acordo com a necessidade do USJ.

São José, 15 de julho de 2014.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

**FUNDESJ**
Fundação Municipal Educacional de São José**ANEXO I**

(Exclusivo para Inscrições encaminhadas através do Correio)

Formulário de Inscrição**Edital nº 021/2014/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado
Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome Completo:			
Identidade:	Órgão Emissor:	Uf:	Data de Emissão:
Cpf:	Data de Nascimento:	Sexo: () Masc. () Fem.	
Nacionalidade:		Visto Permanente: () Sim () Não	
Endereço Residencial (Rua / Av.):			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
País:	DDD:	Tel:	Cel:
E-mail:			

ÁREA DE INSCRIÇÃO
Código Vaga: () Área de Inscrição: _____

São José, __ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II

Rua Silvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95	
1.2	Doutorado	85	
1.3	Mestrado	50	
1.4	Especialização	30	
1.5	Graduação	20	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	3,0 /ano	
	Exercício do Magistério na Educação Básica	1,0 /ano	
	Total		

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro	20	
3.3	Organização de livro	15	
3.4	Capítulo de livro	10	
3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10	
	Artigo publicado em periódico não indexado:		
3.6	Revista	02	
	Jornal	01	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	05	
3.8	Tradução de livro publicado	10	
3.9	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	05	
Total			

4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica – por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso “Lato-Sensu”	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



FUNDESJ
Fundação Municipal Educacional de São José



	Total		
--	-------	--	--

5.	Bancas (Participação como membro efetivo)		
	Trabalho de conclusão de curso – TCC	0,1/ banca	
	Monografia de curso “Lato-Sensu”	0,2 /banca	
	Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
	Tese de doutorado	1,0/ banca	
	Total		

6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA AREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício profissional na era de conhecimento, excetuando atividades universitárias e de docência.	2,0 /ano	
	Total		

Total de Pontos do Candidato			
------------------------------	--	--	--



ANEXO III

Das Vagas do Processo Seletivo:

Área: Ciências Sociais (01 vaga)

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Ciências Sociais	Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em áreas afins.	Sociologia da Educação I (4h/a)	Pedagogia	Quinta-Feira 18h30min às 22h00min	01	1.1	05h.

Área: Educação (04 vagas)

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Educação	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação e/ou áreas afins.	O Currículo da Educação Básica (4h/a)	Pedagogia	Segunda-Feira 18h30min às 22h00min	01	2.1	15h.
		Estrutura e Funcionamento da Educação Básica (4h/a)	Pedagogia	Quarta-Feira 18h30min às 22h00min			
		Docência em Ciências no Ensino Fundamental I (2h/a)	Pedagogia	Sexta-Feira 20h20min às 22h00min			
		Docência em Ciências no Ensino Fundamental II (2h/a)	Pedagogia	Sexta-Feira 18h30min às 20h10min			

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobarzol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Educação	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação e/ou áreas afins.	Fundamentos da Educação Infantil (4h/a)	Pedagogia	Terça-Feira 18h30min às 22h00min	01	2.2	10h
		Fundamentos da Educação Especial (2h/a)	Pedagogia	Segunda-Feira 18h30min às 20h10min			
		Alfabetização no Ensino Fundamental II (2h/a)	Pedagogia	Quinta-Feira 18h30min às 20h10min			

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Educação	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação.	Educação, Mídias e Tecnologias (4h/a)	Pedagogia	Quarta-Feira 18h30min às 22h00min	01	2.3	05h.

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Educação / Educação de Jovens e Adultos	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação e/ou áreas afins com experiência e/ou pesquisa na área.	Docência em Educação de Jovens e Adultos I (2h/a)	Pedagogia	Segunda-Feira 20h20min às 22h00min	01	2.4	05h.
		Docência em Educação de Jovens e Adultos II (2h/a)	Pedagogia	Segunda-Feira 18h30min às 20h10min			

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



Área: Geografia (01 vaga)

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Geografia	Graduação em Geografia e Mestrado em áreas afins.	Docência de Geografia no Ensino Fundamental - Séries Iniciais (2h/a)	Pedagogia	Segunda-Feira 20h20min às 22h00min	01	3.1	07h.
		Geografia das Tradições Religiosas (4h/a)	Ciências da Religião	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min			

Área: Ciências da Religião (01 vaga)

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Ciências da Religião	Graduação em Ciências da Religião e Mestrado em Ciências Humanas, Educação e/ou áreas afins.	Introdução às Ciências da Religião (4h/a)	Ciências da Religião	Segunda-Feira 18h30min às 22h00min	01	4.1	15h.
		Religiões e Religiosidades no Brasil e em Santa Catarina (4h/a)	Ciências da Religião	Terça-Feira 18h30min às 22h00min			
		Fenômeno Religioso na Contemporaneidade e Educação (4h/a)	Ciências da Religião	Quinta-Feira 18h30min às 22h00min			

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobarzol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



Área: Administração (01 vaga)

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Administração / Administração Financeira	Graduação em Administração e Mestrado em Administração e/ou áreas afins.	Administração Financeira (4h/a)	Administração	Quinta-Feira 18h30min às 22h00min	01	5.1	10h.
		Administração Financeira e Orçamento (4h/a)	Administração	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min			

Área: Economia (02 vagas)

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Economia	Graduação em Economia e Mestrado em Economia, Administração e/ou áreas afins.	Economia II (4h/a)	Administração	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min	01	6.1	10h.
		Economia II (4h/a)	Ciências Contábeis	Quinta-Feira 18h30min às 22h00min			

ÁREA / SUB-ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Economia	Graduação em Economia e Mestrado em Economia, Administração e/ou áreas afins.	Economia I (4h/a)	Ciências Contábeis	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min	01	6.2	05h.

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobarzol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



Área: Ciências Contábeis (03 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Ciências Contábeis	Graduação em Ciências Contábeis e Especialização Lato Sensu em áreas afins.	Contabilidade e Análise de Custos (4h/a)	Administração	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min	01	7.1	10h.
		Contabilidade e Análise de Custos II (4h/a)	Ciências Contábeis	Quinta-Feira 18h30min às 22h00min			

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Ciências Contábeis	Graduação em Ciências Contábeis e Especialização Lato Sensu em áreas afins.	Contabilidade e Análise de Custos I (4h/a)	Ciências Contábeis	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min	01	7.2	05h.

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Ciências Contábeis	Graduação em Ciências Contábeis e Especialização Lato Sensu em áreas afins.	Contabilidade e Planejamento Tributário (4h/a)	Ciências Contábeis	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min	01	7.3	05h.

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobrasol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945



Área: Matemática/Estatística (01 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS	CURSO	DIA DA SEMANA	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Matemática / Estatística	Graduação em Matemática ou Estatística ou Engenharia e Mestrado em áreas afins.	Estatística I (4h/a)	Administração	Quarta-Feira 18h30min às 22h00min	01	8.1	05h.

Rua Sílvia Maria Fabro, 97 | Kobarzol | São José | Santa Catarina | Brasil - CEP: 88.102-430 | Fone: 48 3259 1945

Portaria Nº 064/2014/Sf

PORTARIA Nº 064/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 - Construção e Reforma de Ginásios de Esportes, Quadras e Equipamentos Esportivos

43 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 15.000,00

Total desta Atividade R\$ 15.000,00

18.01.27.812.0104.2.405 - Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos

Esportivos e de Lazer - FUNESJ

41 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 75.000,00

Total desta Atividade R\$ 75.000,00

Total do Órgão R\$ 90.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), das dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 - Construção e Reforma de Ginásios de Esportes, Quadras e Equipamentos Esportivos

45 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente

Recursos Próprios R\$ 15.000,00

Total desta Atividade R\$ 15.000,00

18.01.27.812.0104.2.404 - Funcionamento e Manutenção do Programa

Desportos Comunitário e de Rendimentos -

FUNESJ

28 - 3.3.50.41.00.00.0080 - Contribuições,

Recursos Próprios R\$ 35.000,00

34 - 3.3.90.48.00.00.0080 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas,

Recursos Próprios R\$ 40.000,00

Total desta Atividade R\$ 75.000,00

Total do Órgão R\$ 90.000,00

Total da Anulação R\$ 90.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de julho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Portaria Nº 065/2014/Sf

PORTARIA Nº 065/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 43.960,00 (quarenta e três mil, novecentos e sessenta reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da

Prefeita

7 - 3.3.90.33.00.00.0080 - Passagens e Despesas com Locomoção

Recursos Próprios R\$ 25.000,00

10 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 15.000,00

Total desta Atividade R\$ 40.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.06 - CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 - Funcionamento e Manutenção da Chefia da

Ouvidoria Geral

81 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 3.960,00

Total desta Atividade R\$ 3.960,00

Total do Órgão R\$ 43.960,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 43.960,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 43.960,00 (quarenta e três mil, novecentos e sessenta reais), das dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da

Prefeita

13 - 3.3.50.43.00.00.0080 - Subvenções Sociais,

Recursos Próprios R\$ 40.000,00

Total desta Atividade R\$ 40.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.06 - CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 - Funcionamento e Manutenção da Chefia da

Ouvidoria Geral
79 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 3.960,00
Total desta Atividade R\$ 3.960,00
Total do Órgão R\$ 43.960,00
Total da Anulação R\$ 43.960,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

CC 001/2014 - Relatório de Julgamento da Proposta Técnica

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 010/2014 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2014.

OBJETO: contratação de empresa de consultoria especializada para prestação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia para assessoramento, levantamento, diagnóstico, estudos e projetos de vias urbanas e de intervenções arquitetônicas nas edificações institucionais existentes ou a serem executadas no município de São José.

- LICITANTE

Foi analisada a Proposta Técnica apresentada pela licitante habilitada na 1ª Fase da licitação, a saber:

- PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda.

- ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA

Para análise da Proposta Técnica foram considerados os termos estipulados no Edital e anexos.

Pela análise realizada, a Comissão Técnica decidiu que a nota da Proposta Técnica, relativa ao Edital de Concorrência nº 001/2014, é o apresentado na tabela abaixo:

Licitante	Nota da Proposta Técnica - NPT
PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda	100,00 pontos

A empresa PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda fica classificada para prosseguimento no certame licitatório. Este relatório de julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 17/07/2014, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Em não havendo recurso, a sessão pública para abertura da proposta de preços, ocorrerá dia 25/07/2014, às 14h e 30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

Anexamos ao presente, quadro contendo análise geral da proposta técnica, elaborado pela Comissão Técnica.

São José, 15 de julho de 2014.

Carlos Schmidt
Presidente da CPL

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitações - Processo Licitatório Nº 108/2014, PR Nº 071/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/07/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, SENDO, CAMISETAS, CALÇAS E BERMUDAS, PARA ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO NÚCLEO DE ATENÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE - NACA. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto N.º 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 103/2014

NOMEIA E INCLUI INTEGRANTES NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados e incluídos ao Decreto 068/2014, os integrantes do Conselho Municipal de Educação que terá a composição como,

VII - Representantes dos Diretores ou responsáveis pelas unidades educativas da rede municipal de ensino infantil:

- Fabiana Hoffmann Prates - Titular
- Maricélia Lohn da Silva - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder

PREFEITURA

Notificação Nº 61 (Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda) NOTIFICAÇÃO

Fica a empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 02520829/0001-40, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 82/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 1155/14 não efetuou a entrega do produto no prazo de 05 dias úteis como estipulado no Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa terá o prazo de 48 horas para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empenho nº	Produtos	Entrega a O.C.	Quantidade
08/2014	82/2013	1155/14	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTASSIO 125MG COMPRIMIDOS	08/072014	4000

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto às penalidades previstas no Contrato supramencionado, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverão apresentar defesa prévia em 10 (dez) dias úteis.

O prazo inicia-se a partir da presente notificação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Schroeder, 16 de julho de 2014.
Roseane Finta - Duda
Setor de Farmácia - Compras

Extrato do Contrato Nº. 150/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 150/2014-PMS
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2014-PMS
Processo nº. 120/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.688.301/0001-03, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.234, Centro, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Bloco Autônomo LED - 2 X 5W, já fornecido com bateria e suporte para ser fixado à parede, Voltagem 220 W, ótima iluminação por no mínimo até 3 horas.	50	Unidade	324,80	16.240,00
2	Abraçadeira de nylon 100 x 2,5mm - Pacote com 100 Unidades	20	Unidade	2,44	48,80
3	Abraçadeira de nylon 140 x 3,6mm - Pacote com 100 Unidades	20	Unidade	5,76	115,20
4	Bucha 8 mm	1500	Unidade	0,04	60,00
5	Parafuso modelo Philips para bucha 8 mm	1500	Unidade	0,10	150,00
6	Cabo flexível 750 v 1,5mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	30	Unidade	51,90	1.557,00
7	Cabo flexível 750 v 2,5mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	30	Unidade	79,90	2.397,00
8	Cabo flexível 750 v 4,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	30	Unidade	140,80	4.224,00
9	Cabo flexível 750 v 6,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	30	Unidade	191,80	5.754,00
10	Cabo flexível 750 v 10,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	10	Unidade	399,20	3.992,00
11	Disjuntor monofásico 10 ampères - Padrão DIN	40	Unidade	4,85	194,00
12	Disjuntor monofásico 16 ampères - Padrão DIN	50	Unidade	4,85	242,50
13	Disjuntor monofásico 25 ampères - Padrão DIN	50	Unidade	4,85	242,50

14	Disjuntor monofásico 32 ampères - Padrão DIN	50	Unidade	4,85	242,50
15	Disjuntor monofásico 50 ampères - Padrão DIN	40	Unidade	6,60	264,00
16	Disjuntor monofásico 100 ampères - Padrão DIN	10	Unidade	54,40	544,00
17	Fio sólido 2,5 mm, pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	10	Unidade	89,90	898,00
18	Interruptor com 1 tecla simples, com espelho na cor branca e parafuso aparente	120	Unidade	2,63	315,60
19	Lâmpada econômica espiral de 25 watts. Fluxo luminoso 1500 lumens, vida útil média 6000h com selo Procel.	300	Unidade	9,30	2.790,00
20	Lâmpada econômica compacta integrada de 18 watts. Fluxo luminoso 1080 lumens, vida útil média 8000h com selo Procel.	200	Unidade	4,50	900,00
21	Luminária de emergência com 30 leds na cor branca	50	Unidade	26,00	1.300,00
22	Lâmpada fluorescente para Luminária de emergência, luz branca, Modelo: F8T5/D, com 29 cm de comprimento e 1,5 cm de diâmetro	60	Unidade	3,50	210,00
23	Luminária 2x40 W, sobrepor, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	90	Unidade	39,80	3.582,00
24	Luminária 2x20 W, sobrepor, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	70	Unidade	32,80	2.296,00
25	Lâmpada mista 500w E40 ovoide	150	Unidade	17,80	2.670,00
26	Lâmpada vapor metálico E27, ovoide fluxo luminoso 5500 lumens, vida mediana 15000 horas, temperatura de cor 5000k	10	Unidade	26,20	262,00
27	Plug fêmea preto 10A 220V 2 pinos	20	Unidade	2,59	51,80
28	Plug fêmea preto 10A 220V 2 pinos + terra	20	Unidade	3,80	76,00
29	Plug fêmea preto 20A 220V 2 pinos	20	Unidade	3,50	70,00
30	Plug fêmea preto 20A 220V 2 pinos + terra	20	Unidade	5,30	106,00

31	Plug macho preto 10A 220V 2 pinos	20	Unidade	2,06	41,20
32	Plug macho preto 10A 220V 2 pinos + terra	20	Unidade	2,45	49,00
33	Plug macho preto 20A 220V 2 pinos	20	Unidade	4,80	96,00
34	Plug macho preto 20A 220V 2 pinos + terra	20	Unidade	4,50	90,00
35	Plafon branco para teto com soquete de PVC E27	30	Unidade	2,10	63,00
36	Reator eletrônico 1 x 20 W bivolt - Alto fator de potência	150	Unidade	10,85	1.627,50
37	Reator eletrônico 1 x 40 W bivolt - Alto fator de potência	150	Unidade	12,40	1.860,00
38	Reator eletrônico 2 x 20 W bivolt - Alto fator de potência	150	Unidade	15,75	2.362,50
39	Reator eletrônico 2 x 40 W bivolt - Alto fator de potência	150	Unidade	17,82	2.673,00
40	Filtro de Linha Régua Com 6 Tomadas Tripolar, 1,5 Metros, Bivolt	20	Unidade	22,40	448,00
41	Resistência Articulável para Torneira Elétrica 220V 5400W	15	Unidade	15,20	228,00
42	Resistência para chuveiro elétrico com no mínimo 4000W, 220V.	30	Unidade	6,40	192,00
43	Adaptador de tomada de dois pinos para dois chatos e um pino terra, 220V	35	Unidade	3,90	136,50
44	Adaptador de tomada de três pinos para dois chatos e um pino terra, 220V	35	Unidade	3,26	114,10
45	Adaptador de tomada de dois chatos e um pino terra para três pinos, 220V	35	Unidade	4,00	140,00
46	Benjamin de dois pinos para 3 saídas de 2 pinos + terra 20A, 220V	40	Unidade	3,40	136,00
47	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	150	Unidade	5,30	795,00
48	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	150	Unidade	7,28	1.092,00
49	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	150	Unidade	9,30	1.395,00

50	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	150	Unidade	7,20	1.080,00
51	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	50	Unidade	7,90	395,00
52	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com um interruptor de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	50	Unidade	6,75	337,50
53	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	50	Unidade	9,60	480,00
54	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	3,80	456,00
55	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	6,00	720,00
56	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	10,20	1.224,00
57	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com dois interruptores de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	9,95	1.194,00
58	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	4,05	486,00
59	Kit modular Tomada de embutir 20A , com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor simples - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	10,30	1.236,00

60	Kit modular ,Tomada de embutir 20A, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor simples - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	11,20	1.344,00
61	Kit modular Tomada de embutir 20A , com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com dois interruptores simples - Novo Padrão, na cor branca.	120	Unidade	12,90	1.548,00
62	Kit Tomada de embutir de 10A , com parafuso aparente, espelho com dois interruptores - Novo Padrão, na cor branca.	50	Unidade	8,10	405,00
63	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	50	Unidade	7,30	365,00
64	Kit modular Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	50	Unidade	10,10	505,00
65	Caixa para Ar Condicionado Sobrepor Tomada 20A + Disjuntor 25A, na cor branca. - Novo Padrão	150	Unidade	19,20	2.880,00
66	Caixa de sobrepor em PVC para 12 disjuntores - Padrão DIN	20	Unidade	25,44	508,80
67	Bocal de PVC fixo E27	30	Unidade	2,27	68,10
68	Canaleta sem divisória 20x10mm, barra com 2 metros	150	Unidade	2,69	403,50
69	Canaleta com divisória 20x10mm, barra com 2 metros	150	Unidade	2,40	360,00
70	Relê fotoelétrico tipo rm 74/ n sistema magnético de corrente alternada, potência 1000W (carga resistiva) - 1200VA, 127V e 1800VA, 220V (carga indutiva), 5A, pinos de contato com latão estanhado preso ao corpo por sistema de parafusos.	20	Unidade	44,30	886,00
71	Fotocélula Relê 220v Sem Base	20	Unidade	11,00	220,00
72	Base para Fococélula 220v	20	Unidade	4,90	98,00
73	Lâmpada fluorescente 20W temperatura de cor 6400k Bulbo t10 fluxo luminoso 1100 lumens, vida mediana 8000 horas	300	Unidade	3,70	1.110,00

74	Lâmpada fluorescente 40W temperatura de cor 6400k Bulbo t10 fluxo luminoso 2600 lumens, vida mediana 8000 horas	1350	Unidade	3,70	4.995,00
75	Lâmpada halógena (vida mediana, variando entre 2000 e 4000 horas), 500w, 220V	100	Unidade	1,90	190,00
76	Lâmpada mista 160W E27	250	Unidade	7,34	1.835,00
77	Lâmpada vapor metálico 70W RX7S, fluxo luminoso aproximado 6000 lumens, vida mediana aproximada 14000 horas, temperatura de cor aproximada 4500k	150	Unidade	25,00	3.750,00
78	Reator vapor metálico 70w, externo galvanizado - Padrão Ence	30	Unidade	50,20	1.506,00
79	Reator vapor sódio 70w, externo galvanizado - Padrão Ence	30	Unidade	52,90	1.587,00
80	Starter 15/20W FS-2	100	Unidade	0,65	65,00
81	Starter 30/40W FS-4	100	Unidade	0,65	65,00
82	Cabo PP 2X2,5mm - Cor preta	200	Metro	2,45	490,00
83	Cabo PP 3x2,5mm - Cor preta	200	Metro	3,75	750,00
84	Eletroduto Flexível Corrugado 25mm, Rolo de 50 metros	20	Unidade	19,40	388,00
85	Luva para Eletroduto Roscado PVC 1/2" 37 mm	20	Unidade	0,23	4,60
86	Curva Eletroduto roscável PVC 1/2 90º	20	Unidade	0,33	6,60
87	Curva Eletroduto roscável PVC 3/4 90º	20	Unidade	0,54	10,80
88	Luva para Eletroduto Roscado PVC 3/4" 37 mm	20	Unidade	0,27	5,40
89	Eletroduto Roscável PVC 3/4, Barra de 3 metros	30	Unidade	2,80	84,00
90	Eletroduto Roscável PVC 1/2, Barra de 3 metros	30	Unidade	2,25	67,50

91	Horas de serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção): nos postos de saúde, escolas, creches, Ginásios de Esporte, Praças, Estação de Tratamento e Secretarias da Prefeitura, prédio prefeitura, ETA, garagens, e eventos (festividades) que acontecem no decorrer do ano. É de responsabilidade da empresa ganhadora pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de segurança. A Contratada deverá ter registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e Leis e Normas de Segurança (NR 10 E NR 35). As horas serão computadas após o efetivo início das atividades, devendo o tempo de deslocamento ser arcado pela contratada, nos termos do item 20.1.6 do edital. Não serão computadas horas de trabalho de auxiliares.	3000	Horas	22,80	68.400,00
TOTAL R\$					167.843,50

Valor do contrato: R\$ 167.843,50 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos)
Data da Assinatura: 16/07/2014 - Vigência: 16/07/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CRISTINA KLEINSCHMIDT DO AMARANTE, inscrita no CPF sob nº. 821.186.639-00, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 26 de julho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS 2º - Chamada

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS
2º - Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CRISTIANE GONÇALVES DE JESUS, inscrita no CPF sob nº. 030.721.969-07, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 26 de julho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 16 de julho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS 2º - Chamada

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS
2º - Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARLEI PAULI NORISSADA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 025.095.459-14, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 26 de julho de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de julho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

--	--

Ata Registro Preços Pregão Presencial 55/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 1/10

Número do Registro de Preços: 42/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco Autônomo LED - 2 X 5W, já fornecido com bateria e suporte para ser fixado à parede, Voltagem 220 W, ótima iluminação por no mínimo até 3 horas.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	Segurimax	0	324,8000	1
2	Abraçadeira de nylon 100 x 2,5mm - Pacote com 100 Unidades	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	G20	0	2,4400	1
3	Abraçadeira de nylon 140 x 3,6mm - Pacote com 100 Unidades	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	G20	0	5,7600	1
4	Bucha 8 mm	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	IV PLAST	0	0,0400	1
5	Parafuso modelo Philips para bucha 8 mm	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	CISMA	0	0,1000	1
6	Cabo flexível 750 v 1,5mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	NEXTRON	0	51,9000	1
7	Cabo flexível 750 v 2,5mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	NEXTRON	0	79,9000	1
8	Cabo flexível 750 v 4,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	NEXTRON	0	140,8000	1
9	Cabo flexível 750 v 6,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PREMIUM	0	191,8000	1
10	Cabo flexível 750 v 10,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	NEXTRON	0	399,2000	1
11	Disjuntor monofásico 10 ampères - Padrão DIN	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WEG	0	4,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 2/10

Número do Registro de Preços: 42/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Disjuntor monofásico 16 ampères - Padrão DIN	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WEG	0	4,8500	1
13	Disjuntor monofásico 25 ampères - Padrão DIN	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WEG	0	4,8500	1
14	Disjuntor monofásico 32 ampères - Padrão DIN	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WEG	0	4,8500	1
15	Disjuntor monofásico 50 ampères - Padrão DIN	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WEG	0	6,6000	1
16	Disjuntor monofásico 100 ampères - Padrão DIN	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WEG	0	54,4000	1
17	Fio sólido 2,5 mm, pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PREMIUM	0	89,8000	1
18	Interruptor com 1 leda simples, com espelho na cor branca e parafuso aparente	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	STYLUS	0	2,6300	1
19	Lâmpada econômica espiral de 25 watts. Fluxo luminoso 1500 lumens, vida útil média 6000h com selo Procel.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	AIHA	0	9,3000	1
20	Lâmpada econômica compacta integrada de 18 watts. Fluxo luminoso 1080 lumens, vida útil média 8000h com selo Procel.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	OUROLUX	0	4,5000	1
21	Luminária de emergência com 30 leds na cor branca	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	GOLDEN	0	26,0000	1
22	Lâmpada fluorescente para Luminária de emergência, luz branca, Modelo: F8T5/D, com 29 cm de comprimento e 1,5 cm de diâmetro	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	AIHA	0	3,5000	1
23	Luminária 2x40 W, sobrepor, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	BLUMENAU	0	39,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 42/2014			Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Luminária 2x20 W, sobrepor, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	BLUMENAU	0	32,8000	1
25	Lâmpada mista 500w E40 ovoide	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LIGHTEX	0	17,8000	1
26	Lâmpada vapor metálico E27, ovoide fluxo luminoso 5500 lumens, vida mediana 15000 horas, temperatura de cor 5000k	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LIGHTEX	0	26,2000	1
27	Plug fêmea preto 10A 220V 2 pinos	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	2,5900	1
28	Plug fêmea preto 10A 220V 2 pinos + terra	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	3,8000	1
29	Plug fêmea preto 20A 220V 2 pinos	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	3,5000	1
30	Plug fêmea preto 20A 220V 2 pinos + terra	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	5,3000	1
31	Plug macho preto 10A 220V 2 pinos	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	2,0600	1
32	Plug macho preto 10A 220V 2 pinos + terra	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	2,4500	1
33	Plug macho preto 20A 220V 2 pinos	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	4,8000	1
34	Plug macho preto 20A 220V 2 pinos + terra	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	4,5000	1
35	Plafon branco para teto com soquete de PVC E27	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	BRASILUZ	0	2,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 4/10

Número do Registro de Preços: 42/2014 Data do Registro: 16/07/2014 Válido até: 16/07/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
36	Reator eletrônico 1 x 20 W bivolt - Alto fator de potência	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ECP	0	10,8500	1		
37	Reator eletrônico 1 x 40 W bivolt - Alto fator de potência	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ECP	0	12,4000	1		
38	Reator eletrônico 2 x 20 W bivolt - Alto fator de potência	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ECP	0	15,7500	1		
39	Reator eletrônico 2 x 40 W bivolt - Alto fator de potência	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ECP	0	17,8200	1		
40	Filtro de Linha Régua Com 6 Tomadas Tripolar, 1,5 Metros, Bivolt	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	FC	0	22,4000	1		
41	Resistência Articulável para Torneira Elétrica 220V 5400W	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PRATIMIX	0	15,2000	1		
42	Resistência para chuveiro elétrico com no mínimo 4000W, 220V.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PRATIMIX	0	6,4000	1		
43	Adaptador de tomada de dois pinos para dois chatos e um pino terra, 220V	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	3,9000	1		
44	Adaptador de tomada de três pinos para dois chatos e um pino terra, 220V	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	3,2600	1		
45	Adaptador de tomada de dois chatos e um pino terra para três pinos, 220V	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	4,0000	1		
46	Benjamin de dois pinos para 3 saídas de 2 pinos + terra 20A, 220V	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	3,4000	1		
47	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	5,3000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 42/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	7,2800	1
49	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	9,3000	1
50	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	7,2000	1
51	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	7,9000	1
52	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com um interruptor de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PEZZI	0	6,7500	1
53	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	9,6000	1
54	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	3,8000	1
55	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	6,0000	1
56	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	10,2000	1
57	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com dois interruptores de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	9,9500	1
58	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	4,0500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 6/10

Número do Registro de Preços: 42/2014 Data do Registro: 16/07/2014 Válido até: 16/07/2015									
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
59	Kit modular Tomada de embutir 20A, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor simples - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	10,3000	1		
60	Kit modular Tomada de embutir 20A, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor simples - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	11,2000	1		
61	Kit modular Tomada de embutir 20A, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com dois interruptores simples - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	12,9000	1		
62	Kit Tomada de embutir de 10A, com parafuso aparente, espelho com dois interruptores - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	8,1000	1		
63	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	7,3000	1		
64	Kit modular Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	10,1000	1		
65	Caixa para Ar Condicionado Sobrepor Tomada 20A + Disjuntor 25A, na cor branca. - Novo Padrão	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	19,2000	1		
66	Caixa de sobrepor em PVC para 12 disjuntores - Padrão DIN	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WEG	0	25,4400	1		
67	Bocal de PVC fixo E27	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	FOX LUX	0	2,2700	1		
68	Canaleta sem divisória 20x10mm, barra com 2 metros	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	DUTOPLAST	0	2,6900	1		
69	Canaleta com divisória 20x10mm, barra com 2 metros	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	DUTOPLAST	0	2,4000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 42/2014			Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Relê fotoelétrico tipo rm 74/ n sistema magnético de corrente alternada, potência 1000W (carga resistiva) - 1200VA, 127V e 1800VA, 220V (carga indutiva), 5A, pinos de contato com latão estanhado preso ao corpo por sistema de parafusos.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	EXATRON	0	44,3000	1
71	Fotocélula Relê 220v Sem Base	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	EXATRON	0	11,0000	1
72	Base para Fococélula 220v	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	EXATRON	0	4,9000	1
73	Lâmpada fluorescente 20W temperatura de cor 6400K Bulbo t10 fluxo luminoso 1100 lumens, vida mediana 8000 horas	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ALUMBRA	0	3,7000	1
74	Lâmpada fluorescente 40W temperatura de cor 6400K Bulbo t10 fluxo luminoso 2600 lumens, vida mediana 8000 horas	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ALUMBRA	0	3,7000	1
75	Lâmpada halógena (vida mediana, variando entre 2000 e 4000 horas), 500w, 220V	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LIGHTEX	0	1,9000	1
76	Lâmpada mista 160W E27	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LIGHTEX	0	7,3400	1
77	Lâmpada vapor metálico 70W RX7S, fluxo luminoso aproximado 6000 lumens, vida mediana aproximada 14000 horas, temperatura de cor aproximada 4500k	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LIGHTEX	0	25,0000	1
78	Reator vapor metálico 70w, externo galvanizado - Padrão Ence	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	SAMA	0	50,2000	1
79	Reator vapor sódio 70w, externo galvanizado - Padrão Ence	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	SAMA	0	52,9000	1
80	Starter 15/20W FS-2	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	TASCHIBRA	0	0,6500	1
81	Starter 30/40W FS-4	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	TASCHIBRA	0	0,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 42/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

82	Cabo PP 2X2,5mm - Cor preta	M	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PREMIUM	0	2,4500	1
83	Cabo PP 3x2,5mm - Cor preta	M	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	SIL	0	3,7500	1
84	Eletroduto Flexível Corrugado 25mm, Rolo de 50 metros	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MARIMAR	0	19,4000	1
85	Luva para Eletroduto Roscado PVC 1/2" 37 mm	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MARIMAR	0	0,2300	1
86	Curva Eletroduto roscável PVC 1/2 90º	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MARIMAR	0	0,3300	1
87	Curva Eletroduto roscável PVC 3/4 90º	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MARIMAR	0	0,5400	1
88	Luva para Eletroduto Roscado PVC 3/4" 37 mm	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MARIMAR	0	0,2700	1
89	Eletroduto Roscável PVC 3/4, Barra de 3 metros	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MARIMAR	0	2,8000	1
90	Eletroduto Roscável PVC 1/2, Barra de 3 metros	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MARIMAR	0	2,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 42/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

91	Horas de serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção): nos postos de saúde, escolas, creches, Ginásios de Esporte, Praças, Estação de Tratamento e Secretarias da Prefeitura, prédio prefeitura, ETA, garagens, e eventos (festividades) que acontecem no decorrer do ano. É de responsabilidade da empresa ganhadora pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de segurança. A Contratada deverá ter registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e Leis e Normas de Segurança (NR 10 E NR 35). As horas serão computadas após o efetivo início das atividades, devendo o tempo de deslocamento ser arcado pela contratada, nos termos do item 20.1.6 do edital. Não serão computadas horas de trabalho de auxiliares.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME (271)		0
					22.8000
					1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2014

Página: 10/10

Número do Registro de Preços: 42/2014		Data do Registro: 16/07/2014		Válido até: 16/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2014
PROCESSO Nº 120/2014

(271) - SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME

Schroeder, 16 de Julho de 2014.

INEXIGIBILIDADE 01/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2014 - IL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 57/2014 Data: 16/07/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA Endereço: RUA ROBERTO ZIEMANN, 460 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 84.438.209/0001-21	Código: 6320 Inscrição Estadual: 251767345
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio de passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa de transporte público a fim de atender aos usuários da política municipal de saúde no que se refere a concessão do auxílio passe de acordo com a legislação municipal vigente	UN	1.000,00	1.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

Transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 16 de Julho de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2014 - IL**

Processo Nr.: 57/2014
Data: 16/07/2014

Folha: 2/2

16/07/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 16 de Julho de 2014

Valor da Despesa: 1.000,00 (um mil reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Sombrio**PREFEITURA****Portaria 095/2014**

PORTARIA Nº. 095, DE 15 DE JULHO DE 2014.

"DETERMINA SUSPENSÃO DO REPASSE DE RECURSOS DO ERÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DOM JOAQUIM, EM ESPECIAL OS REPASSES ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 001/2014, DE 13 DE JANEIRO DE 2014"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o art. 66 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e

Considerando Decisão Liminar, proferida nos Autos nº 069.14.001972-1, de 19/06/2014, oriunda da 1ª Vara Cível da Comarca de Sombrio

RESOLVE:

Suspender o repasse financeiro, oriundo do Convênio nº 001/2014, de 13 de janeiro de 2014, firmado entre o Município de Sombrio e a Associação Hospitalar Dom Joaquim, CNPJ nº 07.051.643/0001-03, com sede a Rua Dr. Antonio Botini, nº 46, Centro, Sombrio-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 26/06/2014.

Município de Sombrio-SC, 15 de julho de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó**PREFEITURA****Ata Concorrência Nº 48.2014 - Convocação**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº. 48/2014 - PMT

Às quinze horas, do décimo sexto dia, do mês de julho de dois mil e catorze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório - Concorrência nº 48/2014, que tem por objeto contratação de agência de publicidade, para prestação dos serviços de planejamento, criação, distribuição, veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no caput do artigo 2 e em seu §1º da Lei nº 12.232/2010, para divulgação das atividades institucionais do Município e da Fundação Cultural de Timbó. Tendo em vista o recebimento das planilhas com as pontuações e justificativas elaboradas pela Subcomissão Técnica, e de acordo com o que estabelece o item 11.5 e 11.6 do Edital, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes nº 03 Proposta Técnica - Plano de Comunicação Publicitária e Conjunto de Informações Referentes ao Proponente, se realizará no dia 21 de julho de 2014, às 09:00 horas na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Decisão Aplicação Advertência - Cek Informática Ltda Me Ref. Pregão Presencial N.º 138 2013 PMT

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL

A municipalidade lançou o Registro de Preços nº. 138/2013, cujo objeto é o fornecimento de climatizadores de ares, do qual restou vencedora a empresa CEK Informática Ltda. ME, vindo a firmar a Ata de Registro de Preços (fls. 230/233).

Por força do descumprimento edilício, contratual e legal (em especial no que tange ao cumprimento do prazo para entrega do bem descrito na ordem de compra nº. 6/2014) e buscando zelar pelo devido processo legal, a municipalidade formulou e encaminhou à empresa notificação (20/06/2014), a qual foi cumprida em relação a entrega do bem, conforme ofício nº. 177/2014 remetido pelo PROCON.

DO DESCUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL

Convém esclarecer que o Edital de Pregão Presencial n. 138/2013

estabelece as penalidades aplicáveis aos casos de inexecução completa ou parcial do objeto do contrato em aprego, estando Vossa Senhoria ciente de todas as implicações ensejadas pela situação ora apontada, senão vejamos:

“15 - DAS PENALIDADES

(...)

15.3 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Compra, a Administração poderá aplicar à detentora da ata as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

II - MULTA MORATÓRIA: no valor percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

III- MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou não sendo possível determinar esse valor, sobre o total do objeto registrado, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

IV - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.4. Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

Prescreve ainda o Edital de Pregão Presencial n. 138/2013:

“20- DA RESCISÃO

20.1 - A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão.

(...)”

Ademais, a Administração tem a obrigação de realizar todas as medidas previstas em lei, e diante da constatação de uma conduta infratora, deve implementar todas as providências cabíveis, o que fez ao instaurar o referido procedimento administrativo, onde respeitou o exercício do contraditório e ampla defesa.

Não obstante, o descumprimento de exigências editalícias, contratuais e/ou legais sujeita o infrator as penalidades.

Diante do todo exposto, informo a empresa CEK Informática Ltda. ME, através de seu representante legal, a fim de cientificá-la acerca da aplicação da pena de ADVERTÊNCIA, conforme previsão do item 15.3, I do Edital de Pregão 138/2013. Informo ainda, que

no caso de reincidência do descumprimento das obrigações contratuais assumidas na Ata de Registro de Preço nº 138/2013 será novamente aplicada as sanções previstas no edital.

Sem mais para o momento.

Timbó, 14 de julho de 2014.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Errata Pregão Presencial N.º 72 2014 PMT MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 72/2014 PMT AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa que na publicação da Retificação ao Edital de Pregão Presencial n.º 72/2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 16/07/2014, Edição nº. 1528, página 562, devido a tabela de valores, com arredondamento de números em tecnologias distintas, os valores de referência constantes aos LOTES devem ser lidos da seguinte forma: Lote 1 Câmeras de Monitoramento: R\$ 7.422,11, Lote 2 Alarme: R\$ 4.702,34, Lote 3 Interfone: R\$ 3.408,78.

TIMBÓ/SC, 16 de julho de 2014
ROSE MERY DALCANALE
Diretora de Administração
Central de Licitações

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 02 2014 Defesa Civil - Aquisição de Equipamentos de Informática EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2014 DEFESA CIVIL

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó/SC.
EMPRESA FORNECEDORA: Torino Informática LTDA.
TOTAL ESTIMADO: R\$ R\$ 26.200,00 (vinte e seis mil e duzentos reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/07/2015

Timbó, 16/07/2014
WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 68 2014 PMT - Aquisição de Papel Timbrado EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de papel timbrado (Prefeitura de Timbó e Fundação Cultural de Timbó) em atendimento as necessidades de rotinas administrativas da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sevega Gráfica e Impressão Digital LTDA ME; e Gráfica Alta Definição LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 8.610,00 (oito mil seiscentos e dez reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/07/2015

Timbó, 16/07/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Contrato 2014.101 - Defesa Civil

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/101
AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil.
AUTORIZADO: Terrabase Terraplanagem e Transporte LTDA.
OBJETO: Contratação de serviços de hora-máquina - retroescavadeira com operador, incluindo manutenção, combustível e traslado, se houver, destinados à realização de serviços de limpeza/remoção de escombros entulhos para restabelecimento e recuperação das áreas urbanas e rurais danificadas pelas chuvas no mês de setembro/2013, relacionado ao Convênio nº. 074/SCD/2013, Processo nº. 4210/SDC/2013 firmado entre o Estado de Santa Catarina (através do Fundo Estadual da Defesa Civil) e o município de Timbó.
VALOR: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2014

WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

Extrato Contrato 2014.102 - Defesa Civil

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/102
AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil.
AUTORIZADO: Jean Menin ME.
OBJETO: Contratação de serviços de hora-máquina - escavadeira hidráulica, no mínimo 21 (vinte e uma) toneladas, com operador, incluindo manutenção, combustível e traslado, se houver, destinados à realização de serviços de limpeza/remoção de escombros entulhos para restabelecimento e recuperação das áreas urbanas e rurais danificadas pelas chuvas no mês de setembro/2013, relacionado ao Convênio nº. 074/SCD/2013, Processo nº. 4210/SDC/2013 firmado entre o Estado de Santa Catarina (através do Fundo Estadual da Defesa Civil) e o município de Timbó.
VALOR: R\$ 24.477,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e sete reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2014

WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

Três Barras

PREFEITURA

Portaria Nº. 337 de 23 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 337 DE 23 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor LOURIVAL LUIZ CORREIA, para exercer suas funções no cargo de DIRETOR - PC 06, do quadro de pessoal Comissionado desta Prefeitura, lotado na secretaria de Educação, Cultura & Esportes. A contar de 09/06/2014

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 23 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Treze Tílias**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 25/2014 FMS**

EXTRATO DE CONTRATO 25/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS;
CONTRATADO: CLEBERSON TEIXEIRA TEODORO

OBJETO: Objetiva o presente contrato a prestação de serviços técnicos como Médico Clínico Geral, na execução de procedimentos de saúde, incluindo o programa ESF (Estratégia Saúde da Família) de acordo com a sua formação e especialização, quantificados em 40 (quarenta) horas semanais em atividades de baixa e média complexidades em benefício do CONTRATANTE.

PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação - 11/2014 FMS

VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 31/12/2014

VALOR ESTIMADO: R\$14.472,68 (quatorze mil quatrocentos e setenta e dois e sessenta e oito) p/mês.

DATA ASSINATURA: 14/07/2014

DOTAÇÃO: 04.01.2104.3390.00.00.00.00.0002

TREZE TÍLIAS, 14/07/2014 de 2014.

Tunápolis**PREFEITURA****Decreto 02/2014**

DECRETO LEGISLATIVO N.º 001/2014 de 15 de Abril de 2014.
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS NO DIA 17 DE ABRIL DE 2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado PONTO FACULTATIVO no período vespertino do dia 17 de abril de 2014, com a suspensão do expediente na Câmara Municipal de Tunápolis, em virtude das celebrações da Semana Santa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, aos 15 de abril de 2014.

FLÁVIO ALBANO WENDLING

Presidente

Resolução Nº 12/2014

RESOLUÇÃO Nº 012/2014

DISPÕEM SOBRE A COMISSÃO DE RECESSO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO DE RECESSO para o período de 18 a 31 de Julho de 2014, por todos os membros da Mesa Diretora.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.-
Em 14 de Julho de 2014.

FLÁVIO ALBANO WENDLING

Presidente

NILSI SEHN

Vice-Presidente

SÉRGIO LUÍS EIDT

1º Secretário

GILBERTO LUNKES

2º Secretário

Aviso de Retificação Pregão 63.2014

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, cujo extrato foi publicado no DOM dia 15/07/2014, onde se lê : "Pregão Presencial nº 33/2014, referente "contratação de empresa para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros, em regime de execução parcelada, conforme quantitativos, forma e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos

com abertura para o dia 25/07/2014 as 14h45min
leia -se: "Pregão Presencial nº 63/2014, Referente "contratação de empresa para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros, em regime de execução parcelada, conforme quantitativos, forma e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos.

com abertura para o dia 31/07/2014 as 14h45min
Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 16 de julho de 2014
Sheila I Bieger
Pregoeira

Turvo

PREFEITURA

Decreto 37/2014

DECRETO Nº 037/14, de 16 de Julho de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 30.000,00(trinta mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

2.014 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.0 (065) - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0060 por excesso de arrecadação do FNDE - PNAE no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 16 de Julho de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

RREO do 3º Bim E RGF 1º Sem de 2014

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.269.107,42	0,00
Pessoal Ativo	11.089.187,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	159.519,80	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	20.400,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.269.107,42	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	11.269.107,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		27.683.233,81
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		40,71
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		14.948.946,26
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		14.201.498,94
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		13.454.051,63

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:01:04



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.983.989,90	18,57	21.181.924,41	49,26	21.820.935,81
RECEITAS CORRENTES	35.722.232,24	35.722.232,24	4.816.281,26	13,48	14.829.559,40	41,51	20.892.672,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.764.374,47	2.764.374,47	606.534,91	21,94	2.609.568,87	94,40	154.805,60
IMPOSTOS	1.488.673,63	1.488.673,63	416.858,93	28,00	1.568.951,48	105,39	-80.277,85
TAXAS	907.160,84	907.160,84	189.675,98	20,91	1.040.482,12	114,70	-133.321,28
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	368.540,00	368.540,00	0,00	0,00	135,27	0,04	368.404,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	292.136,00	292.136,00	34.068,64	11,66	97.570,63	33,40	194.565,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	157.304,00	157.304,00	18.360,00	11,67	50.040,00	31,81	107.264,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	134.832,00	134.832,00	15.708,64	11,65	47.530,63	35,25	87.301,37
RECEITA PATRIMONIAL	73.794,52	73.794,52	23.308,04	31,59	33.338,22	45,18	40.456,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	73.794,52	73.794,52	23.308,04	31,59	33.338,22	45,18	40.456,30
RECEITA INDUSTRIAL	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.944,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.944,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.775,89	29.775,89	0,00	0,00	0,00	0,00	29.775,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.809.822,02	31.809.822,02	3.913.383,60	12,30	11.636.210,58	36,58	20.173.611,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	31.809.822,02	31.809.822,02	3.913.383,60	12,30	11.636.210,58	36,58	20.173.611,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	707.385,34	707.385,34	238.986,07	33,78	452.871,10	64,02	254.514,24
Multas e Juros de Mora	79.165,24	79.165,24	14.066,85	17,77	60.030,33	75,83	19.134,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.396,95	82.396,95	3.320,55	4,03	10.606,64	12,87	71.790,31
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	189.128,85	189.128,85	26.452,95	13,99	106.085,98	56,09	83.042,87
RECEITAS DIVERSAS	356.694,30	356.694,30	195.145,72	54,71	276.148,15	77,42	80.546,15
RECEITAS DE CAPITAL	7.280.627,98	7.280.627,98	3.167.708,64	43,51	6.352.365,01	87,25	928.262,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	197.247,98	197.247,98	0,00	0,00	0,00	0,00	197.247,98
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	163.539,98	163.539,98	0,00	0,00	0,00	0,00	163.539,98
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.708,00	33.708,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.708,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.083.380,00	5.083.380,00	3.167.708,64	62,32	6.352.365,01	124,96	-1.268.985,01
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	5.083.380,00	5.083.380,00	3.167.708,64	62,32	6.352.365,01	124,96	-1.268.985,01
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.983.989,90	18,57	21.181.924,41	49,26	21.820.935,81

Continua 1/3

11:11:24



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.983.989,90	18,57	21.181.924,41	49,26
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.002.860,22	43.002.860,22	7.983.989,90	18,57	21.181.924,41	49,26
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	487.680,76	—	—	119.860,89	—
Superávit Financeiro	—	487.680,76	—	—	119.860,89	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.002.860,22	16.644.541,66	59.647.401,88	10.204.781,52	38.671.783,62	6.531.722,52	16.827.253,80	28,21
DESPESAS CORRENTES	30.321.902,67	189.866,76	30.511.769,43	3.939.372,11	16.910.698,38	4.284.558,37	11.225.307,32	36,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.322.174,00	57.785,10	13.379.959,10	2.063.535,79	5.801.340,59	2.067.435,59	5.773.045,95	43,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.949.728,67	132.081,66	17.081.810,33	1.875.836,32	11.109.357,79	2.217.122,78	5.452.261,37	31,92
DESPESAS DE CAPITAL	12.658.485,55	16.454.674,90	29.113.160,45	6.265.409,41	21.761.085,24	2.247.164,15	5.601.946,48	19,24
INVESTIMENTOS	11.758.485,55	16.454.674,90	28.213.160,45	6.195.033,39	21.536.862,96	2.176.788,13	5.377.724,20	19,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	900.000,00	0,00	900.000,00	70.376,02	224.222,28	70.376,02	224.222,28	24,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.472,00	0,00	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

11:11:24



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.002.860,22	16.644.541,66	59.647.401,88	10.204.781,52	38.671.783,62	6.531.722,52	16.827.253,80	28,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	43.002.860,22	16.644.541,66	59.647.401,88	10.204.781,52	38.671.783,62	6.531.722,52	16.827.253,80	28,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.354.670,61	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	43.002.860,22	16.644.541,66	59.647.401,88	10.204.781,52	38.671.783,62	6.531.722,52	21.181.924,41	28,21

FONTE:

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI	JUIR ANTONIO ROVARIS	NESTOR RECO
Prefeito Municipal	Contador CRC-SC 16.738/0-4	Controle Interno

11:11:24



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	197.247,98	0,00	197.247,98
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.708,00	0,00	33.708,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	163.539,98	0,00	163.539,98
TOTAL	197.247,98	0,00	197.247,98

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:48:51



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.700.618,00	5.750.618,00	3.904.637,47	67,90	2.553.203,31	44,40
Pessoal e Encargos Sociais	2.705.000,00	2.705.000,00	1.303.225,33	48,18	1.294.225,33	47,85
Outras Despesas Correntes	2.995.618,00	3.045.618,00	2.601.412,14	85,41	1.258.977,98	41,34
DESPESAS DE CAPITAL	502.641,55	615.641,55	375.486,01	60,99	295.779,26	48,04
Investimentos	502.641,55	615.641,55	375.486,01	60,99	295.779,26	48,04

Continua 1/4

11:49:42



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	502.641,55	615.641,55	375.486,01	60,99	295.779,26	48,04
Investimentos	502.641,55	615.641,55	375.486,01	60,99	295.779,26	48,04
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.203.259,55	6.366.259,55	4.280.123,48	67,23	2.848.982,57	44,75
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.565.900,00	1.678.900,00	350.275,36	8,18	270.568,61	9,50
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.285.000,00	1.285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	280.900,00	393.900,00	350.275,36	8,18	270.568,61	9,50
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.565.900,00	1.678.900,00	350.275,36	8,18	270.568,61	9,50
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.637.359,55	4.687.359,55	3.929.848,12	59,05	2.578.413,96	35,25
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10%]²						
2.578.413,96						

11:49:42

Continua 2/4



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		0,00	0,00			0,00		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00		0,00		0,00		
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
			-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% ((Total l)*100	Até Bimestre (m)	%	
					(m/Total m)*100			
Atenção Básica		6.203.259,55	6.366.259,55	4.280.123,48	100,00	2.848.982,57	100,00	
TOTAL		6.203.259,55	6.366.259,55	4.280.123,48	100,00	2.848.982,57	100,00	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

11:49:42



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

TURVO , 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:49:42



Município de TURVO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TURVO , 16/07/2014

 RONALDO CARLESSI
 Prefeito Municipal

 JUIR ANTONIO ROVARIS
 Contador CRC-SC 16.738/0-4

 NESTOR RECO
 Controle Interno

11:50:02



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.444.808,70	1.220.586,42	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.293.347,58	1.097.253,40	0,00
Interna	1.293.347,58	1.097.253,40	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	151.461,12	123.333,02	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.761.005,96	8.257.470,72	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.761.005,96	10.036.931,43	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.779.460,71	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.316.197,26	-7.036.884,30	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.682.989,13	27.683.233,81	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,41%	4,41%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-8,68%	-25,42%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	32.019.586,96	33.219.880,57	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	28.817.628,26	29.897.892,51	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.293.347,58	1.097.253,40	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	492.205,40	477.794,66	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	492.205,40	477.794,66	0,00
Previdenciárias	492.205,40	477.794,66	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	801.142,18	619.458,74	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	141.794,15	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	21.844.529,82	0,00

FONTE:

Continua 1/2

11:03:57



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

FONTE:

11:03:57



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.002.860,22	59.647.401,88	10.204.781,52	38.671.793,62	6.531.722,52	16.827.253,80	100,00	28,21
Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	172.706,87	590.382,70	187.449,34	505.136,44	3,00	33,68
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	172.706,87	590.382,70	187.449,34	505.136,44	3,00	33,68
Administração	2.186.042,40	2.243.538,40	262.891,23	1.349.251,61	359.227,86	992.728,12	5,84	43,80
Administração Geral	2.186.042,40	2.243.538,40	262.891,23	1.349.251,61	359.227,86	992.728,12	5,84	43,80
Segurança Pública	197.472,00	273.208,19	63.726,56	124.451,35	24.608,89	73.741,19	0,44	26,99
Policimento	82.472,00	118.208,19	14.068,33	29.584,45	14.068,33	29.584,45	0,18	25,03
Defesa Civil	115.000,00	155.000,00	49.658,23	94.866,90	10.540,56	44.156,74	0,26	28,49
Assistência Social	866.910,80	900.269,69	74.096,43	426.216,14	134.007,01	262.575,54	1,56	29,17
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.472,00	32.472,00	0,00	50,00	0,00	50,00	0,00	0,15
Assistência Comunitária	834.438,80	867.797,69	74.096,43	426.166,14	134.007,01	262.525,54	1,56	30,25
Saúde	6.686.147,32	6.849.147,32	974.435,28	4.408.294,69	1.017.736,84	2.975.319,76	17,68	43,44
Atenção Básica	6.418.653,55	6.581.653,55	971.754,78	4.358.451,49	1.014.546,22	2.927.310,58	17,40	44,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	267.493,77	267.493,77	2.680,50	49.843,20	3.190,62	48.009,18	0,29	17,95
Educação	14.548.507,00	15.870.952,34	1.461.404,92	6.722.342,63	1.535.700,95	4.271.038,66	25,38	26,91
Alimentação e Nutrição	832.494,40	832.494,40	12.462,60	762.747,47	122.631,27	285.595,27	1,70	34,31
Ensino Fundamental	9.092.978,00	10.414.733,34	1.114.464,55	4.778.480,61	1.035.558,26	2.968.167,50	17,64	28,50
Ensino Superior	325.000,00	325.000,00	2.511,69	222.592,76	43.852,56	94.790,63	0,56	29,17
Educação Infantil	3.971.740,00	3.972.430,00	330.692,08	940.539,98	330.808,02	912.082,94	5,42	22,96
Educação de Jovens e Adultos	210.562,00	210.562,00	1.274,00	17.981,81	2.850,84	10.402,32	0,06	4,94
Educação Especial	115.732,60	115.732,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	436.000,00	440.000,00	26.385,99	132.450,38	14.506,38	114.987,56	0,68	26,13
Difusão Cultural	436.000,00	440.000,00	26.385,99	132.450,38	14.506,38	114.987,56	0,68	26,13
Urbanismo	4.482.028,00	15.690.131,95	5.688.946,55	15.123.352,34	1.379.600,12	2.761.955,59	16,41	17,60
Serviços Urbanos	4.482.028,00	15.690.131,95	5.688.946,55	15.123.352,34	1.379.600,12	2.761.955,59	16,41	17,60
Habituação	222.472,00	222.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	222.472,00	222.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	2.080.000,00	3.208.050,85	358.050,85	1.850.481,90	663.467,03	1.423.641,71	8,46	44,38
Saneamento Básico Urbano	2.080.000,00	3.208.050,85	358.050,85	1.850.481,90	663.467,03	1.423.641,71	8,46	44,38

Continua 1/2

11:11:53



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	43.002.860,22	59.647.401,88	10.204.781,52	38.671.783,62	6.531.722,52	16.827.253,80	100,00	28,21
Promoção da Produção Vegetal	1.725.612,00	4.375.612,00	146.247,73	3.542.141,37	142.393,82	742.362,03	4,41	16,97
Indústria	1.725.612,00	4.375.612,00	146.247,73	3.542.141,37	142.393,82	742.362,03	4,41	16,97
Promoção Industrial	530.436,00	530.436,00	17.366,86	32.278,03	17.366,86	32.278,03	0,19	6,09
Transporte	530.436,00	530.436,00	17.366,86	32.278,03	17.366,86	32.278,03	0,19	6,09
Transporte Rodoviário	5.380.108,70	5.382.459,14	739.486,37	3.662.328,36	789.603,19	2.025.881,23	12,04	37,64
Desporto e Lazer	5.380.108,70	5.382.459,14	739.486,37	3.662.328,36	789.603,19	2.025.881,23	12,04	37,64
Desporto Comunitário	550.000,00	550.000,00	72.849,07	206.446,73	119.890,23	154.265,36	0,92	28,05
Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	72.849,07	206.446,73	119.890,23	154.265,36	0,92	28,05
Serviço da Dívida Interna	1.588.652,00	1.588.652,00	146.186,81	501.365,39	146.164,00	501.342,58	2,98	31,56
Outros Encargos Especiais	950.000,00	950.000,00	70.376,02	224.222,28	70.376,02	224.222,28	1,33	23,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	638.652,00	638.652,00	75.810,79	277.143,11	75.787,98	277.120,30	1,65	43,39
	22.472,00	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.002.860,22	59.647.401,88	10.204.781,52	38.671.783,62	6.531.722,52	16.827.253,80	100,00	28,21

FONTE:

TURVO , 16/07/2014

RONALDO CARLESSI	JUIR ANTONIO ROVARIS	NESTOR RECO
Prefeito Municipal	Contador CRC-SC 16.738/0-4	Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

11:11:53



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	26.682.989,13	27.683.233,81	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.870.257,61	6.090.311,44	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.283.231,85	5.481.280,29	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:04:29



Município de TURVO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2013	ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		2.189.588,24	2.301.477,03	2.483,113,37	2.390.88,84	2.563.358,21	2.820.109,13	2.802.566,25	2.766.775,02	3.244.936,41	2.680.191,87	2.800.397,68	2.677.322,73	31.513.322,78	40.496.688,91
RECEITA TRIBUTÁRIA		224.177,38	165.551,40	176.847,73	178.970,60	237.294,75	184.758,76	182.338,60	396.296,34	1.083.819,34	350.579,68	313.779,47	292.755,44	3.777.169,49	2.764.374,47
I.P.T.U.		48.818,22	4.640,48	97.196,69	5.282,91	3.489,70	4.223,42	3.337,97	86.360,23	507.155,26	77.231,18	65.564,95	55.256,53	871.070,54	850.000,00
I.R.R.F.		17.060,74	15.825,28	16.371,91	16.282,17	19.742,72	38.172,44	19.196,03	16.521,86	17.369,33	20.327,37	18.535,19	17.527,34	232.588,38	176.314,03
I.S.S.		86.604,31	98.046,42	86.994,18	90.549,94	137.137,79	87.326,39	59.567,17	75.512,83	100.742,57	104.026,91	93.215,47	123.420,80	1.142.144,88	262.359,60
I.T.B.I.		7.448,19	15.945,18	26.365,78	28.279,30	39.599,80	25.999,78	15.727,96	17.791,58	14.629,52	16.614,68	31.071,98	12.266,67	251.740,42	200.000,00
Outras Receitas Tributárias		65.245,92	31.394,04	37.450,17	38.556,28	37.324,74	29.036,73	84.598,47	190.109,74	443.945,66	132.379,54	105.391,88	84.284,10	1.279.625,27	1.275.700,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		22.028,94	22.338,05	21.056,81	22.344,85	18.649,47	29.236,23	7.312,01	17.538,17	18.851,24	19.800,57	17.772,78	16.285,86	233.216,98	292.136,00
RECEITA PATRIMONIAL		14.886,52	24.040,78	102.455,15	121.637,07	11.439,32	28.451,68	7.630,18	0,00	0,00	2.400,00	1.028,73	22.279,31	336.248,74	73.794,52
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00	44.944,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.775,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.858.675,68	2.035.723,56	1.950.797,37	1.988.288,66	2.243.384,76	2.473.100,94	2.357.395,09	2.315.753,64	2.071.664,10	2.262.205,56	2.388.019,10	2.206.703,65	26.131.722,11	36.586.278,69
Conta-Parte do F.P.M.		434.554,46	588.173,01	470.238,12	470.259,05	654.101,18	986.788,53	783.098,49	846.923,86	502.391,05	729.207,14	764.119,07	573.039,99	7.765.882,95	12.000.000,00
Conta-Parte do I.C.M.S.		708.251,78	744.055,79	790.471,90	788.811,26	856.234,12	852.803,29	823.670,99	783.122,49	800.500,94	774.399,69	794.822,98	796.604,82	9.495.498,85	15.900.588,47
Conta-Parte do I.P.V.A.		141.875,23	142.355,14	118.014,23	123.874,85	80.519,72	40.750,99	62.742,22	108.392,62	137.871,73	156.631,71	190.127,26	155.476,47	1.458.633,17	1.023.695,46
Outras Transferências Correntes		230.690,07	213.430,07	196.445,69	253.657,84	246.319,71	188.848,08	251.340,89	164.462,82	248.487,81	221.394,53	192.114,38	276.597,03	2.695.788,72	3.153.406,81
Transferências da LC 61/1989		11.557,70	12.366,80	11.249,20	12.025,49	13.339,39	14.257,00	13.159,54	11.141,18	10.886,37	11.847,85	11.033,48	12.273,68	145.137,68	217.679,52
Transferências da LC 87/1996		3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.477,45	3.477,45	0,00	3.477,45	3.477,45	3.477,45	38.651,55	123.001,62
Transferências do FUNDEB		327.908,97	351.953,14	354.540,28	344.514,20	387.805,23	386.125,22	409.719,19	398.131,35	371.498,75	372.219,40	412.167,72	385.145,86	4.501.330,31	4.150.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		69.819,72	53.825,24	232.154,31	69.137,66	52.595,91	101.161,52	47.890,37	50.186,87	70.601,73	45.206,06	99.697,60	139.288,47	1.031.585,46	707.385,34
DEDUÇÕES (II)		271.975,09	304.828,48	292.603,27	292.060,31	333.292,31	339.738,95	339.268,78	361.191,78	301.015,14	314.395,71	362.147,17	317.551,98	3.830.088,97	4.933.760,67
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		260.015,09	292.988,48	281.123,27	278.022,29	331.852,31	317.178,95	339.268,78	350.631,78	290.335,14	303.955,71	352.747,17	308.591,98	3.696.710,95	4.776.456,67
Outras Contribuições Sociais		11.960,00	11.840,00	11.480,00	14.038,02	11.440,00	22.560,00	0,00	10.560,00	10.680,00	10.440,00	9.400,00	8.960,00	133.278,02	157.394,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.917.613,15	1.996.648,55	2.190.708,10	2.098.828,53	2.230.065,90	2.480.370,18	2.263.297,47	2.406.583,24	2.943.921,27	2.365.796,16	2.438.150,51	2.359.770,75	27.683.233,81	35.564.928,24

FONTE:

TURVO , 16/07/2014

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

07:30:57



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.683.233,81	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.429.317,41	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.986.385,67	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.937.826,37	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:06:31



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Atencao Basica	207.464,75	37.484,39	169.980,36
Contrib de Interv do Dominio Economico CIDE	2.237,35	0,00	2.237,35
COSIP Contr para Custeio Iluminacao Publica	7.335,86	7.335,92	(0,06)
Fundo Especial do Petroleo	17.569,89	0,00	17.569,89
Operação de Credito Interna Outros Programas	0,00	152.902,55	(152.902,55)
Outras Transf dec Comp fin Recursos Naturais	5.457,37	0,00	5.457,37
Outras Transf Rec do FNAS	72.628,40	4.017,68	68.610,72
Programa de Erradicacao Trab Infantil PETI	184,55	0,00	184,55
Programa Nac de Apoio Transp Escolar PNATE	13.724,47	13.644,68	79,79
Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	40.790,60	0,00	40.790,60
Programa Pessoa Port Def PPD	1.033,80	1.033,80	0,00
RECURSOS DO TESOURO - TRANSPORTE ESCOLAR	36.060,39	35.808,44	251,95
Salário Educação	84.692,63	56.531,71	28.160,92
Transferencias de Convenio Rec Saude	50.396,61	0,00	50.396,61
Transferencias de Convenios Outros	3.383.249,90	470.002,44	2.913.247,46
Transferencias do FUNDEF 40%	39.325,74	36.514,00	2.811,74
Transfrecias do FUNDEF 60%	261.203,92	91.906,40	169.297,52
Trasnferencias Convenios Educação	186.897,11	1.159,99	185.737,12
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.410.253,34	908.342,00	3.501.911,34
Convenio SSP Transito Militar	6.310,71	0,00	6.310,71
Convenio Transito Civil	3.182,40	299,30	2.883,10
Convenio Transito Prefeitura	38.377,30	0,00	38.377,30
Rec de Impostos e de Transf de Impostos - Educacao	637.999,37	50.240,02	587.759,35
Receitas de Imp e de Transfer de Impostos - Saude	268.048,54	151.044,36	117.004,18
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	4.672.759,77	811.329,18	3.861.430,59
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.626.678,09	1.012.912,86	4.613.765,23
TOTAL (III) = (I + II)	10.036.931,43	1.921.254,86	8.115.676,57
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:07:33



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.444.808,70	1.290.962,44	1.220.586,42
DEDUÇÕES (II)	3.761.005,96	6.797.528,23	8.257.470,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.761.005,96	7.546.961,18	10.036.931,43
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	749.432,95	1.779.460,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.316.197,26	-5.506.565,79	-7.036.884,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.316.197,26	-5.506.565,79	-7.036.884,30

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-1.530.318,51	-4.720.687,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-400.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:34:43



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Atenção Basica	0,00	31.180,10	0,00	290.307,40	169.980,36	0,00
Contrib de Interv do Dominio Economico CIDE	0,00	0,00	0,00	80.946,28	2.237,35	0,00
COSIP Contr para Custeio Iluminacao Publica	0,00	7.335,92	0,00	0,00	(0,06)	0,00
Fundo Especial do Petroleo	0,00	0,00	0,00	0,00	17.569,89	0,00
Operação de Credito Interna Outros Programas	0,00	152.902,55	0,00	1.834.116,35	(152.902,55)	0,00
Outras Transf dec Comp fin Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	5.457,37	0,00
Outras Transf Rec do FNAS	0,00	3.518,76	0,00	0,00	68.610,72	0,00
Programa de Erradicaao Trab Infantil PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	184,55	0,00
Programa Nac de Apoio Transp Escolar PNATE	0,00	13.644,68	0,00	89.065,96	79,79	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	0,00	0,00	0,00	60.715,65	40.790,60	0,00
Programa Pessoa Port Def PPD	0,00	1.033,80	0,00	6.202,80	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOIRO - TRANSPORTE E	0,00	35.808,44	0,00	206.639,18	251,95	0,00
Salario Educação	0,00	56.531,71	0,00	18.951,45	28.160,92	0,00
Transferencias de Convenio Rec Saude	0,00	0,00	0,00	72.863,78	50.396,61	0,00
Transferencias de Convenios Outros	0,00	470.002,44	0,00	10.624.892,01	2.913.247,46	0,00
Transferencias do FUNDEF 40%	0,00	20.789,77	0,00	0,00	2.811,74	0,00
Transferencias do FUNDEF 60%	0,00	53.576,11	0,00	0,00	169.297,52	0,00
Transferencias Convenios Educação	0,00	1.159,99	0,00	809.862,71	185.737,12	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	847.484,27	0,00	14.094.563,57	3.501.911,34	0,00
Convenio SSP Transito Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	6.310,71	0,00
Convenio Transito Civil	0,00	299,30	0,00	0,00	2.883,10	0,00
Convenio Transito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	38.377,30	0,00
Rec de Impostos e de Transf de Impostos - Ed	0,00	50.240,02	0,00	669.747,42	587.759,35	0,00
Receitas de Imp e de Transfer de Impostos - S	0,00	131.132,19	0,00	1.020.089,85	117.004,18	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS N	0,00	750.304,93	0,00	5.595.339,98	3.861.430,59	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	931.976,44	0,00	7.285.177,25	4.613.765,23	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.779.460,71	0,00	21.379.740,82	8.115.676,57	0,00

Continua 1/2

11:09:44



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TURVO , 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controlador Interno

11:09:44



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	35.648.437,72	4.792.973,22	14.796.221,18	13.758.814,91
Receita Tributária	2.764.374,47	606.534,91	2.609.568,87	2.262.161,90
I.P.T.U.	850.000,00	120.821,48	794.886,12	704.498,48
I.S.S.	262.359,60	216.636,27	556.485,85	556.685,52
I.T.B.I.	200.000,00	43.338,65	108.102,39	92.843,85
I.R.R.F.	176.314,03	36.062,53	109.477,12	84.607,37
Outras Receitas Tributárias	1.275.700,84	189.675,98	1.040.617,39	823.526,68
Receita de Contribuição	292.136,00	34.068,64	97.570,63	128.000,92
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	292.136,00	34.068,64	97.570,63	128.000,92
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	73.794,52	23.308,04	33.338,22	86.185,68
(-) Aplicações Financeiras	73.794,52	23.308,04	33.338,22	86.185,68
Transferências Correntes	31.809.822,02	3.913.383,60	11.636.210,58	10.435.937,00
F.P.M.	10.100.000,00	1.069.727,28	3.391.184,29	3.008.900,13
I.C.M.S.	13.300.588,47	1.274.742,27	3.820.097,82	3.486.782,57
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	8.409.233,55	1.568.914,05	4.424.928,47	3.940.254,30
Demais Receitas Correntes	782.105,23	238.986,07	452.871,10	932.715,09
Dívida Ativa	189.128,85	26.452,95	106.085,98	79.217,26
Diversas Receitas Correntes	592.976,38	212.533,12	346.785,12	853.497,83
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.280.627,98	3.167.708,64	6.352.365,01	1.311.587,71
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	197.247,98	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.083.380,00	3.167.708,64	6.352.365,01	1.311.587,71
Convênios	5.083.380,00	3.167.708,64	6.352.365,01	1.311.587,71
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.083.380,00	3.167.708,64	6.352.365,01	1.311.587,71
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	40.731.817,72	7.960.681,86	21.148.586,19	15.070.402,62

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	30.511.769,43	4.284.558,37	11.225.307,32	9.493.768,62
Pessoal e Encargos Sociais	13.379.959,10	2.067.435,59	5.773.045,95	4.950.864,76
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.081.810,33	2.217.122,78	5.452.261,37	4.542.903,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	30.461.769,43	4.284.558,37	11.225.307,32	9.493.768,62
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	29.113.160,45	2.247.164,15	5.601.946,48	4.444.062,44
Investimentos	28.213.160,45	2.176.788,13	5.377.724,20	4.098.197,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	900.000,00	70.376,02	224.222,28	345.864,65
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	28.213.160,45	2.176.788,13	5.377.724,20	4.098.197,79

11:39:04



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.472,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	58.697.401,88	6.461.346,50	16.603.031,52	13.591.966,41
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-17.965.584,16	1.499.335,36	4.545.554,67	1.478.436,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	119.860,89	0,00
Superávit Financeiro	-	-	119.860,89	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				678.957,50

FONTE:

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:39:04



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)							
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO , 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controlé Interno

11:40:44



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.632.858,48	1.632.858,48	427.305,24	1.607.181,40	98,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	994.184,85	994.184,85	131.267,79	833.116,04	83,80
1.1.1- IPTU	850.000,00	850.000,00	120.821,48	794.886,12	93,52
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	144.184,85	144.184,85	10.446,31	38.229,92	26,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	43.338,65	108.102,39	54,05
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	43.338,65	108.102,39	54,05
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	262.359,60	262.359,60	216.636,27	556.485,85	212,11
1.3.1- ISS	262.359,60	262.359,60	216.636,27	556.485,85	212,11
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.314,03	176.314,03	36.062,53	109.477,12	62,09
1.4.1- IRRF	176.314,03	176.314,03	36.062,53	109.477,12	62,09
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.282.871,88	29.282.871,88	3.306.697,76	9.876.460,61	33,73
2.1- Cota-Parte FPM	12.000.000,00	12.000.000,00	1.337.159,06	4.201.779,60	35,01
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.000.000,00	12.000.000,00	1.337.159,06	4.201.779,60	35,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.900.588,47	15.900.588,47	1.593.427,60	4.775.121,71	30,03
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	123.001,62	123.001,62	6.954,90	17.387,25	14,14
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	217.679,52	217.679,52	23.307,16	70.342,10	32,31
2.5- Cota-Parte ITR	17.906,81	17.906,81	245,31	587,94	3,28
2.6- Cota-Parte IPVA	1.023.695,46	1.023.695,46	345.603,73	811.242,01	79,25
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.915.730,36	30.915.730,36	3.734.003,00	11.483.642,01	37,14

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.776.456,67	4.776.456,67	661.339,15	1.945.530,56	40,73
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.900.000,00	1.900.000,00	267.431,78	810.595,31	42,66
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.600.000,00	2.600.000,00	318.685,33	955.023,89	36,73
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	24.600,32	24.600,32	1.390,98	3.477,45	14,14
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	43.535,90	43.535,90	4.661,44	14.068,43	32,31
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.581,36	3.581,36	49,04	117,54	3,28
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	204.739,09	204.739,09	69.120,58	162.247,94	79,25
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.150.000,00	4.150.000,00	797.313,58	2.348.883,27	56,60
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.150.000,00	4.150.000,00	797.313,58	2.348.883,27	56,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-626.456,67	-626.456,67	135.974,43	403.352,71	-64,39
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

11:41:58



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.500.000,00	3.500.000,00	581.258,67	1.614.406,61	46,13
13.1- Com Educação Infantil	1.000.000,00	1.000.000,00	252.735,52	759.188,51	75,92
13.2- Com Ensino Fundamental	2.500.000,00	2.500.000,00	328.523,15	855.218,10	34,21
14- OUTRAS DESPESAS	650.000,00	650.000,00	248.275,88	586.387,00	90,21
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	650.000,00	650.000,00	248.275,88	586.387,00	90,21
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.150.000,00	4.150.000,00	829.534,55	2.200.793,61	53,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.200.793,61
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,73
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					24,96
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,30
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					53.773,10
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					53.773,10
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	7.728.932,59	7.728.932,59	933.500,75	2.870.910,50	37,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000.000,00	1.000.000,00	252.735,52	759.188,51	75,92
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.878.932,60	10.878.932,60	905.477,44	2.229.167,76	20,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.150.000,00	3.150.000,00	576.799,03	1.441.605,10	45,77
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	7.728.932,60	7.728.932,60	328.678,41	787.562,66	10,19
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.878.932,60	11.878.932,60	1.158.212,96	2.988.356,27	25,16
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					403.352,71
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					53.773,10
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					457.125,81
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.531.230,46
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,04
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.878.932,60	11.878.932,60	1.158.212,96	2.988.356,27	25,16

11:41:58



MUNICÍPIO DE TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.348.883,27	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.348.883,27	0,00

TURVO, 16/07/2014

RONALDO CARLESSI	JUIR ANTONIO ROVARIS	NESTOR RECO
Prefeito Municipal	Contador CRC-SC 16.738/0-4	Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 53.773,10, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

11:41:58



Município de TURVO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.000,00	0,00		2.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	29.113.160,45	5.601.946,48	0,00	23.511.213,97
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	29.113.160,45	5.601.946,48	0,00	23.511.213,97
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-27.113.160,45	-5.601.946,48		-21.511.213,97

FONTE:

TURVO , 16/07/2014

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO
Controle Interno

11:46:55

CONTRATOS FMS MARÇO/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 1/2

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2014**Número do Processo:** 11/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO, CALÇADA DE PASSEIO PÚBLICO E PAISAGISMO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LINHA CONTESSI, LOCALIZADA NA ESTRADA MUNICIPAL TVO 353, BAIRRO LINHA CONTESSI MUNICIPIO DE TURVO/SC. TUDO CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA , MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO.

Data da Assinatura: 12/03/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/03/2014 a 09/05/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 204**Valor:** 50.121,88**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 12/2014**Número do Processo:** 12/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAÚDE, PARA SER INSTALADA NA RUA ABRAÃO TRICHÊS, BAIRRO IMIGRANTES NO MUNICIPIO DE TURVO/SC. TUDO CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA , MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO.

Data da Assinatura: 12/03/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/03/2014 a 08/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 203**Valor:** 79.757,13**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 2/2

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PENSGRAFI GRAFICA E EDITORA LTDA - ME**CNPJ:** 85.172.948/0001-87**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 13/2014**Número do Processo:** 13/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 21/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS IMPRESSOS E GRÁFICOS CFE. A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC

Data da Assinatura: 31/03/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 31/03/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 265**Valor:** 76.922,46**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS FMS ABRIL/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 1/1

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA - ME**CNPJ:** 02.177.792/0001-08**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 14/2014**Número do Processo:** 14/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (AGENCIA DE PUBLICIDADES) PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE INSERÇÕES RADIOFÔNICAS E PUBLICAÇÕES EM JORNAIS DOS ATOS OFICIAIS, INSTITUCIONAIS, PEÇAS PUBLICITÁRIAS DE INTERESSES SOCIAIS E VEICULAÇÃO DE CAMPANHAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Data da Assinatura: 07/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 07/04/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 78.010,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LABORATORIO DAROS LTDA**CNPJ:** 08.476.828/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 15/2014**Número do Processo:** 15/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (LABORATÓRIO BIOQUÍMICO) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, CFE. RECEITUÁRIO MEDICO E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL.

Data da Assinatura: 17/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 17/04/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 300, 301**Valor:** 143.605,75**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS FMS JUNHO/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 1/4

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MANTOVANI & CIA LTDA ME**CNPJ:** 08.600.882/0001-38**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 16/2014**Número do Processo:** 16/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL COPA COZINHA, MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE E OS POSTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC

Data da Assinatura: 11/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 453, 454, 455, 456**Valor:** 54.441,42**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** TEREZA PESCADOR RECCO**C.P.F.:** 017.848.049-59**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 19/2014**Número do Processo:** 19/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 25/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: LOCAÇÃO DE 02 (DUAS) SALAS COMERCIAIS DE ALVENARIA, SALA 01 COM ÁREA DE 89,80M² E SALA 02 COM ÁREA DE 86,66M², SITO NA RUA ÂNGELO ROVARIS, 1365 NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO.

Data da Assinatura: 11/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 468**Valor:** 7.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 2/4

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EMPRESA SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**CNPJ:** 05.568.964/0001-54**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 26/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ASSESSORIA TECNICA NA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUNTO AO MINISTERIO DA SAUDE/FUNDO NACIONAL DE SAUDE, COM OBJETIVO DE PROPORCIONAR MELHORIAS NOS SERVIÇOS DE SAUDE NO MUNICIPIO, ENCURTANDO CAMINHO ENTRE OS PODERES MUNICIPAL E FEDERAL, PARA MUNICIPIO DE TURVO.

Data da Assinatura: 11/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 530**Valor:** 4.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**CNPJ:** 72.126.485/0001-75**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2014**Número do Processo:** 17/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 27/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Data da Assinatura: 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 484**Valor:** 80.084,77**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 3/4

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SANTA APOLONIA ODONTOLOGIA LTDA ME**CNPJ:** 12.687.347/0001-33**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2014**Número do Processo:** 17/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 28/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Data da Assinatura: 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 483**Valor:** 9.700,13**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**CNPJ:** 07.164.711/0001-40**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 18/2014**Número do Processo:** 18/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO / CURATIVOS PARA SEREM USADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Data da Assinatura: 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 486, 488**Valor:** 21.074,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 4/4

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**CNPJ:** 72.126.485/0001-75**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 18/2014**Número do Processo:** 18/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTO / CURATIVOS PARA SEREM USADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC PARA O EXERCÍCIO DE 2014.**Data da Assinatura:** 23/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 485, 487**Valor:** 121.105,13**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMT ABRIL/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Folha: 1/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BRITAGEM BOSA LTDA - ME**CNPJ:** 82.165.671/0001-77**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 33/2014**Número do Processo:** 33/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BASE DE SEIXO ROLADO PENEIRADO, PARA COLOCAÇÃO E DAR MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC.**Data da Assinatura:** 04/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/04/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 942**Valor:** 75.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** L1 SERV. ORG. FEIRAS CONG. VIAGENS E EVENTOS LTDA**CNPJ:** 14.121.384/0001-05**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 34/2014**Número do Processo:** 34/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS (TECIDOS E FELTRO) PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO "PANINHO AMIGO", DESENVOLVIDO COM OS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC DURANTE EXERCÍCIO DE 2014.**Data da Assinatura:** 07/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 07/04/2014 a 07/05/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 986**Valor:** 21.217,35**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 27/2014**Número do Processo:** 27/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 40/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A "PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE TURVO", ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 12/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1110**Valor:** 2.055.051,26**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP**CNPJ:** 07.323.544/0001-33**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 27/2014**Número do Processo:** 27/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 41/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A "PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE TURVO", ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 12/09/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1109**Valor:** 2.281.856,83**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CREMA CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 32/2014**Número do Processo:** 32/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 42/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA BENONI ZACCARON NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ERNESTO LODETI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ANTÔNIO DANDOLINI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA Nº 301 NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA ANGELO ROVARIS NO BAIRRO CENTRO, ESTRADA MUNICIPAL TVO 353 NO BAIRRO LINHA CONTESSI. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 09/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1114, 1115**Valor:** 553.744,23**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA**CNPJ:** 05.763.785/0001-78**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 32/2014**Número do Processo:** 32/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 43/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA BENONI ZACCARON NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ERNESTO LODETI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ANTÔNIO DANDOLINI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA Nº 301 NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA ANGELO ROVARIS NO BAIRRO CENTRO, ESTRADA MUNICIPAL TVO 353 NO BAIRRO LINHA CONTESSI. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 09/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1112, 1113**Valor:** 133.317,65**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA**CNPJ:** 05.763.785/0001-78**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 32/2014**Número do Processo:** 32/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 44/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA BENONI ZACCARON NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ERNESTO LODETI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ANTÔNIO DANDOLINI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA Nº 301 NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA ANGELO ROVARIS NO BAIRRO CENTRO, ESTRADA MUNICIPAL TVO 353 NO BAIRRO LINHA CONTESSI. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 09/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1116, 1117**Valor:** 100.248,70**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA**CNPJ:** 05.763.785/0001-78**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 32/2014**Número do Processo:** 32/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 45/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA BENONI ZACCARON NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ERNESTO LODETI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ANTÔNIO DANDOLINI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA Nº 301 NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA ANGELO ROVARIS NO BAIRRO CENTRO, ESTRADA MUNICIPAL TVO 353 NO BAIRRO LINHA CONTESSI. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 09/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1118, 1119**Valor:** 222.109,37**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 5/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA**CNPJ:** 05.763.785/0001-78**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 32/2014**Número do Processo:** 32/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 46/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA BENONI ZACCARON NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ERNESTO LODETI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ANTÔNIO DANDOLINI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA Nº 301 NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA ANGELO ROVARIS NO BAIRRO CENTRO, ESTRADA MUNICIPAL TVO 353 NO BAIRRO LINHA CONTESSI. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 09/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1120, 1121**Valor:** 127.681,62**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA**CNPJ:** 05.763.785/0001-78**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 32/2014**Número do Processo:** 32/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 47/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA BENONI ZACCARON NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ERNESTO LODETI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ANTÔNIO DANDOLINI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA Nº 301 NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA ANGELO ROVARIS NO BAIRRO CENTRO, ESTRADA MUNICIPAL TVO 353 NO BAIRRO LINHA CONTESSI. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 09/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1122, 1123**Valor:** 96.930,06**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 6/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA**CNPJ:** 05.763.785/0001-78**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 32/2014**Número do Processo:** 32/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 48/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA BENONI ZACCARON NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ERNESTO LODETI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA ANTÔNIO DANDOLINI NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA AUGUSTO RISSI MIRANDA NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA Nº 301 NO BAIRRO IMIGRANTES, RUA ANGELO ROVARIS NO BAIRRO CENTRO, ESTRADA MUNICIPAL TVO 353 NO BAIRRO LINHA CONTESSI. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/04/2014 a 09/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1124, 1125**Valor:** 76.127,38**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** J B COMÉRCIO E ASSESSORIA ESPORTIVA LTDA ME**CNPJ:** 07.742.866/0001-17**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 36/2014**Número do Processo:** 36/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 50/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ARBITRAGEM E REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL TAÇA VICTOR SEMPREBOM, QUE SE REALIZARÁ NO ESTÁDIO GREMIO TURVENSE. COM PREVISÃO DE INICIO PARA O DIA 20 DE ABRIL DE 2014 COM TERMINO PREVISTO PARA DIA 27 DE JULHO DE 2014.

Data da Assinatura: 17/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 17/04/2014 a 31/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1126**Valor:** 57.993,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 7/7

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 39/2014**Número do Processo:** 39/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 51/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA DE ACESSO A COMUNIDADE DE SÃO FELIPE TVO 361. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 23/04/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/04/2014 a 21/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1163, 1164**Valor:** 145.690,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMT MAIO/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Folha: 1/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Maio/2014.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CREMA CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 37/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 52/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS: RUA ADOLFO CASTELLER NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA DOMINGOS MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA LUIZ MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA N° 42 NO BAIRRO IMIGRANTES E RUA N° 300 NO BAIRRO IMIGRANTES. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 02/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/05/2014 a 29/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1319, 1320**Valor:** 117.889,36**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP**CNPJ:** 07.323.544/0001-33**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 37/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 53/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS: RUA ADOLFO CASTELLER NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA DOMINGOS MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA LUIZ MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA N° 42 NO BAIRRO IMIGRANTES E RUA N° 300 NO BAIRRO IMIGRANTES. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 02/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/05/2014 a 29/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1321, 1322**Valor:** 161.720,45**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP**CNPJ:** 07.323.544/0001-33**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 37/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 54/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS: RUA ADOLFO CASTELLER NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA DOMINGOS MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA LUIZ MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA N° 42 NO BAIRRO IMIGRANTES E RUA N° 300 NO BAIRRO IMIGRANTES. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 02/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/05/2014 a 29/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1323, 1324**Valor:** 161.356,34**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CREMA CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 37/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 55/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS: RUA ADOLFO CASTELLER NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA DOMINGOS MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA LUIZ MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA N° 42 NO BAIRRO IMIGRANTES E RUA N° 300 NO BAIRRO IMIGRANTES. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 02/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/05/2014 a 29/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1325, 1326**Valor:** 160.204,39**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CREMA CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 01.490.849/0001-53**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 37/2014**Número do Processo:** 37/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 56/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS: RUA ADOLFO CASTELLER NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA DOMINGOS MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA LUIZ MARAGNO NO BAIRRO CIDADE ALTA, RUA N° 42 NO BAIRRO IMIGRANTES E RUA N° 300 NO BAIRRO IMIGRANTES. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 02/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/05/2014 a 29/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1327, 1328**Valor:** 64.505,87**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 38/2014**Número do Processo:** 38/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 57/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA DE ACESSO A COMUNIDADE DE RIO APARECIDA TVO 367. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 02/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/05/2014 a 29/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1315, 1316**Valor:** 260.413,44**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 40/2014**Número do Processo:** 40/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 58/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA 362 NO BAIRRO SÃO LUIS, COM 692,72 METROS DE EXTENSÃO, NO VALOR DE R\$ 665.108,50 (SEISCENTOS E SESSENTA E CINCO MIL CENTO E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 02/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/05/2014 a 29/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1317, 1318**Valor:** 658.468,73**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GOLD COMPUTADORES LTDA**CNPJ:** 02.537.692/0001-37**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 42/2014**Número do Processo:** 42/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 59/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS PARA AS IMPRESSORAS E COPIADORAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 05/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1287, 1288**Valor:** 78.775,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 5/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CAMBIRELA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE SILEX LTDA**CNPJ:** 06.215.119/0001-68**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 60/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O CONTRATADO compromete-se a prestar serviços técnicos de orientação e supervisão nos serviços de mineração no âmbito do município de Turvo/SC, acompanhar processos de licenças ambientais e preencher relatórios necessários aos órgãos competentes, durante o exercício de 2014.

Data da Assinatura: 05/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1596**Valor:** 7.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉR. DE EQUIP. GE**CNPJ:** 00.325.400/0001-77**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 61/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de mobiliário escolar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Data da Assinatura: 12/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/05/2014 a 12/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1410**Valor:** 41.396,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 6/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CLAVIO MARCON FRANCISCO ME**CNPJ:** 00.094.427/0001-04**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 44/2014**Número do Processo:** 44/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 62/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE DIVERSOS PNEUS PARA OS VEÍCULOS, MAQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 15/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1445, 1446, 1447**Valor:** 79.105,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ELECTROLUX DA AMAZÔNIA LTDA**CNPJ:** 02.421.684/0001-20**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 63/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** PELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS NA COMPRA DE UM APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTU, PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE TURVO -SC.**Data da Assinatura:** 15/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/05/2014 a 15/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1448**Valor:** 1.159,99**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 7/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PRÉ MOLDADOS PAGANI LTDA - ME**CNPJ:** 08.372.222/0001-47**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 45/2014**Número do Processo:** 45/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 64/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE BRITA 3/4 PARA MANUTENÇÃO DOS PÁTIOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PRÉ ESCOLARES, CRECHES, NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO PREFEITO IRIS OLIVO, GINÁSIO DE ESPORTES ABELE BEZ BATTI E NAS ESTRADAS DO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 19/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 19/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1500, 1501, 1502**Valor:** 75.082,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** JAZIDA ECKERT LTDA**CNPJ:** 02.808.957/0002-75**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 46/2014**Número do Processo:** 46/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 65/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE AREIA DE ATERRO PARA SERVIÇOS DE DRENAGEM NO ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO NAS RUAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 19/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 19/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1505**Valor:** 74.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 8/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 47/2014**Número do Processo:** 47/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 66/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS DE TRATOR DE ESTEIRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM DE INFRAESTRUTURA NO LOTEAMENTO SÃO BRAZ DO MUNICIPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 19/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 19/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1506**Valor:** 49.440,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP**CNPJ:** 07.323.544/0001-33**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 48/2014**Número do Processo:** 48/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 67/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM NA RUA JOÃO MAGANIN NO DISTRITO DE MORRO CHATO MUNICIPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 19/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 19/05/2014 a 17/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1504**Valor:** 66.087,79**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 9/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME

CNPJ: 12.766.781/0001-09

Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 49/2014

Número do Processo: 49/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 68/2014

Fundamento Legal:

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A RECUPERAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA DE ACESSO A COMUNIDADE DE POÇO DA LONTRA MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 19/05/2014

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 19/05/2014 a 19/09/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 1530, 1532

Valor: 130.847,40

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: EMPRESA P. AGROP.E EXTENSÃO RURAL-EPAGRI

CNPJ: 83.052.191/0001-62

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 55/2014

Número do Processo: 55/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 69/2014

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENÇÃO RURAL, CONFORME PLANO ANUAL DE TRABALHO(PAT) A SER EXECUTADO DURANTE O EXERCICIO DE 2014.

Data da Assinatura: 23/05/2014

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 23/05/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 1546

Valor: 33.385,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 10/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP**CNPJ:** 07.323.544/0001-33**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 41/2014**Número do Processo:** 41/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 70/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 28/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/05/2014 a 25/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1669**Valor:** 326.925,85**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 41/2014**Número do Processo:** 41/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 71/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 28/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 28/05/2014 a 25/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1668**Valor:** 1.661.893,83**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 11/11

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA**CNPJ:** 01.273.320/0001-88**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 52/2014**Número do Processo:** 52/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 73/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 350 (TREZENTOS E CINQUENTA) M³ DE CONCRETO USINADO 20 MPA CONVENCIONAL E 230 (DUZENTOS E TRINTA) M³ DE CONCRETO USINADO 25 MPA CONVENCIONAL E BOMBEADO, PARA A MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE TAMPAS DE BOCA DE LOBO, BOCAS DE DRENAGEM EM TRAVESSIAS DE ESTRADAS, CALÇADAS, RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E BASES PARA ACADEMIAS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 29/05/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/05/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1640**Valor:** 140.300,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMT JUNHO/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Folha: 1/6

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 54/2014**Número do Processo:** 54/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 74/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA DE ACESSO A COMUNIDADE DE BOA VISTINHA - TRECHO 1. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 03/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/06/2014 a 28/11/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1672, 1673**Valor:** 301.296,49**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CELITO CARLESSI E CIA LTDA - EPP**CNPJ:** 73.540.379/0001-04**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 56/2014**Número do Processo:** 56/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 75/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PARA A INSTALAÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE, PARA PROPORCIONAR MELHOR QUALIDADE DE VIDA E UMA SAÚDE FÍSICA A POPULAÇÃO DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 04/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/06/2014 a 04/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1697, 1698**Valor:** 19.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/6

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉR. DE EQUIP. GE**CNPJ:** 00.325.400/0001-77**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 76/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: PELA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS REF. A COMPRA DE 140 UN CONJUNTO ALUNO/CJA 03; 262 UN CONJUNTO ALUNO/CJA 06; 10 UN CONJUNTO PROFESSOR CJP-01 E 03 UN MESA REDONDA EM CADEIRA DE RODAS; PARA ATENDIMENTO AS ENTIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE TURVO -SC.

Data da Assinatura: 09/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/06/2014 a 09/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1704**Valor:** 59.751,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIDER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME**CNPJ:** 12.766.781/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 59/2014**Número do Processo:** 59/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 77/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, SUBBASE DE SEIXO ROLADO, BASE COM CONCRETO 20MPA, 16 (DEZESSEIS) GALERIAS CELULARES DE CONCRETO ARMADO PRÉ MOLDADO COM DIMENSÕES LIVRES DE 2,00x2,00 METROS E RESISTENTES PARA TRÂNSITO DE 45. NA RUA USILIO TONETTO TRECHO 3.

Data da Assinatura: 12/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/06/2014 a 12/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1769**Valor:** 46.898,96**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/6

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ALOISIO BA RODRIGUES 04312548935**CNPJ:** 19.078.845/0001-28**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 61/2014**Número do Processo:** 61/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 79/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PINTURA DO PISO DE ASSOALHO NA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES PERTENCENTE A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL LAURITA BRISTOT MANFREDINI, COM TINTA POLIPAR (EPOX). COM AREA DE 754,90M².

Data da Assinatura: 13/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/06/2014 a 14/07/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1787**Valor:** 24.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA**CNPJ:** 03.075.558/0001-24**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 62/2014**Número do Processo:** 62/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 80/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR FINALIDADE A AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE, OLEO HIDRAULICO, FLUIDOS DE FREIOS E FILTROS DIVERSOS PARA OS VEICULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO - SC.

Data da Assinatura: 13/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1783, 1784, 1785, 1786**Valor:** 79.277,90**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/6

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ELETIVA APOIO ADMINISTRATIVO LTDA-ME**CNPJ:** 13.664.490/0001-72**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 81/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: VALOR REF. SERVIÇO PRESTADO NA COMPILAÇÃO DE DAODS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA ANALISAR E AVALIAR OS PROCEDIMENTOS REALIZADOS REFERENTES AO ENSINO DO MUNICÍPIO COM RELAÇÃO AS NOTAS E/OU CONCEITOS ANUAIS EMITIDAS PELOS PROFESSORES AOS ALUNOS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Data da Assinatura: 24/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/06/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1869**Valor:** 7.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 63/2014**Número do Processo:** 63/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 82/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE TRECHO DA RUA JORGE LACERDA E ABERTURA DE TRECHO DA RUA ÂNGELO ROVARIS. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 26/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 26/06/2014 a 23/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1903, 1905**Valor:** 899.968,67**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 5/6

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 63/2014**Número do Processo:** 63/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 83/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE TRECHO DA RUA JORGE LACERDA E ABERTURA DE TRECHO DA RUA ÂNGELO ROVARIS. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 26/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 26/06/2014 a 23/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1904, 1906**Valor:** 415.132,52**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 58/2014**Número do Processo:** 58/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 84/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO TURVO NA RUA LUIZ MIRO FASCIN, NO BAIRRO CIDADE ALTA, NO MUNICÍPIO DE TURVO -SC. TUDO CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/06/2014 a 30/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1968**Valor:** 253.530,83**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 6/6

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NAPOLY COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**CNPJ:** 11.770.571/0001-21**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 66/2014**Número do Processo:** 66/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 85/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PICK-UP 0 KM DE COR VERMELHA INCLUINDO PARA-CHOQUES E RETROVISORES, 02 (DUAS) PORTAS LATERAIS E 01 (UM) NA TRASEIRA PARA ACESSO AO COMPARTIMENTO DE CARGA, MODELO NO MÍNIMO CORRESPONDENTE À DATA DA NOTA FISCAL E DA LINHA DE PRODUÇÃO, TRANSMISSÃO-TRAÇÃO; DIANTEIRA 4x2, 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, BICOMBUSTIVEL, POTENCIA DE NO MÍNIMO 86 CV, ALIMENTAÇÃO CONVENCIONAL POR INJEÇÃO ELETRÔNICA, PNEUS 175/70 R14 ARO 5,5x14, FREIO A DISCO NAS RODAS DIANTEIRAS E TAM

Data da Assinatura: 30/06/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/06/2014 a 29/08/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1967**Valor:** 40.190,00**Forma de Pagamento:** À Vista

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial Nº 34/2014

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 04 de agosto de 2014 às 14 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de materiais didáticos pedagógicos e demais materiais a serem utilizados na rede municipal de ensino de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 34/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 15 de julho de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços N.º 04/2014

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 04 de agosto de 2014, até às 10h20min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento das licenças de uso de um Software de Sistema Móvel para captação de informações contidas no sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde, denominado E-SUS AB Centralizador. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 15 de julho de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 102/2014

Ata de Registro de Preços nº: 102/2014

Data de Assinatura: 09.07.2014

Fornecedor.....: Siprolimp - Simionato Produtos de Limpeza Ltda

Valor: R\$ 55.068,63

Licitação : Pregão Presencial nº 71/2014 - PMV

Objeto : Registro de preço para aquisição de material de higiene e limpeza para as Secretarias de Administração, Infraestrutura, Agricultura, Turismo e Cultura, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 103/2014

Ata de Registro de Preços nº: 103/2014

Data de Assinatura: 10.07.2014

Fornecedor.....: Piatã Comércio de Peças Ltda ME

Valor: R\$ 113.023,00

Licitação : Pregão Presencial nº 76/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisição futuras, com pedidos parcelados, de materiais hidráulicos e elétricos para uso das Secretarias de Educação, Infraestrutura e Turismo e Cultura.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 104/2014

Ata de Registro de Preços nº: 104/2014

Data de Assinatura: 10.07.2014

Fornecedor.....: Kalinovski e Kalinovski Ltda

Valor: R\$ 930,00

Licitação : Pregão Presencial nº 72/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de colchonetes para uso nas Escolas Municipais e CEMEIS.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 105/2014

Ata de Registro de Preços nº: 105/2014

Data de Assinatura: 10.07.2014

Fornecedor.....: Bagatoli Comércio de Móveis Ltda.

Valor: R\$ 34.810,00

Licitação : Pregão Presencial nº 72/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de colchonetes para uso nas Escolas Municipais e CEMEIS.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 106/2014

Ata de Registro de Preços nº: 106/2014

Data de Assinatura: 10.07.2014

Fornecedor.....: Total Sports Ltda ME.

Valor: R\$ 14.700,00

Licitação : Pregão Presencial nº 72/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de colchonetes para uso nas Escolas Municipais e CEMEIS.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 107/2014

Ata de Registro de Preços nº: 107/2014

Data de Assinatura: 10.07.2014

Fornecedor....: Concretos Farroupilha Ltda.

Valor: R\$ 140.500,00

Licitação : Pregão Presencial nº 85/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de tubos de concretos para serem utilizados na drenagem de águas pluviais em diversos locais do Município de Videira, pela Secretaria de Infraestrutura.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 108/2014

Ata de Registro de Preços nº: 108/2014

Data de Assinatura: 10.07.2014

Fornecedor....: Delcir Boesing ME.

Valor: R\$ 88.000,00

Licitação : Pregão Presencial nº 85/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de tubos de concretos para serem utilizados na drenagem de águas pluviais em diversos locais do Município de Videira, pela Secretaria de Infraestrutura.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 110/2014

Ata de Registro de Preços nº: 110/2014

Data de Assinatura: 14.07.2014

Fornecedor....: Videgraf Artes Gráficas Ltda.

Valor: R\$ 7.500,00

Licitação : Pregão Presencial nº 74/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de faixas em lona, banners em lona e material gráfico para serem utilizados na divulgação de eventos, programas e eventos das Escolas Municipais e CEMEIS.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 109/2014

Ata de Registro de Preços nº: 109/2014

Data de Assinatura: 14.07.2014

Fornecedor....: Alquieri Comunicação Visual Ltda.

Valor: R\$ 10.750,00

Licitação : Pregão Presencial nº 74/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de faixas em lona, banners em lona e material gráfico para serem utilizados na divulgação de eventos, programas e eventos das Escolas Municipais e CEMEIS.

Extrato Ata de Registro de Preços Nº 111/2014

Ata de Registro de Preços nº: 111/2014

Data de Assinatura: 15.07.2014

Fornecedor....: Florkar Máquinas e Equipamentos Ltda.

Valor: R\$ 7.150,00

Licitação : Pregão Presencial nº 87/2014 - PMV

Objeto : Registro de preços para aquisições futuras, com pedidos parcelados, de trimmer para as roçadeiras para uso das Secretarias de Agricultura e Infraestrutura.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0083/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0083/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0413/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MÁRIO SEBASTIÃO LAGOS

CPF: 220.856.889-34

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 30 de junho de 2014.

3ª Retificação Pregão Presencial Nº 80/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 - PMV

3ª RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam alteradas as especificações constantes dos itens 5, 6, 17 e 19 no Edital do Pregão Presencial nº 80/2014-PMV, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MÓVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, porém, permanecendo a mesma data de abertura, 05 de agosto do corrente ano no mesmo horário, a qual atende o disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 16 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Rescisão N. 0081/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0081/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0443/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSÉ VALDECI RODRIGUES RAIZ

CPF: 019.969.109-65

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir 30 de junho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0082/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0082/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0424/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEONARDO PAULO BUSS

CPF: 098.074.809-73

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir 30 de junho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0084/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0084/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0405/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: NILSON JOSÉ DE OLIVÉRIO

CPF: 347.886.629-49

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 30 de junho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0085/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0085/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0407/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELI RIBEIRO DE LIMA
CPF: 078.099.619-42
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 30 de junho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0086/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0086/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0395/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: NILSON DA MOTTA JUNIOR
CPF: 081.591.479-29
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 02 de julho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0087/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0087/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0451/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: CLAUDIR DE LIMA
CPF: 776.584.009-63
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 04 de julho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0088/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0088/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0603/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LUCAS DE ALMEIDA BESEN
CPF: 075.697.059-80
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 04 de julho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0089/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0089/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0452/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: EDSON DA SILVA FURTADO
CPF: 008.804.309-66
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 04 de julho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0090/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0090/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0394/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: VALDECIR DA LUZ
CPF: 809.032.409-63
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir 04 de julho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0091/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0091/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0432/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DERLI BORGES DE OLIVEIRA
CPF: 802.938.759-87
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 04 de julho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0092/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0092/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0343/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TERESA MULLER
CPF: 513.670.689-91
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 04 de julho de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0093/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0093/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0348/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA APARECIDA FENILI
CPF: 548.785.949-34
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 02 de julho de 2014.

INPREVID

Balanc Financ. 3º Bim 2014

SANTA CATARINA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2014

Receita		Despesa	
Titulos	Valor	Titulos	Valor
Receita Orçamentária	1.804.701,14	Despesa Orçamentária	571.963,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	196.967,78	Despesas exceto Intra-orçamentárias	570.126,11
RECEITA PATRIMONIAL	779.560,09	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.018,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.279,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	561.107,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	823.893,84	Despesas Intra-orçamentárias	1.837,82
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.837,82
Receita Extra - Orçamentária	679.728,27	Despesa Extra - Orçamentária	674.319,00
DEPÓSITOS	107.764,34	DEPÓSITOS	93.891,80
CONSIGNAÇÕES	107.764,34	CONSIGNAÇÕES	93.891,80
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.256,77	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.256,77
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.430,11	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	557,57
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ME	52.981,20	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	52.981,20
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	39.096,26	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	39.096,26
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	571.963,93	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	572.863,87
OBRIGAÇÕES A PAGAR	571.963,93	OBRIGAÇÕES A PAGAR	572.863,87
FORNECEDORES	4.191,88	FORNECEDORES	4.191,88
PESSOAL A PAGAR	8.848,51	PESSOAL A PAGAR	8.848,51
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.007,79	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.007,79
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	556.915,75	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	557.815,69
		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	7.563,33
		INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.563,33
		INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	7.563,33
Saldos anteriores	109.023.291,64	Saldos atuais	110.261.438,12
Aplicações do RPPS	108.888.450,76	Aplicações do RPPS	110.113.723,37
BANCO C/ MOVIMENTO	134.840,88	BANCO C/ MOVIMENTO	147.714,75
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	111.507.721,05	Total	111.507.721,05

SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2014

Receita		Despesa	
Titulos	Valor	Titulos	Valor

VIDEIRA, 16/07/2014

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA

CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ

PRESIDENTE

REO INPREVID 3º BIM 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
3º bimestre

SANTA CATARINA
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 04/2014	Bimestre Mai/Jun/2014	Total até Jun/2014
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.520.000,00	532.825,38	392.814,47	925.639,85
RECEITA PATRIMONIAL	8.750.000,00	3.481.176,46	1.912.417,18	5.393.593,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.000,00	18.446,88	8.657,32	27.104,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRI	10.650.000,00	2.463.086,04	1.648.399,77	4.111.485,81
TOTAL DA RECEITA :	22.000.000,00	6.495.534,76	3.962.288,74	10.457.823,50
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	22.000.000,00	2.234.696,71	1.146.504,32	3.381.201,03
Total da Entidade:	22.000.000,00	2.234.696,71	1.146.504,32	3.381.201,03
TOTAL DA DESPESA :	22.000.000,00	2.234.696,71	1.146.504,32	3.381.201,03

VIDEIRA, 16/07/2014

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 001/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2014

APROVA AS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2012, DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas anuais do exercício de 2012, da Prefeitura do Município de Videira (SC), em consonância com o Parecer Prévio nº. 0038/2013, emitido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, mantendo, entretanto, a recomendação apontada no relatório DMU nº. 2861/2013 do Processo nº. PCP 13/00370367.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2014

LOURENÇO BECKER

Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Secretaria

DEMONSTRATIVO DISPONIBILIDADE DE CAIXA 2 SEM 2013

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	53.871,71	(273,29)	54.145,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	53.871,71	(273,29)	54.145,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.871,71	(273,29)	54.145,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DEMONSTRATIVO RESTOS A PAGAR 2 SEM 2013

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex. Cor.	0,00	0,00	0,00	53.687,51	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	53.687,51	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	53.687,51	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DEMONSTRATIVO DE GESTÃO FISCAL 2 SEM 2013

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	787.907,82	0,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.459.843,50	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.136.851,32	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-53.871,71	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.686.092,83	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	17.226.249,33	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7.536.484,08	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	53.687,51	0,00

FONTE:

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 040/2014

DECRETO N.º 040/2014
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Complementar 048, de 23 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 010, de 19 de dezembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Senhores PAULO ROBERTO DE FREITAS, EDENIR BRANGER FRANÇA, JOSIANE BERKENBROCK MASOTE, LUIS CARLOS BOING e JEOVANA WINTER, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal do magistério da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo ora constituída poderá baixar instruções especiais sobre o Processo Seletivo nº 004/2014, e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE JULHO DE 2014.

Publicado e Registrado na data
Vitor Meireles/SC, ____/____/____.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 151/2014

PORTARIANº 151/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSILENI FISTAROL FORMENTIN
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 12 dias, pelo período de 30/06/2014 a 11/07/2014, sendo que, com mais três dias de atestado antes de 30/07/2014, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de junho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do

Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 16 DE JULHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xavantina

PREFEITURA

Contrato Nº 91/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA.

Número do Contrato: 91/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS AOS MUNICÍPIOS.

Data da Assinatura: 16/07/2014.

Vigência: 31/10/2014.

Valor da Suspensão: R\$ 3.560,00 (três mil, quinhentos e sessenta reais).

CÂMARA MUNICIPAL**RGF 1º semestre**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	176.048,96	0,00
Pessoal Ativo	176.048,96	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	176.048,96	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	176.048,96	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.342.233,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,15	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	920.534,03	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	874.507,33	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	828.480,63	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	160.298,62	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	160.315,18	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	16,56	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-160.298,62	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	4.767,27	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	24.992,38	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
Continuação 2/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
			R\$ 1,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	160.315,18	1.231,20	159.083,98
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	160.315,18	1.231,20	159.083,98
TOTAL (III) = (I + II)	160.315,18	1.231,20	159.083,98
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ' A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atualial.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00				
		RESTOS A PAGAR				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	176.048,96	1,15
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	920.534,03	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	874.507,33	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-160.298,62	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.375.291,44	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.454.757,41	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.073.956,37	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	0,00

FONTE:

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 031/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 031/2014

AUTORIZA O PAGAMENTO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO AOS SERVIDORES DA AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Incisos I, X e XII do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 10 de julho de 2014, na qual os representantes legais votaram e aprovaram a proposição quanto à autorização para o pagamento da 1ª parcela do 13º salário aos servidores da AGIR; cuja proposição foi referendada pelos votos e aclamação dos presentes, e de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º - Com fundamento na Lei Federal nº 4.090, de 13 de julho de 1962, modificada pela Lei 4.749, de 12 de agosto de 1965, com nova regulamentação dada pelo Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965, e observadas as diretrizes contidas nos artigos 44 e 45 do Anexo II - Estatuto dos Servidores Públicos da AGIR -, fica autorizada a antecipação do pagamento da primeira parcela do 13º salário para o mês de julho do ano corrente aos servidores efetivos, eletivos, comissionados ou temporários proporcionalmente ao meses de exercício e será pago aos servidores até o dia 15 de julho do corrente;

Art. 2º - Os recursos para o pagamento desta 1ª parcela do 13º salário ocorrerão por conta da Dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2010 - Aplicações diretas 3.1.90.00.00.00.00.00.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 11 de julho de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Resolução Nº 030/2014 - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR
RESOLUÇÃO Nº 030/2014

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Procedimento Administrativo

cujo objeto é averiguar o reajuste da tarifa de água aplicada pelo município de Botuverá/SC, sem prévio envio de pleito de apreciação à Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 07 de julho de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina

CEP: 89.036-200 - Fone (47) 3331-5827- CNPJ 11.762.843/0001-41 www.agir.sc.gov.br

Ata Nº 033 de 29.04.2014 - Assembleia Geral Ordinária - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

ATA Nº 033/2014 DE 29 DE ABRIL DE 2014 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.468, Página 640, de 15.04.2014, no site e no mural da AGIR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os representantes legais do Consórcio Público, no Auditório da AMMVI, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às onze horas em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às onze horas e trinta minutos em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Matias Kohler, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Guabiruba. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se o senhor Murilo Geviéski Ouriques - Agente Administrativo da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Fernando Tomaselli, Vice Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros; senhor Pedro Celso Zuchi, Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Gaspar; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial; senhor Paulo Roberto Eccel, Prefeito do Município de Brusque; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do Município de Botuverá; senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio; senhor Laércio Schuster Júnior, Prefeito do Município de Timbó; senhor Osnir Floriani, Prefeito em exercício do Município de Benedito Novo; senhor Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Ascurra e o senhor Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, além de outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 - Apresentação das Fiscalizações 2014; 3 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Matias Kohler agradeceu a presença de todos, prosseguindo diretamente ao item um da pauta (Leitura e Aprovação da Ata Anterior), a qual teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 15.04.2014, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos,

o senhor Matias Kohler, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, passa a palavra para o senhor Felipe Ruediger para este fazer a apresentação das Fiscalizações 2014 (item 2), o qual inicia explicando sobre as visitas técnicas realizadas até o momento referentes ao serviço de abastecimento de água nos municípios cujos prestadores são os Samae's, e demonstra, por meio de fotos, os problemas enfrentados, quais sejam: na captação - ausência de guarda copos, de extintores de incêndio, de instalações elétricas, muitos vazamentos nas tubulações, corrosão, ETA's trabalhando no limite de evasão, exaustores inativos, problemas de calibração dos aparelhos, vazamento nas válvulas, falta de macromedidores, produtos químicos vencidos, falta de placas laminares, falta de controle de esgoto que é despejado diretamente no ribeirão etc. Nos reservatórios - ausência de manutenção nas válvulas, nas limpezas dos drenos, água pluvial transbordando para dentro dos reservatórios, vazamentos dos reservatórios, acesso precário aos reservatórios, escadas oxidadas, alguns reservatórios extravasando e outros vazios etc. Afirma, também, que tão logo finalizar as fiscalizações nos municípios prestados pelos Samae's, serão iniciadas as fiscalizações nos municípios com os serviços prestados pela Casan; que as fiscalizações tem principalmente um caráter preventivo e educativo e, que há um prazo de seis meses a um ano para adequação às normas. Finalizado a apresentação, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, o senhor Matias Kohler, passa a palavra para que a senhora Vanessa Fernanda Schmitt verse a respeito do item 3 (Assuntos Gerais). É informado a todos da Ratificação do Decreto número 008/2014 que dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da AGIR e que para o exercício de 2014 o percentual concedido foi de 5,39% (cinco e trinta e nove), tomando por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março de 2013 a fevereiro de 2014, com efeitos retroativos a partir do dia primeiro de março de 2014. Ainda, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt informa da abertura do Edital do Concurso Público número 01/2014 da AGIR, na data de hoje, realizado pelo IBAM, para os cargos de economista e ouvidor (uma vaga) e contador, engenheiro civil e auxiliar administrativo (cadastro reserva), com inscrições entre os dias cinco de maio e seis de junho deste ano. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva, senhor Matias Kohler agradeceu a presença de todos, encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, e determinando que eu, Murilo Geviéski Ouriques, secretário "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MATIAS KOHLER

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR
Prefeito de Guabiruba/SC.

MURILO GEVIÉSKI OURIQUES

Secretário "ad hoc"
Agente Administrativo da AGIR.

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina.

CEP: 89036-200 - Fone (47) 3331-5827 - CNPJ 11.762.843/0001-41 www.agir.sc.gov.br

Ata Nº 034 de 04.06.2014 - Assembleia Geral Ordinária - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

ATA Nº 034/2014 DE 04 DE JUNHO DE 2014 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.490, Página 464, de 21.05.2014, no site e no mural da AGIR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os representantes legais do Consórcio Público, no Auditório da AMMVI, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às quatorze horas e trinta minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às quinze horas em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Fernando Tomaselli, Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se o senhor Murilo Geviéski Ouriques - Agente Administrativo da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Pedro Celso Zuchi, Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Gaspar; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial; senhor Nicanor Morro, Prefeito do Município de Apiúna; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do Município de Botuverá; senhor Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho e do senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do Município de Pomerode, além dos demais integrantes do consórcio, conforme a lista de presença anexa. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 - Edital para Eleição de Conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR; 3 - Regulação para a Área de Transporte Público; 4 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Fernando Tomaselli, Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, agradeceu a presença de todos, prosseguindo diretamente ao item 1 da pauta (Leitura e Aprovação da Ata Anterior), a qual teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 22.05.2014, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos, o senhor Fernando Tomaselli, passa a palavra para o senhor Heinrich Luiz Pasold discorrer a respeito do item 2 (Edital para Eleição de Conselheiros do Comitê de Regulação), o qual diz haver eleições este ano e para que o Executivo Municipal ajude na indicação de nomes para os conselheiros; que haverá edital de convocação e critérios para qualificar possíveis candidatos. Afirma, também, que as reuniões do Comitê começarão a acontecer em outros municípios, visando uma maior integração dos municípios e da comunidade para com a Agência; que essa ideia surgiu dos próprios conselheiros. A senhora Vanessa Fernanda Schmitt especifica que haverá uma vaga indicada pela AGIR, uma indicada pelos usuários e uma vaga para suplente dos usuários em virtude da saída da conselheira Sheila Mafra Ghoddsi, além de uma vaga de titular nos indicados pelos prestadores. Informa, ainda, que os mandatos são de três, quatro e cinco anos devido à necessidade de renovação de no máximo um terço dos conselheiros por vez; que a partir destas eleições, todos os conselheiros terão mandatos de quatro anos. Pertinente ao item 3 (Regulação para a Área de Transporte Público), o senhor Heinrich Luiz Pasold informa que a princípio a AGIR somente teria despesa no tocante à contratação de aproximadamente dois agentes técnicos (Engenheiro de Tráfego por exemplo); que demandaria uma alteração no Protocolo de Intenções e posterior aprovação pelas Câmaras Municipais para adequação e que levaria em torno de um ano para a prática funcional e legal da implantação da nova área de regulação. O senhor Heinrich Luiz Pasold pergunta aos Prefeitos se estes têm interesse em continuar no caminho da implantação da regulação para o transporte público. O senhor Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, diz que seria interessante obter a opinião das prefeituras maiores, cujos Prefeitos não estão presentes nesta Assembleia. O senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, diz ser primordial conversar, primeiramente, com os técnicos da área para se adquirir mais conhecimento referente

ao tema, para que, mais adiante (de seis meses a um ano), decidirem pela implantação. Fica decidido convocar os técnicos para maior conhecimento e continuar com as tratativas e estudos para a ampliação dos serviços da AGIR na área do transporte público. No próximo tema, item 4 (Assuntos Gerais), o senhor Heinrich Luiz Pasold convida o senhor Felipe Ruediger para informar, de maneira célere, sobre o andamento das fiscalizações já realizadas e a serem efetuadas; que as fiscalizações aos municípios cuja Casan é a prestadora de serviço serão as próximas; e que há prazo para a regularização das situações em desconformidade já averiguadas. Ainda em assuntos gerais, o senhor Heinrich Luiz Pasold faz a apresentação do Relatório Anual 2013 da AGIR, que consta no Estatuto Social o dever dessa publicação anual, enviado às Prefeituras, Câmaras, Conselhos de Saneamento, Prestadores de Saneamento, Ministério Público e demais interessados, além de estar disponível no site da AGIR. Igualmente, comunica que o Concurso Público AGIR 01/2014 está com as inscrições abertas até a sexta-feira, dia 06 (seis); que é de inteira responsabilidade do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) toda a organização, inscrição, arrecadamento etc., por ser um contrato de risco. Finalmente, anuncia que recebeu um convite especial para ele e para a senhora Vanessa Fernanda Schmitt para participação no Congresso Mundial da Água e o 1º Fórum Mundial dos Reguladores dos Serviços de Água, que ocorrerá entre os dias 21 (vinte e um) a 26 (vinte e seis) de setembro em Lisboa, Portugal; que é interessante a divulgação entre os prefeitos; que só é possível a ida ao evento por meio dos convites e que seria possível fazer uma comissão dos prefeitos consorciados à AGIR para ida ao Fórum. Fica então autorizada a ida dos servidores Heinrich Luiz Pasold e Vanessa Fernanda Schmitt, ficando a verificar o interesse de algum prefeito em participar do referido evento. Nada mais havendo para ser tratado, o Vice-Presidente da Diretoria Executiva, senhor Fernando Tomaselli, agradeceu a presença de todos, encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, e determinando que eu, Murilo Geviéski Ouriques, secretário "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

FERNANDO TOMASELLI

Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR
Prefeito de Rio dos Cedros/SC.

MURILO GEVIÉSKI OURIQUES

Secretário "ad hoc"
Agente Administrativo da AGIR.

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina.

CEP: 89036-200 - Fone (47) 3331-5827 - CNPJ 11.762.843/0001-41 www.agir.sc.gov.br

Ata Nº 018 de 28.04.2014 - Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR
COMITÊ DE REGULAÇÃO

ATA Nº 018/2014, DE 28 DE ABRIL DE 2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1.466, página 469 de 11.04.2014, no site e no mural da AGIR, reuniu-se em sua sede, na sala de reuniões do 1º

piso da AMMVI, no endereço declinado na convocação, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às quatorze horas em primeira convocação, depois de verificada a presença dos Conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença do senhor Anísio Fantini - Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, da senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR, do senhor Felipe Ruediger - Diretor Técnico da AGIR, do senhor Luciano Gabriel Henning - Assessor Jurídico da AGIR, do senhor Murilo Geviéski Ouriques - Agente Administrativo da AGIR, do senhor Caio Barbosa de Carulice - Agente Administrativo Técnico da AGIR e dos seguintes Conselheiros Titulares: Valdete Korz Marques, Ricardo Alexandra da Silva, Heverson Thrun, Maria de Fátima Martins; e dos seguintes Conselheiros Suplentes: Ayrton Adão Schmitt Júnior, Jonas Luiz de Lima e Guilherme Schmidt Pimentel; como consta na lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Reunião Ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados pelo senhor Anísio Fantini, que deu as boas-vindas aos presentes e, com a concordância de todo, nomeou o senhor Murilo Geviéski Ouriques para secretariar os trabalhos. Em seguida, foi apresentada a Ordem do Dia, qual seja: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior; 2 - Relatório de Ouvidoria; 3 - Relatório de Procedimentos Administrativos e Técnicos; 4 - Fiscalização 2014; 5 - Assuntos Gerais. Em ato seguinte, referente à aprovação da ata da reunião anterior (item 1), fica a mesma aprovada por todos os presentes. Prosseguindo ao item 2 - Relatório de Ouvidoria, o senhor Luciano Gabriel Henning inicia uma apresentação de como é o procedimento feito para o atendimento da ouvidoria, o qual demonstra por meio de uma tabela as informações que são coletadas dos usuários, as orientações passadas a eles e o pós atendimento, além de mencionar os problemas mais frequentemente ocorridos, quais são: faturas em atraso e divergência nos valores das mesmas. No próximo item, número 3 - Relatório de Procedimentos Administrativos e Técnicos, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt faz um breve relato a respeito dos Procedimentos Administrativos, iniciando pelo Processo 03 (Reajuste Tarifa de Água de Brusque); 04 (Revisão da Tarifa de Gaspar); 05 (Acompanhamento da Decisão do Procon de Guabiruba); 06 (Averiguação da Tarifa de Resíduos Sólidos de Guabiruba) e 07 (Ressarcimento do Custo de Obstrução e Nivelamento de Tampões de PVs em Blumenau), que foi o último aberto até a presente data. Logo após essa descrição, o senhor Felipe Ruediger também relata brevemente os Procedimentos Técnicos abertos, quais sejam: 01 (Apuração de Irregularidades do Aterro Sanitário de Timbó); 02 (Fiscalização Técnica ETA II); 03 (Desabastecimento de Água Casan Guabiruba); 04 (Desabastecimento de Água Loteamento Dona Edith) e 05 (Implantação de Rede de Esgoto na Rua Tobias Barreto em Blumenau). No seguimento, o Presidente do Comitê de Regulação, senhor Anísio Fantini, inicia o item 4 da pauta (Fiscalização 2014), passando a palavra ao senhor Felipe Ruediger, o qual explica sobre as visitas técnicas referentes ao abastecimento de água feitas até o momento nos municípios cujos prestadores dos serviços são os Samae's e demonstra, por meio de fotos, os problemas enfrentados, quais sejam: na captação - ausência de guarda copos, de extintores de incêndio, de instalações elétricas, muitos vazamentos nas tubulações, corrosão, ETA's trabalhando no limite de evasão, exaustores inativos, problemas de calibração dos aparelhos, vazamento nas válvulas, falta de macromedidores, produtos químicos vencidos, falta de placas laminares, falta de controle de esgoto que é despejado diretamente no ribeirão etc. Nos reservatórios - ausência de manutenção nas válvulas, nas limpezas dos drenos, água pluvial transbordando para dentro dos reservatórios, vazamentos dos reservatórios, acesso precário aos reservatórios, escadas oxidadas, alguns reservatórios extravasando e outros vazios etc. Também afirma que tão logo finalizar as fiscalizações nos municípios atendidos pelos Samae's, partirão aos prestados pela Casan. Para finalizar a ordem do dia, item 5 - Assuntos Gerais, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt informa sobre a abertura do Concurso Público da Agir e sobre as vagas abertas, sendo uma para Ouvidor e uma para Economista, e da abertura

de Cadastro Reserva para Engenheiro Civil, Contador e Auxiliar Administrativo. Ainda, expõe a respeito do prazo do mandato que cada Conselheiro e seus Suplentes ainda possuem. Faz menção à saída da Conselheira Titular Sheila Mafra Ghoddsi e da entrada em seu lugar do Conselheiro Heverson Thrun, o qual assume na data de hoje, 28 (vinte e oito) de abril de 2014 e cujo prazo expirará no dia 29 (vinte e nove) de julho de 2016 (dois mil e dezesseis), que era o prazo do mandato da Conselheira Sheila M. Ghoddsi; que serão quatro vagas abertas este ano, três titulares (um indicado pela AGIR, um indicado pelos usuários e um indicado pelos prestadores) e um suplente indicado pelos usuários, devido à vacância do agora Conselheiro Titular Heverson Thrun; que haverá eleição para o novo Presidente do Comitê de Regulação também este ano; que os nomes indicados irão para a Assembleia Geral, porém serão ratificados pelo Comitê de Regulação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê de Regulação, o senhor Anísio Fantini, agradeceu a presença de todos os Conselheiros e demais presentes e deu por encerrado os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Murilo Geviéski Ouriques, secretário "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente do Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

MURILO GEVIÉSKI OURIQUES

Agente Administrativo da AGIR e Secretário "ad hoc".

Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, Blumenau / Santa Catarina.

CEP: 89036-200 - Fone (47) 3331-5827 - CNPJ 11.762.843/0001-41 www.agir.sc.gov.br

CIMCATARINA

Extrato do Termo Aditivo TA.At14cimcatarina144

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT14CIMCATARINA144
AT14CINCO665

Fornecedor: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 529, em conformidade com a Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 16.07.2014. Validade: 12.03.2014 a 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 16 de julho de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CISAM

Resolução CISAM/Mo Nº 17/2014

RESOLUÇÃO Nº 17/2014

"Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho dos empregados públicos do Consórcio em período de estágio probatório, na forma que especifica"

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações, para atendimento do disposto no § 4º do art. 41 da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Os empregados providos no Consórcio Público, em virtude de aprovação em concurso público, serão submetidos a processo de avaliação especial de desempenho pelo período de três anos e somente adquirirão estabilidade se constatada sua aptidão para o exercício do seu emprego.

Parágrafo único. O empregado não aprovado no estágio será exonerado e, se estével, reconduzido ao cargo anterior.

Art. 2º. A avaliação especial de desempenho constitui-se de um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do empregado durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo emprego, por intermédio dos seguintes critérios:

I - assiduidade: relacionada à frequência, à pontualidade e ao cumprimento da carga horária de trabalho;

II - disciplina: relacionada ao cumprimento de obrigações e ao respeito às normas vigentes e à hierarquia funcional;

III - iniciativa:

a) relacionada à habilidade de propor ideias, visando à melhoria de procedimentos e rotinas de atividades;

b) relacionada à proatividade;

IV - produtividade:

a) relacionada à capacidade de administrar tarefas no seu cotidiano e priorizá-las, de acordo com os correspondentes graus de relevância;

b) relacionada à dedicação quanto ao cumprimento de metas e à qualidade do trabalho executado;

V - responsabilidade: relacionada ao comprometimento com seus deveres e atribuições, ao atendimento dos prazos e ao aprimoramento dos resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 3º. No processo de avaliação serão observados os critérios do artigo anterior, sendo considerado inapto o empregado que em qualquer avaliação semestral, tiver atribuída nota inferior a 05 (cinco), em dois ou mais desses itens, ou nota inferior a 07 (sete) em três ou mais dos itens em duas avaliações consecutivas ou alternadas.

Parágrafo único. Também será considerado inapto o empregado que, em qualquer época do estágio probatório, diante de fatos ocorridos, for submetido a devida perícia médica, constituída pelo Consórcio e for considerado física ou mentalmente inapto para as funções do emprego.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas por Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, designada pelo Presidente do Consórcio, para cada empregado, a qual terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do empregado a ser avaliado, composta por três membros.

Parágrafo único. Os membros designados para a Comissão deverão ser servidores e/ou empregados públicos estáveis, integrantes do quadro de pessoal do Consórcio ou dos municípios consorciados.

Art. 5º. Nas avaliações, a Comissão Especial de Avaliação justificará a aplicação de notas inferiores a 07 (sete) em qualquer dos itens.

Art. 6º. O empregado avaliado deverá receber cópia de todas as avaliações, bem como do relatório final da Comissão Especial de Avaliação e, considerando equivocadas as notas que lhe foram atribuídas, poderá, no prazo de 10 dias úteis oferecer defesa e contraditório, apresentando provas de suas alegações, podendo requerer a ouvida de até três testemunhas, as quais deverão ser trazidas pelo empregado avaliado para a audiência determinada pela Comissão Especial de Avaliação, independentemente de qualquer intimação ou convocação por parte desta.

Art. 7º. Encerrada a instrução, fica facultado ao empregado avaliado apresentar razões finais por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, a Comissão Especial de Avaliação se reunirá para reavaliar as suas conclusões anteriores à luz das novas provas produzidas e das razões finais do empregado, mantendo ou revendo as notas aplicadas e emitindo relatório definitivo, encaminhando-o ao Presidente para decisão.

Art. 8º. O empregado, durante o seu Estágio Probatório, deverá receber cinco avaliações, assim distribuídas:

I - primeira: ao completar seis meses de exercício;

II - segunda: ao completar doze meses de exercício;

III - terceira: ao completar dezoito meses de exercício;

IV - quarta: ao completar vinte e quatro meses de exercício; e

V - quinta: ao completar trinta meses de exercício.

§ 1º Após a quinta avaliação e antes do findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor será submetida à homologação da autoridade competente.

§ 2º Mediante evidências de que o empregado não preenche as condições estabelecidas, inclusive quando assim declarado em avaliação médico pericial, o Presidente poderá determinar a antecipação da data de avaliação de que trata este artigo.

Art. 9º. De posse do processo, e após parecer jurídico, o Presidente avaliará a correção formal dos procedimentos e determinará a correção dos atos irregulares ou o suprimento das omissões.

Art. 10. Constatada a regularidade do processo, o Presidente decidirá pela aptidão ou inaptidão do empregado avaliado, determinando a anotação na sua ficha funcional se a conclusão foi pela sua aptidão, ou a expedição do devido ato de exoneração se a conclusão for pela inaptidão.

Art. 11. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 03 de julho de 2014.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM-MO



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.



www.ciga.sc.gov.br